

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ricardo Agnelo de Souza

**A Geografia do Trabalho Informal no Centro da Cidade de São Paulo nos
Anos 90**

MESTRADO EM GEOGRAFIA

São Paulo

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ricardo Agnelo de Souza

A Geografia do Trabalho Informal no Centro da Cidade de São Paulo nos Anos 90

MESTRADO EM GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Geografia, sob a orientação do Prof. Doutor Gustavo de Oliveira Coelho de Souza.

São Paulo

2009

Banca Examinadora

Dedicatória
Para Lino e Alice
que me ensinaram o
valor do trabalho humano.

RESUMO

SOUZA, R.A de. **A Geografia do Trabalho Informal no Centro da Cidade de São Paulo nos Anos 90**. 2009. Tese (Mestrado) – Faculdade Geografia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Esta dissertação revê de forma sucinta a formação do mercado de trabalho nacional, abordando aspectos históricos e econômicos que se reportam ao período de transição do regime escravocrata para o processo de imigração e assalariamento, com destaque para o ciclo cafeeiro e o início das atividades fabris na cidade de São Paulo. Na sequência, discorremos sobre a consolidação da indústria de substituição das importações (1930-1970) que consubstanciou a crescente formalização dos trabalhadores com intensa mobilidade social. Com o esgotamento do projeto nacional desenvolvimentista, a partir do início dos anos 80, verifica-se a incapacidade do mercado absorver os trabalhadores. Neste momento, o desemprego começa a se tornar um problema social, gerando subemprego e informalidade. As transformações neoliberais que estavam ocorrendo nos países de economia avançada foram introduzidas no Brasil nos anos 90, por meio da tríade: abertura comercial, desregulamentação e redução do tamanho do Estado, associadas ao baixo crescimento econômico, além da introdução de novas tecnologias e mudanças no paradigma organizacional das empresas. Esta conjuntura limitou a oferta de empregos e os desdobramentos destas ações resultaram no aumento da precariedade do heterogêneo mercado de trabalho, caracterizado pelo aprofundamento da taxa de exploração da mão de obra, através da baixa remuneração, desemprego, alta rotatividade e informalidade. No que diz respeito à cidade de São Paulo, com a mudança no seu perfil socioeconômico, diminuíram consideravelmente os postos de trabalho na indústria de transformação. A vocação econômica predominante nos anos 90 era constituída pelo setor de comércio e serviços. Neste momento, São Paulo conquista o *status* de cidade global e metrópole de serviços. Diante deste cenário e visando a recuperação do degradado centro histórico, floresceu no início da década de 90 a Associação Viva o Centro, cujo objetivo precípua era a revitalização e o resgate da centralidade perdida para outras regiões da cidade. Portanto, na opinião dos dirigentes da Viva o Centro, era fundamental expulsar os camelôs do espaço central para revitalizá-lo. Por fim, diagnosticamos a postura política das centrais sindicais a respeito do trabalho informal de rua, ou seja, como elas se articularam com os trabalhadores em condições vulneráveis que ocupavam as vias públicas sem o Termo de Proteção e Uso (TPU). E, portanto, laborando de formal ilegal, sendo vítimas

contumazes da corrupção da fiscalização inescrupulosa, desprovidos do arcabouço de proteção social, formando expressivos contingentes de trabalhadores sem perspectiva de voltar para o mercado formal de trabalho. Também analisamos como as centrais sindicais enxergavam esta grave questão social do segmento não organizado da economia que aumentou, sobretudo, motivado pelo elevado desemprego.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia do Trabalho. Formação do Mercado de Trabalho no Brasil. Geografia Urbana. Globalização e Desemprego nos Anos 90. Comércio Informal de Rua. Revitalização do Centro Histórico.

ABSTRACT

SOUZA, R.A. de. **The geography of the informal labour in the centre of São Paulo city in the 1990s.**

This dissertation succinctly reviews the formation of the national labor market, comprising historical and economical aspects referring to the transitional period from the slavery regime into the immigration and wage earnings process, pointing out the highlights for the coffee cycle, and also the beginning of the manufacturing activities in São Paulo city. Subsequently, we discuss the consolidation of the substitute industry of imports (1930-1970) that strengthened the increasing workers formalization by intense social mobility. Face with the shortcomings of national development project, from the 1980s onwards, it is verified the incapacity of the market to absorb such workers. At this moment, the unemployment begins to become a social issue, generating underemployment and informality. The neoliberal changes were occurring in countries economically advanced, and they were introduced to Brazil in the 1990s, through the following triad: trade openness, deregulation and the State diminish, all of them associated with the low economical increasing, moreover the introduction of new technologies and changes to the organizational paradigm of companies. This conjuncture restricted the employments offer, and these actions unfolded presenting the increase of the heterogeneous labor market precariousness characterized by the depth of the labor exploration rate throughout the low remuneration, the unemployment, the high turnover and the informality. Concerning São Paulo city, the change in its socio-economical trait, considerably decreased the workplaces in the transformation industry. The prevailing economical tendency in the 90s was constituted by the trade and the work section. At this moment, São Paulo city conquers the *status* as global city and metropolis of work. Face with this setting, and aiming at restoring the degraded historic centre, it is flourished the Association Viva o Centro, whose beginning goal it was the *salvage* the centre lost to other parts of the city and its revitalization as well. Hence, in Viva o Centro leaders' opinion, it was important to expel street traders from the centre in order to restore it. Last, it was identified the political position of trade unions referring to informal street work, that is, how they articulate each other face with workers that occupied, in a vulnerable condition, public streets without the Term of Protection and Use (TPU). Therefore, laboring in an illegal way as contumacious victims of the immoral corrupt inspection, deprived of the social protection framework, designing an expressive contingent of workers without any perspective on reintegrating to the formal labor market. We also

analyze how the trade union focuses on this serious social issue concerning the non-organized segment of economics that has been increased especially motivated by the extreme unemployment.

KEYWORDS: Labor geography. Labor market formation in Brazil. Urban geography. Globalization and unemployment in the 90s. Informal street trade. Historic centre revitalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Negros Novos”	27
Figura 2 – Migrante vindo do campo para residir na cidade	44
Figura 3 – Estrangeiros no pátio da Hospedaria de Imigrantes	81
Figura 4 – A escravidão urbana	83
Figura 5 – Matarazzo: um símbolo da indústria brasileira	89
Figura 6 – Cartão postal de quitandeiros italianos em foto de Marc Ferraz (século XIX)	92
Figura 7 – A localização dos Negros de Ganho no Centro de São Paulo	94
Figura 8 – Desempregado mostrando carteira profissional	100
Figura 9 – Paulista e região: centralidade constituída por bancos, empresas, federações patronais e entidades	113
Figura 10 – Concentração dos camelôs na cidade de São Paulo	126
Figura 11– A greve de 1979	158
Figura 12 – População comemora “tranquilidade” no centro	172
Figura 13 – Confronto na Mooca	177
Figura 14 – Comércio informal de Rua nos anos 90	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Datas de introdução de programas sociais em alguns países desenvolvidos ..	45
Quadro 2 – Principais movimentos pró-redemocratização do Brasil	48
Quadro 3 – Modelo <i>fordista-taylorista</i> e <i>ohnista-taylorista</i>	62
Quadro 4 – Evolução populacional das principais cidades brasileiras, 1872-2000(em mil habitantes)	79
Quadro 5 – Evolução populacional de cidades selecionadas, 1872-2000 (em mil habitantes)	108
Quadro 6 – Evolução do emprego formal na região central da cidade de São Paulo por distritos	116
Quadro 7 – Distribuição dos ocupados que moram ou trabalham no Município de São Paulo segundo posição na ocupação da Região Metropolitana de São Paulo– 1990-1999 (%)	138
Quadro 8 – Sobre a legislação municipal com referência ao comércio ambulante ...	146-149
Quadro 9 – Paralisações e greves no Brasil – 1979/1996	163

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	08
LISTA DE QUADROS	09
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – BREVE PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	24
1.1 Brasil: mercado de trabalho e exclusão social	24
1.2 Crise e trabalho no Brasil: uma visão panorâmica do século XX	33
1.3 Anos 80: avanços políticos e retrocesso econômico	42
1.4 Globalização e desemprego na década de 90	52
CAPÍTULO II – A ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM SÃO PAULO: ASSALARIAMENTO E TRABALHO PRECÁRIO	72
2.1 Complexo cafeeiro: indústria e trabalho em São Paulo	72
2.2 Do complexo cafeeiro à industrialização	75
2.3 Nem todos eram assalariados na Pauliceia	80
2.4 A saga dos carcamanos na Pauliceia	88
CAPÍTULO III – O PRECÁRIO MUNDO DO TRABALHO NA CIDADE GLOBAL E A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO TRADICIONAL	97
3.1 Os deserdados da metrópole: em questão o comércio informal e a requalificação do centro de São Paulo	97
3.2 O esvaziamento do Centro Antigo e as novas centralidades na metrópole	101
3.3 O passado e o presente do centro tradicional e as metamorfoses da capital	103
3.4 Novas centralidades para a metrópole global	107
3.5 A revalorização do centro em questão e o lugar do trabalho precário na metrópole	118
3.6 Centro da Cidade: território da informalidade	124
3.7 Conceituando setor informal e informalidade	128
3.8 As propostas da Associação Viva o Centro com relação aos camelôs	134
3.9 A legislação em questão: o informal legal e o ilegal	144
CAPÍTULO IV – A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO, INFORMALIDADE E OS SINDICATOS	152
4.1 A trajetória do movimento sindical a partir do novo sindicalismo e o surgimento da CUT e da Força Sindical	152
4.2 Abre alas, novos personagens entram em cena e os trabalhadores ganham as ruas.....	155

4.3 O trabalho informal de rua e a representação sindical	169
4.4 A relação da CUT com o trabalho informal nos anos 90	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192

INTRODUÇÃO

O propósito de realizar uma pesquisa versando sobre o trabalho informal de rua que sempre esteve presente no centro histórico da cidade de São Paulo, e o seu respectivo aumento e diversificação na última década do século XX na principal metrópole brasileira, em uma conjuntura desfavorável para o mundo do trabalho, é o objetivo central desta pesquisa. Mais do que isso, iremos analisar o comportamento das centrais sindicais no que tange à organização e intervenção de políticas que versavam em nome do numeroso contingente que defendia a sua sobrevivência nas vias públicas da cidade de São Paulo em um cenário no qual predomina o discurso da revitalização do espaço identificado como centro tradicional da cidade, por intermédio das propostas da Associação Viva o Centro.

A nosso ver a posição do movimento sindical com ênfase para a posição das duas principais centrais sindicais do país (CUT e Força Sindical) é de insensibilidade com relação ao comércio informal de rua, pois esta ampla “categoria” de trabalhadores não conta com a retaguarda das Centrais Sindicais e, muito menos com a presença de sindicatos representativos e tradicionais que estão atrelados aos setores organizados do capitalismo e orquestram suas retóricas da seguinte maneira. Para combater o desemprego, a informalidade, a precariedade e a própria exclusão social, a solução estaria pautada no crescimento econômico, *vis-a-vis*, contribuiria, sobretudo para diminuir o nível de vulnerabilidade socioeconômica de parcela substancial da população que seria incorporada com o aumento da produtividade.

Todavia, o discurso dos sindicalistas é politicamente correto, quando não há a preocupação de analisar as históricas relações assimétricas do mercado de trabalho brasileiro que é por excelência heterogêneo, predominando a desestruturação fundamentada nos baixos salários, elevada rotatividade, desemprego e políticas de proteção sociais restritas. E a própria trajetória econômica do Brasil, no decorrer do século XX, cristalizou ganhos de produtividade insuficientes para diminuir os discrepantes níveis de renda auferidos pelos trabalhadores, justamente por faltarem mecanismos de distribuição de renda de modo equânime.

Dos discursos proferidos pelos líderes sindicais em defesa teórica dos trabalhadores do comércio informal para a realidade, a distância é enorme, pois os camelôs não possuem carteira assinada, geralmente não contribuem para nenhuma entidade sindical, não recolhem os impostos previdenciários, além de estarem ocupando o espaço público de forma precária, muitas vezes sem o Termo de Permissão e Uso (TPU). Quem se habilita no processo de

organização dos camelôs?

O que nos deixa perplexos é o desprezo e abandono das poderosas centrais sindicais que ao longo das suas trajetórias acumularam força política e capacidade de articulação em todos os segmentos da sociedade, conquistando espaços que eram inimagináveis há duas décadas para o movimento sindical. Atualmente são reconhecidas pelo governo e recebem recursos compulsórios descontados na folha de pagamento dos trabalhadores, além de outros repasses financeiros do governo federal, via Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) entre outras benesses. Pois bem, diante de todas essas virtudes logradas pelas centrais e pelos sindicatos que representam as categorias mais organizadas, verificamos que os trabalhadores do setor informal que durante muito tempo contribuíram para o crescimento dos sindicatos oficiais são largados à própria sorte, ou seja, o diálogo com os ambulantes raramente ocorre de forma prepositiva, ficando sem dúvida a impressão de que não há o menor interesse em aprofundar o debate sobre o trabalho informal de rua que representa a face mais evidente da desarticulação do mercado de trabalho nacional. Também se verifica a total ausência de compromisso e solidariedade com aqueles trabalhadores que já pagaram impostos compulsórios durante tanto tempo para sustentar financeiramente o movimento sindical por meio do imposto sindical, confederativo e assistencial e politicamente através das greves, manifestações, passeatas, dentre outras atividades que garantem visibilidade aos sindicatos.

Se não fosse trágico seria cômico. Durante os anos 90, aproximadamente 60 mil trabalhadores estavam na rua da amargura, defendendo a sua sobrevivência com muita garra, diante da perseguição dos gestores públicos, da ganância dos fiscais corruptos, da ampla campanha desencadeada pela Associação Viva o Centro que elegeu os camelôs como o inimigo número um do centro da cidade, dos comerciantes legalizados que reclamavam da concorrência desleal e dos fabricantes que exigiam medidas para combater a pirataria. Neste quadro, que representa o pior dos mundos para quem batalha diariamente o seu sustento nos logradouros, faltou obviamente a presença política das centrais sindicais concatenadas com os sindicatos que representam os informais para polarizar o debate com os outros atores sociais que promoveram um verdadeiro massacre contra os camelôs que ficaram isolados no gueto, ou melhor, nas ruas centrais da cidade e só eram noticiados quando resolviam enfrentar as forças de repressão.

O objetivo deste projeto é justamente analisar a precariedade nas condições e relações de trabalho na última década do século XX, manifestada por meio do aumento exponencial do contingente de trabalhadores atuando na informalidade, com ênfase para os camelôs no espaço geográfico do centro tradicional da cidade de São Paulo (Distritos Sé,

República e adjacências) nos anos 90.

No que diz respeito, à construção do mercado de trabalho nacional, convém ressaltar que a maioria dos trabalhadores não foi incorporada e contemplada pelo assalariamento no início da constituição do mercado de trabalho livre. Sendo assim, o conjunto dos trabalhadores que não era integrado nos setores mais dinâmico vinculados com ao capitalismo e tiveram que atuar nas franjas do segmento organizado, criando formas alternativas de trabalho nas ruas para garantir a sobrevivência.

Obviamente, não se pode desprezar a realidade de um país que foi introduzido no capitalismo mercantilista por meio do Antigo Sistema Colonial (ASC) e todos os fatores que compuseram a estrutura econômica do Brasil, desde o século XV, serão determinantes para analisarmos a formação do mercado de trabalho e, por pressuposto, a inserção dos trabalhadores neste mercado de trabalho. O que garante a participação dos indivíduos em outros espaços da sociedade é justamente a sua posição no mundo do trabalho, ou seja, o trabalho desempenhado é digno de reconhecimento social de acordo com os valores impostos pela sociedade e com a sua participação com relação aos direitos coletivos e individuais.

No entanto, no Brasil sempre foi marcante a presença dos trabalhadores no comércio ambulante de rua. A situação desse contingente recrudescer com o advento da abolição e a vinda de milhares de imigrantes. Tanto os negros libertos como a mão de obra branca não era absorvida na sua plenitude pelo setor agroexportador e, muito menos nas atividades urbanas que eram pouco expressivas. Isto originou um enorme grupo de trabalhadores excedentes, vivendo de expedientes nem sempre lícitos nas ruas e desempenhando atividades que durante a segunda metade do século XX, foi identificada como setor informal urbano, materializando os desajustes socioeconômicos dos países da periferia do capitalismo.

É primordial resgatar o período da escravidão no Brasil, pois durante 350 anos foi predominante o trabalho negro africano compulsório que ao lado do monopólio da terra e da monocultura de produtos agrícolas valorizados na Europa, eram os pilares da economia vigente no Antigo Sistema Colonial (ASC).

Ademais, com a abolição da escravidão em 1888, milhares de negros, recém “libertos”, ficaram à disposição de um mercado de trabalho que não reunia condições de absorver a mão de obra. O governo, os latifundiários e o desenvolvimento das atividades urbanas (indústria e comércio) não fizeram questão de incorporar os ex-escravos na sociedade que foram relegados ao *status* de cidadão de segunda categoria, marginalizados e estigmatizados como despreparados para atuar na manufatura incipiente.

Os resultados foram manifestados na construção de uma sociedade desigual em todos

os aspectos com a constituição de um mercado de trabalho heterogêneo, sendo a população afro-descendente se constituiu na primeira massa de desempregados, enquanto vítimas do desemprego, sub-emprego, trabalho “pesado”, trabalho autônomo, diaristas, domésticas, prostitutas, ambulantes, entre outras atividades vistas com menosprezo pela classe dominante.

A proposta é fazer uma visão panorâmica da estruturação do mercado de trabalho do país no decorrer do século XX, procurando destacar os fatos mais relevantes, sempre encadeados com os processos macroeconômicos e suas repercussões na vida de classe operária. Será dado destaque para os trabalhadores do setor não organizado do ponto de vista das formalidades do arcabouço legal. Isto será ilustrado nas Leis e regras estabelecidas pelo poder público ou acordos coletivos celebrados entre os empregadores e os trabalhadores com a intermediação do Estado Novo desde o governo de Getúlio Vargas nos idos da década de 30 do século XX. Referência fundamental para compreender a sociedade brasileira e por pressuposto a consolidação do mercado de trabalho nacional.

Nesta perspectiva, desde a ascensão de Vargas ao governo central o Brasil começou a sua trajetória de crescimento econômico e a formação da classe operária. Com este processo o setor agroexportador começou a perder espaço para as atividades urbanas, pois o país começava a se modernizar com a presença do Estado intervencionista, realizando investimentos nos setores estratégicos, como por exemplo, na indústria de base, que foi primordial para desenvolver o parque industrial nacional, e nos governos posteriores garantiu a vinda das empresas multinacionais. Isso pôde ser observado durante a gestão do presidente JK e também no decorrer do regime militar, período em que o Brasil completou o ciclo referente às indústrias típicas da 2ª Revolução Industrial. Durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) na gestão do presidente Geisel o penúltimo governo do ciclo militar que prosseguiu o cronograma de investimentos, mesmo com cenário internacional desfavorável.

Configurado esse quadro, a classe trabalhadora durante cinquenta anos (1930-1980), no período conhecido como nacional desenvolvimentismo, conseguiu avançar em alguns quesitos como o aumento das taxas de assalariamento com carteira profissional assinada. Foi verificada intensa mobilidade social. Por outro lado, os avanços das conquistas sociais foram limitadíssimos, pois desde o período de Vargas, que articulou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) introduzindo o Estado como mediador nas relações capital e trabalho, mais do que isso, os sindicatos se tornaram corporativistas e dependentes do imposto compulsório o que não garantia a liberdade de organização da classe trabalhadora, sendo que os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho para atuar os mesmos eram vigiados

pelas autoridades do governo e deveriam pautar suas ações colaborando com a paz social.

Desde o início do mercado de trabalho nacional o Estado agia no sentido de controlar todas as ações da classe operaria que foi cooptada pelos sindicatos oficiais aqueles que eram reconhecidos pelo governo, enquanto outras formas de organização com destaque para os anarquistas ficaram marginalizados e eram dispersados de maneira violenta. Durante o governo Vargas os trabalhadores que não estivessem enquadrados nas normas estabelecidas pela Ditadura do Estado Novo eram implacavelmente perseguidos, razão pela qual muitos trabalhadores que eram simpáticos à ideologia do anarquismo, ao socialismo ou ao comunismo foram encarcerados e no caso de estrangeiros deportados. Somente o Estado tinha a prerrogativa de reconhecer os sindicatos, através do Ministério do Trabalho. Durante o Regime militar de (1964-1985) os trabalhadores que tentavam se organizar para reivindicar eram reprimidos com rigor, as greves era proibidas, vários trabalhadores foram exilados e outros eliminados nos porões da ditadura. Detalhe a mesma legislação trabalhista que serviu aos interesses de Vargas, foi amplamente utilizada pelos militares para limitar os direitos da classe trabalhadora após o golpe de 1964.

Com a liberdade limitada para exigir seus direitos e os ganhos de produtividade no período em que o Brasil mais crescia economicamente, a classe operária vislumbrava salários arrojados. Conseguir um emprego não era tarefa difícil, pois as empresas nacionais e transnacionais estavam em plena expansão, porém os salários eram sempre baixos para a maioria dos trabalhadores que não conseguiram ampliar as conquistas trabalhistas com os sindicatos vigiados pelos militares e os partidos historicamente vinculados aos trabalhadores na ilegalidade. Assim os proletários não tinham espaços garantidos de interlocução com os capitalistas e o próprio Estado menosprezava as pautas reivindicatórias, privilegiando os ganhos de produtividade dos capitalistas.

O final do século XIX e início do século XX, marca a vinda dos imigrantes europeus para laborar no café e também no processo industrial incipiente. Com o refluxo da imigração ganhou destaque a força de trabalho migrante, (principalmente os nordestinos e os mineiros) que geralmente, chegava à Pauliceia sempre em número superior às vagas ofertadas pelos capitalistas, mesmo nos períodos de extraordinários ganhos de produtividade da economia brasileira. Assim, era comum braços disponíveis no mercado de trabalho.

A crise econômica dos anos 80 (conhecida como a década perdida) significou o fim de uma trajetória virtuosa de crescimento econômico do Brasil. No período compreendido de 1940, até o final dos anos 70, a economia crescia em média 7% ao ano conseguindo incorporar os 35 milhões de camponeses que migraram principalmente para os grandes

centros urbanos do país. Diante deste cenário, será detalhada de forma minuciosa a década de 80, pois é um momento de redemocratização no qual a população sai nas ruas para exigir o fim do regime de exceção e a transição da sociedade brasileira, após 21 anos de ditadura militar.

O povo teve efetiva participação nas mobilizações sociais com o surgimento do novo sindicalismo, principalmente com a categoria dos metalúrgicos do ABC paulista, as *Diretas já* em 1984, e toda a mobilização provocada nas principais cidades do país que reivindicava o legítimo direito dos cidadãos elegerem os seus representantes de forma direta. Também com a nova carta constitucional de 1988, que ficou conhecida como cidadã, pois são inegáveis os avanços nos direitos coletivos e sociais advindos da oposição organizada contra os anos de chumbo da ditadura e da organização da sociedade brasileira que exigiam mais conquistas no campo social. Nas eleições presidenciais de 1989, a sociedade ficou dividida entre duas propostas distintas de reorganização do Estado após a ditadura e o governo Sarney. O segundo turno daquela eleição foi decidido entre a posição progressista do então candidato Lula, historicamente associado com os movimentos populares e sindicais e o candidato Fernando Collor comprometido com interesses mais conservadores e que teve suas propostas aprovadas nas urnas em eleição acirrada. Este momento foi crucial para assimilar as profundas alterações que aconteceram no Brasil nas décadas seguintes com foco no seu mercado de trabalho e os desdobramentos que estavam atrelados às opções políticas e às formas de gestão do Estado que desde então foram colocadas em prática.

A década de 90 é marcada pela introdução de uma agenda de políticas liberais que teve como objetivo estabelecer novas regras para a sociedade brasileira, sustentadas nos princípios da cartilha neoliberal que pregava a “modernização” do Estado. Para completar este quadro adverso para os trabalhadores, a baixa taxa de crescimento econômico e a reestruturação do Estado, contribuiu para elevar o desemprego para níveis jamais vistos na história do Brasil, ficando patente a precarização nas condições e relações de trabalho.¹

Com relação à geografia urbana, o propósito é realizar uma reflexão sobre os discursos que se fez sobre a cidade, sobretudo com referência ao centro tradicional da cidade de São Paulo, cujo território possui características marcantes do capital e também do trabalho. Local onde se manifesta todo antagonismo de uma cidade que materializa a riqueza e a miséria. O centro acaba sendo a síntese do que a cidade tem de melhor e de pior, onde é

¹ Os termos precarização nas condições e relações do trabalho significam uma conjuntura desfavorável para os trabalhadores que predominou nos anos 90 – o termo é usado de forma recorrente pelos pesquisadores: Pochmann, Dedecca, Mattoso, Proni, Santos, Wilnês, Baltar, Marco Antonio de Oliveira, Waldir Quadros entre outros pesquisadores do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho) da Unicamp.

possível observar algumas afinidades peculiares evidentes entre as metrópoles da periferia do sistema capitalista.

Durante os anos 90, o centro de São Paulo passou por inúmeras mudanças para se tornar atraente para que os capitalistas voltassem a investir, dinamizando-o. Ganhou destaque a proposta da Associação Viva o Centro, que congrega os interesses dos empreendedores no centro da cidade. O seu discurso predominante foi a “revitalização” dos prédios, ruas, avenidas, praças, monumentos, assim como o de criar obstáculos, que ficaram materializados através das políticas públicas orquestradas para evitar a passagem dos cidadãos entre os terminais de ônibus, trens ou metrô. O objetivo era transformar o centro para a classe trabalhadora em área de transbordo, evitando que número expressivo de transeuntes circulasse entre terminais de transporte coletivo. Segundo a visão de tecnocratas e de empresários, seria uma medida eficiente para diminuir a concentração de ambulantes, e assim assegurar a livre circulação dos cidadãos consumidores e usuários que são atraentes para o setor de comércio e serviços do centro. Nessa perspectiva os camelôs passam a ser *personas non grata* nas vias públicas e deveriam ser defenestrados do espaço do centro.

No centro, o comércio dos ambulantes assume um viés profundamente anti-social, diz Marco Antonio Ramos de Almeida, presidente da diretoria executiva da Associação Viva o Centro, que explica: “da forma como é praticado no centro, esse comércio cria um clima de caos urbano, dificulta a limpeza, gera insegurança, prejudica o comércio legalizado e, como consequência final, penaliza cerca de 2 milhões de pessoas que vem ao Centro diariamente, além de atrapalhar o turismo na região”. (REVISTA URBS, VIVA O CENTRO, n.36, jan. 2005).

Na cidade global e com destaque para o centro tradicional, na concepção dos capitalistas, não existe espaço para a informalidade, pois estas atividades, ao arrepio da lei, materializam empecilhos para a circulação das pessoas e mercadorias. E mais que isso, coloca em xeque a revitalização da região central da cidade, tornando-se um empecilho para os investidores.

No território identificado como centro antigo da cidade, que nesta pesquisa corresponde ao centro velho do famoso triângulo compreendido entre as ruas Direita, XV de Novembro e São Bento, e o centro novo identificado como sendo a Praça da República, Praça Ramos de Azevedo, Rua Barão de Itapetininga e outros logradouros que representam o centro novo. Entretanto desde a sua constituição sempre ocorreram estereótipos com referência à presença dos trabalhadores despossuídos, caracterizados como um estorvo para o progresso. Entretanto o que muda ao longo do tempo é o discurso que se torna mais sofisticado. Nota-se que no início do século XX, predominavam as ideias importadas da Europa de higienização da cidade que associava a condição de pauperização da população pobre às doenças contagiosas,

o que subsidiava as ações urbanísticas e sanitárias operacionalizadas pelas autoridades e visava a remoção das famílias pobres do centro, justamente para evitar “aborrecimentos” encadeados pelos trabalhadores próximos dos locais mais frequentados pela elite. Sendo assim, o destino de milhares de trabalhadores era o fundo dos vales desprovido de infraestrutura, deixando livre o caminho para as reformas urbanísticas do centro que tinham o propósito de modificar aquela região inserindo novos conceitos sobre o uso dos espaços públicos significou o progresso no centro e bairros adjacentes. Enquanto isso a população marginalizada formada principalmente pela população egressa do cativo e pelos imigrantes que não eram absorvidos de forma imediata pelo complexo cafeeiro, logo esta população deveria na melhor das hipóteses esconder a sua condição de pobreza nos bairros distantes dos olhares de emergente elite agrário exportadora com hábitos e costumes europeus.

Transpondo a situação de mudanças no centro da cidade para a década de 90, percebemos que o discurso contemporâneo se torna mais sofisticado, porém os objetivos são os mesmos, vide o exemplo: as propostas de revitalização, ressurge das cinzas a retórica de qualificar o ambiente central da cidade que estava decadente e retoma questões do passado de forma mais elaborada. Alves (2005), quando da comemoração dos 450 anos de fundação da cidade, disse:

A revitalização e revalorização do centro são as palavras de ordem aclamadas tanto pelo poder público como por setores da iniciativa privada. Em São Paulo, quando da comemoração de seus 450 anos de fundação, ao mesmo tempo se destacava a grandeza dessa cidade metropolitana, procurava-se em meio aos festejos, trazer para o centro histórico, lugar de fundação, novamente seu papel de comando econômico, administrativo e cultural. Não que esse tenha sido perdido, mas que ele efetivamente irradiou por outras centralidades, isto sim ocorreu. Recuperar seu papel de comando dessas centralidades é o grande projeto posto para a área central. (ALVES, 2005, p. 137).

Obviamente nessa conjuntura, o trabalho informal torna-se uma situação desagradável diante da perspectiva alentada de “requalificação” da cidade onde a degradação humana, representada pela exclusão e pela marginalidade precisa ser eliminada ou disciplinada no espaço central. Tudo isso de acordo com o jogo político dos poderes executivo, legislativo do município, e dos interesses econômicos do empresariado, que por intermédio dos seus porta-vozes, estigmatizam a informalidade como atividade de meliantes, desclassificados que prejudicam a organização e harmonização do centro da cidade.

O que deveria ser tratado como um grave problema social acaba recebendo uma atenção na qual predomina o olhar discriminatório e o viés disciplinador e restritivo da legislação. Isso tudo para combater vorazmente o trabalho informal que é identificado como atividade ilícita, sendo a força policial a protagonista para realização da “limpeza da área”

com o famoso “rapa”, auxiliada pela guarda civil municipal, colocando ordem na região central da cidade.

Ademais, a existência dos camelôs em vias de grande circulação fica explícita pela existência de um expressivo mercado consumidor de produtos que são vendidos aos cidadãos por preços mais populares e acessíveis. Em virtude da queda no poder de compra da população no decorrer dos anos 90, as áreas em que se localizam os trabalhadores informais constituem-se em verdadeiro *shopping center* a céu aberto, vendendo uma infinidade de produtos que entraram no país através de importações e contrabando, sobretudo do sudeste asiático.

Deve-se destacar que os camelôs exercem um papel interessante para as empresas do setor organizado, sendo algumas transnacionais, já que precisam desovar seus produtos de segunda linha (defeituosos) no mercado, de preferência sem cumprir o rol e exigências legais. Não se pode excluir o consistente argumento de que muitas dessas mercadorias são de origem duvidosa, entretanto os camelôs e ambulantes materializam o elo mais frágil desta cadeia produtiva, já que ficam com uma pequena parcela do rendoso negócio que é amparado pelo contrabando e por autoridades, desde o porto de Santos, fronteiras, alfândegas, passando por policiais, fiscais, políticos corruptos e empresários, que estão direta ou indiretamente envolvidos no rendoso esquema de fornecimento de mercadorias para os ambulantes. Motivo pelo qual nos últimos anos os prefeitos, além de parlamentares, funcionários públicos, sindicalistas, envolveram-se com toda sorte de denúncias desde os pagamentos de propinas, contrabandos, favorecimentos, clientelismo, assassinatos, cassação de mandatos, sobretudo de vereadores, exoneração de funcionários, dentre outros escândalos que tiveram grande repercussão nos meios de comunicação.

No ano de 1999 foi aberta na Câmara Municipal de São Paulo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da máfia das propinas, presidida pelo vereador José Eduardo Martins Cardoso que documentou esse processo através do livro: “A máfia das propinas investigando a corrupção em São Paulo”, onde relata os inúmeros casos de achaque realizados por autoridades vinculadas à fiscalização do trabalho informal dos camelôs no centro da cidade.

Por fim, seria correto responsabilizar os camelôs como sendo os verdadeiros criminosos numa sociedade que tradicionalmente exclui e marginaliza aqueles que vivem do trabalho informal e são cotidianamente injustiçados? Diante da negação do sagrado direito de trabalhar e ganhar o pão com o suor do rosto, a professora Alves lembra:

Como diria Chauí, as pessoas consideradas “suspeitas” na sociedade moderna são em

geral os trabalhadores, por isso a ênfase na tentativa, dentre as proposta dessa Associação (Viva o Centro), da eliminação do centro enquanto lugar de passagem compulsória de pedestre. (ALVES, 2005, p. 144).

De certo modo a prefeitura e a câmara municipal desde 1886, procuram formas para regulamentar, disciplinar ou expulsar os ambulantes do centro, através de portarias, decretos e leis que tipificam as atividades informais. Em alguns períodos e dependendo da posição ideológica do prefeito e a sua respectiva afinidade com os trabalhadores prevalece a tolerância e a vista grossa. Com referência ao trabalho dos camelôs não é necessário o Termo de Permissão e Uso (TPU) ou outras exigências para desempenhar as atividades informais de rua. Todavia, quando o governo municipal é de origem conservadora ou pressionado pelos comerciantes estabelecidos, torna-se inexorável a tendência da retirada, geralmente de forma violenta, dos trabalhadores informais com o apoio da polícia, fiscalização, guarda municipal, etc.

Por outro lado, no decorrer dos anos 90, os trabalhadores da economia informal urbana resistiam reivindicando junto à autoridade o direito de trabalhar nas vias públicas. Portanto resolveram fundar vários sindicatos, filiaram-se às centrais sindicais, conquistaram espaços importantes para dialogar com as autoridades. Um exemplo disso foi que na câmara, por intermédio de vereadores progressistas, várias dissertações e teses foram defendidas na academia abordando a precariedade a que os trabalhadores informais estavam submetidos, denúncias foram feitas nos órgãos da imprensa, entre outras iniciativas que garantiram visibilidade para os informais.

Portanto as duas principais indagações dessa dissertação estão alicerçadas em duas questões.

A primeira: cristalizada nas formas de regulamentação da informalidade no centro tradicional da cidade de São Paulo, função exclusiva do poder público municipal no âmbito dos poderes executivo e legislativo, de que maneira a prefeitura organizou o comércio informal na década de 90 no espaço em questão? Quais os critérios para legalizar o trabalho informal, ou seja, quem tem o direito de trabalhar nos logradouros, portando o Termo de Permissão de Uso (TPU), concessão da prefeitura municipal?

A segunda: o que aconteceu nos anos 90, com relação à representatividade dos camelôs visualizando a posição das duas principais Centrais Sindicais Brasileiras – a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a Força Sindical -, evidenciado principalmente nos seus respectivos congressos, grosso modo, o momento mais importante dessas entidades? Em síntese, quais foram as políticas desenvolvidas pelas centrais sindicais para dialogar com os

camelôs e possivelmente intermediar ações propositivas com os empresários e os governos?

Não obstante, é do conhecimento de todos que os trabalhadores do segmento não-organizado da economia não contam com um arcabouço legal de proteção social e trabalhista, ficando vulneráveis às ações do governo que tanto pode ser tolerante com esta atividade econômica como pode reprimi-la com a força policial, com total apoio dos comerciantes legalizados e de suas entidades de classe, além dos grandes capitalistas que investem na região central da cidade.

Urge questionar a postura do poder público, com destaque para os prefeitos que administraram a cidade de São Paulo, desde a segunda metade dos anos 80 até o final da década de 90, ou seja, quais foram as políticas públicas e as ações implementadas pelos gestores públicos direcionadas para a informalidade no centro tradicional da cidade neste período?

Por que desenvolver uma pesquisa enfatizando o comércio informal de rua com ênfase no trabalho dos camelôs?

Sejam camelôs², ambulantes, marreteiros, mascates, vendedores de porta em porta ou com ponto fixo regulamentados ou não, reconhecidos pelo trabalho que executam nas vias públicas ou simplesmente ignorados pelos transeuntes. Ao longo da história da cidade de São Paulo descrever o centro tradicional da cidade sem a representação do comércio ambulante significa esconder uma realidade marcante na paisagem que antecede até a própria formação do mercado de trabalho, pois esta atividade era exercida pelos negros de ganho que até monopolizavam alguns ofícios no último decênio do século XIX.

Por outro lado, a visão legalista das autoridades visava combater esta modalidade de comércio que comprometia as reformas urbanas com o intuito de europeizar a cidade. Portanto, era comum perseguir estes trabalhadores, criar uma série de leis justapostas para burocratizar e dificultar o processo, além de documentos que legalizassem a situação dos ambulantes no espaço público. Para os segmentos mais abastados da sociedade os camelôs são sinônimo de desordem, arruaça, trapaça, criminalidade, marginalidade, que precisam ser retirados do centro que se torna degradado, congestionado e incompatível diante das

² Camelô é o negociante que vende nas ruas, em geral nas calçadas, bugigangas e outros artigos, negociando-os de modo típico. O termo camelô começa a ser empregado com maior frequência a partir dos anos trinta. Marreteiro é a menção que se fez aos leiloeiros da alfândega que comandavam os leilões de mercadorias de péssima qualidade ou estragadas ao ouvirem o primeiro lance, instantaneamente batem o martelo para fechar a venda, impedindo que o comprador desista do oferecido. Significa também, malandro, trapaceiro, vigarista. O marreteiro é o ambulante quando se associa à atuação de práticas ilegais. Pode ser aquele que estende pedaços de plásticos ou de tecidos no chão das ruas sobre os quais coloca suas mercadorias à venda. Estes são os “para-quedistas” no linguajar comum. (D’ANGELO, 2000, p. 41 e 42)

necessidades de fluidez e circulação. Ou seja, o centro monumento como lugar de espetáculo para ser vendido e comprado de acordo com as regras da acumulação capitalista dos setores imobiliários e de comércio e serviços não pode admitir a presença do comércio ambulante nas vias públicas.

Obviamente que os camelôs são vítimas do processo econômico que se sucedeu no Brasil durante décadas, excluindo parcela considerável da classe trabalhadora do circuito produtivo do capitalismo organizado. Qualquer sociedade mais politizada não suportaria tamanho descaso com milhares de trabalhadores que precisavam inventar o seu trabalho a cada alvorecer, inserindo-se da forma mais precária e vulnerável no mundo do trabalho em um país que já logrou altas taxas de crescimento econômico e que, por diversos motivos, não conseguiu diminuir ou muito menos articular políticas públicas para amenizar o sofrimento das classes subalternas que dependem do salário para sustentar as suas famílias.

Seja como for, os camelôs materializam as profundas heranças históricas e a heterogeneidade que compõem o mercado de trabalho nacional tanto no passado como no presente. O comércio informal grassa na paisagem que no passado era ocupada pelos negros recém-saídos da senzala e pelos imigrantes pobres oriundos da Europa na virada do século XIX para o XX. Na década de 90, eram os afro-descendentes, os migrantes principalmente nordestinos, os trabalhadores acima dos quarenta anos de idade rotulados de velhos pelas empresas, os portadores de necessidades especiais, que foram ocupar os mesmos espaços no centro da cidade que, outrora, era a metrópole do café e hoje sustenta o *status* de cidade global. Com tudo isso, os camelôs permanecem no território que se metamorfoseia e que não consegue expurgar os trabalhadores excluídos.

CAPÍTULO I – BREVE PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

1.1 Brasil: mercado de trabalho e exclusão social

No que concerne ao início do mercado de trabalho nacional, deve-se levar em consideração que a sua constituição ocorreu algumas décadas após o fim do regime escravocrata em 1888. A opção política de incentivar a imigração da mão de obra europeia foi decisiva para substituir os escravos nas lavouras de café, além de atender a uma demanda presente no final do século XIX e início do século XX. Eram as políticas de eugenia, visando o aprimoramento da raça brasileira, pois seria moderno e civilizado formar uma nação com forte presença de homens brancos originários do continente europeu.

Obviamente o término da escravidão atendia a demanda da Inglaterra, grande potência daquele período e pioneira da Primeira Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII e com os avanços do capitalismo, o trabalho compulsório não era interessante. Os trabalhadores deveriam vender sua força de trabalho, receber salário e consumir produtos manufaturados.

Entretanto foi durante o governo Vargas, a partir de 1930, que se pode afirmar com segurança a formação do mercado de trabalho urbano com a difusão de algumas leis esparsas que eram favoráveis à classe trabalhadora das cidades. O ápice deste processo foi a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1º de maio de 1945.

Durante as três primeiras décadas do século XX, foi marcante a posição dos anarquistas no Brasil, que exerceram forte influência no movimento sindical, sobretudo organizaram as primeiras greves, reivindicaram a redução da jornada de trabalho, aumentaram os salários e diminuíram o preço dos alimentos. Com o advento da chegada de Vargas à presidência, houve o arrefecimento das lutas anarquistas, na estratégia do governo os trabalhadores teriam proteção do Estado que absorveria os conflitos de classe com a estrutura arquitetada por Getúlio Vargas.

Os séculos XIX e XX foram marcados pelo assalariamento de grande massa de trabalhadores de todo o mundo industrializado e as relações de trabalho foram juridicamente regulamentadas no ocidente (em alguns países europeus já no final do século XIX e, no Brasil com a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943), como conquista da luta empreendida pelo movimento sindical por melhores condições de trabalho, aumentos salariais e estabilidade no emprego. (LAZZARESCHI, 2007, p. 13).

Em contrapartida, para compreender as disparidades do mercado de trabalho brasileiro em relação aos países de industrialização avançada, é primordial realizar o resgate histórico do período da escravidão que criou expressivo excedente de trabalhadores não incorporados ao setor produtivo moderno. Esta situação deveria ter sido equacionada com o término da escravidão, mas não houve vontade política no decorrer da história do Brasil para superar o dramático quadro de exclusão que teve inexorável recrudescimento, principalmente para os egressos do cativeiro.

Sem ter como “ganhar a vida” em ocupações com níveis de renda conspicuamente urbanos, o negro e o mulato não podiam absorver o “estilo de urbano de vida”. Como acontecera antes, na fase incipiente da formação da ordem social competitiva da revolução urbana, moravam dentro da cidade, sem pertencer a ela de corpo e alma. Como as motivações e os sentimentos vigorosos, forjados pela luta abolicionista, deixassem de operar, o impacto dessa situação tornava-se ainda mais destrutivo e desalentador. Antes o ócio disfarçado ou a vagabundagem ocasional apareciam como um expediente de auto-afirmação, um meio para resguardar a liberdade e a dignidade da pessoa. Agora já não possui significado suplementar – a desocupação permanente desmoraliza o homem e o predispõe para a vadiagem sistemática. A mesma coisa acontece em outros níveis do comportamento humano, da exploração do trabalho da mulher à especialização na área do crime. O que soava como uma dramática e altiva forma de protesto, por falta de melhor destino, degrada-se incessantemente, conduzindo seus agentes humanos pelo plano inclinado da miséria, da corrupção e do desalento. (FERNANDES, 1978, p. 140 e 141).

A despeito disso, importa salientar que a mão de obra cativa foi o sustentáculo da economia colonial no decorrer de quatro séculos. Não era factível pensar o Brasil Colônia desarticulado do trabalho compulsório, sendo que o elemento negro contribuiu significativamente para o processo de acumulação primitiva e nestas paragens faziam parte da engrenagem arquitetada para os desdobramentos do setor agroexportador.

Com o advento da abolição no último quartel do século XIX, os escravos não receberam nenhum tipo de compensação. Muito pelo contrário, foram menosprezados, ou seja, não existiu um projeto concatenado que vislumbrasse uma nação incorporando e contemplando os menos favorecidos. Os egressos do cativeiro foram simplesmente deixados à própria sorte com as roupas do corpo. Obviamente a população negra não reunia os pré-requisitos impostos para se adaptar imediatamente a uma sociedade urbana e industrial pós-abolição, mesmo que de maneira incipiente, pois não foram educados para o trabalho assalariado.

Vale insistir na teoria de que o negro não se enquadrava no rol de exigências sinalizadas pelos capitalistas daquela época, pois o trabalho escravo não corroborou para a afirmação e valorização do labor, além de ter um caráter degradante, relegando à inferioridade os trabalhadores braçais como sendo atividade de escravos. Por outro lado, podemos constatar

a total ausência de disposição por parte dos barões do café ou capitães da indústria de propiciar oportunidades à população negra, que não tinha a menor condição de concorrer em todos os aspectos com os imigrantes ou filhos dos mesmos, já adaptados e disciplinados para o assalariamento.

A bem da verdade o negro estava livre, porém sem oportunidade na nova ordem econômica, pós-regime escravocrata. A elite de então imputava ao enorme contingente negro a responsabilidade pelos seus infortúnios, principalmente no mercado de trabalho, recorrentemente atribuído à malandragem, vadiagem, mendicância, pequenos furtos e desordem. Portanto, faziam jus aos trabalhos mais penosos e mal remunerados que existiam nos centros urbanos de então, com destaque para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Fica evidente que a construção do mercado de trabalho livre no país foi tardia, a exemplo da nossa industrialização. Enquanto vigorava no Brasil a escravidão como um dos pilares da acumulação primitiva do Antigo Sistema Colonial (ASC)³, os países europeus com destaque para a Inglaterra, desde o último quartel do século XVIII, introduziam nos mercados que representavam as antigas colônias à manufatura em larga escala na sua base produtiva, que foi posteriormente disseminada para todos os países com maior ou menor intensidade, dependendo da conjuntura política e da inserção da economia no mercado internacional.

³ Sobre o Antigo Sistema Colonial. Ver: “Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial” de Fernando Novais (1993) e Caio Prado Jr. “Evolução Política do Brasil: colônia e império” (1993).

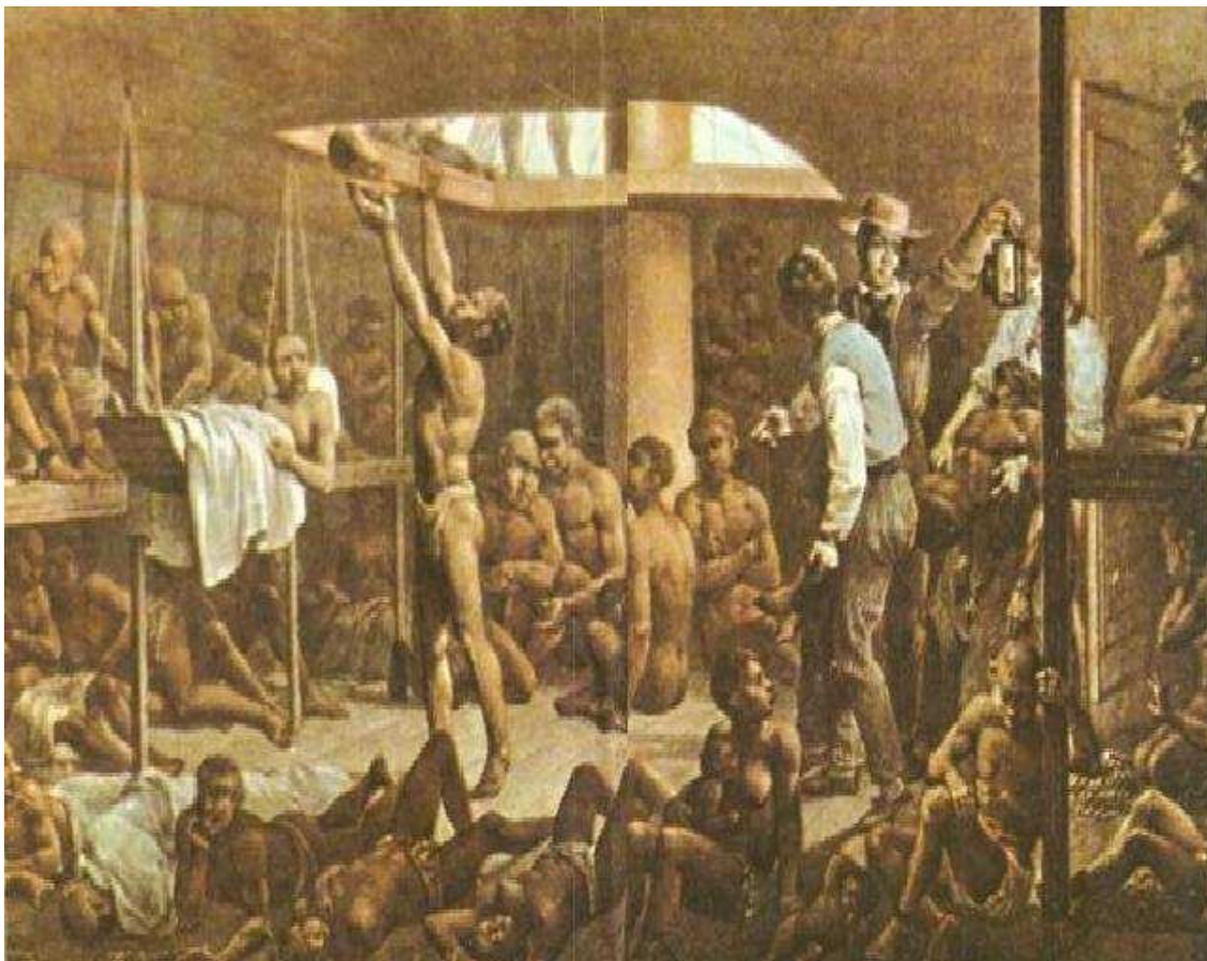


Figura 1 - “Negros Novos”

Fonte: Gravura de Rugendas, Biblioteca Municipal de São Paulo.

No que tange aos direitos sociais e trabalhistas os países da periferia do capitalismo sempre apresentaram relativa desvantagem quando comparados aos países centrais, pois as reivindicações do proletariado europeu eram visíveis no século XVIII. A organização coletiva dos trabalhadores foi decisiva para garantir avanços importantes no campo das negociações sociais, tendo o seu ápice na segunda metade do século XX, por intermédio do compromisso *keynesiano*, concatenados no segundo Pós-Guerra.

Enquanto isso, no Brasil predominou durante séculos o trabalho compulsório e a mão de obra cativa, variável importante na acumulação do período colonial, onde nos 500 anos de história oficial do Brasil, tivemos mais tempo de trabalho cativo do que o trabalho livre, sendo que a escravidão terminou há pouco mais de cem anos. Portanto, o mercado de trabalho brasileiro é recente e somente é possível identificá-lo diante do cenário de liberdade para os trabalhadores venderem a sua força de trabalho e os empregadores que as compram.

É necessário lembrar os 350 anos da escravidão que deixaram marcas profundas na história do Brasil, pois os negros contribuíram significativamente para a construção do país.

Eram os que mourejavam compulsoriamente nessas paragens, enquanto a elite agrária brasileira protelava a escravidão. Até sofrer sanções internacionais, nem as pressões da potência econômica da época, a Inglaterra, foram suficientes para sensibilizar nossos senhores de escravos.⁴

Temos que ressaltar a transição incompleta do período escravocrata para um regime de livre mercado de trabalho, caracterizado pela atitude inflexível da elite agrária que impediu, por meio da Lei 601 de 18 de Agosto de 1850 (a Lei de Terras), uma ampla reforma agrária que beneficiasse os negros recém-libertos da senzala e os brancos pobres.

Para não ser injusto com algumas personalidades que advogavam a tese do fim do regime escravocrata, eis as palavras proferidas recorrentemente por Joaquim Nabuco, que exigia nos seus discursos que a simples e pura eliminação do cativo não era o suficiente para a construção de uma grande nação.

Não por acaso, Joaquim Nabuco, desde o período abolicionista, defendia que a democratização da sociedade brasileira exigia não somente a supressão da escravidão como também a mudança do regime de propriedade da terra: a eliminação do latifúndio e a criação de uma camada de pequenos proprietários livres no campo. (OLIVEIRA, 1998, p. 115).

Neste contexto o Brasil nasce sob o signo do trabalho precário, que excluiu a maioria da sua população composta de negros oriundos da senzala e brancos livres pobres que também eram menosprezados. Motivos pelos quais, aproximadamente quatro milhões de escravos foram enviados nos tumbeiros para vitalizar o capitalismo mercantil e propiciar um intenso acúmulo primitivo de capital. As condições de trabalho eram as mais tenebrosas e humilhantes. Barbosa (2006, p.33) enfatiza, “Jornadas extensas, péssimas condições de higiene e habitação, elevada mortalidade, no máximo 15 anos de vida útil. Com 30 anos já eram velhos, transformados no bagaço do próprio açúcar que extraíam”.

O mercado de trabalho desde sua fase inicial é marcado pela heterogeneidade, atividades informais de baixa remuneração, desemprego, sub-emprego, além da ausência de políticas de proteção social. Esses fatores foram determinantes para a pauperização desta camada da população.

Para compreender as dificuldades econômicas dos antigos escravos é importante atentarmos para o que, efetivamente, ocorreu no dia seguinte à abolição da escravidão. Mais de 700 mil pessoas (aproximadamente 5% da população da época) foram colocados a disposição de um mercado de trabalho fictício. Os imigrantes, [...], chegavam em grande número e estavam de fato mais preparados para o trabalho assalariado do que os ex-escravos. Para que se possa ter uma idéia melhor do impacto causado, esse montante representaria, em 2000, cerca de 8,3 milhões de pessoas colocadas de uma vez só no olho da rua! Aliás, no olho da rua ficaram para não mais

⁴ Com referência aos debates proferidos no parlamento: visando o fim da escravidão, merece menção o livro, “Cenas da abolição: Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça” de Joseli Nunes Mendonça.

sair. Parte importante do desemprego estrutural brasileiro nasce daí. (SANTOS, 2001, p. 86).

Guardadas as devidas proporções, a título de comparação, é conveniente observar que as discrepâncias sociais da sociedade brasileira contemporânea estão articuladas com a nossa herança histórica com relação aos encaminhamentos conservadores e por excelência excludente do passado, dentre eles o excedente de mão de obra, liberta do cativo que não foi absorvido pelo setor organizado da economia. Porém é factível enumerar outras mazelas que até hoje não foram solucionadas, vide, por exemplo, a moradia, a educação, a saúde, o transporte coletivo e a reforma agrária. Além das políticas restritas e seletivas para amparar as crianças, os idosos e os desempregados, em última instância os elos mais frágeis da sociedade, ficaram totalmente desamparados de qualquer política compensatória ou indenizatória.

Nas cidades, essas massas de ex-escravos e brancos pobres não encontravam qualquer ocupação. A população pobre vivia apenas de favores dos senhores, da prática de pequenos delitos ou de atividades precárias e descontínuas. Esses excluídos eram, assim submetidos a baixíssimos padrões de vida e atraíam o desprezo da sociedade, que a eles se referia pejorativamente como ralé, turba, rafaméia. (OLIVEIRA, 1998, p. 144).

A população negra, parda e pobre sempre esteve vinculada ao subemprego, pois a maioria dos “bicos” era atividades feitas pelos afros descendentes e o trabalho precário negro antecede a abolição. Segundo Santos (2001, p.87), “Os negros já libertos, em plena escravidão, já viviam assim: trabalha hoje; não trabalha amanhã nem depois; um dia aqui, depois acolá – nada fixo.”

Nesta argumentação, é possível vislumbrar que a precariedade social e do mundo do trabalho já estava colocada como uma chaga aberta no final do período da escravidão e no início da constituição do mercado de trabalho com a vinda da força de trabalho europeia. Não se pode negligenciar o fato de que um exército de dimensões expressivas de negros já desenvolvia suas atividades laborais nos núcleos urbanos, sendo que algumas “profissões” ou ofícios eram identificados como reserva de mercado para os negros, tais como a função de carregadores de mercadorias, de domésticas, de lavadeiras, de quituteiras, de vigias, de limpadores de fossas, de vendedores de produtos nas ruas e de outras formas de serviços braçais e domésticos nos logradouros públicos.

A labuta por conta própria não era uma experiência desconhecida dos escravos. A escravidão urbana comportou formas de exploração do trabalho escravo para as quais era imprescindível certa autonomia do trabalhador. Era, por exemplo, o caso dos escravos de ganho que não trabalhavam diretamente para os senhores. Realizando determinadas funções remuneradas, tinham a obrigação de entregar, ao fim do dia ou da semana, uma quantia previamente fixada pelo senhor. Tais escravos

desempenhavam tarefas comuns às necessidades do meio urbano. Eram carregadores de pessoas, de mercadorias, das “águas sujas” que precisavam ser transportadas quando não havia um sistema de esgoto que retirasse das casas os excrementos humanos. Dedicavam-se, principalmente as mulheres, ao comércio de gêneros alimentícios, vendendo frutas, quitutes, guloseimas de variadas espécies. Algumas vezes, exerciam ofícios bastante valorizados: eram costureiras, pedreiros, marceneiros, padeiros, barbeiros. Para que os senhores pudessem angariar sua “recompensa” pecuniária, era necessária que tais escravos dispusessem de uma margem considerável de autonomia para trabalhar. (MENDONÇA, 2001, p. 39).

Como os trabalhadores europeus chegavam em numero expressivo e o seu traslado era no princípio financiado e incentivado pelo Estado e pelos empreendedores, pode-se afirmar que “sobrou” mão de obra branca também, não foi aproveitada nas fazendas de café do oeste paulista, muito menos na incipiente indústria que dava os primeiros passos na cidade de São Paulo. Logo a população negra que foi menosprezada e encontrava inúmeras dificuldades para inserir-se em atividades produtivas dignas e ficou marginalizado compondo, provavelmente, o primeiro grupo de trabalhadores não inseridos no mercado de trabalho do Brasil. Sem nenhuma lei social que os protegesse, esta massa de ex-escravos não conseguiu oportunidades de emprego, o que seria a única maneira de defender-se do pauperismo. Já foi mencionado que a Lei de Terras apresentava-se como um obstáculo para impedir que os negros e brancos pobres tivessem acesso a terra e praticassem a agricultura de subsistência e garantissem relativa autonomia econômica.

De bom escravo, que por mais de três séculos sustentará a vida econômica do país, o negro salta para a posição de mau cidadão, agora não mais apto para bem cumprir obrigações. Assim a vadiagem era o destino compulsório de muitos negros – a maioria formada por homens. Para a mulher negra havia maior flexibilidade em virtude dos trabalhos domésticos; cozinheira, arrumadeira, passadeira, babá, quituteira, copeira, etc. (SANTOS, 2001, p. 80).

Atualmente em pleno século XXI, a situação dos afro-brasileiros em todos os segmentos da sociedade é de guerra pela sobrevivência, então o que dizer dos primeiros anos pós-abolição, fase em que predominavam teorias racistas que associavam o desenvolvimento econômico à melanina. São famosos os estudos de Nina Rodrigues, Silvio Romero, Gobineau, entre outros cientistas, que defendiam abertamente o “embranquecimento” da população. Estavam no auge as políticas de eugenia, colocadas em prática em vários países, que fomentavam o sentimento de superioridade e discriminação, pois o único modelo viável de desenvolvimento era na visão dos governantes o elemento branco Europeu.

Diante dessa linha de raciocínio, a sorte dos negros estava lançada no Brasil. Após 400 anos de escravidão, ficaram estigmatizados e condenados aos piores trabalhos com baixos salários, sendo que na Primeira República, os capitalistas e as autoridades de então não demonstraram preocupação com as questões sociais vigorando a doutrina liberal clássica.

Enquanto em diversos países europeus os direitos sociais começaram a ser conquistados pela classe obreira, no Brasil isto não passava de um sonho para o conjunto majoritário dos trabalhadores, visto que a maioria era classificada como “vadios”, “imprestáveis”, “inúteis”, dentre outros adjetivos depreciativos usuais no vocabulário da elite.

Já a massa dos negros das cidades continuou, após a Abolição, abandonado a própria sorte, ocupada nos trabalhos mais “pesados” e mais precários, muitos vivendo de expedientes, amontoados em habitações imundas, favelas cortiços, mergulhados também no analfabetismo, na desnutrição e na doença. Poucos os que, até 1930, tinham se elevado as funções públicas mais subalternas, ou ao trabalho especializado mais valorizado, de marceneiro, costureira, alfaiates, etc. Pouquíssimos conseguiram ir além do *abc* na educação formal; contavam-se nos dedos os que tinham chegado à universidade. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 583).

Por esses motivos é justo e necessário que se realize uma digressão até o período da escravidão e o momento subsequente à abolição, destacando a importação da mão de obra branca com objetivo de consolidar o mercado de trabalho e também para embranquecer a população. Esta opção política exclui os negros de uma inserção digna na sociedade pós - escravidão. Portanto é necessário buscar elementos que possam contribuir com a análise das origens do subemprego⁵ no país, com marcantes discrepâncias no mercado de trabalho, que grosso modo, mais exclui do que incorpora os trabalhadores, gerando assim um exército de trabalhadores informais, representados pelo desemprego de longa duração, subemprego, biscate, pequenos furtos, até mesmo o envolvimento com atividades ilícitas.

As péssimas condições de inserção no emprego formal para a maioria da População Economicamente Ativa (PEA) reportam-se a séculos de exclusão social e exploração dos trabalhadores, balizadas na acumulação primitiva, no capitalismo mercantil e posteriormente com o capitalismo industrial, que não otimizou nos momentos de crescimento econômico, o aproveitamento da classe trabalhadora, através do assalariamento, no mercado formal de trabalho. Muito pelo contrário, predominou a intenção de consolidar um imenso exército industrial de reserva, justamente para criar obstáculos na distribuição dos ganhos de produtividade e manter os salários achatados, assim como manter o proletariado inseguro quanto a sua permanência nos postos de trabalho, no momento em que tinham pouca capacidade de organização e reivindicação dos seus direitos.

Insiste-se em detalhar o período de transição do regime escravocrata, para o trabalho

⁵ Subemprego. Situação socioeconômica dos trabalhadores que se dedicam à prestação de serviços avulsos de baixa remuneração ou que só encontram trabalho em certos períodos do ano. O subemprego crônico de parte da mão de obra é uma característica do subdesenvolvimento. Nos centros urbanos brasileiros, o subemprego se manifesta por meio da existência de grande número de pessoas que vivem de biscates (venda de mercadorias nas ruas e calçadas, lavagem de carros etc.), e, na zona rural, o caso mais típico é representado pelo trabalhador temporário dos bóias-frias por ocasião das colheitas de frutas, café, cana-de-açúcar, algodão etc. (SANDRONI, 1999, p. 580 e 581).

livre, justamente com o intuito de identificar as principais características que norteiam o mercado de trabalho, que foi delineado nas primeiras décadas do século XX. Contudo, é conveniente salientar a heterogeneidade da participação dos trabalhadores no mundo do trabalho. O capitalismo que se desenvolveu no país teve como sustentáculo a superexploração da mão de obra. Com a introdução gradativa da economia articulada pela indústria e pela urbanização, ficou cristalizada na sociedade a baixíssima remuneração dos proletários, situação dramática, mesmo quando comparada com o salário dos trabalhadores de outros países de industrialização tardia.

É possível estabelecer um paralelo para comparar o passado com o presente da geração de milhares de trabalhadores que não estão no segmento organizado da economia e ficam nas franjas do sistema capitalista selvagem. É necessário ressaltar que as boas oportunidades de emprego são escassas e são articuladas com uma série de competências e habilidades, vinculadas com níveis elevados de escolaridade e por esse motivo, uma parcela importante dos trabalhadores não consegue concorrer no mercado de trabalho, pois é excluída da educação formal.

É importante ressaltar que o desemprego e a crescente onda de trabalhadores informais sempre existiram no Brasil por motivos relacionados ao enorme contingente de demanda por oportunidades no mercado de trabalho, sempre maior que a oferta. Porém, a partir dos anos 50, a economia do país tornou-se dinâmica, possibilitando a incorporação dos migrantes que se deslocavam principalmente do nordeste rumo ao centro-sul do território nacional, com ênfase para a cidade de São Paulo, onde de fato o setor industrial necessitava de milhares de trabalhadores. Isto posto, devemos analisar que durante trinta anos o Brasil foi sinônimo de crescimento acelerado. Sendo assim, a expansão da base produtiva significou a abertura de vagas, diminuindo consideravelmente o número de trabalhadores desempregados ou alocados no subemprego urbano.

Ao analisar o comportamento do mercado de trabalho, diversos cientistas sociais sustentavam o argumento de que os ganhos de produtividade exerceriam a função de garantir os empregos assalariados formalizados necessários para diminuir as tensões sociais, além de proporcionar elevada mobilidade social e por conseguinte, logo inserindo os brasileiros na moderna sociedade de consumo de massa que já era uma conquista consolidada no segundo Pós – Guerra nos países da Europa Ocidental e nos EUA.

Seja como for, a *performance* da Economia por uma série de fatores macroeconômicos endógenos e exógenos passou a crescer de maneira tímida, sendo que no início da década de 80, o país foi vitimado pela desestruturação do mercado financeiro internacional e pelos

sucessivos choques do petróleo que colocaram definitivamente o país na rota da estagnação e da hiperinflação, cerceando qualquer política interna autônoma de desenvolvimento. Foi justamente no início da referida década que o desemprego toma contorno dramático e após décadas de crescimento econômico, a classe trabalhadora deparava-se com um cenário incomum para sua geração: o desemprego em massa que se desdobrou em tempo mais prolongado em uma conjuntura em que as políticas sociais eram seletivas e limitadas e impossibilitavam a redução do sofrimento dos trabalhadores dispensados.

Foi neste momento que as autoridades começaram a ter algumas preocupações com o cenário de desemprego de longa duração e perceberam que o país não possuía os mecanismos de proteção social constituídos nos países da Europa. Os cientistas sociais também iniciaram suas respectivas pesquisas, aprofundando os estudos inerentes ao mundo do trabalho, por meio da leitura sobre os desempregados com o intuito de garantir uma intervenção mais científica neste movimento e dando subsídios ao governo e aos sindicatos que agora tinham uma nova e inusitada realidade no início dos anos 80, agravada no decorrer da década de 90, com os números recordes de desempregados a cada pesquisa divulgada e com a queda no nível de renda que diminuía o poder de compra dos salários.

Ademais, uma visão panorâmica do mercado de trabalho contribui para observar as deficiências e potencialidades da sociedade capitalista brasileira e mais do que isso possibilita a visualização das fragilidades de um amplo setor informal, totalmente desprotegido do arcabouço legal da sociedade brasileira, reforçando a secular tríade: êxodo rural, desemprego e violência, que é evidenciada com mais intensidade, nos momentos de crise econômica, por exemplo, nas pífias taxas de crescimento de produtividade dos anos 80 e 90.

1.2 Crise e trabalho no Brasil: uma visão panorâmica do século XX

A trajetória da economia brasileira de 1930 até o final dos anos 70 foi caracterizada pelo padrão nacional desenvolvimentista⁶ que, via de regra, garantiu o desenvolvimento de um significativo parque industrial na periferia do capitalismo, com as seguintes características: complexo, diversificado e integrado.

⁶ Ideologia que, no Brasil, caracteriza particularmente o governo JK e que identifica o fenômeno do desenvolvimento a um processo de industrialização, de aumento da renda por habitante e da taxa de crescimento. Os capitais para impulsionar o crescimento são obtidos junto às empresas locais, ao Estado e às empresas estrangeiras. (Economia & Trabalho: textos básicos, 1998, p. 278).

Nesse período, o Estado exerceu um papel importante como articulador dos interesses nacionais, protegendo a produção interna e aproveitando as oportunidades para estabelecer negociações multilaterais com os países que se envolveram diretamente na Primeira e nas Segundas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1940-1945), respectivamente, além de outros eventos em âmbito global que não podem ser negligenciados, tais como a quebra na Bolsa de Nova York (1929)⁷ e a Revolução Russa (1917). As economias de oportunidade acontecem justamente em momentos de crise do sistema. Esse foi o processo que viabilizou a industrialização inicial que foi intensificada nos períodos de crise do setor agro exportados do café.

Durante os 25 anos que compreenderam o período de 1930 e 1954, o país conseguiu o caminho da industrialização nacional, estimulado por uma decisão interna e ajudado por acontecimentos internacionais. Primeiramente, a Depressão de 1929 e a Revolução de 30 criaram o ambiente necessário para a opção pelo projeto de produção interna e substituindo, na medida do possível, produtos antes importados, sendo a indústria o centro dinâmico da economia nacional. (POCHMANN, 2001, p. 71).

Entretanto, o vigoroso crescimento da produtividade não foi suficiente para gerar empregos de qualidade e salários dignos para a classe trabalhadora, com ênfase para aqueles que foram expropriados do campo, seja pela expansão da grande propriedade fundiária em detrimento da pequena propriedade familiar ou pela mecanização da lavoura. A ausência histórica de uma reforma na estrutura fundiária, que sempre foi extremamente concentrada, materializou as causas e consequências das grandes correntes migratórias para o centro sul do país principalmente para a cidade de São Paulo.

Entre 1940 e 1980, cerca de 35 milhões de trabalhadores migraram do campo para a cidade, eram empregados em atividades industriais e de serviços e, na sua maioria, possuíam carteira de trabalho assinada, o que lhes assegurava os direitos previstos na legislação trabalhista. Enquanto em 1940, cerca de dez trabalhadores assalariados três eram registrados, esta proporção já era de sete para dez em 1980. (BARBOZA; MORETTO, 1998, p. 71).

Neste contexto a economia do país reuniu as condições para realizar a transição de uma sociedade rural que predominava as oligarquias agrário-exportadoras para a burguesia urbana industrial, no momento em que as indústrias passaram a substituir as importações nas fases de crise do capitalismo internacional e o país passou a desenvolver-se tendo a indústria como cenário ideal para se modernizar.

As relações de trabalho no campo eram arcaicas, prevalecendo as posições dos

⁷ A quebra na Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, repercutiu no mundo todo, acarretando uma grave crise econômica de caráter internacional. Milhares de investidores perderam todo o seu dinheiro na pior crise da história de *Wall Street*. O Brasil, país que apresentava uma enorme dependência do mercado externo, especialmente do europeu e do norte-americano, sentiu de imediato as consequências do *crash*, que fizeram ruir a cafeicultura, base econômica do país. (MIRIAM & MIRIAM, 2002, p. 39).

grandes proprietários em detrimento das demandas dos trabalhadores que sempre eram desprezadas. A enorme concentração de terra, para viabilizar a monocultura de gêneros alimentícios para exportação, foi determinante para o fracasso da propriedade agrícola familiar que naquele período não encontrava respaldo do Estado para se desenvolver economicamente. Na maioria dos casos essas terras eram adquiridas pelos latifundiários que aumentavam a sua propriedade para infortúnio dos camponeses. Nessa conjuntura, o número de trabalhadores que migrou para as cidades foi significativo. Motivado pela ininterrupta abertura de vagas de trabalho nas indústrias de transformação, na construção civil, no comércio, na prestação de serviços domésticos, este processo de crescimento econômico de 1930 até a segunda metade dos anos 1970, não foi suficiente para garantir emprego para a maioria dos trabalhadores no setor organizado da produção, e por consequência, milhares de trabalhadores sem emprego foram para a informalidade nas ruas das principais cidades brasileiras.

Num período relativamente curto de cinquenta anos de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final dos anos 70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporada aos padrões de produção e de consumo próprios dos países desenvolvidos. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 562).

Nos desdobramentos do *fordismo* periférico no pós Segunda Guerra, alguns países tiveram atenção especial, pois eram estratégicos do ponto de vista geopolítico, dada a conjuntura constituída pela “Guerra Fria”. Neste cenário o Brasil teve algumas características que não poderiam ser menosprezadas: o 5º maior território do planeta, terras férteis, concentração de minerais, rios caudalosos, faz fronteira com quase todos os países da América do Sul, além de um considerável mercado interno. Essas características do país favoreceram o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no período de grande liquidez do capitalismo internacional, que estava em franca expansão em busca de taxas de lucro nos países subdesenvolvidos.

Mas crescimento econômico por si só não foi suficiente para garantir um padrão de vida mais decente para a maioria dos trabalhadores que permaneceu no pauperismo. A pobreza que em outrora era associada ao meio rural, com o acelerado processo de industrialização e intensa migração, foi transferida para a periferia das cidades da região Sudeste do Brasil que passaram a concentrar a nova pobreza urbana constituindo enormes bolsões de miseráveis com a população sobrevivendo com inúmeras dificuldades socioeconômicas por meio de empregos com salário baixos ou propriamente do subemprego.

Ganhos de produtividade poderiam perfeitamente ser distribuídos para a massa de

proletários, a exemplo do que ocorreu com o *Welfare State*⁸ dos países da Europa Ocidental, onde houve uma ampla aliança entre os atores sociais: Estado, Capital e Trabalho. Porém no caso brasileiro, predominou a concentração de renda, na qual poucos ganharam muito enriquecendo, e muitos ganharam migalhas da produtividade desse período de expansão do capitalismo no Brasil.

Ora, é evidente que este crescimento econômico poderia ter sido acompanhado por melhorias generalizadas nos padrões de vida da população e, na atualidade a capacidade produtiva do país, considerada dinâmica suportaria programas de erradicação da miséria como bem demonstra recente pesquisa dirigida por Carlos Lessa. (OLIVEIRA; WILNÊS, 1990, p. 26).

O que se verificou no caso brasileiro foi que no período de 1930 a 1970 houve um grande crescimento associado ao intenso processo de exclusão social (percurso conhecido como “crescimento desigual e combinado”). Os ganhos de produtividade do capital não foram distribuídos, muito pelo contrário, significou em última instância uma brutal concentração de renda, favorecendo as camadas privilegiadas. Enquanto reinava a pobreza absoluta para a maioria da população, que mesmo ingressando em atividades formais no mercado de trabalho (com carteira assinada), não conseguia salários suficientes para uma vida decente, mais que isso, o despotismo patronal aliado com a ausência de mecanismos de proteção social contribuiu para a frágil organização dos trabalhadores, que por sua vez não conseguiam sistematizar de forma generalizado os interesses imediatos e históricos das demandas trabalhistas e sociais.

Os trabalhadores que não conseguiam os empregos formais não tinham alternativa, migraram para a informalidade, manifestada no trabalho autônomo, por conta própria, o “bico” ou “biscate”, ou seja, atividades de prestação de serviço com baixíssimos rendimentos e sem nenhum reconhecimento social, totalmente desprotegidos do arcabouço da legislação trabalhista e social, consubstanciando, o exército industrial de reserva.

Justamente no momento em que o PIB (Produto Interno Bruto) do país teve um crescimento sem paralelo, já que o Brasil foi a nação que alcançou mais dinamismo na periferia do capitalismo, entre as décadas de 1930 e 1970. Porém, os trabalhadores tiveram a sua participação restringida, pois a ausência de princípios e prática democrática na relação capital e trabalho impediram uma efetiva inserção da força de trabalho, enquanto atores sociais ativos.

⁸ *Welfare State* – Estado de Bem-estar Social. Determinada forma de articulação entre Estado, economia e sociedade com acentuada participação estatal na promoção das políticas e benefícios sociais e na redução das desigualdades, características das sociais-democracias dos países avançados. O conjunto de políticas geralmente busca assegurar um padrão mínimo de vida aos cidadãos, independente da renda obtida no mercado.

O Brasil foi capaz de no pós Segunda Guerra assegurar taxa de crescimento mais elevado e gerar mais empregos que a maioria dos países do mundo: mas isso não resultou em melhoria na distribuição de renda. (MATTOSO, 1999, p. 10).

Fica evidente que a força de trabalho organizou-se de forma mais consistente através dos sindicatos a partir dos anos 50, pois a chegada das companhias multinacionais associadas ao capital nacional concentrava-se geograficamente em algumas regiões do país e atraíam milhares de proletários, que passaram a fazer exigências como melhores salários, redução da jornada de trabalho, 13º salário, movimentos paredistas, entre outras reivindicações que já eram conquistas consolidadas nas nações de capitalismo avançado.

Para a elite brasileira, a organização dos trabalhadores poderia causar maiores transtornos. Eles estavam se fortalecendo e pressionavam o Estado com uma lista extensa de demandas historicamente negadas e o diálogo com a classe empresarial nacional era historicamente restrito no campo social, era comum as forças policiais serem convocadas para solucionar as reivindicações dos operários.

Motivo pelo qual a classe média e os capitalistas apoiaram o golpe militar em 1964 que teve o auxílio dos Estados Unidos, aproveitando a forte disputa internacional materializada pela “guerra fria” e as posições mais vinculadas com as classes populares do presidente João Goulart que propunha a Reforma de Base (Reforma agrária, urbana, educacional, etc.). Não foi difícil rotular os trabalhadores de “ameaça comunista”, “república sindical” e diante dessas circunstâncias foi arquitetado o golpe para impedir qualquer alteração na estrutura econômica do Brasil que não estivesse de acordo com os interesses dos capitalistas.

O Brasil do início dos anos 60 já contava com um aparelho produtivo integrado, dados os avanços da industrialização pesada resultantes do Plano de Metas. A conseqüente expansão das bases sociais dos sindicatos populares e a crise estrutural vivida pelo país impulsionaram as forças progressivas à luta pelas reformas democráticas. No entanto, a vitória das correntes conservadoras em 1964 interrompeu esse processo. O regime militar, com a justificativa ideológica da “ameaça comunista” ou da “república sindical”, aniquilou todas as possibilidades das camadas subalternas de defender os seus interesses. Por outro lado, buscando apoio, os militares passaram a atender ao conjunto dos interesses dos setores dominantes. (OLIVEIRA, 1998, p. 120).

A título de comparação, referente à situação vivenciada pelos trabalhadores brasileiros no período da ditadura militar (1964-1985), é conveniente citar o que estava ocorrendo nos países de economia avançada da Europa Ocidental, com destaque para uma ampla aliança entre o Estado, o capital e o trabalho. Grosso modo, essa aliança proporcionou a condição para a saída da profunda crise no pós – Segunda Guerra. Os alicerces deste pacto foram o pleno emprego, o recolhimento de impostos e a distribuição de renda, por intermédio

do Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* – culminando no compromisso *keynesiano*.⁹

Por ser uma exceção, mais que uma regra, verificou-se que durante três décadas posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial, a presença de baixas taxas de desemprego nas economias avançadas foi objeto de construção política daquelas sociedades. Ou seja, a busca do pleno emprego foi transformada em prioridade nacional, sendo tomadas todas as iniciativas com vistas à criação de um ambiente econômico e social propício ao funcionamento do mercado de trabalho de maneira favorável aos trabalhadores. (POCHMANN, 2000, p. 19).

Com o intuito de sair da profunda crise que perdurou na Europa Ocidental, que estava circunscrita ao período associado com o *crack* na Bolsa de Nova York em 1929 e ao final da Segunda Guerra Mundial em 1945, foram adotados os princípios fundamentados na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, principal obra do inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que, em linhas gerais, propunha a intervenção do Estado na economia, por intermédio de planos de obras públicas e através da contratação dos trabalhadores, criou um cenário para a retomada do nível de investimentos privados. Por conseguinte, esta foi a base de sustentação do Estado de Bem-Estar que predominou principalmente na Europa Ocidental, foram os 30 “Anos Gloriosos”¹⁰ do final da Segunda Guerra até os anos 70.

Nestes termos, foi promovido um amplo movimento de distribuição de renda das classes ricas para as classes pobres, tendo como intermediário o Estado. Por meio de fundos públicos a partir de profunda reforma tributária, que tornou obrigatório o pagamento de impostos pelas classes proprietárias, foi possível financiar o tempo livre (inatividades) de criança (escola), de idosos (aposentadoria) de doentes e deficientes físicos e mentais (hospitais) e de desempregados (seguro-desemprego). Sem mais precisar recorrer ao mercado de trabalho para ter acesso à renda necessária para o atendimento das necessidades básicas, um contingente expressivo da força de trabalho deixou de ter emprego ou de ter que procura-lo. (POCHMANN, 2000, p. 19).

A social democracia histórica representou, em última instância, um amplo compromisso de classes para superar a profunda crise econômica, com o qual se estabeleceu um grande entendimento entre o Estado, o capital e o trabalho. Isto elevou os ganhos de produtividade do capital e o Estado conseguiu redistribuir os impostos para os setores que geravam empregos e bem-estar para os trabalhadores que conseguiam aumentar seu poder de barganha com o pleno emprego, ampliando os direitos e conquistas através das negociações coletivas.

Outro exemplo ilustrativo diz respeito à maneira como, os países centrais, foram superadas as miseráveis condições de vida de expressivas parcelas da produção no pós – guerra. A elevação do padrão das massas foi garantida pela generalização dos

⁹ *Keynesianismo* – Intervenção do Estado na economia influenciada pela ideias de John Maynard Keynes, que na década de 30 mostrou a instabilidade do sistema capitalista quando deixado ao livre jogo das forças de mercado, propondo a intervenção estatal na economia como forma de amenizar as crises, estimular o crescimento econômico e elevar o nível de emprego.

¹⁰ O forte desenvolvimento econômico da América do Norte, da Europa Ocidental e do Japão inaugurou um período de prosperidade sem precedentes que se estendeu de 1950 a 1970, tendo sido denominado de Anos Dourados e/ou Era de Ouro e/ou ainda, Os Anos Gloriosos. (LAZZARESCHI, 2007, p. 26).

sindicatos e pelos gastos sociais do Estado e, nesse processo, o dinamismo econômico dos “anos gloriosos” foi condição necessária, mas não suficiente para explicar o encaminhamento dado à questão social. (OLIVEIRA; WILNÊS, 1990, p. 26).

Seja como for, a força de trabalho brasileira contribuiu decisivamente para as elevadas taxas de produtividade do capital acumulado vigorosamente durante o regime militar (1964-1985), com destaque para o “milagre econômico” (1968-1973), fase em que o Brasil obteve crescimento econômico extraordinário. Porém, os ganhos de produtividade conquistados neste período ficaram concentrados nas mãos dos capitalistas, enquanto que a péssima distribuição de renda combinada com os baixos salários aumentou a pobreza. Situação antagônica aos fatos ocorridos na Europa, onde os trabalhadores foram atores sociais ativos importantes participando efetivamente do grande concerto social que levou em consideração políticas direcionadas para proporcionar o pleno emprego, elevando o padrão de vida do proletariado.

Os sindicatos que poderiam agir como importantes atores na distribuição de renda e no processo democrático das relações de trabalho, por meio das reivindicações econômicas e sociais, estavam definitivamente impedidos de atuar em nome das respectivas categorias profissionais. Os sindicatos mais representativos estavam sendo administrados por interventores nomeados pelo Estado autoritário, enquanto o governo estava determinado a aumentar as taxas de lucro dos capitalistas e, principalmente das multinacionais, reduzindo os direitos e conquistas da classe trabalhadora que estavam impedidos, conforme a Lei de realizarem greves ou qualquer outro tipo de manifestação reivindicando seus direitos, pois naquele momento qualquer manifestação era encarada pelo regime como agitação subversiva contra os militares. Obviamente o patronato aproveitou-se das circunstâncias desfavoráveis aos trabalhadores e ampliou as taxas de exploração.

É importante destacar a famosa frase do ex-ministro Delfim Netto, em resposta aos trabalhadores aos verem seus salários arrojados: “É preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”. De fato o bolo cresceu no período conhecido como “*milagre econômico*” (1967-73), nossa economia chegou a ser a 8ª maior do mundo capitalista e, até hoje, a fatia que cabe aos trabalhadores diminui significativamente.

Na década de 60, quando se intensificou o processo de industrialização do país, houve uma mini-reforma trabalhista que reforçou essa tendência. O regime militar introduziu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); centralizou a política salarial; criou uma nova Lei de greve; e baixou a primeira Lei de contratação temporária. Com essas medidas tornaram-se mais fáceis a contratação e demissão da mão-de-obra, ao mesmo tempo em que os sindicatos foram esvaziados de qualquer poder de representação e negociação coletiva. (OLIVEIRA, 1998, p. 52).

Obviamente o crescimento econômico favoreceu milhares de trabalhadores que conseguiram inserir-se nos setores mais dinâmicos e modernos da indústria de transformação, principalmente as multinacionais. Esses trabalhadores que ascenderam na hierarquia das empresas garantiram razoável poder aquisitivo e a sonhada mobilidade social, em comparação com os familiares (pais, avôs, etc.), geralmente oriundos do meio rural.

No Brasil a nova classe média teve seu advento com a nossa plena industrialização, em fins da década de 1950 e início dos anos 60, já nos marcos da Segunda Revolução Industrial. E sua plena conformação deu-se tão somente nos anos 70. (QUADROS, 1991).

Durante o período da consolidação do padrão nacional desenvolvimentista (1930-70)¹¹, o Brasil proporcionou visível mobilidade social para a maioria dos trabalhadores que chegavam às metrópoles. Com as transformações sociais em curso que “revolucionavam” o país rapidamente do ponto de vista estrutural, recebendo uma nova configuração industrial e urbana, e com a intensificação do êxodo rural, associado à abertura de postos de trabalho tipicamente urbanos, houve a mobilidade social.¹²

Esta conjuntura favorável logrou uma crescente classe média que ocupava cargos operacionais qualificados e de gestão intermediária: chefes, encarregados, gerentes, supervisores, nas indústrias nacionais ou multinacionais. Abriram-se vagas na burocracia do Estado, além das possibilidades franqueadas para atuar como profissional liberal, pois a demanda era crescente em praticamente todos os segmentos.

Os funcionários que alcançavam estas posições no mercado de trabalho tinham prestígio e reconhecimento, além de um salário, em linhas gerais, melhor que o da maioria dos trabalhadores. Sendo assim, podiam usufruir os bens de produção duráveis, como por exemplo: automóveis e eletrodomésticos e também o financiamento da sonhada casa própria. Todos estes itens simbolizavam naquele período relativo *status*. Fica evidente que esses trabalhadores formaram a classe média que se tornou símbolo de ascendência social, quando comparado com a realidade da maioria dos trabalhadores que recebiam remunerações baixíssimas.

Com certeza foi possível identificar no final do ciclo nacional desenvolvimentista (anos 70), um contingente expressivo de trabalhadores assalariados, caracterizados como classe média emergente ou “elite dos operários”, cristalizados nos metalúrgicos (setor

¹¹ Ideologia que, no Brasil, caracterizou particularmente o governo JK e que identifica o fenômeno do desenvolvimento como um processo de industrialização, de aumento da renda por habitante e da taxa de crescimento. Os capitais para impulsionar o processo são obtidos junto às empresas locais, ao Estado e às empresas estrangeiras.

¹² Como referências bibliográficas sobre o processo de mobilidade social, pode-se citar: além de Waldir José de Quadro (1991 e 1996), Pastore, J. e Archibald, H. O. (1993) e Wright Mills, C. (1969).

automobilístico), químicos, bancários (no setor de serviços) entre outras categorias diferenciadas. Mesmo durante a ditadura militar, com a sua política de arrocho salarial, eles conseguiram manter razoável padrão de vida, além de visualizarem a possibilidade de ascensão profissional na carreira, o que garantiria maiores salários e condições de vida mais digna.

Entretanto, esta não era a realidade da massa de trabalhadores operacionais que exerciam as atividades mais rotineiras no chão de fábrica ou como serviçais. Nestes casos os salários eram exíguos e eles sobreviviam com inúmeras dificuldades, além disso, eram sempre demitidos no processo de intensa rotatividade da mão de obra. Era uma característica do empresariado a demissão dos trabalhadores sem justificativa. Esses trabalhadores não tiveram o privilégio de ascender profissionalmente e muitos ficaram estagnados.

A economia cresceu a taxas elevadas e milhares de postos de trabalho foram gerados no decorrer das décadas de 60 e 70. Entretanto é necessário enfatizar que milhares de trabalhadores, a maioria oriunda do campo e cidades pequenas do interior, não foram absorvidos nas regiões metropolitanas. Esse expressivo contingente de trabalhadores foi sobreviver principalmente na informalidade, prestando de serviços de baixa especialização, além das atividades marginalizadas vinculadas à prostituição, a pequenos furtos e à exploração de jogos de azar, entre outros trabalhos que a sociedade menospreza.

Qualquer semelhança com o período inicial pós-abolição da escravidão no final do século XIX, não é mera coincidência. São os desdobramentos da história e a reprodução das disparidades socioeconômicas e das injustiças sociais do Brasil, manifestadas no heterogêneo mercado de trabalho. Mesmo o crescimento ininterrupto do país durante cinquenta anos, não foi suficiente para superar ou minimizar o calvário de uma parte expressiva dos trabalhadores, ou melhor, se não fosse trágico seria cômico. O Brasil cresceu, excluindo a maioria da sua população, marca registrada do capitalismo tardio que mesmo atingindo plena produtividade e dinamismo não foi suficiente para garantir vida digna aos operários que contribuíram decisivamente para o crescimento econômico do país e o enriquecimento dos empresários. Porém não ocorreu a contrapartida que é atribuição do Estado distribuindo renda e fazendo justiça social.

1.3 Anos 80: avanços políticos e retrocesso econômico

Este período da História do Brasil ficou conhecido como a “*década perdida*”, principalmente para os capitalistas. Após uma longa trajetória de crescimento econômico entre 1930 e 1970, o país entra nos anos 80, com sinais explícitos de uma profunda crise, materializada pela recessão e identificada com o esgotamento do padrão nacional desenvolvimentista, inaugurado com a Revolução de 1930 e que estava se encerrando com os últimos suspiros do governo militar no final da década de 1970.

Desde a segunda metade dos anos 70, foi possível observar a desaceleração da atividade industrial, seguida de uma intensa recessão econômica no início da década seguinte. É importante ressaltar a crise do endividamento externo, a partir do segundo choque do petróleo, a subida exorbitante das taxas de juros no mercado financeiro internacional, a crise da dívida externa e a moratória do México. Em suma, era o fim do acordo internacional celebrado em Bretton Woods¹³ no final da Segunda Guerra que consubstanciou instrumentos pactuados de estabilidade financeira no Mundo, fundamentais para sustentar os trinta anos gloriosos nos países da Europa Ocidental e nos EUA, em que predominavam as políticas de intervenção do Estado na economia.

Foram determinantes para o governo brasileiro tomar medidas ortodoxas com relação à crise mundial, porém sem o sucesso almejado, o prejuízo foi distribuído por toda a sociedade, sendo que os mais pobres pagaram a dívida com a perda dos seus empregos e a alta dos preços dos alimentos, além da inflação galopante.

A globalização financeira, com o fim do Tratado de Bretton Woods, do qual se tornaram reféns todos os países do mundo, sobretudo aqueles em processo de desenvolvimento, onerando com juros altos e desregulamentação das atividades produtivas já pressionadas pela elevação dos preços dos insumos industriais devido crise do petróleo com a formação da Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP em 1973. (LAZZARECHI, 2007, p. 32).

A estagnação econômica, combinada com a elevada inflação e a perda de dinamismo das atividades produtivas do parque industrial brasileiro, estava articulada com a conjuntura internacional, já em curso nos países de economia avançada. Isto acarretou as mudanças no padrão de acumulação capitalista, a crise no padrão *fordista*¹⁴, o florescimento do *toyotismo*¹⁵

¹³ Bretton Woods: cidade norte-americana onde foi firmado acordo histórico, entre 44 países, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), em julho de 1944.

¹⁴ *Fordismo*: sistema de gestão do trabalho que evolui do *taylorismo* e que se aplica em grandes empresas de produção de massa compreendendo: a divisão entre trabalho manual e concepção; a especialização das

e mais que isso, o desencadeamento da Terceira Revolução Industrial, com a introdução do novo paradigma tecnológico. Obviamente estas transformações chegaram com todo ímpeto ao Brasil nos anos 90. Durante a década de 80, as mudanças políticas e econômicas encontraram algumas barreiras caracterizadas pelo acúmulo de resistência no período da ditadura militar.

No século XX, graças à relativa estabilidade dos padrões tecnológicos e de produção nos países desenvolvidos, pudemos desfrutar das *facilidades da cópia*. Até 1930, consolidamos a indústria de bens de consumo mais simples, e nos cinquenta anos subseqüentes (1930-80), copiamos o aço, a eletricidade, a química básica, o petróleo, o automóvel, as maravilhas eletrodomésticas, chegando até máquinas e equipamentos sofisticados. Quando tudo levava a crer no nosso êxito, eis que nos vemos impotentes diante da reestruturação do capitalismo internacional, da “terceira revolução industrial”, comandada pelo complexo eletroeletrônico, e da “globalização financeira”. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 645).

O Brasil não conseguiu, no início dos anos 80, o financiamento externo com taxas de juros baixas para viabilizar o seu desenvolvimento. Conforme havia acontecido durante a fase de expansão produtiva da ditadura, a crise do capitalismo internacional atingiu o país que estava extremamente endividado. Do ponto de vista da produção, nas economias centrais era nítida a crise do *fordismo* e do próprio Estado de Bem – Estar. Ganhava dimensão o padrão japonês de produção que inaugurou a transição para 3ª Revolução Industrial, e obviamente o Brasil não estava preparado para se adaptar aos novos paradigmas de transformação capitalista na década de 80, sendo assim, a crise foi eminente.

Contudo, esta conjuntura causou forte impacto no mercado de trabalho, nos anos de 1981-83, ganha proporções significativas o desemprego em massa no espaço urbano da mais importante cidade do Brasil. Isto cristalizou, via de regra, as deficiências estruturais do Estado que ficaram vulneráveis às intempéries das agências multilaterais e credores privados internacionais. Apesar do crescimento econômico do passado, não ocorreu a construção de instrumentos de proteção da produção nacional, muito menos o aperfeiçoamento do estatuto social que amparasse as camadas subalternas com equipamentos e políticas públicas de saúde, educação, transporte coletivo, moradia e proteção em situação de desemprego de longa duração, enfim as políticas públicas desenvolvidas durante a fase do crescimento econômico não passavam de meros paliativos.

funções; e o incentivo salarial para criar um mercado consumidor também entre os trabalhadores. O nome faz referência a Henry Ford (1863-1947), fundador da empresa Ford de automóveis.

¹⁵ *Toyotismo* (produção enxuta): o modelo de produção (adotado pela empresa Toyota) inspirado em técnicas japonesas de organização do processo produtivo em introdução de novas tecnologias de base microeletrônica.

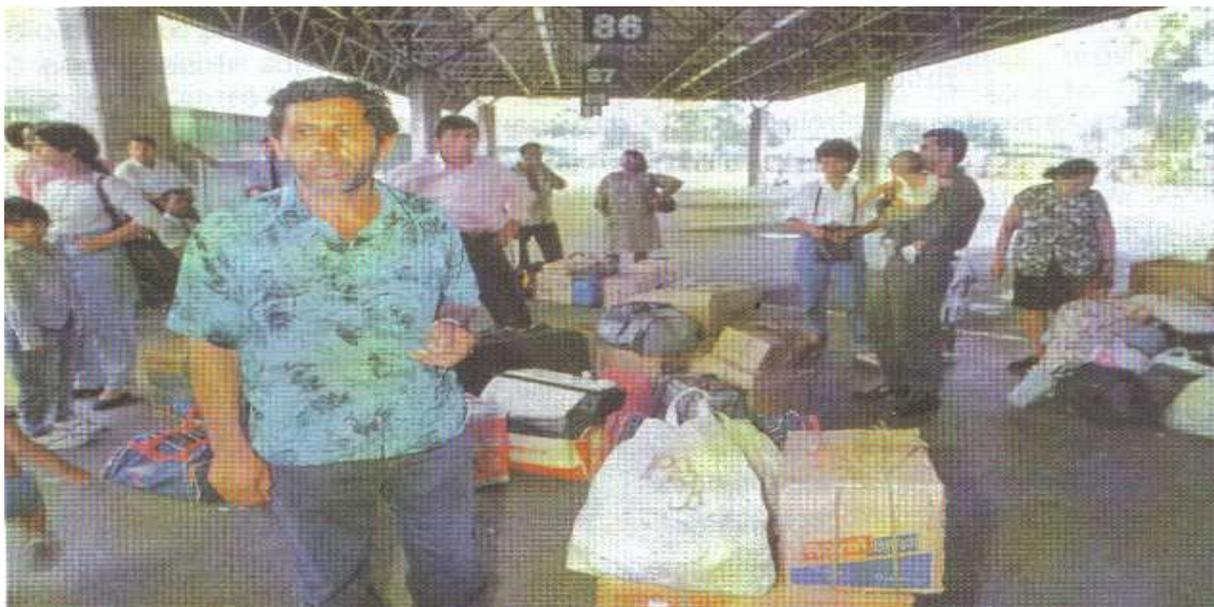


Figura 2 - Migrante vindo do campo para residir na cidade

Fonte: Brasil Sociedade e Espaço, p. 232.

A situação mais precária foi verificada principalmente com os trabalhadores desempregados que ficaram sem o salário e qualquer outra estratégia digna de sobrevivência, por exemplo: seguro desemprego (que só foi regulamentado em 1986 no bojo do Plano Cruzado)¹⁶ ou garantia de emprego para os trabalhadores que foram “cortados” das empresas em número recorde com a estagnação econômica. Enquanto eram gerados milhares de empregos urbanos, mesmo sendo de baixa remuneração, os trabalhadores conseguiam se acomodar no mercado de trabalho. O governo nunca se preocupava em articular políticas públicas amplas de proteção social, pois trabalhava com a perspectiva de que a economia continuaria crescendo ininterruptamente e isto viria acompanhado do elevado assalariamento do operariado.

Como a economia cresceu a taxas elevadas entre 1945 e 1980, o desemprego não era visto como um fenômeno relevante para os formuladores de políticas públicas, até pelo menos o início dos anos 80. A partir da recessão de 1981-83, o desemprego começou a se elevar drasticamente, sem que a população trabalhadora tivesse acesso as políticas de emprego e proteção social que haviam sido consolidadas no pós-Segunda Guerra Mundial nos países desenvolvidos. (BARBOZA; MORETTO, 1998, p. 80).

No liame da crise de empregos no início dos anos 80, quando interrompeu a trajetória virtuosa da economia brasileira, cristalizou-se o fechamento de postos de trabalho, mais que isso, no país não foi construído um sistema de proteção coletiva da força de trabalho, tais como contratos coletivos de trabalho articulados que protegessem os trabalhadores em virtude

¹⁶ Segundo Barbosa & Moretto (1998) – “A grande novidade no âmbito das políticas de emprego foi a criação, em 1986, do seguro desemprego (Decreto-lei nº 2.284, regulamentado pelo Decreto-lei nº 92.608 no mesmo ano)”.

do desemprego de longa duração. Em suma, podem-se observar os proletários sem emprego e sem direitos, aprofundando as disparidades sociais e a vulnerabilidade social da população mais pobre.

Países	Acidentes Trabalho	Seguro Doença	Previdência Social	Seguro - Desemprego	Subsídio-Família	Seguro Saúde
Alemanha	1884	1883	1889	1927	1954	1980
Inglaterra	1887	1911	1908	1911	1945	1948
Suécia	1901	1910	1913	1934	1947	1962
Canadá	1930	1971	1927	1940	1944	1972
EUA	1930	-	1935	1935	-	-
França	1898	1930	1910	1959	1932	1945
Itália	1898	1928	1919	1919	1936	1945

Quadro 1 – Datas de introdução de programas sociais em alguns países desenvolvidos

Fonte: Barboza e Moretto In: Políticas de Emprego e Proteção Social, 1998, p. 40.

Levando em consideração o quadro acima, que aborda a introdução das políticas sociais e/ou trabalhistas em alguns países selecionados, verifica-se a histórica e precária situação dos trabalhadores brasileiros, pois enquanto era chancelado na Alemanha o seguro de acidentes no trabalho (1884), o seguro doença (1883) e a previdência social (1889), no Brasil, os acalorados debates eram em torno do fim ou prorrogação do regime escravocrata, faziam-se acordos políticos que não representavam maiores transtornos para o Estado e os senhores de escravos, visando garantir a transição para o livre mercado de trabalho de forma pacífica, de preferência sem as guerras e rebeliões que aconteceram em países como Estados Unidos e Haiti.

Já nos países da Europa Ocidental, por intermédio das lutas dos trabalhadores, através dos sindicatos e dos partidos de esquerda os trabalhadores conseguiram obter conquistas históricas que passaram a compor o arcabouço de proteção a eles e que sempre eram ampliados através dos contratos coletivos e tornavam-se regras generalizadas para a classe obreira que tinha enorme tradição de lutas desde a 1ª Revolução Industrial. A luta de classes floresceu com grande intensidade nas noções pioneiras da industrialização.

Por outro lado, no Brasil, conforme já foi exposto, em nenhum momento foi constituída uma *sociedade salarial*, nestas paragens, desde sempre predominou o despotismo patronal e o mais absoluto desprezo, a um sistema democrático de relações trabalhistas,

negociado entre os capitalistas e trabalhadores. O Estado que poderia atuar como agente para diminuir as disparidades no mundo do trabalho e na sociedade de um modo geral, tendo como exemplo os países desenvolvidos, foi omissivo no tocante ao seu papel e na maioria das vezes defendeu a posição dos empregadores, pois no Brasil o pensamento liberal predominava e a sua visão política conservadora sobre as questões sociais que eram solucionadas com a presença da polícia e sem diálogo.

Mesmo o Brasil possuindo um leque expressivo de leis trabalhistas minuciosas reconhecidas como uma das mais completas e abrangentes do mundo na década de 50, a legislação é recorrentemente burlada pelo patronato. Por exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹⁷, a Constituição Federal e as Convenções Coletivas de Trabalho, entre outras regras e normas, são letras mortas diante das precárias condições de organização e mobilização dos trabalhadores para se fazer cumprir as Leis, sendo prática usual, os empresários mandarem seus empregados procurar seus direitos na justiça.

Os empregos que pagavam os melhores salários estavam concentrados nas indústrias de transformação que começaram a perder a sua importância e a capacidade de expandir sua produção e manter os postos de trabalho. Foi verificada a diminuição dos empregos no setor industrial por dois motivos: a letargia econômica, com baixas taxas de crescimento, e o início da reestruturação produtiva. Como as empresas passaram a se reorganizar, era constante a subtração de bons empregos gerados pela indústria. O setor de comércio e serviços, principalmente nas metrópoles, passou a ganhar espaço com o encolhimento das atividades fabris. Tem-se que levar em consideração as mudanças produtivas geradas a partir da Revolução Técnica Científica que provocou o enxugamento no quadro de funcionários e a ampliação dos serviços terceirizados.

Dessa forma, o dinamismo da geração de empregos associados à trajetória de desenvolvimento das décadas anteriores foi interrompido. Nesse processo, a indústria perdeu a capacidade de dinamização da estrutura ocupacional. Os novos empregos foram criados sobretudo no comércio e prestação de serviços. Por esse ângulo, pode-se afirmar com tranquilidade que o mercado de trabalho deteriorou-se nos anos 80, já não oferecendo tantas oportunidades de ocupação vinculadas à continuidade da montagem e aperfeiçoamento do aparelho produtor de bens. (BALTAR; DEDECA; WINÊS, 1996, p. 93).

O aprofundamento da crise na esfera econômica, sedimentada nas hordas de desempregados e miseráveis urbanos, consubstanciada no descontentamento com a Ditadura

¹⁷ O professor americano John D. French, escreveu o livro: "Afogados em leis - A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros". No qual fez uma análise da Consolidação das Leis do Trabalho que entrou em vigor em 1º de Maio de 1943, durante a Ditadura do Estado Novo no Governo de Getúlio Vargas.

E os desdobramentos da CLT nas relações capital-trabalho ao longo dos anos e nos intervalos democráticos e ditatoriais que predominaram no Brasil nos últimos 60 anos.

Militar, que por sua vez, já iniciava a propalada abertura política na gestão do Presidente Geisel. Os acordos políticos eram alinhavados nos escaninhos do poder para garantir o processo de redemocratização, tranquilo e seguro, sem a participação popular de preferência. O povo insistia em participar como protagonista da redemocratização, expressando nas ruas a sua insatisfação com o regime militar que estava fragilizado e sem apoio popular devido à crise econômica.

A fase do descontentamento popular com os militares durante a *década perdida*,¹⁸ ficou nítida nos espaços públicos: eram as vozes roucas dos resultados insatisfatórios do “Brasil, ame-o ou deixe-o”,¹⁹ assim a população gritou em alto e bom som, pois a taxa média de crescimento nos anos 80, não superou 2% ao ano, ou seja, uma taxa de incremento do PIB, insignificante quando comparada com o período de 1930 até o final dos anos 70. Como consequência das mudanças da reestruturação do capitalismo mundial, o governo brasileiro adotou rigoroso ajuste fiscal que provocou profunda recessão (1981-1983), mas os resultados deste remédio foram ineficazes; a taxa de desemprego elevou-se nos principais centros urbanos, aumentando o desencanto dos trabalhadores com o militares, que já não conseguiam conter as revoltas do povo, com a truculência peculiar dos órgãos repressores que sempre calavam a boca dos estudantes, trabalhadores, intelectuais ou qualquer cidadão identificado como subversivo.²⁰

Entretanto, a partir de meados dos anos 70, a sociedade foi perdendo o temor. Premidos por dificuldades econômicas crescentes e os desmandos dos manda-chuvas da ditadura, os trabalhadores urbanos, os profissionais liberais, os camponeses, as mulheres e os moradores das metrópoles, passaram a se manifestar com maior intensidade. Por intermédio das oposições sindicais, de movimentos comunitários ligados à Igreja Católica e de instituições da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), as organizações e movimentos populares assumiram a responsabilidade da oposição principalmente nas ruas, praças e avenidas do Oiapoque ao Chuí, contra o regime militar, tornando irreversível a abertura democrática.

O quadro a seguir revela as principais manifestações contra o regime militar e pela defesa intransigente do retorno do Estado democrático de direitos que foram suprimidos com

¹⁸ “*década perdida*”: na interpretação liberal conservadora dos empresários, políticos de direita vinculados ao regime militar ou mesmo planejadores tecnocratas. Para os estudantes, trabalhadores organizados nos sindicatos, setores da igreja, políticos de esquerda, chamavam a década de 80, de “*espaços conquistados*”.

¹⁹ Propaganda ufanista do regime militar que rotulava os críticos como os inimigos da pátria.

²⁰ Sobre os métodos de violência adotados pela Ditadura Militar (1964-85), vale ressaltar o livro: “*Brasil: Nunca Mais*” com prefácio de D. Paulo Evaristo Arns, ex-cardeal de São Paulo.

o advento do golpe de 1964. Mesmo nos momentos que o regime radicalizou sua ofensiva contra os adversários da ditadura, várias organizações denunciavam os crimes cometidos durante o período militar, na primeira metade dos anos 80, com o enfraquecimento do regime, outras organizações floresceram para apressar o fim do regime militar que desmoralizado passou a ser desafiado em todos os espaços democráticos da sociedade.

Movimento	O que reivindicava
Defesa dos direitos humanos	Nasceu junto com a ditadura militar, reunindo políticos, intelectuais, religiosos e defendia todos os cidadãos ameaçados pelos órgãos de repressão.
Campanha da anistia	“Anistia ampla e irrestrita”: a todos os perseguidos, presos ou exilados, foi conquistada em 1979.
Movimento contra o custo de vida	Organizados pelas associações de moradores nas (SABs). Comunidades religiosas, um bom exemplo era a influência das comunidades eclesiais de base da igreja católica. As organizações das mulheres tiveram grande repercussão lutando contra a carestia e o arrocho dos salários no final dos anos 70.
Campanha pela Constituinte	Defendida como o primeiro passo para a redemocratização do país, ganhou a adesão de vários setores da sociedade no início dos anos 80. Em, 05/10/1988 foi promulgada a nova Carta Constitucional.
Campanha pelas Diretas Já	Luta pela realização de eleições diretas para a presidência da República em 1984-85, esta campanha empolgou todo o país – demonstrando o descontentamento com o regime militar. A proposta aprovada foi a das eleições indiretas para presidente.
Eleições em 1989	No final de 1989, os brasileiros votaram na primeira eleição direta para Presidência da República desde 1960. Na época polarizaram o segundo turno os candidatos Fernando Collor e Lula. Sendo vencedor Collor com uma proposta liberal conservadora.

Quadro 2 – Principais movimentos pró-redemocratização do Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados pesquisados, 2007.

Na primeira metade dos anos 80, o clima no país era de indignação contra o regime militar que estava muito desgastado, principalmente pelas medidas impopulares adotadas no início daquela década, por intermédio de políticas econômicas ortodoxas. Razão pela qual estimulou e acelerou o processo de redemocratização, as forças sociais mobilizaram-se exigindo democracia, anistia, melhores salários, direito a terra, vide como exemplo a massiva campanha pelas “Diretas já”.

Sendo assim, *novos personagens entram em cena*,²¹ com destaque para o novo sindicalismo que surgiu no ABC paulista, por meio da ampla mobilização dos metalúrgicos no final dos anos 70, as greves e as reivindicações desta categoria repercutiram em maior ou menor intensidade para o conjunto da classe operária em todo território nacional. Afinal os trabalhadores eram sacrificados, através do espetacular crescimento econômico arquitetado pelos militares (*milagre econômico 1968-73*) que por descaso das autoridades governamentais e dos capitalistas não distribuíram os ganhos de produtividade, muito pelo contrário, no fim da era militar a renda estava mais concentrada e alargou-se o fosso do pauperismo para a classe obreira.

O rápido desenvolvimento da economia brasileira até a década de 70, ao invés de eliminar, reproduziu uma elevada incidência de pobreza. Ao final daquela década, havia no país um quadro de pobreza bastante complexo e de dimensão alarmante, cujas características eram bastante diferentes das verificadas no passado. É fato que a pobreza rural persistia, mas tinha adquirido novas formas com o processo de modernização das atividades agrícolas. A pobreza urbana, por sua vez, torna-se agora um problema nacional destacando-se a conformação de extensos bolsões de miséria nas metrópoles. (BALTAR; DEDECA; WILNÊS, 1996, p. 88).

Estima-se que entre 1978 e 1980, milhões de trabalhadores participaram de greves em todo o país, tendo como baluarte o sindicato dos metalúrgicos do ABCD paulista (municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema). Mesmo as intervenções militares nas entidades sindicais e as prisões arbitrárias e processos judiciais contra as principais lideranças não impediram que o principal pólo industrial do país se consolidasse como o farol dos movimentos sindicais e sociais no decorrer da década de 80.

Outras categorias profissionais também passaram a expressar sua indignação através das greves que se disseminaram por todo país e os sindicatos mais organizados conseguiram mobilizar suas respectivas categorias e colocá-las na rua agindo duplamente com as reivindicações de aumentos salariais e exigindo a redemocratização do Brasil em período de grande efervescência política. A participação do povo foi decisiva para o fim da ditadura.

Esse desempenho da economia brasileira ao longo dos anos 80 afetou fortemente o

²¹ O professor Eder Sader no livro: “Quando os personagens entram em cena” que relata as experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo de 1970-1980.

mercado de trabalho, levando a interrupção do crescente assalariamento e à formalização de uma estrutura ocupacional já bastante problemática. O desemprego aberto, no entanto, foi expressivo somente nos anos de recessão (1981-1983), diminuindo com o crescimento do nível da atividade econômica entre 1984 e 1986. Ao final da década, eram encontradas taxas relativamente baixas de desemprego nas principais metrópoles do país. (BALTA; DEDECA; WILNÊS, 1996, p. 92).

Durante a década de 80, o mercado de trabalho comportou-se de maneira dual, com períodos de forte recessão que imediatamente repercutiu sobre os empregos. No início da década, a crise que perdurou de 1981 a 1983 foi profunda e gerou desemprego em massa, após décadas de contínuo assalariamento e crescimento da economia. Neste momento ficou explícito o desespero dos trabalhadores que não conseguiam novas oportunidades. Contudo ocorreram fases de crescimento da economia com grande oferta de empregos, podendo ser citado o Plano Cruzado²² durante a gestão do presidente José Sarney, que promoveu vários planos econômicos e trocou inúmeras vezes de ministro da fazenda com o objetivo de combater a inflação.

O mercado brasileiro durante a década de 80 continuava fechado e essa resistência foi vital para não provocar a falência de muitas empresas. Várias cadeias produtivas continuaram funcionando apesar das adversidades da economia. É digno de nota o papel do Estado que era pressionado pelos cidadãos no atendimento nas áreas da saúde, educação, saneamento básico, moradia, infraestrutura. Este segmento, via de regra, é importante na geração de empregos contemporizando a pressão no mercado através dos empregos oriundos dos gastos públicos.

A título de exemplo, nos idos anos 80, outros países submeteram-se às diretrizes do neoliberalismo fazendo reformas na estrutura do Estado – sempre com o intuito de impor austeridades fiscais, apoiados em políticas ortodoxas recomendadas pelos organismos internacionais que condicionavam os empréstimos a reformas estruturais no âmbito do Estado. Foi o caso da Argentina, do Chile e do México, dentre outros países, sendo que o México era citado como um exemplo a ser seguido pelas economias subdesenvolvidas de acordo com os fundamentos e recomendações da cartilha liberal.

Justamente no momento em que se esgota o padrão nacional desenvolvimentista e o ciclo da ditadura militar, a sociedade brasileira articulou-se politicamente e realizou as manifestações mais importantes da História do país garantindo o processo de transição do

²² Conjunto de medidas de contenção da inflação caracterizadas por um choque heterodoxo e implementadas durante o governo Sarney em 1986. Entre as medidas adotadas, destacou-se o congelamento dos preços, a alteração no sistema monetário que passou a denominar-se cruzado, entre outras medidas que tiveram grande apoio popular no início do plano, porém após o grande resultado nas urnas na eleição de 1986, o governo promoveu profundas mudanças no plano cruzado e a inflação voltou com grande intensidade, atingindo níveis superiores a 25% mensais (SANDRONI, 1999, p. 468).

regime militar para a democracia. O povo marcou presença e este entusiasmo prolongou-se até as eleições presidenciais de 1989, momento decisivo para os rumos do Brasil nos anos 90.

Todo o debate das relações de trabalho no Brasil tem como ponto de origem o resultado das eleições de 1989. Por que? O que foi a eleição de 1989 para o Brasil, para a sociedade brasileira? Como primeira eleição presidencial no Brasil depois de 30 anos, a eleição de 89 definiu, de fato, qual seria a trajetória de organização da nossa sociedade para os anos 90 e, mais que isso, para o início do século XX. A discussão entre Lula e Collor, naquela época, não se resumia a uma correção de rota do processo de desenvolvimento brasileiro. Ela representou a escolha entre duas trajetórias de desenvolvimento para a década de 90. Infelizmente venceu a proposta conservadora, que foi colocada em prática. (DEDECCA, 1998, p. 12).

O Brasil não aderiu à globalização nos anos 80, a princípio o país ficou excluído da ofensiva liberal que propunha mudanças radicais, recomendadas pelos credores internacionais e organismos multilaterais. É conveniente expressar que as autoridades governamentais, aplicaram a moratória na dívida externa, fato que desagradou os banqueiros, colocando o país na lista “negra” dos capitalistas do mercado financeiro. O país naquele momento figurava entre as economias mais fechadas do Mundo, logo não havia um ambiente favorável para a abertura do Estado brasileiro, que conseguiu, mesmo com a crise, manter a base de sua capacidade produtiva em diversos segmentos econômicos preservados do ataque das empresas transnacionais.

Na visão liberal, essa postura do Estado era um retrocesso e seria necessário que o governo fizesse ajustes vislumbrando a modernização para receber novos investimentos produtivos. Portanto a introdução da doutrina neoliberal tinha que fazer parte do compromisso no que diz respeito ao discurso e à prática política dos próximos governos brasileiros, ou seja, um ajuste que significasse um rompimento definitivo com o passado caracterizado pelo projeto nacional desenvolvimentista.

1.4 Globalização e desemprego na década de 90

Durante os anos 90, esteve em voga o tripé neoliberal²³ caracterizado pela: privatização, abertura comercial e desregulamentação. A postura do governo federal principalmente os presidentes Fernando Collor²⁴ e Fernando Henrique Cardoso facilitaram, sobretudo o livre trânsito de produtos e capital financeiro que, via de regra, levou à bancarrota inúmeras empresas sem contar outras que foram desnacionalizadas, destruindo cadeias produtivas que demoram décadas para serem arquitetadas. Ficou evidente que a abertura sem critérios expôs parcela significativa do empresariado a uma concorrência com as empresas transnacionais²⁵ que em diversos casos tinham subsídios dos países de origem, mais que isso, encontrava o incentivo fiscal do governo brasileiro para entrar no território nacional. Segundo o governo, estas iniciativas eram primordiais para fomentar a concorrência no mercado brasileiro que estava paralisado pela acomodação do setor empresarial.

Não obstante, os trabalhadores foram surpreendidos com o ajuste liberal conservador que não manifestava os compromissos da acumulação *fordista*, caracterizado pela aliança entre os atores sociais (Estado, Trabalhadores e Empresários). Neste cenário o “deus mercado” é super valorizado, substituindo a regulação pública promovida pelo Estado. Por outro lado, a introdução da Terceira Revolução Industrial, também corroborou para a desestruturação de milhares de empresas, por conseguinte do inconsistente mercado de trabalho brasileiro que passou a conviver com elevadíssimas taxas de desemprego no início dos anos 90.

A partir do governo Collor, o desemprego iniciou uma trajetória de crescimento, interrompida no período de 93 a 95, durante a fase expansiva do Plano Real, e retomada após os sucessivos choques monetários e creditícios adotados pelo governo Fernando Henrique para manter a insustentável e altamente custosa política de sobrevalorização do real. A permanência do desemprego elevado, acompanhado pelo desemprego de longa duração, corroi a segurança do mercado de trabalho. Os jovens perderam a expectativa de mobilidade social e os adultos, a estabilidade em seus projetos de vida. Os efeitos desse processo sobre a crise social são profundos: cresce a

²³ De acordo com o Dicionário Popular de Economia, as palavras de ordem do neoliberalismo são: modernidade, economia de mercado, fim dos subsídios, aumento dos impostos, menos Estado, fim das barreiras alfandegárias, extinção dos impostos de importação. Na prática, onde tem sido aplicado, está havendo o aumento generalizado da pobreza.

Nos países capitalistas desenvolvidos não se aplica o neoliberalismo. Lá há protecionismo e presença marcante do Estado. O neoliberalismo é usado apenas como luta ideológica da burguesia contra os trabalhadores, para opor-se às idéias socialistas do papel do Estado.

²⁴ A precariedade do plano Collor II, aliada ao desgaste do governo com os efeitos do confisco ocorrido no plano anterior, assim como as crescentes denúncias de corrupção acabaram por determinar o *impeachment* de Collor em outubro de 1992. (REGO; MARQUES, 2000, p. 188).

²⁵ Empresas Transnacionais: empresas ou grupos que efetuam sua estratégia de expansão com base na instalação de filiais fora do país de origem sem, contudo abandonar os vínculos com seu país de origem (ou seja, a matriz bem como a coordenação do grupo, permanece no mercado original).

exclusão social, a miséria, a desesperança e a marginalidade. (DIEESE, 2001, p. 12).

É notória, que no decorrer dos anos 90, foi introduzida a agenda de políticas neoliberais no Brasil, grosso modo, o propósito era promover uma ampla reestruturação da sociedade brasileira, pois era necessário modernizar para propiciar um cenário de competitividade das empresas nacionais, mais que isso, aceitar passivamente as regras estabelecidas pelo *Consenso de Washington*²⁶ para o Brasil se inserir no processo de globalização econômica.

Não é novidade que o Brasil aderiu às políticas liberais de forma tardia, somente no início dos anos 90. Entretanto, o neoliberalismo causou forte impacto no mercado de trabalho que, via de regra, é subordinado à dinâmica macroeconômica e sensível às opções políticas governamentais que visavam a modernização conservadora. Isto significou a introdução do país de forma subserviente e passiva na globalização financeira internacional que manifesta a nova era de acumulação capitalista, já a pleno vigor em outros países, inclusive em diversas nações em desenvolvimento.

Esse modelo liberal contemporâneo cobrou um preço exorbitante, principalmente da classe trabalhadora, pois no período em questão ocorreram: a abertura comercial e financeira indiscriminada, a sobrevalorização cambial, as taxas de juros extorsivas, a privatização²⁷ de empresas estatais importantes para articular setores fundamentais para o desenvolvimento autônomo, e as taxas ínfimas de crescimento econômico. O Brasil abandonou definitivamente todos os projetos de desenvolvimento nacionalista, ou seja, fundamentados na indústria nacional a abertura econômica teve saldo negativo para o parque industrial e conseqüentemente para os trabalhadores.

Em 1994, foi implantado o Plano Real que obteve sucesso ao reduzir e manter sob controle o processo inflacionário que fragilizava a economia nacional desde os idos anos 70. Contudo para conter a inflação, não existiu mágica; foi necessário colocar em prática a “âncora cambial” que gerou uma sobrevalorização da moeda. O cenário em questão proporcionou a busca pela produtividade para não sucumbir ao mercado por parte das empresas, desarticulando o mercado de trabalho que estava com o seu desempenho

²⁶ O decálogo do Consenso de Washington representa reformas no âmbito do Neoliberalismo, tais como: Ajuste Fiscal, Redução do Tamanho do Estado, Privatização, Abertura Comercial, Fim das restrições ao capital externo, Abertura Financeira, Desregulamentação, Reestruturação do Sistema Previdenciário, Investimento em infraestrutura básica, Fiscalização dos gastos públicos.

²⁷ Sobre as Privatizações no Brasil, merece menção o livro: “O Brasil Privatizado” do jornalista Aluisio Biondi e “Em defesa do Interesse Nacional – Desinformação e Alienação do Patrimônio Público” da Editora: Paz e Terra.

comprometido desde o início dos anos 80.

Mas a década de 90 também apresenta mudanças estruturais relevantes, como a rápida abertura de economia brasileira a criação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). Ambas dão início a reestruturação da indústria brasileira, que passa a ser contestada pela concorrência internacional direta ou potencialmente de forma mais decisiva. Os primeiros anos desse processo foram marcados pela negligência, pois ocorreram sem a construção dos marcos legais e institucionais necessários para permitir uma reestruturação não destrutiva da matriz industrial. Assim, vários elos da cadeia produtiva foram duramente atingidos, como é o caso da indústria de vestiário, têxtil, calçadista, química, de bens de capital e autopeças, entre outras. Os resultados sobre o emprego foram devastadores, em função do aumento das importações. (PRADO, 1999, p. 17).

Os anos 90 representaram o pior desempenho econômico do século XX. A economia permaneceu estagnada com exceção do período de 1993-95. Esta crise foi fundamental para os índices de desemprego crescerem sem cessar na década de 90, conforme as pesquisas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) denominada Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, é justamente nessa conjuntura caracterizada pela ausência de crescimento econômico que são engendradas formas organizacionais nas empresas intrínsecas à acumulação de capital flexível, que introduziram profundas alterações, por intermédio das novas tecnologias fundamentadas nos princípios técnicos da microeletrônica, robótica, química fina, biotecnologia, informática e telecomunicações entre outras inovações características da Terceira Revolução Técnica e Científica.

O resultado dessas mudanças no paradigma produtivo teve saldo negativo para os trabalhadores que foram dispensados e não encontraram mais vagas de recolocação no concorrido mercado que havia perdido sua capacidade de gerar novos postos de trabalho de boa qualidade, geralmente abertos na indústria de transformação.

O novo paradigma de produção capitalista a partir do início dos anos 70, nos países centrais do capitalismo e na década de 80, nos países periféricos, caracterizou-se pela fraca *performance* do modelo de produção *fordista* e das políticas de intervenção do Estado articuladas pelo *keynesianismo*. Essa crise foi determinante para o florescimento de um novo modelo de produção, o *toyotismo*, desenvolvido no Japão. Além do mais, para superar as limitações do Estado de Bem-Estar, ganha relevância a doutrina liberal na gestão do Estado, ou seja, nesse momento o mercado acumula força diante das fragilidades das ações governamentais.

No modelo de acumulação japonês não interessava o Estado Providência que intervém na economia regulamentando, disciplinando o capital, impondo regras que limitam

os ganhos de produtividade. Esta postura do governo era rígida engessando as ações dos capitalistas que ansiavam por mais liberdade. Portanto para o capital flexível se viabilizar era primordial a ruptura com as políticas públicas de caráter assistencialista que foram construídas nos países avançados no pós-segunda guerra e chegaram de forma limitada às economias da periferia do sistema capitalista.

Diante deste contexto, foi explícita a vitória de governos conservadores em todo o mundo, agindo na defesa do aprofundamento do liberalismo e no desmonte do Estado de Bem- Estar que era incompatível com os paradigmas do capitalismo flexível que necessitava de Nações mais comprometidas com os seus propósitos de livre mercado, circulação das mercadorias e de pessoas, redução das taxas alfandegárias, liberdade para os capitais voláteis entrarem e saírem sem restrições, entre outras medidas que eram pré-requisitos para a mobilidade do capital e o Estado deveria colaborar sem colocar obstáculos.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistema de produção de massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas na rigidez do mercado, na alocação dos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greves e dos problemas trabalhistas do período 1968 – 1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se identificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões na base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. (HARVEY, 1998, p. 135 e 136).

Diante dessa perspectiva exposta pelo pensador David Harvey, nos países avançados do capitalismo era factível mensurar a gravidade da crise que colocou em xeque o articulado compromisso *keynesiano*, pactuado pelos atores sociais: Estado, Capital e Trabalho – no decorrer do século XX. Obviamente após a 2ª Guerra Mundial, foram ampliadas as políticas ancoradas no Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) que vigoraram nos países industrializados, durante aproximadamente trinta anos dourados.

Naquele período, houve significativas conquistas do movimento operário. A rigidez nos contratos coletivos de trabalho, combinada com o pleno emprego (baixíssimos índices de desemprego), e o financiamento estatal das políticas públicas sociais, sustentadas pela ampla cobrança de impostos dos capitalistas foi determinante na universalização da saúde, educação,

moradia, transporte, seguro desemprego, previdência social, etc.

Razão pela qual o enfraquecimento do modelo *fordista/keynesiano*, rompia com o padrão de produção que proporcionava estabilidade, principalmente para os proletários que eram protegidos pela rigidez dos contratos coletivos de trabalho e pela proteção do Estado que articulava os programas de proteção dos trabalhadores. Esse conjunto de políticas tinha um custo enorme para o erário abastecido com recursos arrecadados pela elevada carga tributária paga pelos empresários que se sentiam prejudicados e impedidos de fazer novos investimentos, etc.

Estava em voga na acumulação flexível, a descaracterização dos contratos que não permitiam nenhuma maleabilidade no padrão *fordista*. Sendo assim, o modelo *toyotista*, exige novos contratos sociais, adequados à nova realidade imposta pela produção enxuta, *vis-à-vis*, um trabalhador mais polivalente e participativo. Para disciplinar e conseguir a colaboração dos operários, a introdução de novas tecnologias oriundas ou aperfeiçoadas no bojo da Terceira Revolução Industrial eram fundamentais na transição dos modelos de acumulação, além das mudanças organizacionais nas empresas denominadas de reengenharia, e não foi só isso, deve-se levar em consideração as ínfimas taxas de crescimento das economias avançadas que conseqüentemente geraram dispensa da mão de obra e o empobrecimento dos trabalhadores.

Nesta conjuntura, o Estado está com as suas políticas sociais em processo de reestruturação, ou seja, existem impedimentos impostos pelos ajustes macroeconômicos para socorrer os infortúnios da classe trabalhadora. O amplo sistema de proteção social foi profundamente questionado e alguns governos liberais iniciaram na década de 80 a sua desarticulação. É obvio que não se pode generalizar, pois alguns países não modificaram o arcabouço de proteção social, como por exemplo, os países que compõem a Escandinávia (Suécia, Dinamarca, Noruega).

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços” bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidos (tais como a “Terceira Itália”, Flandes, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém – industrializados). (HARVEY, 1998, p. 140).

O debate sobre a acumulação flexível e o neoliberalismo que já era uma realidade nos países do Primeiro Mundo e chegou de forma tardia na sociedade brasileira (anos 90, com a

eleição do presidente Collor e com o aprofundamento do projeto nos dois mandatos do governo Fernando Henrique), teve como ponto de partida os ataques aos direitos sociais e trabalhistas conquistados pela sociedade civil organizada. Era fundamental, na visão liberal conservadora, desarticular a organização dos trabalhadores que acumulava forças desde as greves do novo sindicalismo (final da década de 70) e foi importantíssima para o processo de redemocratização (durante os anos 80).

O discurso que foi preponderante na década de 90 estava concatenado com as propostas da agenda liberal, visando a “modernização” do país a qualquer custo, mesmo que para isso tivessem que destruir o patrimônio nacional construído com décadas de trabalho do povo brasileiro como era o caso das empresas estatais. Além do mais predominou a total ausência de diálogo com os setores derrotados nas urnas que eram representativos. Diante deste cenário, políticos liberais conservadores em aliança com importantes setores do empresariado se vincularam ao capital internacional fazendo absoluta questão de não construir mecanismo de interlocução entre os atores sociais, pois os interesses eram difusos, porém com a possibilidade de haver consenso em inúmeras questões que envolviam diretamente a soberania do Brasil, a produção e o emprego.

Todavia, naquele período o que estava em jogo era a abertura do país, até então considerado fechado, isto posto, na visão liberal poderia propiciar novas oportunidades de acumulação associadas com os novos paradigmas de produção capitalista, além de permitir a entrada do capital especulativo, outra importante fonte de rentabilidade por meio das elevadas taxas de juros pagas no Brasil.

A abertura do país propriamente dita foi imposta de forma avassaladora, como sempre de cima para baixo, pois os governos legitimados pelas urnas achavam-se no direito de não consultar os derrotados que eram rotulados agressivamente de atrasados, corporativistas, dentre outros estigmas que não contribuíram para o debate democrático a retórica predominante vislumbra um jogo no qual o moderno era ser favorável ao processo de abertura sem restrição, ou melhor, defender o mercado que se auto regularia de acordo com seus interesses, enquanto os atrasados eram aqueles que clamavam por regras, preservação das estatais estratégicas, investimentos sociais, etc.

Não se pode menosprezar o papel da imprensa, principalmente dos grandes veículos de comunicação que desempenharam o papel de massificar diariamente as benesses do neoliberalismo, restringindo o espaço para as vozes oposicionistas. Seu objetivo era o convencimento sem reflexão, sobre a única alternativa que poderia melhorar as condições de vida da população, ou seja, o projeto neoliberal implantado de forma unilateral que estava

eliminando os postos de trabalho aqui e gerando emprego nos países do sudeste asiático, na Europa e nos Estados Unidos. Abandonou-se um programa de desenvolvimento industrial sedimentado na soberania e com a intervenção do Estado. Na visão dos liberais brasileiros isso representaria em última instância protecionismo e uma volta ao passado estreitamente vinculado ao atraso.

A partir da tese que liberar a economia era o único caminho e Fernando Henrique a única solução, não houve debate nem mesmo durante a campanha eleitoral. O eleitorado acabou escolhendo o mal que já conhecia, por temor de um mal maior, caso elessem Lula sem condições de governabilidade. (KUCINSKI, 1999, p. 188).

A articulação da via única, materializada na aliança do governo federal, parcela considerável dos empresários e os grandes veículos de comunicação, por sua vez massificava a ideologia neoliberal e a globalização como dogmas. Em suma, a modernização do país aconteceu pelo prisma dos conceitos liberais, ficando naquela oportunidade consubstanciada a ideia de que a sociedade, principalmente os trabalhadores, os micros e os pequenos empresários e a agricultura familiar deveriam sacrificar-se e absorver os “novos tempos” sem maiores questionamentos, o que o próprio presidente Fernando Henrique salientou na ocasião: “Nós estamos vivendo um novo Renascimento”.²⁸

Sendo assim, a década de 90 representou, em última análise, enorme sacrifício de setores subalternos, que já estavam exauridos com os descaminhos da economia na considerada década perdida (anos 80). Porém, mais uma vez, eram conclamadas a uma verdadeira cruzada pela modernização liberal da sociedade que infelizmente gerou benefícios para poucos, tais como banqueiros e transnacionais, em detrimento dos trabalhadores que arcaram com os maiores índices de desemprego, com o baixo crescimento econômico e com a reestruturação produtiva. Os pequenos empresários encerravam suas atividades devido à brutal diminuição da demanda e à concorrência dos produtos importados, muitas vezes mais em conta que os similares nacionais. Não se deve esquecer os juros elevados e da agricultura familiar sem crédito. Neste período o Brasil que era o maior produtor de feijão do mundo, importou do México este produto básico da alimentação da população porque os pequenos produtores rurais estavam deixando de cultivar esse produto. Com essa conjuntura, quem sobreviveu, submeteu-se aos interesses da internacionalização da agroindústria priorizando os produtos agrícolas para exportação ou vendeu sua propriedade para o agronegócio que se expandiu significativamente com o apoio do governo federal, totalmente contrário às políticas de incentivos aos pequenos agricultores, e os assentamentos tiveram tímidos avanços, através

²⁸ O então Presidente FHC proferiu esta frase na ocasião de uma entrevista em 1996, referindo-se aos propósitos do seu governo, comparando-o a um novo Renascimento.

de muita luta dos trabalhadores rurais sem terra e de outros movimentos sociais que pressionavam as autoridades.

Em outras palavras, neste contexto também eram introduzidas as novas tecnologias que representaram um choque de gestão nos negócios. Como a mudança foi rápida em alguns setores estratégicos, a saída encontrada pelos executivos das empresas nacionais e transnacionais para encarar a concorrência mundial foi, no primeiro momento, fazer cortes lineares nos contingentes de funcionários, além de adotar a terceirização, as cooperativas de trabalho e os prestadores de serviços, *free lancer*. Era prioritário para os empresários focalizar e priorizar os negócios principais das empresas, sendo assim, as atividades de suporte, apoio, entre outras foram tiradas das empresas. Os capitalistas contaram também com o respaldo do governo federal que aprovou o contrato por tempo determinado, o banco de horas, a participação nos lucros ou resultados, o contrato de trabalho em tempo parcial, o salário mínimo sem índice de reajuste. Houve vários ataques à Constituição Federal nos artigos que regulam as relações de trabalho e também na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A desestruturação das fiscalizações do Ministério do Trabalho²⁹ ficou manifestada nas prioridades definidas por este Ministério para a fiscalização de alguns aspectos tais como o não recolhimento de encargos por exemplo: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo que outras irregularidades eram toleradas ou tinham orientação pedagógica sendo os patrões convocados para receber orientações sem a aplicação de multas.

Estes fatos corroboraram para o debate da flexibilização dos direitos trabalhistas e a polarização era explícita em torno da redução dos custos da mão de obra³⁰. Diante da perspectiva neoliberal não faltaram aqueles que argumentassem que o país não gerava mais empregos, simplesmente porque os encargos trabalhistas encareciam em demasia a contratação e as regras eram muito rígidas para contratar e demitir os empregados, gerando percalços para os capitalistas dispostos a contratar. Esta situação seria equacionada com a fragmentação da legislação trabalhista e a supressão de alguns direitos anacrônicos na visão do pensamento liberal com relação ao mundo do trabalho.

²⁹ Ver Jose Dari Klein. Reformas nos sistema de relações do trabalho. In: Emprego e Desenvolvimento Tecnológico (artigos dos pesquisadores) 1999.

³⁰ O debate sobre o custo da mão de obra no Brasil provocou importante reflexão nos anos 90, pois os defensores do neoliberalismo julgavam que os trabalhadores brasileiros tinham um custo elevado para os empregadores. Segundo José Pastore (FEA-USP), o empregador pagava dois salários para o mesmo funcionário, ou seja, os encargos sociais e direitos trabalhistas, tais como: INSS, FGTS, descanso semanal remunerado (DSR), 13º salários, férias. Em sua opinião encarecia a contratação, logo Pastore – propunha a flexibilização das regras para aumentar a competitividade e para gerar empregos com a carteira assinada.

Porém outros pesquisadores do mundo do trabalho afirmavam que os trabalhadores brasileiros em comparação com outros países recebiam salários inferiores, realizavam jornadas de trabalho maiores que as previstas na legislação. Além disso, os direitos conquistados eram restritos, em suma o trabalhador nacional era competitivo e o custo do trabalho³¹ era abaixo da média internacional, outra vantagem para os capitalistas que tinham a liberdade de dispensar o empregado quando bem entendessem para adequar a sua folha de pagamentos. A rotatividade da mão de obra era enorme.

Ressalta-se que no Brasil a legislação trabalhista nunca foi empecilho para o processo de contratação ou dispensa dos trabalhadores. Mesmo com o amplo arcabouço de proteção trabalhista as regras são burladas por inúmeras artimanhas e muitas vezes “aceitas” pelo proletariado diante da perspectiva de desemprego, além do expressivo contingente de trabalhadores fora do mercado formal, a título de exemplo da histórica flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro que dificilmente favoreceu a classe trabalhadora. É pertinente mencionar o caso da imposição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nos anos 60, no qual ficou caracterizada a falta de proteção social para os trabalhadores.

Outra reforma realizada pelo regime militar foi a eliminação da legislação à estabilidade no emprego. Se antes de 1964 os sindicatos não conseguiam negociar diretamente com o patronato as condições de admissão e demissão de trabalhadores, a legislação oferecia, porém, certa proteção ao penalizar as empresas que demitissem sem justa causa. As indenizações cresciam em proporção ao tempo de serviço na firma e, após dez anos, o trabalhador tornava-se estável. (OLIVEIRA, 1998, p. 121).

Desde então, com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), é uma prerrogativa patronal a demissão dos trabalhadores, bastando para isso observar a legislação trabalhista. Ele foi criado nos anos 60, justamente para facilitar a contratação e demissão dos empregados e para não causar maiores prejuízos aos empresários, facilitando por sua vez ampla rotatividade, tendo o seu custo diluído no ato da demissão pelo Fundo de Garantia que substituiu a estabilidade no emprego. Como o Brasil não cumpre várias convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a demissão imotivada não precisa ser justificada pelo empregador.

Na década de 90, outras reformas pontuais foram realizadas sem que os trabalhadores acumulassem força para combatê-las. Os índices crescentes de desempregados

³¹ Os pesquisadores Pochmann e Santos (CESIT/IE/UNICAMP) discordam da teoria de que o trabalhador brasileiro onerava os empresários, por meio dos elevados custos do trabalho, atrelados aos encargos sociais e trabalhistas. Segundo os pesquisados, na realidade o que estava em jogo era a flexibilização e retirada de direitos históricos da classe trabalhadora. Foi comprovado que a retirada de direitos não significa aumento da oferta de empregos, pois diminuiria a demanda, a capacidade de consumo, o que por seu turno geraria mais recessão.

comprometeram as intervenções coletivas dos sindicatos que estavam na defensiva, procurando de várias formas de preservar os postos de trabalho em conjuntura desfavorável. O patronato e o governo federal aproveitaram a vulnerabilidade e a desmobilização para colocar em xeque os escassos mecanismos de proteção social e do trabalho, pois um dos vieses do novo paradigma produtivo era adequar os trabalhadores e as regras subordinando-os aos interesses das empresas. Os sindicatos fragilizados eram peça fundamental na engrenagem para fazer acordos por empresa atendendo às demandas específicas por intermédio dos acordos coletivos e deixando de lado políticas macro como, por exemplo, os contratos coletivos de trabalho (CCT) que abrangem toda categoria representada.

No quadro 3 é possível verificar as mudanças ocorridas no cenário de transformações que tiveram sua origem na introdução do novo padrão de acumulação do capital. Com certeza, esse processo não aconteceu de forma abrupta, pois nos países periféricos sempre existiu considerável defasagem tecnológica, quando comparados com os países centrais. É óbvio que o modelo *fordista* ainda predomina em países como o Brasil em alguns setores, materializado no uso intensivo da mão de obra com pouquíssima tecnologia.

Portanto gradativamente as empresas foram se adaptando, com absoluto destaque para as multinacionais, que experimentaram este processo nas suas matrizes, além das filiais em outros países emergentes que aderiram antes do Brasil à abertura comercial. Entretanto todas as empresas passaram a introduzir, dependendo do segmento de atuação no mercado, mais ou menos tecnologia para, na pior das hipóteses, manter-se funcionando. A década de 90 representou uma fase de forte concentração do capital e várias empresas nacionais foram incorporadas pelo capital internacional.

Isso não significa que não coexistam no Brasil, empresas de ponta com a utilização de tecnologia sofisticada, balizadas nos conceitos da revolução tecnológica e científica, contando no seu quadro de funcionários com trabalhadores super-qualificados. São empresas competitivas do ponto de vista internacional e que contam com grande aporte financeiro capitaneado nas Bolsas de Valores e fundos de pensão. Isto garante para essas empresas participação no mercado globalizado. E na outra ponta da produção, há empresas que ainda funcionam utilizando mão de obra intensiva e métodos consagrados na Primeira e Segunda Revolução Industrial. Mais do que isso são caracterizados baixos salários, condições insalubres, elevado índice de doenças ocupacionais, pelo despotismo patronal que predomina no ambiente de trabalho, onde os direitos trabalhistas são burlados constantemente e nelas os trabalhadores não estão organizados coletivamente.

O moderno e o arcaico sempre conviveram em perfeita sintonia no processo de

acumulação capitalista característicos dos países de industrialização tardia ou retardatária, como é o caso do Brasil, sendo que ocorre uma complementação entre os segmentos mais dinâmicos, em cumplicidade com os setores mais atrasados que atuam na cadeia produtiva como fornecedores ou mesmo desenvolvendo algumas atividades que não interessam às empresas de ponta.

Componentes dos contratos	<i>Fordista-taylorista</i>	<i>Ohnista-taylorista</i>
Duração	Intermediado.	Diferentes arranjos.
Local	Fixo e subordinado diretamente a um único empregador.	Pode variar e estar subordinado indiretamente a diferentes empregadores.
Jornada	Determinada, padronizada e em tempo integral.	Variável, não padronizada e pode ser em tempo parcial.
Horas extras	Utilizadas, remuneração maior imposta pela legislação.	Práticas de compensação de horas.
Hierarquia	Definida, predominância de níveis verticais.	Definida, predominância de equipes e níveis horizontais
Funções e atividades	Bem definidas	Polivalência.
Organização trabalho	Hierarquizada, senioridade.	Flexível exigindo formação profissional continuada.
Salário	Fixo.	Fixo adicionado de componente variável ou somente variável.
Aumentos salariais	Periódicos, vinculados à produtividade e indexados aos índices de preços ao consumidor.	Descontínuos, associados a metas, resultados, qualidade, adaptabilidade ou bonificações.
Estabilidade	Valorizada.	Valorizada apenas para o núcleo duro dos trabalhadores.
Rescisão de contrato por parte dos empregados	Restritas impostas pela legislação.	Diminuição ou eliminação das restrições impostas pela legislação.
Negociação coletiva	Centralizada ou por setores.	Descentralizada, preferencialmente por empresa.
Contratos coletivos	Definição de um contrato “modelo”.	Perda da importância do contrato “modelo”.

Quadro 3 – Modelo *fordista-taylorista* e *ohnista-taylorista*

Fonte: Cacciamali, apoiando-se em Durval (1998), Hirata (1999), Ozaki (2000). Retirado de Cacciamali (2001).

O quadro de um modo geral apresenta um panorama endógeno das transformações que aconteceram em cada modelo de acumulação capitalista e as suas especificidades, o que evidencia uma nova postura dos trabalhadores diante da conjuntura de mudanças que caracterizam cada paradigma sistematizado no modelo americano (*fordismo*) e o padrão japonês (*toyotismo*) que foi disseminado para todo o mundo. Obviamente em alguns países este processo foi intensificado. No caso brasileiro, como existe uma base industrial diversificada, complexa e ampla com a participação de importantes empresas internacionais a reestruturação produtiva, causou forte impacto.

As transformações que aconteceram na economia brasileira na década de 90 foram explosivas no mercado de trabalho, pois aumentaram significativamente o desemprego em praticamente todas as cadeias produtivas, em todos os segmentos sociais. Algumas classes sociais foram mais atingidas que outras, por exemplo: negros, mulheres, jovens e trabalhadores acima dos quarenta anos. Pesquisadores como: Pochmann, Mattoso, Dedecca, Oliveira, Baltar, entre outros afirmavam, categoricamente em seus respectivos trabalhos, que os anos 90 materializaram o pior desempenho econômico do país no século XX, sendo o mercado de trabalho o termômetro desta crise.

O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado. Tampouco com um grau crescente de determinação das condições de trabalho, com o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim os milhares de *bicos* que se espalharam pelo país. Pelo contrário ao longo do século XX, e sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, o país havia se transformado em uma economia urbano industrial e com elevada geração de empregos formais, capaz de incorporar ao mercado de trabalho urbano parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico e com um extraordinário contingente de pessoas expulsas do campo. (MATTOSO, 1999, p.9).

Enquanto isso os países periféricos, com destaque para os de maior dimensão geográfica e de possível construção do mercado de consumo interno amplo, ficaram identificados como países de industrialização tardia (Argentina, Brasil, México). Guardadas as devidas proporções, visavam construir um sistema produtivo semelhante aos existentes nos países desenvolvidos. Essas políticas foram importantes para o aumento da mobilidade social e diminuição das discrepâncias sociais nos momentos de intenso crescimento da economia. O caminho seguinte deveria aprofundar a redução das disparidades sociais para diminuir sensivelmente o fosso que separa as classes mais privilegiadas do conjunto dos trabalhadores e dos historicamente marginalizados. A intenção era consolidar uma cópia do Estado de Bem-Estar na periferia do capitalismo, mesmo que de forma limitada, motivo pelo qual estes países construíram sistemas de previdência social, legislação trabalhista, ampliaram as vagas no

sistema educacional, entre outras medidas que vislumbravam solidificação de mecanismo que corroborasse com uma sociedade mais justa.

Mas a história mostrou-se ingrata e implacável com os países em desenvolvimento com ênfase para o Brasil. Muito antes que o ciclo industrial alcançasse o mesmo patamar dos países avançados e as políticas sociais tivessem dimensão heterogênea e universal, ocorreram mudanças significativas no processo de acumulação capitalista que proporcionaram profunda defasagem tecnológica e científica para os países subdesenvolvidos que não reuniam os requisitos necessários para um salto de produtividade no âmbito da 3ª Revolução Industrial que se cristalizava nos países de economia avançada.

A economia mundial, a partir dos anos 70, começou a sofrer os impactos do neoliberalismo. No caso brasileiro a doutrina liberal foi introduzida no início da década de 90, trazendo consigo a ruptura definitiva com o passado de desenvolvimento econômico e geração de empregos causando o aprofundamento das desigualdades sociais, explicitadas nas hordas de desempregados, subempregados, conta própria, ou seja, grassou a informalidade e a exclusão social.



Gráfico 1 – Taxa de desemprego na Grande São Paulo, 1989-98
Fonte: DIEESE/SEADE PED, 1998

Nesta senda, o gráfico ilustra a dramática situação da classe operária brasileira que ficou refém do ajuste liberal, e teve que aceitar passivamente os argumentos dos governantes comprometidos com organismos internacionais que sempre defenderam as posições das

economias desenvolvidas e o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) do Banco Mundial, que nunca negaram suas intenções de implantar nos países emergentes o receituário do livre mercado. Portanto era conveniente apoiar governos que defendessem a causa neoliberal e promovessem as mudanças propostas, difundindo para os trabalhadores os benefícios da era neoliberal. Estavam associadas com que o desemprego, a desregulamentação, a flexibilização, as elevadas taxas de mais valia que fazem parte do processo de modernização da sociedade brasileira, em suma o preço da estabilização econômica. Ficou evidente nas palavras de Pastore, em qual sociedade os trabalhadores brasileiros deveriam ser enquadrados para manter os seus respectivos empregos.

Além disso, o Brasil possui um quadro legal extremamente rígido nas áreas trabalhista e previdenciária. O mundo moderno exige modalidades de trabalho que não podem ser acomodadas na legislação atual: o trabalho projeto, sub-contratado, com jornada e remuneração flexível e assim por diante.

São dois os desafios para o Brasil modernizar o seu mercado de trabalho: preparar melhor a força de trabalho e flexibilizar as leis trabalhistas e os modos de resolver os conflitos. (PASTORE, 1997, p. 02).

O Estado brasileiro, desde a década de 30 até o fim dos anos 70, desempenhou importante papel de ator social articulador dos investimentos em setores fundamentais para o desenvolvimento da nação e levava a reboque gama expressiva do empresariado, principalmente o segmento voltado para a infraestrutura, através dos gastos públicos que dinamizavam a economia do país. Este modelo denominado nacional desenvolvimentista foi o responsável, em linhas gerais, pelas crescentes taxas de assalariamento e formalização do mercado de trabalho, além de impulsionar a produção e a riqueza do país. Este modelo de intervenção do Estado esgotou-se no início dos anos 80. Como o país cresceu endividando-se principalmente com a liquidez internacional, garantiu, durante os anos 60 e 70, fartura de empréstimos. Com o advento da nova conjuntura internacional com as duas crises do petróleo no decorrer da década de 70, o aumento dos juros provocado pelas mudanças políticas dos EUA, a moratória do México entre outros desajustes na economia, o Estado deixa de ser o vetor do desenvolvimento para o mercado passar a interferir com mais contundência, razão pela qual, os anos 80 caracterizaram a economia brasileira como semelhante a uma gangorra com a combinação de crescimento da produtividade, alternando momentos de profunda estagnação.

Já na década de 90, com a definição de um modelo de administração do país pautado na agenda liberal, limita-se qualquer possibilidade do Estado voltar a ser o instrumento indutor das políticas de desenvolvimento autônomo. O desafio para os liberais conservadores

era justamente eliminar todas as articulações vinculadas com o passado que criavam obstáculos para “modernidade”, sendo assim, foi orquestrado um violento ataque ao Estado que foi rotulado como “ineficiente”, “burocrático” e “pesado”, para alguns alcoviteiros liberais, um verdadeiro “dinossauro”. Vide o exemplo dos fatos deploráveis ocorridos com as privatizações que significaram a alienação do patrimônio público estatal, construído no decorrer do século XX, contrariando interesses de empresas imperialistas e dos políticos brasileiros que estavam advogando a causa dos capitalistas e não enxergavam as empresas constituídas pelo Estado como a base para a industrialização do Brasil, por exemplo, a “campanha o petróleo é nosso”, no governo de Getúlio Vargas.

No Brasil, elas (estatais) começaram a crescer no tempo de Getúlio e depois não pararam de se desenvolver. Às vezes seguindo a onda nacionalista, mas também na onda internacionalista do período militar. No período Sarney, as estatais sofreram o que todos sofremos – a vingança da incompetência. Com Collor, foi prometido o ataque final da privatização. (SOUZA, 1995, p. 31).

Na visão neoliberal o Estado deveria promover uma ampla desregulamentação iniciando pelas privatizações das empresas estatais mais importantes, pois segundo a doutrina liberal, não é função do Estado administrar empresas que deveriam ser vendidas para a iniciativa privada que teria a capacidade, a tecnologia e os capitais disponíveis para realizar os investimentos. Entretanto não se pode negligenciar o fato de que a maioria das empresas estatais eram importantes elos de desenvolvimento, sistematizados nas cadeias produtivas que foram construídas ao longo de décadas e geravam empregos e divisas para o país. Com a privatização, muitas empresas foram internacionalizadas e as cadeias produtivas que envolviam fornecedores e prestadores de serviços, viram seus contratos cessarem em favor de outras firmas, sendo inúmeras empresas estrangeiras sem compromisso com o desenvolvimento local, e os empregos outrora gerados aqui foram transferidos para o exterior.

Não sem razão, foram orquestrados constantes e agressivos ataques às poucas conquistas dos trabalhadores que tiveram seu poder de barganha limitado diante da ofensiva liberal. Com o nível recorde de desemprego, os sindicatos ficaram enfraquecidos e sem poder de mobilização, portanto foi substituída a pauta dos sindicatos que sem opção já não organizava mais as reivindicações tendo como prioridade os aumentos salariais, os sindicalistas deveriam negociar com o patronato com o objetivo de manter os empregos dos trabalhadores do núcleo formalizado. Obviamente que com a baixa mobilização da classe trabalhadora os direitos trabalhistas também eram colocados em xeque para preservar algumas conquistas trabalhistas históricas e evitar que fossem vilipendiadas pela fúria liberal, que não poderia prosperar com a “rigidez dos contratos” do período em que o Estado tinha poder de

intervenção e legislava no sentido de promover algumas proteções aos trabalhadores.

Quanto maior a desregulamentação do mercado de trabalho, maiores são as chances de crescimento da precarização dos empregos existentes, sem garantias, contudo, da ampliação da quantidade de vagas. Como o mercado de trabalho funciona subordinado à dinâmica macroeconômica, que atualmente apresenta-se com baixo dinamismo, o resultado final não poderia ser satisfatório para os trabalhadores. (POCHMANN, 1999, p. 158).

Ao contrário do que se imagina, o discurso liberal parecia hegemônico, sendo assim, não haveria outra saída no mercado de trabalho que não estivesse atrelada à precarização, ao desemprego e à informalidade. Entretanto, pesquisadores como: Baltar, Dedeca, Mattoso, Pochmann, Oliveira, Wilnês, no decorrer da década de 90, em vários estudos apontaram alternativas para o país voltar a gerar empregos de qualidade com distribuição de renda manifestada por meio do crescimento econômico articulado com a construção de um projeto nacional, reforma agrária, distribuição da renda, retomada dos investimentos em infraestrutura e dos programas sociais. Medidas que para serem implantadas necessitariam de profundas alterações na agenda política do Brasil, contando com a disposição das autoridades políticas, principalmente em âmbito federal comprometidas com a retomada de um projeto nacional e uma inserção autônoma no processo de globalização do capital.

A promessa dos arautos do liberalismo no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) estabelecia que os recursos arrecadados com as vendas das estatais deveriam ser investidos nas funções primordiais do Estado como: saúde, educação, segurança. Porém, segundo especialistas em finanças públicas, o que foi arrecadado com os leilões das estatais foi utilizado para pagar os serviços da dívida externa.³²

Com certeza as empresas privatizadas também contribuíram para o aumento do desemprego, pois os ex-funcionários das empresas públicas foram dispensados. Esta foi a primeira atitude dos novos executivos que assumiram as empresas, É importante levar em consideração que a maioria dos trabalhadores das estatais era funcionários públicos e, portanto com estabilidade. Como as estatais foram incorporadas ao patrimônio de empresas multinacionais, suprimir o estatuto da estabilidade e contratar empresas terceirizadas, prestadores de serviços e consultorias, foi a lógica que predominou na visão dos novos gestores das empresas convertidas à iniciativa privada.

O impacto do plano real teve um caráter dicotômico ao combater a inflação e ser apontado como o mais bem sucedido plano de estabilização da economia do país, após várias

³² No livro: “O Desmonte da Nação: Balanço do governo FHC” – destacados especialistas que atuam em varias áreas do conhecimento, dissecaram os dados do primeiro mandato do governo FHC, e analisaram de forma crítica, apoiados em informações objetivas, o que aconteceu com as políticas sociais, com a saúde, com a educação, com a previdência, com a assistência social, com a distribuição de renda, com o emprego, etc.

experiências mal sucedidas no transcorrer das duas últimas décadas. É inegável que ocorreu o aumento do consumo no início da primeira metade dos anos 90, principalmente com a abertura comercial que inundou o mercado interno com produtos importados e gerando euforia com o aumento do consumo das famílias de bens de consumo duráveis. Contudo com o déficit em conta corrente, o Brasil dependia cada vez mais dos fluxos internacionais e, obviamente do capital especulativo que somente tinham interesses nas elevadas taxas de juros praticadas no país. A moeda estava extremamente vulnerável, as reservas brasileiras inexistentes e neste cenário, as crises mundiais que aconteceram durante a década de 90, no México, na Ásia e na Rússia, abalaram a economia brasileira que sofreu ataques especulativos.

Os anos 90 representaram em última instância o “desmonte da nação”, um verdadeiro ataque às limitadas conquistas sociais do povo brasileiro. Ao analisar os dados sociais do governo neste período trágico da história brasileira é possível identificar que os avanços foram limitadíssimos em linhas gerais. Houve mais retrocesso do que progresso. Basta olhar para o mercado de trabalho que os recordes de desempregados podem ser visualizados a cada divulgação dos índices. A voracidade da modernidade liberal deposita toda confiança no “deus mercado” para solucionar as candentes questões sociais. Lamentavelmente os neoliberais não conseguiram equacionar a pobreza que grassa há muito no território nacional e além do mais, ampliou o nosso considerável exército de miseráveis para a maioria da população brasileira, a linha da miséria está associada diretamente a sua posição no mercado de trabalho, pois não ter emprego significa o total desamparo. No decorrer do plano real as políticas sociais existiam, mas eram limitadas diante da demanda que não cessou com a recessão e o baixo crescimento econômico.

É digno de nota que a crise originada pela introdução das políticas neoliberais não atingiram somente o Brasil. A bem da verdade, outros países de industrialização tardia também experimentaram o remédio amargo do ajuste liberal, imposto pelos credores internacionais como condição para novos empréstimos e com a conivência de governos que foram seduzidos pelos supostos benefícios da abertura unilateral das suas economias. Serão citados resumidamente os casos do México³³ e da Argentina, dois países que tiveram seus ciclos de desenvolvimento econômico, guardadas as devidas proporções, semelhantes ao processo trilhado pelo Brasil na fase conhecida como substituição das importações.

³³ O México era visto no início dos anos 90, como um exemplo de país bem sucedido, na aplicabilidade da agenda liberal, ou seja, uma espécie de laboratório que antes da crise era uma referência para os países subdesenvolvidos seguirem.

Os países da periferia do capitalismo que promoveram a abertura de suas fronteiras para o liberalismo no período compreendido entre a segunda metade dos anos 80 e o início dos 90, em alguns casos experimentaram breve período de bonança. No México, a moeda nacional foi supervalorizada (no patamar de três pesos por dólar), ocasionando o aquecimento da economia doméstica, por meio do consumo desenfreado das mercadorias importadas, mais baratas que as similares mexicanas.

Essa conjuntura econômica possibilitou a entrada maciça de produtos estrangeiros e as indústrias nacionais não reuniam condições satisfatórias para concorrer, principalmente, com os produtos do sul e sudeste asiático. Por conseguinte, milhares de indústrias passaram a encerrar suas atividades, desempregando milhares de trabalhadores de empresas tradicionais e pequenos empreendimentos.

Em janeiro de 1995, segundo dados do próprio governo, 250.000 mexicanos haviam perdido os seus empregos e 4000 empresas fecharam suas portas. Entretanto a crise no parque industrial teve seu início na segunda metade dos anos 80, através da derrubada das tarifas, que originou no ano de 1994, o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e o Canadá, o Nafta.

Tendo como exemplo outros países de industrialização tardia (Brasil e Argentina), o protecionismo por seu turno garantiu durante décadas a preservação das indústrias locais, mesmo com tecnologia defasada, conseguindo manter os milhares de empregos diretos ou indiretos. Porém com a abrupta abertura econômica, o mercado local deixou de contar com o amparo legal que protegia os seus interesses ficando, expostos à feroz concorrência internacional que inundou o México com produtos de melhor qualidade e preços menores de todos os lugares do mundo, com destaque para a China e os parceiros do Nafta.³⁴

Contudo em dezembro de 1994, a especulação no mercado financeiro mundial, encontrou o país vulnerável. Sendo assim, diante dos riscos, os especuladores internacionais abandonaram o México com seus capitais voláteis, provocando uma quebraadeira sem precedentes e levando o país à bancarrota, pois era grande o endividamento das empresas e também das famílias em dólares, tornando-os vítimas fáceis dos neoliberais.

Além do México, a Argentina também realizou os ajustes recomendados pelas agências multilaterais, cujo propósito era colocar o país nos trilhos do desenvolvimento. Seguiu à risca a cartilha neoliberal, promovendo inúmeras reformas impopulares impostas

³⁴ Tratado Norte Americano de Livre Comércio, o Nafta é a ampliação do acordo de livre-comércio já existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1989, agora incluindo o México. O acordo entrou em vigor a partir de janeiro de 1994 e prevê a eliminação das tarifas alfandegárias entre os três países num período de quinze anos [...]

pelos credores para adequar o Estado Argentino à nova realidade. É importante frisar que no princípio do século XX, a Argentina chegou a estar entre os países mais ricos do mundo, com sua população orgulhosa, ostentando o *status* de uma nação que oferecia excelente qualidade de vida (comparável à dos países da Europa).

Entretanto o presidente Fernando de la Rúa, empossado em 1999, havia implantado um drástico programa de austeridade que incluía aumento dos impostos e cortes nos gastos públicos. Essa política econômica agravou a recessão no país. Uma das faces visíveis da crise ficou manifestada na pobreza que atingiu 35,4% dos habitantes da grande Buenos Aires (principal pólo econômico do país). A maioria dessas pessoas era identificada como classe média que vivenciaram a amarga experiência da queda abrupta no poder aquisitivo.

Um dos motivos foi o aumento do desemprego que não parava de crescer com a fraca *performance* da economia, combinada com as políticas ortodoxas. Em outubro de 2001, a taxa de desemprego atingiu 18,3% dos trabalhadores e a população desesperada iniciou uma onda de saques e depredações a lojas e supermercados. As manifestações eram reflexo da insatisfação com o governo e a política de contingenciamento dos gastos públicos. O presidente De la Rúa, decretou estado de sítio em dezembro de 2001 e o poderoso ministro da economia, Domingos Cavallo, pressionado pela caótica situação em que se encontrava o país, renunciou ao cargo.

Com certeza, poderiam ser citados outros países que também passaram pelas crises originárias dos ajustes econômicos e da especulação financeira na década de 90, porém ao se mencionar resumidamente os casos do México e da Argentina, explicita-se que o receituário neoliberal recomendado ou imposto aos países emergentes não surtiu os efeitos propalados pelos organismos multilaterais e governantes que não cansavam de salientar que por intermédio das políticas liberais seria possível alcançar nova fase de desenvolvimento socioeconômico. Quem ganhou com estas iniciativas foram justamente as empresas transnacionais, o setor financeiro e os especuladores. Não há dúvida de que aumentaram as taxas de miséria no mundo, principalmente nos países da periferia do capitalismo que acreditaram e seguiram as regras da agenda liberal.

O balanço das políticas liberais até o findar dos anos 90 estava materializado no inexorável recrudescimento das escassas conquistas sociais, na desarticulação das cadeias produtivas motivadas pelas privatizações e desnacionalização das empresas, na crescente perda da soberania nacional e, por conseguinte, da capacidade de desenvolvimento autônomo, na transferência dos capitais produtivos para a ciranda financeira do capital especulativo, no inegável aumento das dívidas externas e internas, na pauperização do proletariado cristalizada,

no aumento do desemprego aberto, na informalidade, na falta de autoestima e na exclusão definitiva de milhares de trabalhadores. Até mesmo enquanto exército de reserva, o que significa em síntese a completa marginalização sem acesso aos empregos formais, devendo para sobreviver, concorrer às vagas de biscateiros, prostitutas, pedintes, criminosos, vagabundos, entre outras formas degradantes devido ao enorme excedente de mão de obra suscetível à exclusão absoluta, largados à própria sorte nas ruas das principais cidades dos países do Terceiro Mundo. Convém expressar que alguns países de economia avançada viram durante os anos 90, o aumento significativo do desemprego (França, Espanha, Inglaterra, Itália). Porém nestes países existem políticas sociais que contemporizam a dramática situação do desemprego.

Deve-se destacar que nem todos os países incorporaram plenamente os princípios neoliberais. A China e a Índia, por exemplo, países que têm obtido grande sucesso econômico nas últimas décadas, adotaram uma abertura restrita e gradual para o mercado internacional. Além de regras rígidas para os investidores externos que precisam se adequar às normas internas, esses países procuraram preservar suas respectivas soberanias solidificadas em políticas de desenvolvimento do mercado interno e agressividade nas exportações. Eles exigem que os investimentos produtivos das transnacionais sejam realizados em associações com as empresas locais. Mas não foi essa trajetória escolhida por países como: Argentina, Brasil e México, dentre outros países que abdicaram dos seus interesses nacionais, aderindo às reformas ditadas pelo mercado que comprometeram o desenvolvimento autônomo, preferindo uma inserção na globalização financeira de forma subordinada.

CAPÍTULO II – A ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM SÃO PAULO: ASSALARIAMENTO E TRABALHO PRECÁRIO

2.1 Complexo cafeeiro: indústria e trabalho em São Paulo

Para analisar e contextualizar o vigoroso crescimento da cidade de São Paulo no início do século XX, é necessário abordar a cafeicultura e, por conseguinte, o fenômeno denominado “complexo cafeeiro”. Vários estudiosos como Nicea Vilela Luz, Sergio Silva, Wilson Cano apontam que o excedente da exportação de café, nos períodos de crise da cafeicultura foi reinvestido no incipiente processo de industrialização que substituiu parcialmente as mercadorias outrora importadas, principalmente da Europa.

No que concerne à mão de obra que labutou nos primórdios da lavoura de café, deve-se levar em consideração o trabalho dos escravos que já havia sido participado ativamente dos outros ciclos virtuosos da economia brasileira. No complexo cafeeiro não foi diferente, pois lá estavam os negros para garantir taxas elevadas de acumulação primitiva de capital.

Nos primeiros cinquenta anos da sua expansão, isto é de 1820 a 1870, mais ou menos, o fazendeiro de café teve no braço do escravo o sustentáculo das suas lavouras. Com o escravo, ele abria as primeiras picadas na mata virgem, fazia as derrubadas, semeava os grãos de café, cuidava depois do cafeeiro em crescimento, com as clássicas carpas anuais; fazia a colheita, transportava-a para os terreiros e, após os preparos necessários, enviava o produto para o porto mais próximo. O escravo servia para tudo: era foiceiro ou machadeiro, carreiro ou tropeiro, enxadeiro ou derriçador trabalhador de terreiro e até maquinista, quando aparecem os primeiros aparelhos mecânicos para o preparo do café (benefício). (ARAÚJO FILHO, 1976, p. 62).

Com o advento do ciclo do café, a postura dos potentados³⁵ não foi diferente dos ciclos anteriores. Para obter elevadíssimos lucros com a produção da rubiácea era primordial a surperexploração dos escravos que chegavam às fazendas de café por dois caminhos. Primeiro os negros oriundos do continente africano eram adquiridos por meio das compras nos leilões e rumavam para o interior do Estado de São Paulo. A segunda alternativa estava associada com a compra dos escravos das regiões que estavam estagnadas ou em franca decadência econômica. A expansão da cultura do café precisava de muita mão de obra compulsória.

Entretanto é justamente no momento de apogeu do café que a Inglaterra inicia extraordinária pressão internacional combatendo o tráfico negreiro no Oceano Atlântico,

³⁵ Termo usado pelo sociólogo Lucio Kowarick para identificar os barões do café no livro: Trabalho e Vadiagem e as origens do trabalho livre no Brasil.

inclusive tomando decisões unilaterais de afundar os navios que estivessem a serviço do tráfico.³⁶

O complexo cafeeiro capitalista paulista era muito dinâmico e mobilizava grande soma de recursos que iam além dos cafezais, pois a infraestrutura envolvida no negócio do café garantia o transporte, a comunicação, a armazenagem e a comercialização, atividades estas tipicamente urbanas e que representavam, portanto, a contribuição do café para fomentar os segmentos industrial, comercial e financeiro, tendo sido fundamental para o destino da cidade de São Paulo. Dentre os barões do café floresceram aqueles que se tornaram os futuros banqueiros, importadores, comerciantes e ocupantes de cargos públicos. Era notável a influência dos cafeicultores em todos os setores da economia e também da política de então.

O desenvolvimento da cultura cafeeira, que logo havia de monopolizar a economia da província, não se processava nas zonas em que primeiro se localizou. O litoral é logo abandonado, e o Vale do Paraíba perde, em fins do Império, toda a sua importância. São as férteis terras, primeiro do norte e depois do oeste muito mais própria ao seu cultivo, que vão constituir a zona de eleição do cafeeiro. E toda esta região que é por sua situação tributária de São Paulo, tem nesta cidade seu centro natural. (PRADO, 1983, p. 35).

A marcha do café para o oeste do Estado de São Paulo foi decisiva para a consolidação da capital paulista como o principal centro de comercialização desse produto no país, pois a cidade de São Paulo está localizada próximo ao litoral e ao porto de Santos, o mais importante do Brasil, justamente por escoar a produção de café para o exterior. Por seu turno, a partir da capital do Estado, foram construídas as ferrovias, o que colaborou para os desdobramentos econômicos do conjunto de atividades dependentes ou associadas ao café.

Retomemos a questão das ferrovias; seu papel dinamizador no complexo foi extraordinário: diminuíram os custos de distribuição do café, aumentando o lucro dos produtores; proporcionando lucros às Cias. das Estradas de Ferro, tornando-se excepcional destino para os capitais “sobrantes”; desbravaram frentes pioneiras, ampliando a oferta de terras para o café e outros produtos e criavam verdadeiras cidades, pelo adensamento urbano que se manifestava em todas as suas estações. (NEGRI, 1996, p. 34).

Nesta perspectiva, é possível identificar um conjunto de elementos que foram primordiais para o início da industrialização na cidade de São Paulo e a formação do mais importante parque industrial do Brasil com a capacidade de realizar as articulações econômicas, além de subordinar a produção das outras regiões do país. Sendo assim, é conveniente mencionar o papel fundamental do complexo cafeeiro capitalista paulista que

³⁶ Em 1851, com a adoção do parlamento brasileiro da Lei Eusébio de Queiroz, a interdição do tráfico de escravo tornou-se efetiva no Brasil. Essa lei marca o início de um processo onde diferentes leis e decretos representam diferentes momentos ou simples – mas não úteis – reafirmação do princípio da abolição progressiva. (SILVA, 1976, p. 41)

orquestrou os interesses indispensáveis ao desenvolvimento fabril.

Ao contrário das demais regiões, São Paulo contou com elementos fundamentais para a sua expansão diversificada e concentradora: avançadas relações capitalistas de produção e amplo mercado “interno” e, desde muito cedo, uma avançada agricultura mercantil, mesmo se excluído o café. Daí decorreu seu processo de concentração industrial, e, já antes de 1930, sua estrutura industrial era a mais avançada do país, contando inclusive com um incipiente compartimento produtor de bens de produção, instalada com vista ao mercado nacional. Daí se estabeleceu desde cedo, uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhe, em grande medida, uma relação comercial de “centro – periferia”. (CANO, 1998, p. 25).

Deve-se mencionar que a economia do país até o período da expansão cafeeira, ficava restrita aos arquipélagos de desenvolvimento, vis-à-vis, associados à produção de gêneros agrícolas tropicais e de suas respectivas demandas, centralizadas principalmente no mercado europeu.

Não foi por outro motivo que o Brasil colonial experimentou sucessivas fases vinculadas aos ciclos de apogeu e decadência de determinados produtos que atendiam às necessidades principalmente de outros povos, vide o exemplo da cana-de-açúcar, borracha, algodão, cacau, metais preciosos, entre outros produtos que eram controlados pelas oligarquias que tinham mais relações econômicas com o exterior, deixando de lado possíveis relações comerciais que pudessem cindir na integração territorial do país.

Com o advento da cafeicultura foi possível estabelecer uma relação mais abrangente, pois fica evidente que os principais mercados consumidores desse produto eram os países que lideravam a Primeira Revolução Industrial, com absoluto destaque para a Inglaterra que precisava importar o café brasileiro que assumiu importante função como estimulante do organismo do proletariado, vital para suportar as fatigantes jornadas de trabalho e a escassez de alimentos que eram recorrentes naquele período na Europa.

O café em São Paulo representou a integração do mais importante complexo de desenvolvimento interno do Brasil da segunda metade do século XIX até 1930. Nesse contexto houve o aumento considerável, sobretudo da influência dos grandes proprietários de terra e escravo por pressuposto bem sucedidos produtores de café do ponto de vista político e econômico. Mais que isso, eles introduziram novos conceitos até então desconhecidos nos outros ciclos econômicos, por exemplo, residiam e comercializavam o produto na cidade, tendo um caráter urbano, reinvestiam seus capitais em setores diversificados como ferrovias, indústrias, imóveis, casas bancárias e participavam efetivamente da vida cultural da cidade promovendo eventos. Em todos os segmentos econômicos era visível a participação do baronato do café.

A cultura cafeeira – e sobretudo os capitais que ela gerou – transformou totalmente a cidade. Por ser o primeiro ponto do planalto a partir do porto de Santos, a cidade estabelecia a conexão entre regiões produtora, o porto e a capital do país. Assim, seus vales a partir de 1867, ano que foi implantada a primeira ferrovia na cidade, interligando Santos a Jundiaí, foram sendo atravessados por ferrovias. (ROLNIK, 2003, p. 15).

Todos os elementos indispensáveis à industrialização e à ampliação desse capital através da cafeicultura que propiciou crescente acumulação de capital estavam fixados na cidade de São Paulo. Nos períodos de maior taxa de lucro os recursos eram reinvestidos em novas áreas para o café e como os barões tinham o “espírito empreendedor”, aproveitavam para investir na indústria de bens de consumo: alimentos, têxteis, calçados, etc.

Há na linguagem da época uma categoria que aparece com frequência nas iniciativas empresárias, públicas e privadas, que é a do “capitalismo”, assim chamado. Nela predominam fazendeiros enriquecidos que investem muitas vezes, como acionistas, em jornais portos, ferrovias, companhias de seguro e iluminação pública, bem como na usura. Neste último caso não são poucos aqueles que se retiram da vida ativa, isto é, tendo acumulado considerável volume de capital, passaram a viver dele, ficando assim difícil localizá-los no tradicional sistema de produção. (LAPA, 1983, p. 35).

No caso específico da cidade de São Paulo e de outras importantes cidades do interior do Estado, o estágio inicial do processo de industrialização, a constituição do mercado de trabalho assalariado culminando com o término da escravidão e a própria urbanização estavam intrinsecamente relacionados com o complexo cafeeiro paulista que imprimiu extraordinário dinamismo principalmente econômico. Estava em voga o “espírito empreendedor” dos barões, o que os diferenciava *a priori* do apogeu e declínio de outros ciclos econômicos que não reuniam as condicionalidades para multiplicar o capital reinvestindo em setores mais atrativos que o café. Provavelmente uma característica que deve ser mencionada é o desprendimento e o arrojo dos cafeicultores, até mesmo nos períodos de crise da produção.³⁷

2.2 Do complexo cafeeiro à industrialização

A cidade de São Paulo foi extremamente beneficiada pela franca expansão do complexo cafeeiro paulista, em virtude da sua excelente posição geográfica: na porção oriental do Estado, no planalto próximo à Serra do Mar, tornando-se uma passagem obrigatória para

³⁷ A cafeicultura em crise conjuntural liberava, portanto capitais, direta ou indiretamente, para a indústria. Claro que enunciada dessa maneira, a tese é bastante deficiente, pois, como se sabe, um processo de industrialização não se faz só com capital. (LAPA, 1983, p. 36).

chegar a Santos (o principal porto do Brasil desde o final do século XIX). Nesse momento a comercialização do café predominava na cidade, razão pela qual, todas as outras atividades exercidas em São Paulo circulavam em torno deste produto.

O café propiciava elevadas margens de lucros nos períodos de auge e margens moderadas nos períodos de crise, o que abria a possibilidade de altas taxas de investimentos na indústria, através de transferências de recursos da economia cafeeira. O desdobramento da acumulação cafeeira acabaria por desenvolver sérios problemas de infra-estrutura, como o de transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicação e de urbanização, além de via de imigração, montar e desenvolver vasto mercado de trabalho. (NEGRI, 1996, p. 33).

Para escoar a produção da rubiácea foi construída, na segunda metade do século XIX, uma eficiente infraestrutura na qual se destacava a malha ferroviária que fazia conexão do interior com o litoral, tendo a cidade de São Paulo como o mais importante entreposto.

Dessa maneira, essa que é a maior área de São Paulo (alta mogiana), e que no primeiro quartel do século XX era desconhecida dos mapas ainda ocupada por índios, vai sendo devassada com relativa rapidez. Foram-se emparelhando as regiões ocupadas: Alta Mogiana (Companhia Mogiana de Estradas de Ferro); Alta Araraquarense (Companhia de Estradas de Ferro Araraquara); Alta Paulista (Companhia Paulista de Estrada de Ferro), Alta Sorocabana (Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro). (LAPA, 1983, p. 41).

Obviamente a expansão e a solidificação da ampla rede ferroviária, tendo a cidade de São Paulo como o principal elo de articulação entre o porto e o interior, também foi decisiva para o estuendo crescimento da cidade de São Paulo, acarretando o aumento populacional e, sobretudo atraindo a população de outras regiões do Brasil, além dos imigrantes que permaneceram aqui. Por isso, a cidade ofertava grande quantidade de oportunidades de trabalho na indústria de transformação, com ênfase nos bens de consumo não duráveis. A cidade conseguiu por intermédio de sua elite monopolizando elevadas taxas de lucros, garantir a transição de importante entreposto comercial do café, para em poucas décadas consolidar a sua posição como o mais importante polo industrial do Brasil e da própria América Latina.

Não obstante, ao longo da malha ferroviária que se expandiu pelo interior do Estado de São Paulo em sintonia com a expansão da cafeicultura, floresceram várias cidades que eram identificadas nos primeiros momentos com o auge da cafeicultura. Pode-se citar: Campinas³⁸ que chegou a rivalizar com a cidade de São Paulo o posto de capital da antiga província, obviamente que não podemos deixar de citar importantes cidades como: Ribeirão

³⁸ Mas a febre amarela que assolou Campinas por diversas vezes entre 1880 e 1890 acabou decidindo o debate a favor de São Paulo. Essa doença parecia ter chegado de Santos, onde era comum na forma endêmica. De qualquer modo, Campinas foi decididamente julgada como tendo um clima pouco saudável, pondo fim as discussões. Desta convém reter o fato de São Paulo não ter ainda assumido aquela altura toda a sua importância como centro de comunicações – uma função que foi adquirida progressivamente, a medida que o povoamento do Estado foi se distribuindo mais equitativamente no seu interior, e que se foram intensificando suas relações com o Rio de Janeiro. (MONBEIG, 2004, p. 46)

Preto, Araraquara, São Carlos, Jundiaí, São José do Rio Preto e Taubaté entre outras que a partir do café dinamizaram as economias locais e regional, além de impulsionar a posteriori a indústria.

Subjacente a isso, no final do século XIX e início do século XX, ocorreu uma forte expansão da rede de serviços da cidade com moderno sistema de água e esgoto, redes de iluminação, linhas de bondes e algumas usinas hidrelétricas. Contudo outras condições estavam postas para fomentar a indústria tais como o imigrante e o trabalho assalariado, o mercado consumidor e os capitais disponíveis, a princípio concentrados na cidade de São Paulo.

Diante dessa conjuntura, a capital paulista reuniu todas as condições para agregar e liderar o surto industrial que por sua vez aproveitou a situação favorável gestada pela produção cafeeira, favorecida por meio do mercado consumidor, mão de obra, eletricidade, transporte e o sistema bancário que na ocasião era sólido para financiar as lavouras de café, ferrovias, máquinas para indústrias, etc.

Na época que a Light começou suas atividades em São Paulo, as circunstâncias eram favoráveis ao surgimento da função industrial. Entre 1900 e 1943 estava grassando uma crise de superprodução de café. Começou então a parecer evidente que a economia de todo o país não poderia mais ficar vinculada a uma única cultura comercial. O governo federal, sustentado pela opinião pública, estava preocupado em reduzir as importações a partir da criação de uma indústria têxtil nacional apta a transformar o algodão então produzido nos Estados do Nordeste. Já uma vez, por ocasião da abolição do escravismo (1888), uma elevação das tarifas aduaneiras sobre as importações de tecidos de algodão havia inaugurado uma política protecionista favorável à fundação de tecelagens nacionais. E, em 1900, essas tarifas voltaram a ser aumentadas. (MONBEIG, 2004, p. 68).

Neste contexto histórico, temos que levar em consideração que a industrialização do país e, mais precisamente, da cidade de São Paulo, só seria viável em uma conjuntura de políticas macroeconômicas protecionistas. Os fatos relevantes do ponto de vista econômico e social no Brasil e no mundo contribuíram decisivamente para impulsionar a indústria brasileira. Por exemplo, a ascensão de Vargas ao poder central rompeu a aliança das oligarquias paulista e mineira que se revezavam no poder, levando à mudança de postura do governo que passou a investir os recursos do Estado na construção da indústria de base. Além disso, no período mencionado por Monbeig, o mundo vivenciava momentos conturbados, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, com o advento das duas Guerras Mundiais, o *Crack* na Bolsa de Nova York que repercutiu na maioria dos países e a Revolução Bolchevique na Rússia.

Por tudo isso, a conjuntura favoreceu o processo de industrialização em São Paulo que já havia constituído praticamente todos os pré-requisitos para dinamizar o seu parque

industrial, mesmo que fosse com os produtos mais simples ou a cópia das mercadorias industrializadas na Europa. Por este m, as referências foram as indústrias têxtil, de alimentação e de calçados, cujo objetivo era substituir as importações.

Sendo assim, aumentou, sobretudo, a demanda por trabalhadores oriundos do exterior e também das regiões estagnadas do Brasil para laborar em São Paulo. Neste sentido as correntes imigratórias e migratórias foram fundamentais para consolidar o mercado de trabalho na cidade. Obviamente, para substituir os negros cativos, os brancos europeus eram os escolhidos. Porém, com a diminuição da chegada dos imigrantes, os elementos nacionais principalmente do nordeste e do próprio sudeste continuavam a abastecer São Paulo com mão de obra numerosa, recebendo baixos salários.

A título de exemplo do rápido crescimento da cidade de São Paulo os dados censitários são esclarecedores do ponto de vista populacional, pois para atrair e concentrar expressivo contingente de pessoas em busca principalmente de trabalho que era ofertado no setor secundário e de serviços que absorveu após a segunda metade do século XX, milhares de trabalhadores com destaque para os migrantes oriundos das pequenas cidades do interior do Brasil com ênfase para os nordestinos e mineiros. Nas primeiras décadas do século XX, era justamente o café que necessitava de mão de obra abundante, enquanto a partir dos anos 50 a economia encontrava-se mais diversificada e complexa, exigindo trabalhadores em setores que estavam em plena capacidade produtiva. Vale explicitar a construção civil, a indústria de transformação, principalmente com a instalação das multinacionais de bens de consumo duráveis, a expansão das empresas estatais, o segmento de comércio e de serviços incluindo o setor público ancorado pela urbanização da sociedade e a mudança de hábitos que por sua vez, aumentou o contingente de trabalhadores prestando os mais variados serviços com ênfase para a informalidade.

Cidades	1872	1900	1950	2000
Belém	62,0	96,6	254,9	1.280,1
Belo Horizonte	-	13,5	352,7	2.230,1
Cuiabá	36,0	34,4	56,2	483,0
Fortaleza	42,5	48,4	270,2	2.138,7
Manaus	29,3	50,3	139,6	2.138,7
Porto Alegre	44,0	73,7	394,1	1.360,4
Recife	116,7	113,1	524,7	1.421,9
Rio de Janeiro	275,0	691,6	2.198,1	5.851,3
Salvador	129,1	205,8	417,2	2.441,0
São Luís	31,6	36,8	119,8	868,1
São Paulo	31,4	239,8	2.377,4	10.406,0

Quadro 4 - Evolução populacional das principais cidades brasileiras, 1872-2000 (em mil habitantes)
 Fonte: Censos Demográficos, IBGE – In: (POCHMANN, 2001, p. 28)

É possível visualizar no quadro acima a evolução demográfica da cidade de São Paulo que teve considerável aumento populacional, acompanhando a acumulação na cafeicultura e a concentração das atividades comerciais e fabris na cidade. Logo São Paulo passou a atrair principalmente a população das áreas que perderam sua pujança econômica.

A mão de obra era seduzida pelas oportunidades de trabalho e negócios que eram gerados nesta cidade que iniciou uma trajetória de crescimento sem paralelo no século XX. Concentrando os extremos da riqueza e pobreza no mesmo espaço, contradições típicas do sistema capitalista, desde essa época a cidade de São Paulo de forma peculiar era vista como o novo eldorado que franqueava oportunidade para os que quisessem trabalhar e progredir.

A partir de 1750, começou a ocorrer certa intensificação da urbanização na cidade de São Paulo. Mas sobretudo com o aprofundamento da economia cafeeira capitalista no oeste paulista, desde 1870, que se conformaram às condições necessárias para a construção de uma grande cidade. O abandono de estagio de cidade entreposto comercial, cultural, político, financeiro e, mais tarde, industrial marcaram a fase de modernização do antigo povoado de Piratininga. (POCHMANN, 2001, p. 29).

Obviamente a cidade de São Paulo foi a tributária do expressivo desenvolvimento do complexo cafeeiro e, por conseguinte, da consolidação do poderoso parque fabril, localizado a princípio no município e posteriormente nas áreas lindeiras que posteriormente ficaram conhecidas como a Grande São Paulo que também usufruiu do intenso crescimento com o advento da concentração industrial e a própria ida das fábricas e bairros operários para a periferia, acompanhando outros ciclos econômicos que priorizavam o transporte rodoviário em detrimento das ferrovias e do subúrbio.

2.3 Nem todos eram assalariados na Pauliceia

Deve-se enfatizar o período após a libertação dos escravos em 1888 até as primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo, com destaque para os trabalhadores nacionais despossuídos que formavam uma massa representativa, composta de negros libertos e brancos livres que, via de regra, não foram devidamente enquadrados na “nova ordem” pela ação da elite brasileira, formando um mercado de trabalho totalmente assimétrico no qual predominam as discrepâncias sociais até os dias hodiernos em pleno século XXI e que não foram devidamente equacionadas.

A “nova ordem” socioeconômica refere-se à extinção do sistema escravista que determinou ao longo do século XIX florescendo como sub-produto daquele problema social, pois a introdução dos forros e libertos pelo mercado de trabalho assalariado exigia por pressuposto adequações de ordem cultural e uma presença mais efetiva do Estado disciplinando os trabalhadores negros que estavam sob responsabilidade de entes privados. Por outro lado, esse mesmo Estado deveria como sua atribuição conceder-lhes direitos de cidadãos, que antes não possuíam. A questão tornou-se, também, racial, pois se o escravo correspondia aos trabalhadores negros, com o fim daquele regime era necessário pensar o que fazer com o negro que não era mais escravo e que na visão das elites da época, não poderia ser absorvido pelo mercado de trabalho e pela sociedade, no mesmo nível das outras etnias.

Mesmo antes da abolição já eram visíveis os propósitos, principalmente dos barões do café, de substituir os negros cativos pelos brancos europeus. Sendo assim, era necessário construir um discurso que desclassificasse os escravos para o trabalho assalariado, bem como os brancos livres, ou seja, não proprietários que também não atendiam às “novas” necessidades e ao perfil exigido pelos barões para laborar na cultura do café. Razão pela qual, milhares de trabalhadores ficavam no ócio forçado, pois estavam impedidos de trabalhar no campo e na cidade e quando conseguiam uma ocupação era exercendo as piores atividades como serviçais, prestando algum tipo de trabalho sem prestígio que recebia o menosprezo da sociedade de então, praticando pequenos delitos e, por conseguinte, submetidos ao rigor da lei. Enfim, materializavam a “corja inútil” e marginalizada. Era recorrente a retórica que classificava esta população como imprestável para o trabalho.

Ao construir este cenário tão hostil aos trabalhadores nacionais, foi introduzida no consciente popular e da elite representada naquele momento pelos barões do café, com destaque para o Estado de São Paulo, a necessidade de incentivar a vinda dos imigrantes

européus para substituir o negro nas lavouras de café do interior do Estado. Mais que isso, tornar-se os primeiros operários do nascente parque industrial paulista, pois estariam mais aptos para desenvolver o trabalho assalariado, além de serem disciplinados. Em suma, teriam vocação para desempenhar as empreitadas, seja na cafeicultura ou na indústria.³⁹

A mão de obra branca europeia que atendia aos requisitos da elite brasileira, estava disponível, pois os principais Estados europeus vivenciavam dias conturbados do ponto de vista econômico e social. A Revolução Industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra chegou de forma tardia a regiões como as da Alemanha e da Itália. Ambas enfrentavam problemas inerentes ao processo de unificação política. Essa conjuntura foi totalmente desfavorável para os camponeses que visualizaram a introdução de equipamento manufaturados na agricultura, além do aumento dos impostos sobre a propriedade, o que gerou o endividamento dos pequenos proprietários rurais, muitos perderam a terra e repudiavam a ideia de tornarem-se proletariado ou mendigos nas cidades.



Figura 3 - Estrangeiros no pátio da Hospedaria de Imigrantes

Fonte: Nossa História, ano 2, n. 24, out. 2005 – Os Imigrantes

A figura acima mostra os estrangeiros no pátio da Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, por volta de 1910; nas lavouras, nas fábricas ou no comércio, esses trabalhadores

³⁹ O discurso racista, de desqualificação do trabalhador nacional e supervalorização do estrangeiro, sinônimo de moderno, civilizado, puro, científico, era tão forte que teria sido incorporado até mesmo por lideranças abolicionistas negras que, por sua vez, cumpriram o papel de propagarem o integracionismo e promoveram o controle dos conflitos sociais. (RAMATIS, 2008 p, 36,37).

ajudaram a construir o Brasil, vencendo a mentalidade escravocrata que dominava o país.

Diante dos percalços dos trabalhadores europeus em conjuntura que não os favorecia, ganharam relevância as políticas elaboradas pelo Estado brasileiro que era influenciado pela elite, cujo objetivo seria de atrair para o território nacional os imigrantes que seriam elementos fundamentais, substituindo os negros com o processo lento e gradual de abolição, formando o mercado de trabalho sustentado no assalariamento e também atendendo o projeto de eugenia que repercutia no país como mote para o desenvolvimento. O embranquecimento da população merece destaque na massiva presença dos italianos⁴⁰ que vieram em grande número para o Brasil, fixando-se principalmente no Estado de São Paulo.

Os braços necessários para o desenvolvimento do café foram encontrados na Europa, mais precisamente na Itália. O povo italiano, sobretudo o povo do sul da Itália passava por dias particularmente difíceis após a Unificação Nacional. Os trabalhadores italianos, sobretudo os de Mezzogiorno, vieram então, por dezenas de milhares em cada ano, povoar as terras de São Paulo. Eles constituíam a grande maioria (cerca de 60%) dos imigrantes que chegavam ao Brasil nos dois últimos decênios do século XIX. (SILVA, 1976, p. 44).

Enquanto isso, a massa de trabalhadores nacionais ficava à disposição de um mercado de trabalho que não existia, constituindo o exército de reserva, milhares de braços que ficavam deslocados sem ter a sua força de trabalho utilizada. A burguesia já havia selado o destino dos ex-cativos que não deveriam ser integrados ao esboço de uma nova sociedade que seria a negação do passado escravocrata, negro, selvagem, atrasado, horrendo.

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho”, sendo freqüentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto aviltante repugnante. (KOWARICK, 1994, p. 43).

A escravidão é uma chaga aberta na sociedade brasileira, que lamentavelmente não cicatrizou mesmo após a abolição, pois predominou a desvalorização dos trabalhos braçais, de modo geral, associados no imaginário popular a atividades exercidas pelos escravos. Em síntese os trabalhos mais pesados, e por sua vez com baixa remuneração e péssimas condições de trabalho, sempre foram identificados como as atividades exercidas pelos escravos, portanto não ocorreu no Brasil a valorização da “escola do trabalho” em uma sociedade que durante 400 anos foi dividida em duas classes: senhores e escravos. Os trabalhadores que não se

⁴⁰ Mas eles não eram propriamente “italianos”. A Itália, até a sua unificação (iniciada em 1861 e completada em 1870), era constituída por Estados independentes, com culturas, clima, economia e até línguas diferentes, eles eram na verdade, vênets, calabreses, toscanos, sicilianos, piemonteses... Embora tenham sido identificados ao longo de décadas como “o imigrante”, viraram italianos no Brasil. (ELIAS, 2005, p. 17).

enquadravam nesta sociedade eram profundamente discriminados. E mesmo após a abolição, os brancos pobres e negros libertos continuaram às margens da sociedade com destaque para a inserção no mundo do trabalho, no qual predominou a preferência pelo estrangeiro.

A elite branca que havia enriquecido principalmente com o negócio do café estava preocupada em promover mudanças urbanísticas na cidade de São Paulo⁴¹, cujo propósito era modernizá-la, dotando o espaço central de características verossímeis às principais cidades europeias, com destaque para Paris. Obviamente as transformações urbanas tinham como ponto de partida a retirada sumária das classes subalternas e indesejadas do centro da cidade já que eles trabalhavam nas ruas mais movimentadas do centro e o perfil destes ambulantes estava muito próximo dos escravos ganhadores que não eram otimizados em outras atividades produtivas nos primeiros decênios do século XX.

Os principais ofícios realizados nas vias públicas estavam relacionados com os trabalhos outrora exercidos pelos escravos de ganho, que possuíam na época do regime escravocrata relativa liberdade para exercer suas habilidades prestando serviços no centro da cidade de São Paulo ou vendendo suas mercadorias nos logradouros. Era constante a presença das “pretas do tabuleiro”, das quituteiras, dos carroceiros, dos vendedores de ervas ou ervanários, dos curandeiros ou “benzeduras”, das parteiras, das lavadeiras, dentre outras atividades realizadas principalmente pela população negra nas ruas da cidade.

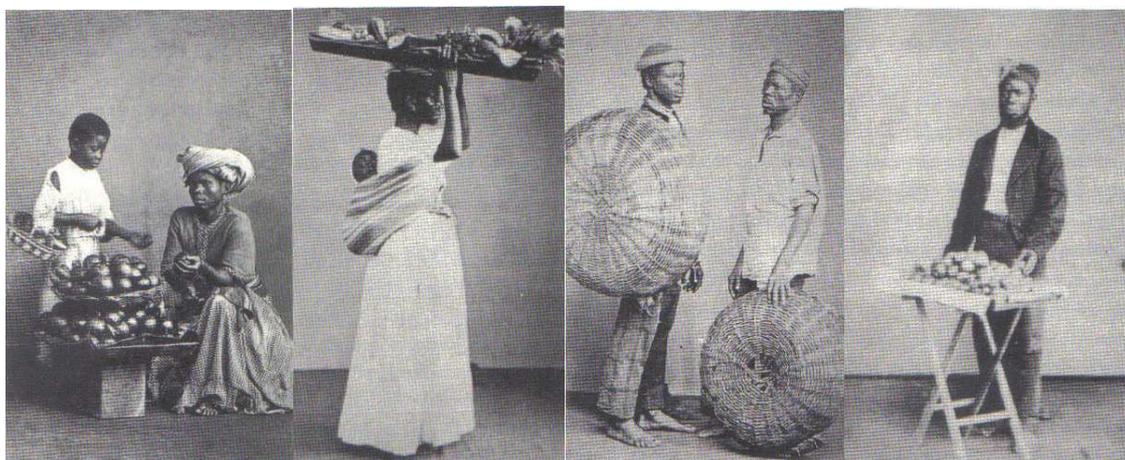


Figura 4 – A escravidão urbana

Fonte: Cenas da Abolição, Christiano JR. (1864 – 1866).

A figura acima mostra que a labuta por conta própria não era uma experiência

⁴¹ A partir do início do século, têm começo as agitações ligadas à beleza da própria cidade. Buenos Aires é o modelo próximo, e o pessoal que frequentava Paris nas entressafas do café não escondia sua ponta de inveja vendo a capital Argentina assumir ares civilizados de cidade europeia. São Paulo não tinha perspectivas largas, grandes espaços livres para belos visuais. Somente becos, ruas tortuosas e casas feias do tempo da pobreza. (LEMOS, 1985, p. 128).

desconhecida dos escravos. A escravidão urbana comportou formas de exploração do trabalho escravo para os quais era imprescindível certa autonomia do trabalhador.

No imaginário da elite era real a idealização de uma cidade dotada de características modernas, parecida em seus aspectos urbanísticos com as cidades europeias, predominando na paisagem o modo de vida e hábitos semelhantes aos verificados no velho continente. Contudo, naquela época São Paulo já era um polo de atração para a população pobre que chegava dos mais longínquos rincões do Brasil, além dos fluxos de estrangeiros, sendo que muitos não foram inseridos como operários nas fábricas. Logo ocupavam as ruas centrais da cidade como talvez a única alternativa para ganhar o seu sustento.

A contradição estava posta. As ruas centrais da cidade eram reservadas para a burguesia, para “as famílias de bem”, para os cidadãos aquinhoados da sociedade. Por esse motivo, os trabalhadores que desenvolviam atividades na rua não eram bem-vindos, pois os pobres mestiços representavam a negação dos ideais de europeizar a cidade. Era comum na concepção dos homens que detinham o poder da cidade em suas mãos, estereotipar os trabalhadores sem função específica e reconhecida. Para isso, contavam com os órgãos da imprensa, influentes formadores de opinião; com cientistas; muitos estrangeiros e alguns brasileiros que formulavam sua teoria a partir do eugenismo e da hierarquização das raças.

De fato a imprensa da época, estigmatizava os trabalhadores das ruas, colocando-lhes o rótulo que identificava os pobres como “as classes perigosas”. Com isso diziam que disseminavam doenças a partir das suas respectivas moradias infectas e insalubres, eram adeptos da promiscuidade, promoviam arruaças, não respeitavam as regras de civilidade para morar no centro da cidade, não tinham preceitos de higiene, entre outras atribuições que corroboravam para difamar a imagem dos trabalhadores ambulantes. Desta maneira era fácil apontar os negros por qualquer desatino que acontecia na cidade como a sujeira nas praças e ruas centrais, as desavenças do cotidiano, as revoltas populares, os pequenos delitos, etc. Tais acontecimentos ganhavam as páginas dos jornais, e obviamente serviam para pressionar as autoridades públicas que deveriam tomar decisões rígidas principalmente contra os “vadios” sem ofício, dentre outros meliantes.

São considerados vagabundos pelo artigo 300 do regimento número 120 de 31/1/1842 os indivíduos que não tem domicílio certo nem profissão, ou ofício, nem renda ou meio conhecido de subsistência. Não tem domicílio certo os que mostrarem ter fixado em alguma parte do Império a sua habitação ordinária e permanente, ou não tiverem assalariados, ou agregados a alguma pessoa ou família. (Relatório apresentado pelo chefe da polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879, p. 46) (SANTOS, 1998, p. 116).

A legislação que versava sobre os trabalhadores do comércio de rua revelava a postura

da burguesia com referência à população que sobrevivia dos ganhos obtidos nas ruas centrais da cidade, porém eram usuais atitudes discriminatórias que identificavam os trabalhadores de rua como sendo os vagabundos e desclassificados, *a priori* eram sempre suspeitos de promoverem desordem nas vias públicas ou manifestarem seus costumes enraizados nas matrizes culturais (danças, cantos) e religiosa africana.

A “ideologia do embranquecimento” estava associada à exclusão, não apenas no trabalho, bem como nos espaços urbanos que tinham, segundo as autoridades, a necessidade imperiosa de serem “higienizados” em busca da modernidade, tanto nas relações capital e trabalho como nas ocupações daqueles espaços que precisavam ser desocupados, dando lugar a um projeto urbanístico e arquitetônico que correspondesse aos conceitos de cidade “civilizada” que as elites da época pretendiam construir.

Os pré-requisitos da modernidade eram o trabalho assalariado, a cidade de inspiração europeia, a República, a ser alcançado, o brasileiro de ascendência europeia. Porém a realidade era outra, a nação era atrasada e estava vinculada ao período escravocrata, a cidade estava repleta de cortiços cheios de negros paupérrimos que proliferavam as mais diversas doenças tropicais ou europeias sempre associadas à população pobre que residia em locais insalubres. Não resta dúvida de que as disparidades da sociedade era o resultado da implementação de políticas equivocadas que privilegiavam um grupo pequeno da população, menosprezando a maioria.

No Centro Histórico, a colina original estruturada em torno das igrejas e ordens coloniais – Carmo, São Francisco e São Bento e seus largos – sofreu uma primeira grande reforma urbanística, com a implantação de um projeto do francês Bouvard, no vale de Anhangabaú. O Teatro Municipal e sua esplanada sobre o vale, o viaduto do Chá e o alargamento das ruas e vielas coloniais configuraram a “cidade do triângulo” (São Bento/Direita/15 de Novembro) e o princípio da ocupação do chamado Centro Novo (região em torno da praça da República) com *boulevards*, jardins públicos, café e lojas elegantes e equipamentos culturais, expressão da mudança radical da identidade proposta para a cidade por sua nova elite dirigente. (ROLNIK, 2003, p. 17).

Desde então, a burguesia paulistana precisava disciplinar o uso do espaço na região central da cidade. Uma das estratégias foi desclassificar e excluir a parcela mais expressiva da população que era a dos trabalhadores despossuídos. Para concretizar os seus planos para o centro, os políticos e técnicos daquela época fundamentavam os seus discursos por meio do viés médico/sanitário ou jurídico/policial, pois era fundamental retirar do centro os indesejáveis, legítimos elementos da “classe perigosa” que colocavam em constante perigo os princípios de civilidade. Contudo, essa população se articulava, através de manifestações populares que na visão da elite dirigente deveria ser sumariamente eliminada, pois era digna do “atraso”, da “barbárie” que predominava no seio das classes inferiores, totalmente

desprovidas de cultura.⁴²

A ocupação do trabalho à margem da produção principal, a falta de acesso à terra, o contínuo processo de expulsão dos espaços urbanos que iam se valorizando, o desprestígio e a criminalização das suas manifestações culturais e de sociabilidade e a falta de acesso à terra, educação não contribuíam para a criação de uma cidade onde negros e mestiços passem a viver segregados nas periferias invisíveis, permitindo que a cidade vá “embranquecendo” conforme o projeto das elites. (RAMATIS, 2008, p. 21).

Não causa espanto, nesse contexto, que o elemento estrangeiro era apontado como o modelo ideal de proletariado, civilizado e comprometido com a disciplina do trabalho, sendo desde o início da industrialização o preferido para labutar nas fábricas e substituir os negros nas fazendas de café do Estado de São Paulo. A tríade: branco, imigrante e assalariado estava de pleno acordo com os ideais de uma nova sociedade que precisava surgir das entranhas do regime escravocrata. Em suma, destruir o velho sistema arcaico, para solidificar o novo, moderno. Contudo o passado não pode ser apagado com uma varinha de condão.

Convém indicar algumas cifras que mostram a acentuada presença de estrangeiros na cidade de São Paulo, onde se concentrava a atividade fabril: em 1893, já somava 55% dos residentes na capital, ocupando 84% dos empregos na indústria manufatureira e artística, 81% do ramo de transportes e 72% nas atividades comerciais. No início do século, 92% dos trabalhadores na indústria eram estrangeiros. (KOWARICK, 1994, p. 92).

Ademais, persistiu a estigmatização dos trabalhadores nacionais despossuídos, por meio de uma expressiva gama de adjetivos pejorativos que, grosso modo, determinou espaços segregados na sociedade daquela época. Apesar da elite paulista necessitar da “prestação de serviços” daqueles trabalhadores, eram comuns os discursos proferidos ridicularizando principalmente os pobres, ou melhor, os trabalhadores braçais: negros, índios e brancos sem posse, etc.

Nas primeiras décadas do século XX, estava em questão a segregação da classe popular e também a destruição dos laços culturais que caracterizavam a identidade, principalmente da população negra na cidade, que estava materializada nas tradições originárias do continente africano, passando pelo sincretismo cultural e religioso com larga influência do catolicismo, além de outras culturas.

Ao que tudo indica, a rua era o espaço alternativo dos grupos populares considerados submissos ou portadores de características indesejáveis do ponto de vista das sensibilidades dominantes em expansão. Aspectos de relevância a ser ressaltado é que tanto no Rosário, como no Largo de São Bento, além de concentrarem-se trabalhadores dos espaços públicos, após as procissões realizavam-se por suas

⁴² Segundo essas elites, a liberdade era comprometida pelos cativos como oposição ao trabalho confundindo-se como “vadiagem”; enquanto que o imigrante europeu, já habituado ao trabalho livre, teria valores positivos em relação à labuta. Dessa forma, dois modelos de trabalhadores foram construídos. (PESSANHA, 2005, p. 21).

adjacências, congadas, batuques, sambas, moçambiques, caiapós, promovidas pela irmandade dos Homens Pretos. O espaço cotidiano também era lugar das celebrações religiosas e das manifestações lúdicas, que remontavam das mais diversas tradições culturais da parcela nacional da população pobre paulistana. (SANTOS, 1998, p. 123).

Leva-se em consideração que a elite paulistana pretendia dotar a cidade de características europeias, principalmente no âmbito urbanístico, que na visão dos empreendedores da época era sinônimo de modernidade. Era crucial “limpar” o espaço central e, grosso modo, os trabalhadores de rua não eram bem-vindos, sendo identificados como símbolo do atraso, ou melhor, de um passado com fortes marcas do período escravocrata e de um presente (início do século XX) materializado na pobreza urbana que infestava as ruas centrais da cidade. Era visível a luta diária pela sobrevivência de milhares de trabalhadores que ficavam nas praças, próximo das igrejas, aguardando os compradores da sua força de trabalho.

O panorama era sombrio para a classe trabalhadora de rua em São Paulo, caracterizada pela total ausência de políticas públicas no campo social que suprisse, mesmo que de forma limitada, as vulnerabilidades sociais destes trabalhadores, visto que predominava a ordem liberal, associada com a forte implementação das políticas de segregação, higienização e embranquecimento da população (logo a preferência era pela força de trabalho europeia em detrimento dos trabalhadores nacionais).

Dois terços presumivelmente, da população negra e mulata da Capital e quase metade da mesma população no âmbito do Estado de São Paulo condenaram-se, ao longo do primeiro quartel do nosso século, aos percalços das duas opções extremas. Essa auto-condenação ao ostracismo, a dependência e a destruição pode ser vista como um *protesto mudo* ou como um efeito suicida dos complexos de *desilusão social*. Era, porém, o único e derradeiro recurso de afirmação de que dispunha o negro e o mulato, privados historicamente dos meios para organizar a vida em liberdade segundo os ideais ou as exigências de sua concepção de mundo. (FERNANDES, 1978, p. 51).

Nesses termos, a população negra ficou definitivamente excluída, diante das novas concepções de uma sociedade urbana e industrial que florescia nas primeiras décadas do século XX, caracterizada pelas substanciais transformações urbanísticas na cidade de São Paulo, com ênfase para a sua região central, além obviamente de todas as teorias que privilegiavam o elemento branco em detrimento dos negros que inventaram o seu próprio trabalho nas ruas do centro antigo e que não tinham os recursos tangíveis para exigir a sua inserção na sociedade que foi planejada para marginalizar esta parcela da população.

Seja como for, o negro estava condenado e subordinado ao destino traçado pelas autoridades de então, pois ao repugnar a sua integração como cidadãos com direitos e deveres, ficavam à margem da sociedade, constituindo um numeroso exército de reserva, vivendo de

forma degradante em situação semelhante, ou até pior em alguns casos, que no período escravocrata no qual possuía um dono que deveria zelar minimamente pela sua integridade, para ser negociado com lucro ou produzir durante um tempo que justificasse a sua aquisição. Após a abolição o negro não reunia os pré-requisitos básicos para disputar os espaços no mercado de trabalho que foram franqueados exclusivamente para os imigrantes e seus descendentes. Era uma concorrência desleal, visto que milhares de imigrantes já estavam aptos para o trabalho assalariado, etc.

Ao fazer *vista grossa* para o conjunto da população negra, negando principalmente trabalho com preceitos de dignidade, as autoridades (representadas pelos barões do café e pelos capitães da indústria) estavam simplesmente postergando um problema que se tornou quase insolúvel, ao materializar e reforçar as fortes discrepâncias sociais que derivam da enorme concentração de renda, violência, falta de moradia e infraestrutura, elevados índices de desemprego, entre outros atributos que estão intrinsecamente relacionados com a formação de uma sociedade assimétrica, articulada na superexploração e exclusão da sua mão de obra.

2.4 A saga dos carcamanos⁴³ na Pauliceia

Com o avançado estágio das iniciativas das elites instrumentalizadas nos conceitos de eugenia, o elemento branco, desde então teve franca preferência dos empregadores para labutar nas lavouras de café do oeste paulista, bem como, nos pródromos da dinâmica indústria paulista que se desenvolvia principalmente na cidade de São Paulo. O grupo étnico mais favorecido que imigrou em larga escala foram os italianos. Eles colaboraram com o arcabouço arquitetado pela elite substituindo os negros e, também como os primeiros operários das fábricas, dando início à constituição do mercado de trabalho assalariado. Em suma, os italianos foram importantes nos desdobramentos de transição do trabalho compulsório para o assalariado, porém nem todos italianos ficaram limitados à função de primeiros proletários das indústrias. Alguns se tornaram prósperos empresários. São vários os exemplos de italianos bem sucedidos como empreendedores.⁴⁴

⁴³ Tendo como referência pesquisa de Jacob Penteadó: “A origem da expressão carcamanos é pitoresca. Os negociantes italianos, em geral os do mercado, quando o filho pesava um produto para o cliente e faltavam algumas grammas, falavam-lhe em surdina. Calca la mano figlio mio!”. In: Penteadó, Belenzinho, 1910 – Retratos e uma época, op. cit., p. 44.

⁴⁴ Família Matarazzo: Tem início com a chegada de Francisco Matarazzo (1854-1937) a São Paulo, em 1890, com dois irmãos, funda a Matarazzo & Irmãos, depois a Companhia Matarazzo, especializada em



Figura 5 – Matarazzo: um símbolo da indústria brasileira

Fonte: Geografia - Economia Urbano – Industrial, Coleção Nova Geração, módulo 6, ano 2002.

As condições históricas da Itália que passava pelo turbulento processo de unificação do estado nacional e por profunda a crise, inclusive no campo, levou milhares de camponeses italianos a se disporem a atravessar o Atlântico para recomençar seus projetos de vida na América. No Brasil, a mão de obra italiana atendia às necessidades dos barões do café, e também aos anseios da burguesia e aos seus compromissos de progresso e modernidade, que tinham como meio a imigração em massa de trabalhadores europeus. Estes eram sempre enaltecidos como os mais aptos para o exercício de atividades assalariadas por serem disciplinados, habituados com a labuta nas fábricas, dedicados, zelosos, dentre outras características que justificavam o uso dessa mão de obra imigrante e a exclusão dos trabalhadores nacionais despossuídos.

Seja com for, a vida dos italianos era bem distinta das propagandas feitas na Europa,

importações de gêneros alimentícios. Em cinco décadas, Matarazzo ergueu um império, que incluía atividades têxteis e metalúrgicas.

cujo objetivo era atrair o maior contingente de imigrantes possível para trabalhar no Brasil. Eram absolutamente comuns as greves, as revoltas, a insubordinação e a decepção com relação às promessas descumpridas.

Até os anos de 1920, os imigrantes de origem estrangeira são em maior número. E eles não aceitam sem luta a exploração a qual são submetidos. Essas lutas tomaram as formas mais diversas, e muitas vezes violentas, dada a repressão exercida pelos fazendeiros que proibem, por exemplo, aos trabalhadores todo o direito de associação. É assim que as plantações são o palco de várias greves e que muitas vezes as divergências entre trabalhadores e fazendeiros ou seus administradores terminavam em tiros e assassinatos. (SILVA, p. 1976, p. 53).

Os grandes proprietários de terra estavam habituados com o trabalho escravo, com os constantes castigos físicos e com os abusos de toda ordem que eram cometidos pelos senhores e seus capatazes, pois essa prática era legitimada pela sociedade do período escravocrata. A bem da verdade, os proprietários não conheciam outras maneiras de tratar os subordinados que não fosse por intermédio da chibata, violência física, cativoiro, etc. Eles desconheciam outras experiências como a relação patrão e empregado já difundidas na Europa onde a pressão dos trabalhadores começava a se materializar nas primeiras leis de proteção social.

Nesse contexto, os imigrantes foram introduzidos nos primórdios do mercado de trabalho nacional, substituindo os escravos nos cafezais e trabalhando nas indústrias e no comércio de São Paulo. Entretanto, nas fazendas eram recorrentes os maus tratos impostos pelo comportamento despótico dos barões do café que dominavam o mundo rural, reduziam a mão de obra europeia a insignificantes condições de trabalho, muito semelhantes à escravidão. Essa situação era compreensível, pois qual era a experiência com relação ao trabalho livre assalariado que os senhores tinham adquirido nos quase 400 anos de escravidão⁴⁵?

Em razão das condições sociais e da remuneração, os trabalhadores abandonam voluntariamente as plantações ao fim do contrato (1 ano), para procurar uma situação mais vantajosa nas novas plantações, nas cidades, ou mesmo em outros países da América Latina, como a Argentina. No limite se não havia mais esperança de melhorar sua sorte deste lado do Atlântico, retornam para Europa. As saídas são importantes, sobretudo a partir das grandes crises de superprodução, no começo do século XX. (SILVA, 1978, p. 53).

Na verdade nem todos os imigrantes que decidiram fixar-se na cidade de São Paulo, conseguiram empregos nas fábricas. Muitos não possuíam outras alternativas de sobrevivência. Portanto, era comum no espaço urbano central a presença de italianos, portugueses, espanhóis, judeus entre outras etnias, que tomaram a iniciativa de trabalhar nas

⁴⁵ A grande experiência nessa transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ainda em meados do século XIX, pode ser atribuída a Nicolau de Campos Vergueiro (1778-1859). Grande proprietário de terras e escravos, e o primeiro fazendeiro de café a utilizar imigrantes europeus em suas lavouras. (ELIAS, 2005, p. 15).

ruas, disputando palmo a palmo as áreas escassas do centro histórico da cidade com os negros libertos e os brancos brasileiros.

Desde meados do século XIX as cantigas de trabalhadores africanas, pouco a pouco, sendo substituídas pelo ranger das carroças e pelos pregões de portugueses, espanhóis e italianos ocupados no transporte de cargas e na venda ambulante. Contrariando o discurso “imigrantista” do período – que viam os europeus como a representação idealizada de uma mão-de-obra superior impulsionadora do progresso -, boa parte dos imigrantes que aqui chegava, quase sempre adolescente, tinha pouco conhecimento dos códigos urbanos e uma precária qualificação profissional. Assim muito desses, estrangeiros acabavam trabalhando em serviços antes desempenhados pelos cativos *ganhadores* nas ruas da cidade. (FARIAS, 2005, p. 23).

Segundo os argumentos difundidos pela elite, a mão de obra estrangeira era mais preparada para exercer as mais diversas atividades, seja na lavoura do café ou na sua manufatura. Entretanto a maioria dos imigrantes era de origem rural, muitos eram analfabetos e poucos tinham exercido trabalhos urbanos em seus respectivos países. Outro detalhe importante para compreender este processo significou o expressivo número de europeus, bem maior que as lavouras de café e a nascente indústria paulista poderiam absorver, de modo geral, a mão de obra nacional já constituía um enorme exército de reserva e aumentou, sobretudo, com a chegada dos europeus que não foram aproveitados nos setores produtivos.

O excedente de trabalhadores imigrantes logo se deparou com a ociosidade e muitos não tinham disposição e demonstravam insatisfação para trabalhar nos cafezais (principalmente pelas notícias que eram propaladas nas áreas urbanas de maus tratos, por exemplo: espancamento, humilhações, etc.) e preferiram permanecer na cidade de São Paulo, onde as atividades no popular comércio de rua cristalizavam-se como alternativa, diante das raríssimas oportunidades na indústria, motivo pelo qual os imigrantes também começaram a ser vistos na paisagem do centro da cidade vendendo suas mercadorias.



Figura 6 - Cartão postal de quitandeiros italianos em foto de Marc Ferraz (século XIX)
Fonte: Nossa História - Os Imigrantes, ano 2, n.24, out. 2005.

Seja como for, os imigrantes passaram a carregar cestos na cabeça ou sobre os ombros e em várias oportunidades andando descalços (uma característica da escravidão) Esses estrangeiros perambulavam pelas ruas e praças de São Paulo, vendendo peixes, legumes, frutas, vassouras e outros objetos, amolando facas e outras ferramentas ou tocando animados realejos. Fica evidente que muitos imigrantes europeus tornaram-se prósperos comerciantes, industriais, funcionários públicos ou ocupavam cargos de destaque nas empresas privadas, porém não foram poucos os que não tiveram tanta sorte na nova vida construída no Brasil.

Era notável a presença dos imigrantes disputando os poucos e restritos espaços “permitidos” pelas autoridades para o comércio de rua, porém aqueles territórios já eram tradicionalmente ocupados pela população negra. Com o findar da escravidão em 1888, os negros continuaram na região central, afinal era recorrente a presença dos escravos urbanos conhecidos como os escravos de ganho, diante dessa nova conjuntura caracterizada pela chegada de milhares de trabalhadores europeus, o trabalho nas ruas deixou de ser monopolizado pelos negros.

O mapa a seguir representa as territorialidades onde os negros de ganho se fixavam no centro histórico da cidade de São Paulo. É importante ressaltar que a região central da cidade, com o apogeu da economia cafeeira, tornou-se um espaço dinâmico por excelência, motivo pelo qual conseguiu aglutinar as principais casas bancárias e comerciais, as repartições públicas, os corretores de café e as ordens religiosas. Sendo assim, o fluxo de pessoas e mercadorias convergiam para aquela área da cidade, com destaque para o triângulo formado pelas ruas XV de Novembro, Direita e São Bento.

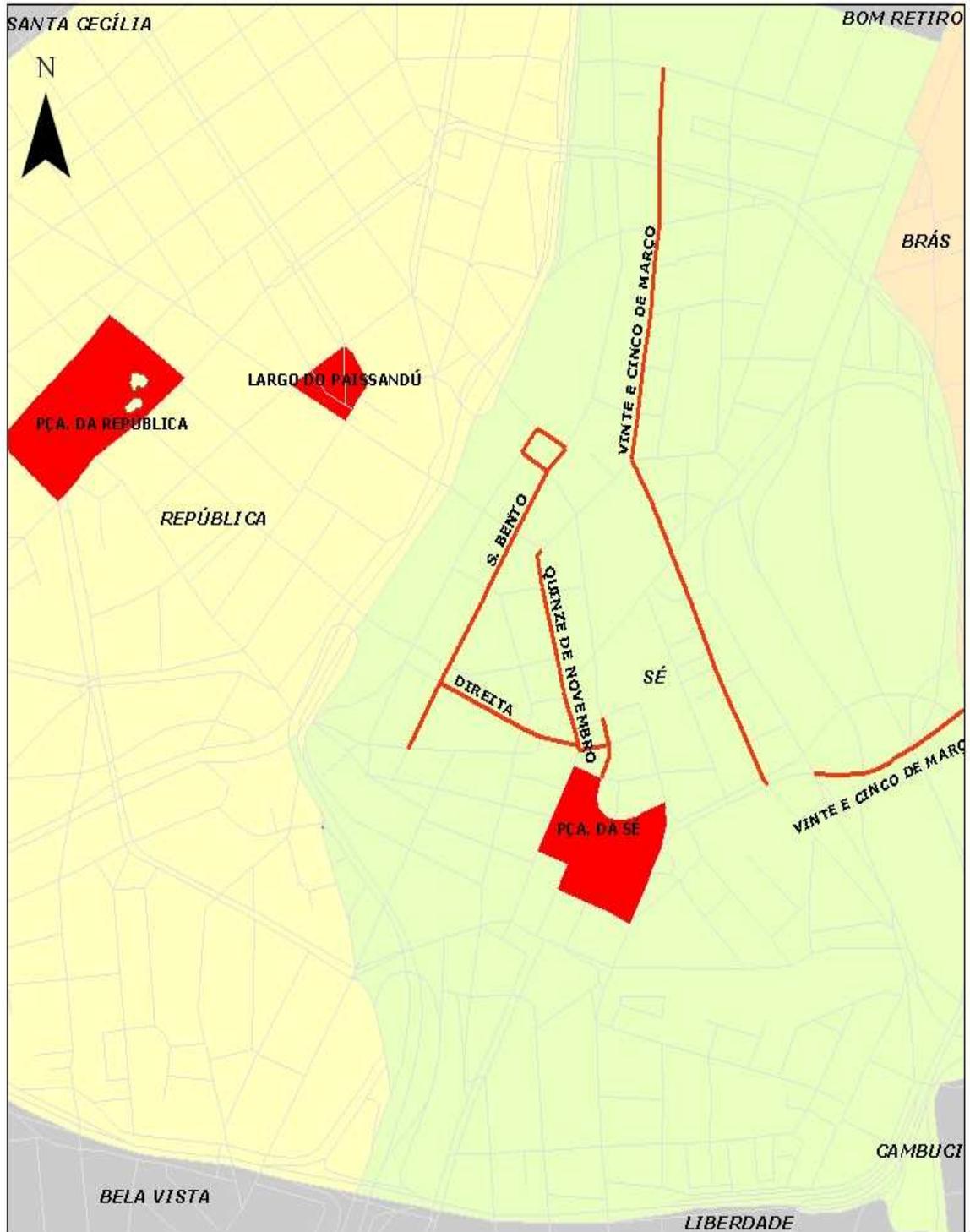
Por esta razão os negros de ganho já ocupavam o centro antigo, vendendo suas mercadorias ou “prestando algum serviço”, de acordo com as suas habilidades. Obviamente estas atividades desenvolvidas pelos escravos eram as mais rudimentares, porém, mesmo assim, o cativo de ganho tinha relativa “liberdade” para trabalhar.

É importante ressaltar que mesmo com a abolição da escravidão os negros ficaram sem perspectivas e continuaram ocupando a região central da cidade. A rua era um espaço que extrapolava a sobrevivência e era ali que a comunidade afro desenvolvia o sincretismo religioso, os batuques, a capoeira e as rivalidades, entre outras questões inerentes à população negra, apesar das regras rígidas estabelecidas pelas autoridades municipais que visavam disciplinar ou eliminar o trabalho ambulante e as manifestações culturais.

Não obstante, os logradouros identificados no mapa foram ocupados por membros de outras etnias: italianos, portugueses, espanhóis, judeus entre outros que realizavam os pregões nas ruas centrais. Logo eles passaram a concorrer em várias atividades laboriosas, geralmente identificadas como sendo de negros. Assim sendo, dividiam os espaços ou expulsavam os negros, muitas vezes com o apoio das autoridades que criavam regras e leis em que os ambulantes negros não conseguiam se enquadrar. Muitos imigrantes, imbuídos do espírito empreendedor e da própria experiência transplantada da sua terra natal, fizeram fortuna a partir do trabalho como mascate ou ambulante nas ruas do centro tradicional de São Paulo.

Até no comércio de rua os negros tiveram que concorrer com os brancos imigrantes e levaram desvantagem neste processo, diante da experiência, engajamento, além das facilidades que os imigrantes encontravam para negociar nas ruas. Portanto, até naquelas atividades tradicionalmente desempenhadas pelos negros, o seu espaço foi reduzido aumentando o seu pauperismo e comprometendo, sobretudo, a sua integração ao mercado de trabalho.

A Localização dos Negros de Ganho no Centro de São Paulo



- | | |
|--|--|
|  Localização dos Negros de Ganho (Ruas) |  Distrito Sé |
|  Localização dos Negros de Ganho (Praças) |  Distrito Brás |
|  Distrito República |  Demais Distritos |

1: 10.000

0 0,125 0,25 0,5 Kilometers

Fonte:

- 1) Base Cartográfica do Município de São Paulo - Digibase.
- 2) Elaborado por: Ricardo Agnelo de Souza, Nilo Lima e Renata Salles, 2009.

Durante a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-18), diminuiu sensivelmente o fluxo de imigrantes para o Brasil, afinal a guerra exigia que os homens fossem para a batalha que envolveu praticamente a maioria dos Estados da Europa e não podia abrir mão dos seus soldados. Neste momento chegaram ao conhecimento das autoridades dos países da Europa as infundáveis reclamações e denúncias de maus tratos e diante da repercussão dos fatos, vários países proibiram a imigração em massa dos seus patrícios para o Brasil, exigindo uma retratação do governo brasileiro.

Com a interrupção da imigração, é colocado em xeque o projeto elitista de modernização sustentado pela ideologia eugênica do “embranquecimento da raça”, logo os capitalistas ficaram preocupados com a real possibilidade de faltar mão de obra para garantir a expansão dos empreendimentos no campo e na cidade, extremamente dependentes do numeroso contingente de trabalhadores com baixos salários e sem direitos trabalhistas e sociais.

Privados do abastecimento de imigrantes, solidifica-se o projeto do grande cafeicultor de buscar braços no nordeste. As regiões mais aventadas são as assoladas pela seca, onde se encontra grande número de retirantes. As publicações oficiais, ao contrastar o progresso de São Paulo com a população de lá que se “estiola na miséria”, apontam para a necessidade de retirá-los dessa “atrofia”, propiciando-lhes vida digna e trabalho regular. Apenam, por outro lado, para o espírito de “comunhão brasileira” que deve estar acima dos regionalismos antinacionais [...] (KOWARICH, 1994, p. 111).

Como não podia deixar de ser, a retórica da elite agrária e dos capitães da indústria, modificou-se de maneira abrupta. Diante da real possibilidade da produção no campo e na cidade entrar em colapso pela ausência de trabalhadores, aquela argumentação bem orquestrada e preconceituosa contra os trabalhadores nacionais despossuídos perdeu o seu efeito com a ausência dos imigrantes europeus.

Por conseguinte, são proferidos discursos chauvinistas enobrecendo a “comunhão brasileira”, logo os nordestinos estavam à disposição para suprir a demanda por braços ávidos pelo trabalho, e eram “bem-vindos”, motivos pelo qual se pode observar o início do intenso processo de migração. O fluxo da população para as cidades era expressivo de 1950-1980, aproximadamente 30 milhões de brasileiros deixaram o campo e as cidades interioranas para sobreviver nas grandes cidades.

No caso do nordeste a região notabilizou-se historicamente pela capacidade de repulsa da mão de obra nos vários ciclos econômicos que se sucederam no país. Lá estavam os nordestinos desempenhando principalmente os trabalhos mais rotineiros e mal remunerados. A falta de expectativa na sua terra natal era caracterizada pelas intempéries da natureza, como por exemplo, as fortes e prolongadas estiagens, além da concentração fundiária nas mãos dos

tradicionais coronéis que possuíam influência política e econômica, e invariavelmente dominavam os recursos públicos. Estas circunstâncias sempre contribuíram para os nordestinos procurarem outras regiões do Brasil que oferecessem melhores oportunidades e durante o século XX a cidade de São Paulo atraiu milhares de nordestinos.

Entretanto, os trabalhadores que fugiam da miséria e procuravam condições dignas de vida em São Paulo, foram constituindo um gigantesco exército industrial de reserva. Obviamente o mercado não conseguia absorver a maioria, com exceção dos períodos de ganhos de produtividade, tais como o “milagre econômico” (1968-73), ou da construção de Brasília, momentos em que faltou mão de obra em setores como a construção civil. Porém, as fases de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) eram passageiras, sucedidas de crise e recessão, colocando na fila do desemprego milhares de trabalhadores geralmente com baixa escolaridade e sem qualificação profissional, além do que nunca tiveram as conquistas dos países centrais do capitalismo, ou seja, sem o arcabouço de proteção social para enfrentar as intempéries da economia que comprometia a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho de forma mais equilibrada. Era presente o drama do desemprego de longa duração e por pressuposto o aumento do trabalho precário.

Seja como for, desde o início do século XX, era manifestada a presença dos trabalhadores de rua, desenvolvendo os seus ofícios nos logradouros públicos. Obviamente o mercado de trabalho nunca teve o propósito de absorver todos os braços disponíveis e aos trabalhadores que não eram empregados, não restava alternativa que não o trabalho nos espaços centrais da cidade de acordo com as habilidades desenvolvidas.

Enfim, o trabalho precário estava explícito na Pauliceia, que ao longo de século XX se modernizou, industrializou-se e tornou-se um dos principais polos industriais da semiperiferia do capitalismo⁴⁶, atualmente conhecidos como economias emergentes concentrando um dos maiores contingentes de operários dos países em desenvolvimento⁴⁷. Entretanto não conseguiu solucionar a questão dos trabalhadores das ruas que passaram a ser reconhecidos como informais ou setor não organizado e segmento não capitalista, dentre outras nomenclaturas, porém sempre labutando nas ruas, símbolo maior das nossas desigualdades sociais, identificadas no desestruturado mercado de trabalho que desde os seus primórdios não garantiu inserção digna para os trabalhadores.

⁴⁶ Segundo Pochmann são considerados países semiperiféricos: Austrália, Nova Zelândia, Grécia, Portugal, Turquia, Rússia, China, África do Sul, México, Argentina, Chile, Brasil, Coreia, Egito, Índia, Taiwan, Irlanda, entre outros (POCHMANN, 2001, p. 12).

⁴⁷ Até 2050 o Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) se converterão, nos próximos 40 anos, no conjunto de maior força econômica mundial, esta análise é do banco americano de investimento Goldman Sachs que projetou a economia desses quatro países superando juntas, a economia do atual G6.

CAPÍTULO III – O PRECÁRIO MUNDO DO TRABALHO NA CIDADE GLOBAL E A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO TRADICIONAL

3.1 Os desertados da metrópole: em questão o comércio informal e a requalificação do centro de São Paulo

Neste capítulo, será abordado o debate articulado em torno das propostas de revitalização ou requalificação⁴⁸, do centro tradicional⁴⁹ da cidade de São Paulo levando em consideração a consolidação de novas centralidades⁵⁰ constituídas a partir das intervenções públicas e das ações dos capitalistas sintonizados com as mudanças dos paradigmas econômicos e suas respectivas transformações que ocorreram na cidade, desdobrando-se em novos centros que proporcionaram o intenso acúmulo de capital. Este ficou caracterizado pela especulação imobiliária, e pelo aproveitamento da infraestrutura dinamizada pelo poder público que, em inúmeras situações atuou de forma subserviente ao interesses corporativos do segmento da construção civil e do setor de comércio e serviços, em detrimento de uma visão mais geral dos problemas candentes da cidade que deveriam ser resolvidos de forma mais participativa, levando-se em consideração princípios de democracia e de cidadania.

Em primeiro lugar, o inquestionável deslocamento da centralidade dominante (pelo menos em seus setores mais visíveis) para o vetor sudoeste da cidade não determinou o esvaziamento do centro histórico, mas sim uma mudança no perfil de seus usos e usuários, configurando novos focos de dinamismo e novas vocações para a área. Nesse sentido, enquanto determinadas funções e espaços se esvaziaram, outros apresentaram uma vitalidade contínua ou mesmo crescente. Além disso, tais fenômenos se manifestaram de forma uniforme pela região central – a qual, em vez de construir um território homogêneo, compõem-se de uma complexa constelação de subespaços abrigando diferentes atividades, ocupantes e dinâmicas sócio – econômicas – territoriais. (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004 p. 154).

Portanto, os nossos esforços estarão concentrados nos anos 90, mais precisamente sobre o centro antigo da cidade, pois o mesmo, apesar de concentrar intensa vitalidade e dinamismo do ponto de vista cultural, econômico e social, possui excelente estrutura de

⁴⁸ De acordo com artigo da professora (Glória Alves, 2005, p. 142), no caso do processo de “revitalização” do centro paulistano, este tem sido elaborado, principalmente, por meio de uma parceria do poder público municipal e a iniciativa privada. É justamente pelas ações empreendidas nessa tentativa de transformação espacial que parece mais adequado chamar o processo de “revalorização”. O que se tem procurado fazer do Centro novamente lugar de atração de novos capitais. Principalmente de empreendedores privados que visam a recuperar as aplicações feitas na área e não deixar que avance a “degradação” do lugar, pois isso implicaria a desvalorização de seus imóveis, negócios, enfim do seu patrimônio.

⁴⁹ Por centro tradicional, compreende-se a região identificada, como os distritos: Sé e República.

⁵⁰ Ver Heitor Frúgoli Jr.

transportes, de rede de água, de energia, de telefonia, dentre outros atributos, que foram viabilizados pelo gasto público ao longo da história da cidade e se tornou o alvo preferido de contundentes ações políticas amparadas na visão empreendedora de recuperação e requalificação daquela região, direcionados pelos empresários preocupados em recuperar o centro, diante do florescimento de novas centralidades, que passavam a ocupar mais espaços em detrimento do esvaziamento das funções exercidas pelo centro tradicional.

Ademais, a Associação Viva o Centro, composta por empresários de “peso” que tinham diversos investimentos no centro de São Paulo, argumentava de forma recorrente sobre as necessidades imperiosas de cessar o processo de degradação e espoliação da região, além de adaptar a cidade, através do centro monumento para um novo tempo, relacionada na inevitável inserção de São Paulo como protagonista e líder das transformações capitalistas no Brasil, no bojo da Terceira Revolução Industrial e da Globalização⁵¹ Financeira. Sendo assim, a cidade mundial estaria conectada com as principais cidades do mundo identificadas na atual conjuntura como legítimas representantes dos circuitos de concentração do poder político e econômico contemporâneo, materializadas nos fluxos de circulação financeiras, mercadoria, pessoas, na produção científica, bolsa de valores, rede bancária, agências de propaganda, escritórios das empresas transnacionais, etc.

Por tudo isso, considerou-se o fato de a modernização conservadora da metrópole terciária não conseguir suprir as demandas da população trabalhadora informal do centro da cidade, a bem da verdade, não significa nenhuma novidade, pois no processo de requalificação não existe espaço para as classes perigosas e rebeldes por excelência, que podem colocar o desenvolvimento e o progresso em xeque, gerando obstáculos para o constante acúmulo de capital, que tem na região central um cenário privilegiado.

Deve-se realçar que a população que escolheu as vias públicas para sobreviver, seja como trabalhador do comércio informal de rua, ou mesmo diante da mais absoluta pobreza material, encontra na rua sua moradia, sociabilidade e identidade. Nunca encontraram respaldo nas ações dos empresários e do poder público que se articulam no sentido de “limpar o quarteirão”, ou seja, encaram os trabalhadores e os excluídos como um estorvo que deve ser removido para não atrapalharem o progresso, portanto as classes perigosas não podem permanecer no centro, na visão dos empreendedores.

⁵¹ O termo, considerado, por muitos, sinônimo de mundialização, foi difundido a partir dos Estados Unidos para designar a etapa atual da internacionalização da economia. Tal processo, iniciado no tempo das grandes navegações, consolidou-se e tornou-se mais complexo depois da Segunda Guerra Mundial e se caracterizou por: uniformização crescente do consumo, ampliação sem precedentes da urbanização, economia e comunicação baseada nos avanços da informática, divisão do trabalho baseada nas subcontratações e multifuncionalidade dos trabalhadores. (SPOSITO, 2008, p. 151).

Marreteiros, ambulantes, menores de rua, engraxates, ciganos, vendedores de ervas, de bilhetes da loteria, de churrasquinho, pregadores da Bíblia, prostitutas, homens de rua, mendigos, artistas de rua (“comedores” de fogo, saltadores de “roda de faca”, engolidores de metais e facas, equilibristas, malabaristas, sanfoneiros, mágicos, videntes, ventríloquos, etc.), “rolistas” (que compram e vendem mercadorias, em geral roubadas), batedores de carteira, trapaceiros, desempregados, “plaqueiros” idosos, bêbados, jogadores de tampinhas, etc. (FRÚGOLI JR., 1995, p. 55).

Vale ressaltar, que o sujeito de análise são os trabalhadores que compõem o mais dinâmico e organizado segmento que atua de forma marginal no centro da cidade. No caso, os camelôs que são profundamente estereotipados na visão dos empreendedores, e de um modo geral, do próprio poder público. Os grandes veículos de comunicação de massa contribuem para deturpar a imagem dos camelôs, e de outros grupos que dependem das ruas centrais para sobreviver e sempre são associados com a baderna, a desordem, a violência, a corrupção, o contrabando, a pirataria, a sonegação, o descaminho, o tráfico de drogas, etc.

Entretanto, conforme a citação do professor Frúgoli, a lista de excluídos que sobrevivem na mais absoluta precariedade no centro é numerosa, além de estar vinculada com a história da própria cidade, desde o seu princípio enquanto vila bandeirante, em todos os ciclos, seja de crescimento da economia ou estagnação. A exclusão teimava em grassar no seu território, obviamente ganhando visibilidade no centro da cidade, por meio das mais precárias e rudimentares inserções no mundo do trabalho. Em suma a cidade não consegue esconder o expressivo contingente que estava alijado do setor organizado da produção, portanto o moderno e o arcaico convivem no mesmo espaço.

Diante da falta de oportunidade, os trabalhadores não aproveitados pelo setor organizado da economia estavam dispostos a fazer qualquer atividade que garantisse a sua sobrevivência no imenso exército de reserva que, dependendo da conjuntura macroeconômica aumenta ou diminui, porém sempre se manteve em patamares elevados com excesso de braços disponíveis nem sempre utilizados pelo capital.

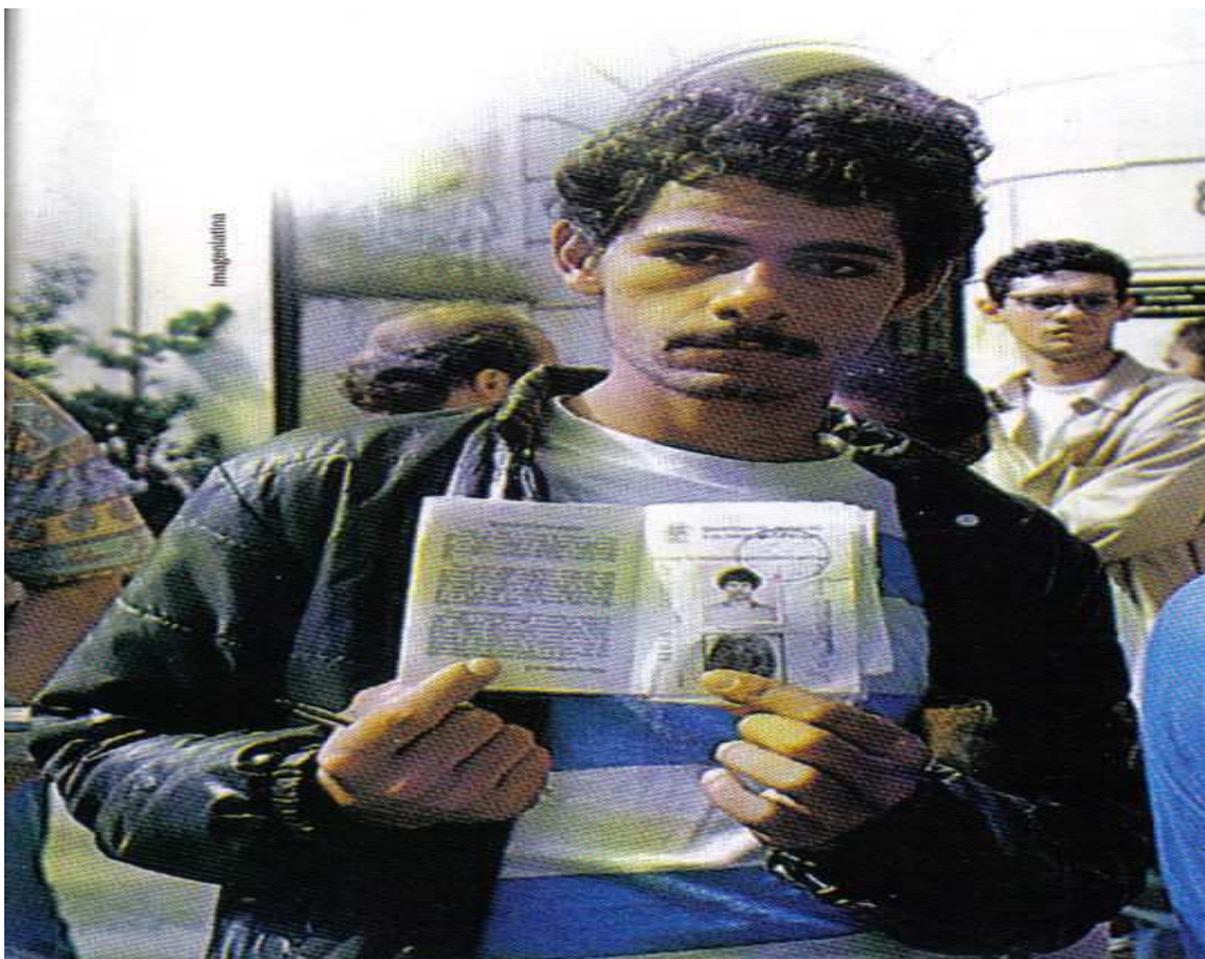


Figura 8 - Desempregado mostrando carteira profissional

Fonte: Geografia – A Globalização Econômica, p. 65.

Como uma característica do nosso mercado de trabalho nacional, os trabalhadores que não são aproveitados no setor organizado são estrategicamente posicionados para limitar os avanços dos trabalhadores formais, principalmente no que diz respeito às reivindicações econômicas e sociais. Perante o número excedente de mão de obra, sempre ocorre intensa rotatividade e a própria conformação do mercado nacional de trabalho, no qual os empregadores sempre contavam com milhares de braços disponíveis e a quantidade sempre era maior que a oferta de postos de trabalho abertos. Enquanto os trabalhadores encontravam dificuldades para ingressar no segmento organizado da economia, os logradouros viabilizavam-se como alternativa cristalizada no trabalho informal para milhares de trabalhadores preteridos das vagas no segmento formal.

3.2 O esvaziamento do Centro Antigo e as novas centralidades na metrópole

Convém destacar que os centros das cidades mais importantes e expressivas do mundo sempre foram caracterizados por diversas operações urbanas, razão pela qual, o centro possui na maioria dos casos um extraordinário papel simbólico e funcional, extremamente solidificado no processo de organização dos espaços urbanísticos. É comum a rotulação do centro observando dois significados, sendo o primeiro como o lugar histórico da cidade que detém riquezas consubstanciadas nas construções, praças e monumentos, além de ser uma das principais referências espaciais para os cidadãos, no que tange ao segundo significado pode-se enfatizar as inúmeras atividades econômicas e comerciais e administrativas que também são polarizadas como fortes indícios de localização nos conceitos de centro e periferia dentro das cidades.

O centro concebe-se como o mais importante elemento da estrutura urbana, Ele é o ponto estratégico para o exercício da dominação, liderança e governo. Por isso, ele possui uma dimensão simbólica muito importante. “Se os centros adquirem um enorme valor simbólico, esta é a fonte e a base material desse valor. O valor simbólico que os centros adquirem decorre de um valor de uso concreto, material, fruto do trabalho cristalizado”. (VILAÇA, 1989, p. 116).

É importante destacar que o centro desenvolve várias funções na cidade, sendo assim, percebe-se principalmente nas metrópoles, a partir da segunda metade do século XX, que a expansão do sistema capitalista alicerçado pelos pré-requisitos da Segunda Revolução Industrial, foi determinante para o crescimento das cidades e para a redefinição das funcionalidades da sua área central, que até então era uma única centralidade. Com os avanços tecnológicos e as questões inerentes ao fluxo e à circulação, revelou-se a necessidade de criar novos centros adaptados às novas exigências do padrão de acumulação capitalista.

A título de exemplo, é possível contextualizar a grande remodelação de Paris, comandada por Haussmann no século XIX. A política urbanística implementada na capital francesa foi articulada por intermédio da construção de avenidas largas para garantir a fluidez viária, sendo assim, foram necessárias desapropriações, demolições e reconstruções. Os propósitos não se restringiam ao embelezamento da cidade, pois estavam em pauta naquele momento as políticas saneadoras, corretivas e de segregação, cujo objetivo era atender às demandas da burguesia industrial emergente e obviamente, expulsar das áreas centrais as classes perigosas representadas pela pobreza, enfermidades, que causavam constrangimento e possíveis ameaças para a burguesia que preferia vê-la distante na periferia. Além de afastar o

perigo representado pelas classes despossuídas que colocava em permanente risco os privilégios dos poderosos na França e poderia promover insurreições como a Comuna de Paris⁵² em 1871.

Obviamente as transformações que ocorreram em Paris serviram de modelo para outras cidades que recebiam forte influência cultural da França. É importante frisar que o Brasil se espelhava neste país europeu naquela época. Logo, o Rio de Janeiro que era a capital federal de então, promoveu avassaladora reforma urbanística no seu centro, uma política apontada como de “arrasa quarteirão”.⁵³

Para as reformas acontecerem, foi preciso empregar as forças policiais e sanitárias que desalojassem a classe popular que habitava o centro por meio dos cortiços, em condições precárias de habitação, afinal eram os ex-cativos que não tiveram nenhuma alternativa de inserção social no Rio de Janeiro de outrora.⁵⁴ Convém mencionar que está sendo abordado o período de transição do regime escravocrata para o trabalho livre assalariado, motivo pelo qual muitos escravos fugiam e encontravam abrigo nos cortiços que eram habitados por negros forros e brancos pobres. Entretanto a elite e as autoridades da época olhavam os cortiços com desconfiança, um antro que escondia escravos fugitivos das propriedades e também elementos procurados pela justiça. Logo, eram comuns as batidas policiais e a arbitrariedade. Enfim, mais um forte argumento para expulsar os pobres das áreas centrais das principais cidades.

Na história do Brasil as autoridades nunca negaram que a pobreza estava associada às mais variadas moléstias e enfermidades. Para combater as doenças que pudessem se tornar epidemias usavam o alibi sustentado no discurso e práticas saneadoras e urbanísticas. Em suma, remover a população carente era a política pública mais utilizada no planejamento da cidade. Obviamente não existiam programas de habitação para a população que foi expulsa da região central, ficando evidente a ocupação dos morros e fundos de vales próximos ao centro, pois as oportunidades de trabalho para os trabalhadores excluídos garantir a sobrevivência eram materializadas no espaço central da cidade.

⁵² A população de Paris sentiu-se traída pelos governantes, e a agitação começou a tomar conta da capital francesa em fevereiro de 1871. Em março, os parisienses proclamaram um governo autônomo na cidade, a Comuna. Inspirado nas teorias socialistas, o novo governo adotou, entre outras medidas, a bandeira vermelha, um novo calendário e o princípio da autonomia absoluta das comunidades. (PETTA; DELFINI, 2004, p. 35).

⁵³ Sobre as políticas urbanas no Rio de Janeiro no último decênio do século XIX, tem-se com referência o livro: Cidade Febril: cortiços e epidemias na cidade imperial. Do historiador Sidney Chalhoub, que faz uma ampla abordagem com relação à destruição dos cortiços como medidas sanitárias, desalojando milhares de trabalhadores na gestão do prefeito Barata Ribeiro.

⁵⁴ Vale lembrar que outro personagem da política que introduziu reformas urbanas no Rio de Janeiro foi o prefeito Pereira Passos.

3.3 O passado e o presente do centro tradicional e as metamorfoses da capital

O centro antigo da cidade de São Paulo foi no passado uma região importantíssima para o desenvolvimento da cidade com ênfase para o período da expansão do café, fase que o centro se tornou o espaço mais dinâmico da cidade garantindo grande vigor com a comercialização do café. Mais do que isso, a cidade era o principal ponto de referência no planalto e via obrigatória para o oeste paulista (a maior região produtora da rubiácea) da segunda metade do século XIX, até a primeira metade do século XX, fase da industrialização de substituição das importações. Isto porque, desde o momento em que a cafeicultura passou a ser o produto mais importante da pauta de exportações do país a cidade de São Paulo passou a exercer sua liderança no desenvolvimento do Brasil, disseminando para o conjunto da nação a sua influência que era rivalizada com o Rio de Janeiro, enquanto esta cidade era a capital.

O que é chamado de centro antigo da cidade de São Paulo fica materializado neste trabalho como sendo a região do triângulo histórico que abrange o centro velho identificado pelas ruas (São Bento, XV de Novembro e Direita), enquanto o centro novo representa a Praça da República e o Vale do Anhangabaú até a região do Arouche. Nesta pesquisa será considerado e denominado como área de estudo o centro velho ou tradicional da cidade, preocupando-se com a espacialidade dos trabalhadores da economia informal, em consonância com a ampliação das atividades agro-exportadoras, com absoluto destaque para o café até 1950, quando o centro antigo atendia perfeitamente às demandas e necessidades da sociedade de então. Nessa região havia grande polarização das casas bancárias, passando pelo comércio mais sofisticado e o lazer, para satisfazer os potentados do café e os capitães da indústria nas primeiras décadas do século XX, e tinha naquele momento uma funcionalidade socioeconômica específica.

Muitos outros serviços eram procurados na zona central, desde luxuosas joalherias, magazines famosos, livrarias, materiais e reproduções fotográficas – eram exclusividades do Centro. O pagamento de contas de água, gás, telefone, energia elétrica tinham que ser pagas nas próprias empresas localizadas no centro. Eram muito raras agências descentralizadas pelos bairros. Assim também os bancos raramente possuíam agências distribuídas pela cidade. A rede dos grandes bancos concentrava-se na zona do triângulo nas ruas XV de Novembro, Boa Vista, Álvares Penteado, ao que o professor Aziz Ab'Saber chamou de “monolítica City Bancária”. Ainda hoje se destaca na paisagem, dois dos maiores edifícios da cidade de grande valor simbólico do poder financeiro e da paisagem do Centro Antigo – o edifício do Banespa, atual Banco Santander, e o do Bando do Brasil, o primeiro na Praça Antonio Prado e o segundo na Avenida São João. (SCARLATO, 2004, p. 253).

Por esse motivo, a população deslocava-se dos bairros operários⁵⁵, rumo ao centro que supria suas necessidades cotidianas, além de proporcionar lazer para as famílias. Era glamoroso flunar na Rua Barão de Itapetininga, contemplar as vitrinas das lojas luxuosas, tomar chá, fazer compras no Mappin⁵⁶, ou mesmo fazer piquenique na Praça da República. Obviamente existiam espaços que somente os membros da aristocracia frequentavam, como por exemplo, o Teatro Municipal, além de alguns cinemas mais luxuosos.

Será dado destaque à vocação comercial do centro de São Paulo nesta fase, durante as primeiras décadas do século XX. Um ícone da cidade durante muitos anos foi a loja do Mappin que funcionou da década de 1930 até os anos 90, simbolizando a força expressiva do comércio na área central, local onde gerações de paulistanos a tinham como referência para o consumo e a diversão.

O Mappin Stores, instalado em 1913 inicialmente na Rua Quinze de Novembro e posteriormente na Praça do Patriarca, onde permaneceu por mais de duas décadas, constituiu inicialmente um típico espaço de afluência das classes privilegiadas. Tinha, segundo Silvia Lang, como principal clientela o público feminino da elite paulistana, moradores de bairros “nobres” e próximos como Santa Efigênia ou Higienópolis, consumidor principalmente de vestuário, na maioria importados, seguindo a moda europeia:” [...] o Mappin dispunha também de salão de chá, posteriormente transformado em restaurante, que constituía outro atrativo para a tarde das elegantes paulistas”. (FRÚGOLI JR.. 1995, p. 26).

No ano de 1939, o prédio do Mappin, foi transferido para a Praça Ramos de Azevedo, tendo o Teatro Municipal⁵⁷ a sua frente. É conveniente relatar que esta mudança em última instância contribuiu, sobretudo para a ampliação do centro antigo no sentido da Praça da República, pois várias lojas elegantes migraram para o outro lado da colina, facilitadas pelas obras de grandes investimentos urbanísticos no centro materializados na construção dos viadutos do Chá e Santa Efigênia. Por esta razão o triângulo histórico começou a perder sua tradicional importância, ou, na melhor das hipóteses foi preciso concorrer com o comércio que se desenvolvia no centro novo, no entorno da Praça da República, composto de lojas mais modernas, pois representava novidade. Além das perspectivas de consumo sofisticado orientado para a elite, o centro velho conheceu o seu primeiro processo de esvaziamento com relação ao processo de migração dos consumidores da classe abastada que atravessou a colina na direção do Teatro Municipal, Praças da República e Ramos de Azevedo e de suas

⁵⁵ Nas áreas lindeiras do centro, concentravam-se os imigrantes que procuravam preservar as suas tradições. Sendo assim, importantes etnias que contribuíram para o desenvolvimento da cidade permaneciam fixadas em determinados bairros: os italianos residiam na Bela Vista – Bexiga, Pari, Mooca, Brás; os judeus no Bom Retiro; os japoneses na Liberdade, etc.

⁵⁶ Além do Mappin, outras lojas de variedades fizeram estrondoso sucesso, tais como as Lojas Americanas e Brasileiras que a princípio ficavam localizadas nas regiões do triângulo.

⁵⁷ O Teatro Municipal foi inaugurado em 1911. A burguesia paulistana podia usufruir de grandes espetáculos de renome internacional.

respectivas adjacências.

Cumprir observar no centro, mais do que o dinamismo intrínseco ao comércio e o fluxo das principais repartições públicas, era factível encontrar os melhores cinemas⁵⁸, sempre exibindo películas clássicas que atraíam grandes públicos para as suas respectivas salas, sendo que em alguns cinemas havia rigor com relação aos trajes, por exemplo, o uso da gravata. Na primeira metade do século XX a indumentária era composta de peças indispensáveis para se apresentar em público, fazia parte da elegância masculina trajar o chapoi, terno, etc.

Ademais, os hotéis⁵⁹ e restaurantes mais requintados da cidade localizavam-se no centro antigo, o que já garantia extraordinária circulação na região. Mesmo após o final do expediente de trabalho as pessoas permaneciam lá, pois tudo o que acontecia de mais importante na cidade ficava polarizado ali. Não se pode negligenciar o fato de que nos arredores do centro existiam os bairros da elite, bem como os proletários não residiam distante da área mais importante da cidade.

Até os anos 60, como mostra Helena Kohn Cordeiro, São Paulo contaria efetivamente com um único centro metropolitano, dividido entre o “Centro Tradicional” (da Praça da Sé á Praça do Patriarca, como eixo a Rua Direita) e o “Centro Novo” (da Praça Ramos de Azevedo a Praça da República, com eixo na Rua Barão de Itapetininga), com maior concentração de empresas neste último (of. Cordeiro, 1980: 60). Ambas as áreas correspondem, respectivamente, ao desenvolvimento paulistano durante a primeira fase da industrialização, no período de 1910-1940, e a fase da industrialização da Segunda Guerra, em 1940-60 (cf. Cordeiro, 1992: 10). Só durante o assim chamado “milagre brasileiro” (1968-1973) teria início a formação de um novo e poderoso subcentro em torno da Avenida Paulista. (FRÚGOLI JR.. 2000, p. 58).

Ficou evidente que a fuga dos empresários do espaço compreendido como sendo o centro antigo, contribuiu para a desvalorização imobiliária, além da visível deterioração dos espaços públicos característicos daquela região. Seja como for, sempre foi presente em São Paulo a voragem do progresso associada à especulação de caráter imobiliário que se articula com as transformações de inovações tecnológicas e urbanísticas, desdobrando-se em outras centralidades com o propósito de garantir a rentabilidade do capital investido, mesmo que para isso ocorrer, fosse necessário abandonar ou provocar a degradação de áreas já consolidadas com total infraestrutura, que simbolizava o esforço coletivo e a opção de várias gestões públicas que priorizam algumas regiões como o centro antigo em detrimento da periferia mais longínqua, sempre abandonada.

⁵⁸ Existiam naquele período inúmeros cinemas na região central, destacando-se os mais famosos: Ipiranga, Metrópole, Marabá, Olido, Ouro e Marrocos, dentre outros.

⁵⁹ Segundo Scarlato (2004), todos os grandes hotéis e restaurantes de luxo localizavam-se no Centro Antigo, como o Lord Hotel, na Praça do Patriarca; onde se localizava uma elegante casa noturna de São Paulo; O Grande Hotel Esplanada, na Praça Ramos de Azevedo ao lado do Teatro Municipal, o Hotel São Paulo na Praça das Bandeiras, o Hotel Jaraguá, na Rua Major Quedinho, o Hotel Excelsior, na Avenida Ipiranga.

Porém, alguns empresários influentes concentram o poder para redirecionar os investimentos da cidade, determinando quais espaços devem ser mais valorizados e, portanto, precisam de apoio da prefeitura e do governo do estado para implantar a infraestrutura, embasada no gasto público, repercutindo no valor dos imóveis e dos empreendimentos e valorizando espaços privados por intermédio das iniciativas da prefeitura. Foi o que aconteceu na cidade de São Paulo: uma forte e concentrada especulação imobiliária que definiu as novas centralidades, cristalizadas na parceria entre o poder público e os empresários dos setores imobiliários, de comércio e de serviços que exerciam forte influência no planejamento da cidade. Sendo assim, eles obtêm informações privilegiadas conseguindo conjugar seus interesses e os investimentos da prefeitura.

De fato, a face mais visível da transformação de São Paulo foi a do seu próprio centro histórico. O centro da cidade, que nos anos 50 e 60 desfrutava do respeito devido a santuários de emblemas institucionais como o Fórum e a Catedral da Sé, ou da prosperidade como edifícios sede de empresas famosas, ou da cultura erudita como o Teatro Municipal e a Biblioteca Mario de Andrade, ou, ainda, da cultura de massas, como grandes cinemas, no decorrer dos anos 70 foi sendo abandonado por empresas, escritórios e consultórios, tendo em vista a crescente congestão por carros e ônibus. Mas, contraditoriamente, essas mesmas pessoas jurídicas, buscando garantir contato com felizes possuidores de automóveis e atraídas pelas ofertas imobiliárias de farejadores de mercado, mudaram-se para pontos de fácil acesso rodoviário, em especial nas áreas de transição para bairros mais ricos. (SZMRECSÁNY, 2004, p. 133).

Vários foram os fatores que incentivaram a pulverização do centro, podendo-se apontar os obstáculos urbanísticos, as dificuldades de circulação dos automóveis particulares e locais para estacionamento, a instalação de equipamentos tecnológicos nos edifícios, a expansão da cidade seguindo as rodovias, marginais, bairros mais sofisticados para a burguesia; e com o transporte coletivo por meio dos ônibus e trens, foi possível levar os trabalhadores aos distantes bairros periféricos e cidades da região metropolitana.

3.4 Novas centralidades para a metrópole global

Convém salientar que no processo de industrialização iniciado no Brasil, a partir da década de 50, do século XX, o país passou a receber vultosas taxas de investimentos diretos produtivos internos e externos, com a chegada das empresas multinacionais que romperam com os costumes arraigados na sociedade agro-exportadora, introduzindo centenas de produtos oriundos da 2ª Revolução Industrial que já era uma realidade nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Este processo influenciou as pessoas, pois ganhava repercussão a sociedade de consumo de massa, alicerçada nos avanços das multinacionais sobre os países de industrialização tardia, caracterizada pela produção de mercadorias estandardizadas com destaque para os bens de consumo duráveis.

A cidade de São Paulo, como já era dotada da ampla infraestrutura que serviu para a expansão do complexo cafeeiro paulista e que serviu também para as indústrias de bens de consumo não duráveis que começavam a se desenvolver principalmente na capital paulista e em algumas cidades próximas. A cidade de São Paulo foi favorecida por reunir as pré-condições indispensáveis (energia elétrica, água, gás, transportes), além dos serviços financeiros, comércio, abundante, oferta de trabalhadores imigrantes e nacionais, mercado consumidor em franco crescimento, sem se esquecer dos incentivos governamentais, franqueados para os capitalistas estrangeiros instalarem seus complexos produtivos no Brasil.

Assim, São Paulo transformou-se na cidade síntese do Brasil, um país da periferia do capitalismo mundial que conseguiu levar mais adiante seu projeto de industrialização nacional, alcançando grau de complexidade e interação sem paralelo no período que vai da Revolução de 30 (Getúlio Vargas) ao penúltimo general-presidente da ditadura militar (Ernesto Geisel). A abolição do trabalho escravo e o amplo desenvolvimento da economia cafeeira entre 1870 e 1929 foram absolutamente fundamentais para consolidar as bases produtivas da cidade e, ao mesmo tempo, contribuíram para a sua transformação em um dos maiores centros industriais do mundo. (POCHMANN, 2001, p. 51).

Diante do dinamismo da sua economia, a cidade cresceu rapidamente em todas as direções, atraindo mão de obra dos mais longínquos rincões do Brasil que vislumbravam em São Paulo a terra das oportunidades de trabalho e prosperidade, enfim, a possibilidade de sonhar com uma vida mais digna na cidade que batia recordes de crescimento econômico e de densidade populacional.

Neste momento, aumentou de forma exorbitante o êxodo rural instrumentalizado pela significativa concentração fundiária e pela modernização da agricultura que dava os seus primeiros passos. Ao homem expulso do campo restavam duas alternativas: migrar para as

idades com prioridade para o Rio de Janeiro e São Paulo, ou ir para as áreas de fronteira agrícola desmatar a mata fechada, fixando-se, sem apoio do governo, em lugares distantes.

Cidades	1870	1900	1950	2000
Xangai	-	-	5.046,6	8.357,6
Cidade do México	-	756,8	2.233,7	11.323,1
Bombaim	-	-	2.839,3	11.127,3
Calcutá	-	-	2.548,7	7.967,4
Tóquio	-	1.948,6	5.385,1	16.632,3
Moscou	-	1.038,6	4.137,0	-
Madri	-	539,8	1.618,4	-
Milão	-	491,4	1.272,9	-
Roma	-	462,8	1.695,5	-
Buenos Aires	177,8	950,9	2.981,0	7.735,6
Nova York	1.206,3	4.766,9	7.891,9	7.352,8
Londres	3.814,8	4.521,9	3.348,3	3.395,7
Paris	1.851,8	2.763,4	2.725,4	2.769,3
Viena	720,8	2.031,5	1.760,8	1.737,7
Chicago	530,2	5.185,3	3.620,9	2.798,8
Rio de Janeiro	275,0	691,6	2.198,1	5.851,3
São Paulo	31,4	239,8	2.377,4	10.406,0

Quadro 5 - Evolução populacional de cidades selecionadas, 1872-2000 (em mil habitantes)
Fonte: UM, Demographic Yearbook, In: A metrópole do Trabalho, 2001, p. 47.

A partir da década de 50, São Paulo passou a conviver com o processo de industrialização acelerado. A maioria dos investimentos externos no Brasil era realizada nesta cidade ou em espaços próximos. É importante frisar que a cidade foi privilegiada por vários aspectos desde o período áureo do café. Esse dinamismo pode ser observado através da extraordinária capacidade de atração populacional por intermédio da geração de oportunidades no mercado de trabalho. O Brasil, na opinião de muitos pensadores, teria uma vocação econômica agrícola, atrelada as suas peculiaridades como: solo, água, rios, clima e mão de obra, entre outros atributos favoráveis ao desenvolvimento agro exportador. Porém o país deixou de ser uma “grande fazenda”, superando está vocação agrícola que predominou durante muito tempo e o processo de industrialização e urbanização aconteceu rapidamente

tornando, segundo Pochmann (2001), o Brasil um dos países da periferia do sistema que mais atraiu investimentos produtivos, motivo pelo qual o seu Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa média de 7% ao ano entre 1950-80.

Para resumir, a cidade de São Paulo concentrou no seu território grande diversidade de fábricas, sendo várias multinacionais que nela fixaram suas plantas, e passou a contar com um dos principais parques industriais da periferia do capitalismo e nas cidades de sua Região Metropolitana, com destaque para o ABC. Não foi somente a indústria de transformação que atingiu patamares elevados de expansão. Também os segmentos de comércio e de serviços acompanharam este progresso: os profissionais liberais, consultores e autônomos também conquistaram o seu espaço na cidade que chamava a atenção pela oferta de oportunidades em todos os ramos produtivos.

Durante o último quartel do século XIX, a cidade de São Paulo transformou-se na matriz do sistema urbano paulista, passando a assumir, ao longo do século XX, a posição de maior cidade brasileira e se estabelecendo entre as principais metrópoles do mundo. Ao mesmo tempo, mostrou-se capaz de reunir a maior concentração de operários industriais que se registrou desde o desenvolvimento da industrialização originária inglesa, a partir do final do século XVIII. (POCHMANN, 2001, p. 46).

Os impactos provocados pela industrialização em São Paulo⁶⁰ causaram rupturas com o passado agro-exportador, pois o segmento fabril se desenvolveu articulado com outras atividades econômicas que vieram a reboque e cresceram de maneira significativa. Logo, o centro antigo não comportava mais todas as mudanças impostas pelo parque industrial movido pela difusão das inovações da 2ª Revolução Industrial no Brasil, e tendo São Paulo como o principal polo fabril operário.

A cidade precisava se modernizar urbanisticamente e entravam em cena profissionais como: engenheiros, arquitetos, administradores, paisagistas e sanitaristas, entre outros, que eram os responsáveis, do ponto de vista técnico por eliminar os gargalos e obstáculos representantes de atraso que impediam o progresso na cidade, pois a metrópole moderna deveria reunir pré-requisitos que facilitassem a operacionalização e a racionalidade da indústria e das atividades comerciais, mediante o fluxo e a circulação de pedestres, automóveis e produtos.

Não causam espanto as propostas da elite paulistana para transformar o centro de São

⁶⁰ A transformação de São Paulo em metrópole foi determinada pelo intenso processo de industrialização conhecido pelo país entre 1930 e 1980, no qual a cidade ocupou papel central. Dados do Censo Demográfico mostram que, em 1940, quase metade da população ocupada de São Paulo encontrava-se empregada na indústria de transformação. De uma cidade de médio porte dominada pelas atividades de serviços, no final da segunda metade do século XIX, ancorada no ciclo cafeeiro, São Paulo transformou rapidamente o seu perfil econômico e social, centrando suas atividades no setor industrial em consolidação. (DEDECCA, 2004, p. 242).

Paulo em símbolo da modernidade e do progresso do país de industrialização retardatária que mais produtividade alcançava para satisfação dos capitalistas. Guardadas as devidas proporções, espelhou-se nas cidades europeias e norte-americanas, representantes de uma civilização organizada e próspera, na quais as cidades do mundo subdesenvolvido deveriam mirar-se.

Para colocar em prática um audacioso projeto viário para São Paulo, ganha projeção o “Plano de Avenidas” de Prestes Maia em 1929.⁶¹

Dessa forma, configura-se na cidade a opção pelo modelo rodoviário do transporte sobre pneus. A implantação efetiva das avenidas propostas por Prestes Maia só ocorre quando este assume a prefeitura no início dos anos 40. Nove de Julho, 23 de Maio, Radial Leste: todas fazem parte do plano que acabou por definir, até os dias de hoje, a estrutura urbana básica da cidade. (ROLNIK, 2003, p. 33).

O Plano de Prestes Maia, referente às avenidas naquela época, atendia aos interesses da nova elite industrial emergente e estava aberto ao debate da cidade que colocava em pauta as questões sanitárias e a própria segregação das classes populares expulsas do centro, pois as suas moradias infectas tinham como destino certo desaparecerem para dar lugar às avenidas e ruas largas. Diante deste cenário de modernização, aos pobres da cidade sobraram os fundos de vale, ou melhor, a “cidade clandestina”, cada vez mais distante do centro e desprovida de infraestrutura básica. Com a introdução do transporte coletivo através dos ônibus foi possível expandir a mancha urbana por meio dos loteamentos longínquos. A população foi residir onde os lotes eram mais baratos, entretanto, as viagens de ida e volta no superlotado e precário transporte público, torna o traslado do trabalhador uma rotina extenuante, porém segundo afirmou Kowarick, é a lógica da desordem.

A opção pelo transporte individual (automóvel particular) foi um dos componentes decisivos pelo abandono do centro antigo pelos empresários. É importante salientar que a indústria automobilística investiu no país e contou com o respaldo de governantes que colaboraram direcionando vultosas somas de recursos do erário público para a construção da estrutura viária. As novas avenidas, pontes, viadutos e túneis e, principalmente rodovias estavam em plena sintonia com a expansão e reprodução do capital, associados aos projetos das montadoras de veículos e à cadeia produtiva que fornece componentes para o setor automobilístico.

A expansão da mancha urbana foi, portanto, essencialmente rodoviária, possibilitada por ônibus e carros. A São Paulo dos bondes, que já fraquejava na época descrita por Monbeig entre a crescente necessidade de transportes públicos para as massas e os

⁶¹ Na gestão do prefeito Prestes Maia (1938-1945), engenheiro civil e arquiteto formado pela escola politécnica. Ele executou o “Plano de Avenidas”, desenvolvido como a mais importante concepção de cidade moderna. Uma proposta que abrangia o sistema viário, circulação e transportes.

baixos investimentos da Light nesse setor, vai ser desfigurada, após o rápido sucesso da aplicação inicial do Plano de Avenidas de Prestes Maia, por sucessivas intervenções para adaptação do traçado urbano aos carros fabricados bem junto à cidade, seu primeiro e mais constante mercado. Na década de 1960 e 1970, a Prefeitura obteve novos recursos de arrecadação e empréstimos com que pode privilegiar decididamente o interesse das grandes empresas. Isto se traduziu em obras promotoras da eficiência dos fluxos, avenidas que pretenderam ser verdadeiras estradas urbanas. (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 130).

Todavia, com a expansão da malha viária foi possível abrir loteamentos distantes do centro da cidade. Estes territórios receberam grande adensamento populacional transformando-se em bairros operários onde predominava a autoconstrução, sempre contando com a poupança da família, além do financiamento em suaves prestações do terreno e do material de construção. Era indispensável a colaboração dos amigos nos fins de semana para levantar a sonhada casa própria. Assim a periferia da cidade de São Paulo expandiu-se rapidamente encontrando-se com as outras cidades limítrofes que também usufruíram as elevadas taxas de industrialização e assalariamento, com ênfase para as cidades que ficam nas margens das principais rodovias. Estas viram seus distritos industriais aumentarem significativamente. Acompanhando este processo, ocorreu a concentração das atividades vinculadas ao comércio e aos serviços e a intensa urbanização que em muitos casos não era planejada pelos órgãos públicos. Este crescimento proporcionou uma grande mancha urbana identificada como conurbação.⁶²

A partir dos anos 1960, a cidade de São Paulo passou por profundas transformações *socioespaciais*. Durante este período, estruturou-se a grande região metropolitana concentrando-se em seu interior dezenas de municípios em processos contínuos de conurbação. Entre 1930 e 1950, a mancha urbana de São Paulo possuía entre 180 a 420 km para atingir atualmente 2000 km. Com a implantação das grandes empresas multinacionais, industriais, bancos e agências de propaganda e publicidade, esta região tornou-se o lugar privilegiado para estes investimentos. (SCARLATO, 2004, p. 259).

Esta expansão da mancha urbana vai criar condições de deslocamento da centralidade da cidade para outras regiões mais interessantes para os empresários, com ênfase para o setor de comércio e serviços modernos, já vislumbrados nas atividades econômicas da metrópole terciária. Os bairros com maior densidade populacional e circulação de capital conquistaram o seu comércio local que substituiu ou complementou o que já era consolidado no centro tradicional, portanto diminuindo o deslocamento para o centro. Por exemplo, os bairros da Lapa, Pinheiros, Santo Amaro, Penha, Brás, Santana, entre outros, consagraram suas respectivas áreas comerciais que reproduzem guardadas as devidas proporções as atividades

⁶² De acordo com Scarlato (2005), um crescimento que expande a cidade, prolongado-a fora do seu perímetro, absorve aglomerados rurais e outras cidades. Estas, até então com vida autônoma, acabam comportando-se como parte integrante da metrópole. Com a integração, desaparecem os limites físicos entre diferentes núcleos urbanos – fenômeno chamado de conurbação.

desenvolvidas no centro tradicional.

Nos anos 70, é verificado o deslocamento das atividades comerciais e bancárias para a região da Avenida Paulista⁶³. Este momento coincide com o processo de difusão em larga escala do automóvel, seguindo o modelo urbanístico norte americano. Não resta dúvida de que a adoção do carro como um dos principais meios de transporte na cidade, gerou inúmeros transtornos e dificultou a acessibilidade ao centro tradicional que não possuía a infraestrutura necessária para receber diariamente tão intenso fluxo de veículos nas suas vias carroçáveis. Estas vias não foram planejadas para um trânsito tão intenso. Outro problema diz respeito aos estacionamentos, ao envelhecimento urbanístico e tecnológico dos edifícios que dificilmente são adaptados para receber as inovações contemporâneas da 2º e 3º revoluções industriais.

A ocupação cultural da Paulista – Augusta foi à vanguarda de um movimento que, nos anos 70, ali plantou, em estilo internacional, os poderosos do milagre econômico: grandes empresas, bancos e sindicatos patronais. A lei de zoneamento da cidade, aprovada em 1972, já conferia esse destino para a avenida. A região da Paulista, assim como o centro, ganhava o estatuto de “zona comercial de uso misto de alta densidade”, atraindo os mais altos potenciais de construção da cidade. (ROLNIK, 2003, p. 47 e 48).

Seja como for, a Avenida Paulista representou a nova fase do capitalismo brasileiro, com ênfase para o “milagre econômico” dos anos 70, em que a economia cresceu significativamente em um curto período (1968-1973). Entretanto o Brasil estava completando o ciclo da 2ª Revolução Industrial e foi o país que conseguiu as maiores taxas de produtividade entre as nações subdesenvolvidas. Sendo assim, a Avenida Paulista ficou estigmatizada como ícone do período de forte expansão e concentração de capital no país, pois lá estavam concentradas as agências bancárias nacionais e internacionais, os escritórios dos principais grupos transnacionais que atuavam no Brasil, a sede de importantes repartições públicas das três esferas de governo, os escritórios de profissionais liberais bem sucedidos, as empresas de comunicação, os sindicatos patronais, os hospitais e as clínicas conceituadas, sem se esquecer dos espaços de entretenimento como os *shoppings*, parques, cinemas, bares e restaurantes, etc.

⁶³ A Avenida Paulista, inaugurada em 1891, nasceu do empreendimento de um grupo de empresários, liderados pelo engenheiro Joaquim Eugênio de Lima, que, antes da criação da Paulista, promovera o arruamento e loteamento de vários bairros de São Paulo. Seu projeto para a Paulista previa um trajeto em parte por onde originalmente passava uma trilha primitiva para boiadas e carros de boi, cortando também a Chácara Bela Cintra, ao longo de um espigão coberto pelas matas do Caagaçu, divisor das águas dos rios Pinheiros e Tietê. (FRÚGOLI, 2000, p. 113).



Figura 9 - Paulista e região: centralidade constituída por bancos, empresas, federações patronais e entidades
Fonte: Centralidade em São Paulo

As empresas queriam associar os seus logotipos aos endereços que caracterizassem a modernidade, o progresso do país que evoluía a passos largos rumo ao primeiro mundo. O período da ditadura militar representava este sentimento que apesar da ausência de liberdade e democracia, tinha-se a impressão de que o país estava no rumo certo, principalmente nos momentos de crescimento econômico e a Av. Paulista era o espaço em que todo empresário gostaria de estabelecer seu escritório. Ela se tornou o cartão postal e referência do capitalismo.

Não foi por outro motivo que os consumidores mais abastados foram gradativamente esvaziando o centro da cidade e o consumo migrou para outras áreas comerciais, passando a ganhar destaque nos idos anos 60 e 70, os super e hipermercados e os *shoppings centers* que se espalharam por praticamente todo território da cidade e posteriormente para a Grande São Paulo. São espaços comerciais amplos, próximos a grandes vias de circulação com milhares de vagas nos estacionamentos que garantem o “conforto” de chegar e sair das compras ou do lazer com o carro particular.

No caso dos *shoppings centers* é importante ressaltar que estes espaços conseguiram atrair e polarizar o consumo dos cidadãos com maior poder aquisitivo, pois disponibilizam alguns recursos relacionados à segurança, à higiene, à acessibilidade, à diversidade, ao entretenimento. Nestas circunstâncias, quando comparado com o comércio de rua do centro tradicional, o *shopping* representa a “cidade dentro da cidade”, transmitindo a ideia de organização. O comércio estabelecido no centro tem caráter mais popular e seria identificado

com o caos. Levando-se em consideração que o espaço central⁶⁴ é visto de maneira recorrente com a violência, o abandono e a degradação, apresentando elevados índices de roubos e furtos, além de possuir áreas identificadas com o tráfico e consumo de drogas como a “cracolândia”, nas imediações da Estação da Luz, é visível a presença da população vulnerável nas ruas, sendo considerável a quantidade de menores de idade e mendigos, e o comércio informal. Segundo informações da Viva o Centro e da própria polícia militar, esta modalidade de comércio atrai os meliantes para a região central, proporcionando insegurança para os transeuntes.

O processo de popularização do centro tradicional, a partir de meados dos anos 60, foi concomitante ao início da evasão de empresas, escritórios e bancos para outros subcentros, a deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e ao declínio do seu valor imobiliário. Deve-se observar que esta frisa a concomitância de ambos os processos, não a determinação do primeiro sobre o segundo, a fim de se evitar o velho jargão ideológico que sustenta que a presença maciça das classes populares é responsável pela deterioração de determinados espaços da cidade. Considero, antes de tudo, a lógica do desenvolvimento urbano a outras regiões da cidade – fruto de decisões tanto do poder público, como da iniciativa privada – o principal fator de deterioração, o que gera queda na qualidade dos serviços públicos e das edificações das áreas abandonadas por tais investimentos. (FRÚGOLI, 2000, p. 61).

Com os percalços verificados no centro tradicional, manifestados por meio do “envelhecimento” urbanístico e tecnológico, a desvalorização da região, do ponto de vista econômico e social, foi inevitável, mais do que isso, estimulou o florescimento de novas centralidades sustentadas pelas imposições dos paradigmas da Terceira Revolução Industrial e as novas formas de acumulação do capital. Logo, as empresas transnacionais e mesmo várias corporações nacionais decidiram desvincular suas respectivas imagens ou marcas do franco processo de deterioração do centro tradicional da cidade.

Em seguida, empresas que antes se localizavam no centro começaram a se transferir para as novas centralidades o que representou uma segunda onda de desvalorização relativa de preços de vendas e de locação. Num autêntico processo de sinergia negativa ou de círculo vicioso, a desvalorização da área central, agravada pela forte presença do comércio ambulante e da crescente insegurança, provocou também uma desvalorização dos intangíveis de uma empresa. Ou melhor, as empresas cujas marcas tinham maior visibilidade e dependiam de cara campanhas de publicidade começaram a evitar a identificação de seus nomes e grifes com endereços da área central. Os novos endereços passaram a ser Av. Paulista, Av. Faria Lima, Centro Empresarial, Marginal – Berrini, etc. (SANDRONI, 2004, p. 370).

De certo modo, o centro antigo da capital foi se popularizando e se especializando. Através da sua expressiva gama de serviços para outros públicos, o comércio informal de rua

⁶⁴ Por outro lado a crise dos anos 80-90, o Centro tornou-se o lugar do furto, da insegurança, em razão do número de pessoas sem ocupação que passaram a circular pela região, muitas das quais crianças e jovens moradores de rua. Com isso, o Centro histórico foi sendo relegado apenas a infelizes usuários dos precários transportes públicos, ou seja, as camadas populares num processo segregacionista, perdendo seu caráter de ponto por excelência de encontro ou confronto entre as classes. Os edifícios de escritório foram se esvaziando, decaindo, fechando, mantidos vazios, invadidos. (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 133).

ficou direcionado para os trabalhadores com baixo poder aquisitivo, enquanto o comércio tradicional continuava forte e diversificado. Porém concorria com outros espaços que se solidificaram a partir dos anos 80: redes comerciais mais sofisticadas, como os centros comerciais que agregavam a possibilidade de acessibilidade e relativa segurança para os consumidores. Para reforçar as características de popularidade do comércio central não se pode esquecer do grande movimento provocado pela forte presença dos “sacoleiros” que compram no atacado e varejo mercadorias para revender na Rua 25 de Março e adjacências, tornando-se o maior polo de comércio popular do Brasil e disseminando sua pujança para as regiões próximas movimentando outros sub-espços.

Obviamente muitas empresas, escritórios e consultorias não deixaram por menos a degradação do centro e as oportunidades que surgiram em outros espaços da cidade que poderiam agregar valor às suas respectivas marcas. Deslocaram-se para edifícios modernos que reuniam totais condições para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, sem os transtornos causados pelo velho centro, principalmente os atribuídos aos quesitos de acessibilidade e estacionamento de veículos particulares, pois a frota cresceu de forma significativa durante os anos 90.

Não obstante, o centro antigo ainda é uma importante reserva de empregos formais no segmento de comércio e serviços, pois além de muitas empresas receberem incentivos e garantias para permanecer no centro, houve o empenho do poder público, com o propósito de revitalizar os espaços decadentes; sendo assim, algumas instituições bancárias, faculdades, bolsa de valores, escritórios, empresas na área de prestação de serviços, entre outras, comprometeram-se com o poder público e a Associação Viva o Centro em ficar nos locais tradicionais. Outro fato que não pode passar despercebido é a forte vocação da região para concentrar repartições e órgãos públicos em todas as esferas; em última análise, é a garantia de milhares de empregos formais e, por pressuposto, do movimento no comércio formal e informais principalmente o último depende do grande fluxo de transeuntes que consomem as mercadorias disponibilizadas pelos ambulantes.

Divisão CNAE	1992	1995	1996	1998	2000
Santa Cecília	28.799	28.834	28.143	28.644	35.732
Bela Vista	256.469	208.668	201.904	178.552	191.443
Bom Retiro	38.161	40.851	43.047	38.213	41.263
Cambuci	22.961	26.946	25.672	27.826	26.396
Consolação	62.205	64.296	68.051	57.051	58.865
Liberdade	17.061	18.219	18.481	17.043	17.204
Pari	125.418	105.956	110.811	108.965	104.698
Brás	34.234	38.551	38.726	33.916	34.797
República	143.422	125.137	128.103	140.948	132.654
Sé	103.338	97.855	96.878	84.026	80.342
Total	832.068	755.314	759.815	715.182	723.496

Quadro 6 - Evolução do emprego formal na região central da cidade de São Paulo por distritos
 Fonte: Cebrap, a partir dos dados do CEE de março de 2002. In: Caminhos para o Centro, 2004, p.115.

Portanto, apesar do esvaziamento percebido no centro, principalmente no decorrer das últimas décadas (1980 e 1990), ainda foi possível verificar que a região concentra inúmeras atividades geradoras de milhares de postos de trabalho. Mesmo com a queda do número de empregos no final da década de 90, o mercado de trabalho naquela região é dinâmico, proporcionando, de acordo com as políticas de crescimento econômico em âmbito macroeconômico, ora mais, ora menos oportunidades de trabalho, principalmente no setor de comércio e serviços, garantindo assim considerável circulação de pessoas que se dirigem até o centro para trabalhar ou consumir.

Nesse contexto, o centro recebeu durante várias administrações municipais investimentos públicos no setor de transportes coletivos, pois inúmeras conexões são realizadas a partir da região para outros locais da cidade e da Região Metropolitana, como por exemplo, os terminais de ônibus D. Pedro, Bandeira, Princesa Isabel, além das estações de trens e metrô, que consolidaram o centro como o mais importante espaço de passagem e transbordo de milhões de pessoas diariamente.

Foram essas políticas que determinaram o estabelecimento de uma macro estrutura viária em escala urbana, permitindo o surgimento de um centro enormemente expandido para abrigar a verticalização e as funções centrais – e tratando o núcleo histórico como mero nó de articulação e passagem nesse sistema de circulação; prejudicando ainda por intervenções agressivas e fragmentadoras de viadutos e elevados e trincheiras. A criação da macro – acessibilidades por automóvel em escala urbana – com tratamento privilegiado para o setor sudoeste, amparando o deslocamento dos usos centrais de prestígio nessa direção por meio de ambiciosas obras de avenidas túneis e complexos viários – foi acompanhada por políticos que

mantiveram a área central como foco das redes de transportes coletivos, como linhas do metrô, terminais e corredores de ônibus, consagrando o caráter crescente popular da região. (NAKANO, K.; CAMPOS, C. M.; ROLNIK, R.; 2007, p. 155).

Os investimentos no centro remontam ao período em que o café era o principal produto da pauta de exportações do Brasil e a cidade de São Paulo o principal entroncamento ferroviário e comercial no planalto, estabelecendo a conexão do interior do Estado com o porto de Santos. Diante da expansão do complexo cafeeiro, o centro da cidade era a região mais movimentada, recebendo os investimentos públicos para melhorar sua acessibilidade, já que existam outras centralidades; sendo assim, em um único espaço concentrava-se todo o comércio: casas bancárias, negociantes de café, hotéis, lazer, etc.

Com o desenvolvimento da cidade associado ao intenso processo de industrialização houve uma necessidade imperiosa, segundo os empresários, de garantir novos espaços para expansões capitalistas mais adequados com o progresso dinamizado pelas atividades econômicas da cidade, motivo pelo qual floresceram outras centralidades que começaram a competir e subtrair investimentos que eram implantados no centro histórico de São Paulo.

Deve-se ressaltar que as novas centralidades estão concentradas no quadrante sudoeste da cidade, região esta, que foi justamente privilegiada pelos gastos públicos e investimentos privados de grande monta. Sucessivas administrações focalizaram recursos que proporcionaram elevadíssimos preços nos espaços “ociosos” ou imóveis que absorveram os impactos advindos da infraestrutura sistematizada pelo poder público, cristalizados em grandes obras viárias: avenidas, túneis, viadutos, desapropriações, entre outras. Iniciativas em comum acordo com os empresários que construíram vários *shoppings centers*, hipermercados, condomínios residenciais e comerciais, espaços culturais, razão pela qual, prosperaram as iniciativas empresariais na Av. Paulista⁶⁵, Av. Faria Lima, Centro Empresarial, Av. Eng. Luis Carlos Berrini. Evidentemente surgiram construções modernas adaptadas para lidar com o binômio: automóvel particular e novas tecnologias da informação. Diante dessa conjuntura, o centro histórico foi alvo da desvalorização econômica e cultural e, conforme mencionado, ocorreram importantes mudanças no seu perfil com a introdução das classes populares e serviços direcionados ao público assalariado que conviveu no decênio de 1990 com pronunciadas e elevadas taxas de desocupação.

Já no mercado de trabalho, viu-se a sua média salarial cair sistematicamente, a cada pesquisa que mensurava o percentual de desempregados na Grande São Paulo e o aumento da

⁶⁵ Para Paulo Sandroni – a partir dos anos 90, a própria Avenida Paulista como centro empresarial começou a “envelhecer”. Tendo sido quase totalmente ocupada até os anos 80, restaram poucas áreas para construção de espaços modernos de acordo com as exigências tecnológicas do final do século XX.

taxa percentual de trabalhadores atuando na economia informal de rua. Além disso, aumentou o índice de vulnerabilidade social materializado nos excluídos que formavam o lupenato (mendigos, prostitutas, meliantes) e se concentravam nas ruas do centro tradicional, pois ali existia sempre a possibilidade de “prestar serviços” ou de cair na ampla rede de marginalidade que aumentou em todas as regiões da cidade, principalmente no centro.

3.5 A revalorização do centro em questão e o lugar do trabalho precário na metrópole

Outrossim, o centro antigo é o espaço da cidade que recebe parcela substancial dos imigrantes que, por pressuposto, encontram oportunidades de “ganhar a vida” nos empregos formais mais simples, executando profissões operacionais, rotineiras. Já para os que não conseguem inserir-se no mercado formal de trabalho, a economia informal abre oportunidade de sobrevivência, sendo, em inúmeras situações, a “renda” que o camelô consegue auferir até maior do que o salário pago aos trabalhadores formalizados. Obviamente os assalariados acabam recebendo o salário indireto por intermédio de alguns benefícios, tais como: vale-transporte, cesta-básica, *ticket*, convênio médico, além dos direitos trabalhistas e sociais, enquanto o trabalhador da economia informal não tem acesso às conquistas sociais. De qualquer forma, o centro da cidade conseguiu absorver grande demanda de trabalhadores no setor formal e viu crescer sem cessar, o setor informal, com destaque para os períodos de recessão econômica quando esses trabalhadores não eram absorvidos pelas empresas do setor organizado.

A maioria dos migrantes nacionais possui historicamente baixa qualificação para o trabalho industrial, sendo mais atingidos pela instabilidade da oferta de empregos constituindo, com isso, a maioria da parcela de mão-de-obra excedente. Com o agravamento do desemprego, passam a encontrar no “setor” informal as alternativas de sobrevivência, com atividades que vão de “empresa familiar”, “venda de pequenos produtos”, até “trabalho por conta própria subordinados” e “serviços domésticos”. (FRÚGOLLI, 1995, p. 29).

Há muito, o centro da cidade abriga diversas modalidades de trabalho e geração de renda. A Vila Bandeirante do século XVIII e o seu núcleo central foram ocupados pelos escravos de ganho e, posteriormente pelos ex-cativos libertos que não compuseram o mercado de trabalho no primeiro momento, e pela população imigrante branca que não era incorporada na cultura agro-exportadora de café, muito menos nas atividades fabris que começavam a se desenvolver em São Paulo e em algumas cidades do interior. Portanto, historicamente as ruas

centrais concentraram grande massa de trabalhadores marginalizados, sendo que nos períodos de crises econômicas que combinam recessão e desemprego conjuntural ou estrutural acabam por sacramentar o aumento frenético da informalidade, como ocorreu nas décadas de 80 e 90, em São Paulo e em outras cidades do Brasil.

Não se podem menosprezar as condicionalidades socioeconômicas que materializam o “esvaziamento” do centro tradicional. Tendo como protagonista desse cenário a elite paulistana, o desenvolvimento industrial e do setor de serviços modernos foram determinantes para o surgimento de novos espaços polarizadores do trabalho, consumo, entretenimento e sociabilidade na metrópole. O advento da construção dos *shoppings*⁶⁶ e hipermercados e a importação dos modelos e padrões americanos de consumo proporcionaram definitivamente a mudança dos cidadãos mais aquinhoados do centro monumento para as regiões que tiveram forte expansão imobiliária e urbanística bem como áreas comerciais de grandes proporções, garantindo o fluxo, circulação e estacionamento tão importante na era da sociedade do automóvel particular. Surgiram os condomínios fechados, privativos da elite e da classe média emergente às margens das rodovias e avenidas ou nas cidades da Grande São Paulo que possuíam enormes áreas disponíveis para estabelecer empreendimentos imobiliários, como por exemplo, Alphaville, Tamboré, Granja Viana, etc.

O processo de esvaziamento do centro não foi total, pois as classes populares estigmatizadas pelos migrantes e imigrantes, ocuparam esta lacuna deixada pela classe média e a elite que, passaram a menosprezar o centro. Um grande número de consumidores deixou de frequentar a região de forma contumaz, corroborando para a mudança do perfil de ocupação, comercialização e consumo. Os novos ocupantes das classes desfavorecidas têm outros tipos de relacionamento como o espaço central, aflorando suas respectivas identidades, modos de vida, costumes e forma de olhar a cidade, geralmente vista como o lugar das oportunidades de trabalho. Eles são distintos das classes mais favorecidas que buscavam espaços mais sofisticados e criam outras identidades vinculadas com o nível cultural, capacidade de consumo, inserção social, criando assim no mesmo espaço (a cidade) fragmentos que determinam a posição social e a influência das pessoas.

Tal diversidade, muitas vezes realmente conflitiva, e vista de forma absolutamente negativa, principalmente pelas classes sociais de maior poder aquisitivo, que há muito abandonaram o espaço urbano central e deteriorado, nesse caso, é estendido às pessoas e atividades exercidas nesses espaços, e não ao processo urbano que gerou tal quadro social. Essa representação intolerante implica uma visão sobre a rua como

⁶⁶ Sobre os *shopping centers*, foram desenvolvidas importantes pesquisas que contribuíram para a compreensão e reflexão, no que diz respeito à influência desta modalidade contemporânea de consumo, entretenimento e sociabilidade. Ver Padilha (2006), Pintaui & Frúgoli,(Org.) (1992).

invariavelmente local do perigo à espreita, do crime do tráfico de drogas, devendo ser evitada a todo custo, articulando-se como uma das soluções mais solicitadas a presença de um policiamento mais ostensivo, visando controlar as manifestações. (FRÚGOLLI, 2005, p. 35).

Tendo em vista essas considerações, o centro da cidade foi ocupado gradativamente pelas classes perigosas, na visão dos cidadãos de maior poder aquisitivo e da classe média aterrorizada com os elevados índices de criminalidade que aconteciam na região central, sempre associada com a degradação, o abandono, a ausência de policiamento ostensivo e o expressivo contingente de trabalhadores informais, que atraíam os meliantes para as vias públicas, além de uma enorme quantidade de imóveis residenciais e comerciais fechados. Para contribuir com esta paisagem comprometida pela ausência de políticas públicas para o centro, a imprensa de modo geral não divulgava boas notícias com referência ao centro histórico.

Seja como for, o centro tem vida própria e mesmo deteriorado do ponto de vista urbanístico, a região é vital para a cidade como um todo; o seu comércio popular passou a atrair consumidores, revendedores de todos os lugares do país, como por exemplo, o movimento de ruas como a 25 de Março, Santa Ifigênia, José Paulino, as Praças da República, Sé e João Mendes, ou seja, a vitalidade está vinculada a outro perfil de consumidores: os que prestigiam o comércio central. Isto porque várias empresas de pequeno, médio e grande porte continuam atuando na região, o que por si já garantiu extraordinário fluxo e circulação, formando uma grande rede de abastecimento e consumo.

Este intenso fluxo gerado pela diversidade e complexidade dos comerciantes estabelecidos formalmente, contribuiu também para o pleno desenvolvimento da economia informal que estava geograficamente distribuída nas ruas, calçadas, praças, terminais de ônibus e estações de metrô e trens, além de barracas fixadas nas portas das lojas, disputando os clientes com os comerciantes legalizados nos locais com maior circulação de transeuntes - os potenciais consumidores. Foi justamente nestes locais que a economia informal aumentou com todo o ímpeto, por analogia com a dramática situação de desemprego: o metro quadrado era disputado palmo a palmo pelos ambulantes o que, por sua vez, gerava conflitos entre os próprios trabalhadores e os comerciantes estabelecidos.

Paradoxalmente, no momento de expansão da economia informal e da consolidação de novas centralidades mais adequadas ao avanço do capitalismo na era da globalização financeira, manifestadas no quadrante sudoeste da cidade, nasce com o apoio dos empresários, a proposta de requalificação do centro, ou melhor, o seu resgate partindo da perspectiva da valorização imobiliária e dos espaços públicos degradados, garantindo o retorno financeiro para tal fim. Na visão dos empresários, deveria contemplar gastos públicos e investimentos

privados para recuperar o centro antigo da cidade.

As propostas são viabilizadas por intermédio da Associação Viva o Centro, articulada nas suas iniciativas e princípios norteadores, desde o início controlada pelos capitalistas que aderiram à ideia de recuperar o centro histórico, partindo da premissa de que era necessário retomar posições atreladas à sua centralidade perdida no passado. Em síntese, lançar-se na disputa com as novas centralidades, oferecendo vantagens comparativas, aproveitando as benfeitorias realizadas pelo poder público municipal, e propondo outras iniciativas que pudessem ser realizadas em parceria com os setores públicos e privados, tornando o centro novamente atrativo para o capital; a revitalização, portanto, era imprescindível.

A questão da revitalização urbana das áreas centrais está conectada por sua vez, ao surgimento de outros subcentros, ou sob outro prisma, à configuração de um novo contexto multipolar, dentro do qual o centro tradicional passa a competir com os demais, principalmente do ponto de vista econômico. O processo de expansão metropolitana, portanto, torna a questão da centralidade ainda mais complexa. Em alguns casos, os subcentros guardam certas relações complementares com o núcleo central, mas passam muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o centro tradicional, de modo a ser tornarem ou almejarem a se tornar “novos centros”. Isso se dá em particular, pela lógica dessa expansão, que acarreta muitas vezes a fuga de empresas para subcentros e a deterioração urbana do núcleo original, concomitante a mudança na composição social da população que passa a habitar este último, marcada pela forte presença das classes populares. (FRÚGOLLI, 2000, p. 26).

É nesse contexto que nasce a Associação Viva o Centro, fundada em 1991. Ela foi criada com o propósito de revitalizar o centro antigo da cidade de São Paulo. É composta por empresários influentes, com absoluto destaque para o Banco de Boston que foi um dos primeiros no processo de aglutinar e coordenar outros investidores para participarem efetivamente da recuperação do centro e exerceu forte influência ao estabelecer a mediação entre os capitalistas e o poder público e outros órgãos que pudessem colaborar, de alguma forma, com a revitalização. Mais que isso, as reuniões dos empresários desencadearam uma agenda de ações visando à recuperação do centro. Em resumo, foi afiançada uma parceria entre os setores privados com diversos interesses no centro e o poder público que foi convencido a participar independente da posição ideológica e do partido político desta empreitada. Após anos de degradação, deterioração e abandono, revitalizar o centro da principal cidade da América Latina tornou-se uma meta, tendo à frente empresários dos segmentos de comércio e serviços.

Há que se destacar que o debate inerente à recuperação dos centros históricos ganhou relevância com o findar da Segunda Guerra Mundial, pois os conflitos gerados pela guerra praticamente destruíram diversas cidades importantes na Europa que precisavam ser reconstruídas. Sendo assim, era primordial reunir uma série de pré-requisitos urbanísticos e

sociais, além de somas consideráveis de capitais que viabilizassem a edificação das cidades em ruínas, preservando e restaurando símbolos, monumentos e construções, vinculados nesse sentido ao resgate das origens dos núcleos urbanos e no caso europeu reporta-se às cidades medievais que naquele período eram vitais para propiciar a plena recuperação socioeconômica dos países do continente europeu.

Entretanto, no caso da revitalização do centro da cidade de São Paulo, a Associação Viva o Centro teve como experiência os paradigmas de revitalização ocorridos na cidade americana de Boston, na qual a iniciativa privada, em aliança com a prefeitura, estabeleceu uma pauta de intervenções urbanísticas para recuperar seu degradado centro. Além de cidades norte americanas como Nova York e Seattle, a Viva o Centro destacou outras revitalizações que julgou importantes como referência: em Paris, na região conhecida como Marais, na cidade de Londres, o Covent Garden e a emblemática reestruturação da cidade de Barcelona que antecedeu os jogos olímpicos de 1992. Essas experiências eram sempre explicitadas pelos dirigentes da Viva o Centro, como “bem sucedidas” e de grande contribuição para os métodos que seriam otimizados na recuperação do centro da cidade de São Paulo.

Um dado central que não estava expresso no início do processo, e que posteriormente se articulou com grande significado no resgate do centro tradicional como espaço estratégico da vida metropolitana, é o argumento de que, num momento em que é decisiva a transformação de São Paulo numa “cidade mundial”, um dos imperativos seria a existência de um centro decisório forte e articulado, capaz de agilizar o processo de tomada de decisões, além de criar uma imagem positiva da metrópole sobretudo ao empresariado estrangeiro, que se dirigia a cidade para a realização de negócios, sem falar da presença crescente de turismo, etc. (FRÚGOLI, 2000 p. 75 e 76).

Em outras palavras, o que está em jogo é a reconversão da centralidade perdida pelo centro tradicional, manifestada por décadas de descaso das classes mais abastadas, que fizeram absoluta questão de priorizar outros espaços da cidade, corroborando para o esvaziamento parcial do centro como, por exemplo, as habitações e escritórios ociosos. Enquanto o poder público foi omissivo deixando de articular políticas adequadas para evitar o abandono do centro, sem pretender generalizar várias administrações municipais, priorizavam os investimentos no quadrante sudoeste, atendendo na sua plenitude os ganhos de produtividade dos capitais imobiliários e do setor de comércio e serviços, portanto ocorreu o desinteresse e o esvaziamento do velho centro, enquanto outras regiões da cidade recebiam atenção especial do poder público.

São Paulo conhece, na verdade, a sua terceira etapa de mundialização. A primeira baseada no comércio, é aquela com a qual a cidade passa do século XIX para o século XX. A segunda é fundada na produção industrial e dura até os anos 60, ao passo que a fase atual, baseada nas anteriores, é a da metrópole global, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal do seu domínio.

(SANTOS, 1994, p. 43).

É evidente que, de acordo com as fases de acumulação capitalista, a cidade foi se adaptando, tornando-se o principal polo econômico do país e sempre atuando como vanguarda de seu desenvolvimento. São Paulo foi se metamorfoseando, sendo a partir desta metrópole, irradiadas para o conjunto da nação, as inovações concatenadas aos conceitos de modernidade, pois desde o complexo cafeeiro a cidade exerce a sua liderança econômica. Com o advento do intenso processo de industrialização na segunda metade do século XX e as mudanças estruturais do sistema capitalista induzidas pela Revolução Técnico Científica, a cidade de São Paulo reforçou seu caráter de espaço mais dinâmico do país.

As empresas mundiais, porém com o florescimento da Terceira Revolução Industrial, passaram a exigir novos espaços (outras centralidades) que atendessem suas demandas, garantindo os ganhos de produtividade para o capital se reproduzir, tendo como sustentáculo, as novas tecnologias baseadas na microeletrônica, telecomunicações, telemática, robótica, biotecnologia, etc. E não foi somente isso, deve-se ainda levar em consideração, a especulação imobiliária sempre presente, valorizando e desvalorizando simultaneamente regiões da cidade e da Grande São Paulo, em conexão com os interesses dos empresários que determinam os locais que devem receber os investimentos, tais como *Shoppings*, Hipermercados e condomínios, influenciando as decisões do governo sobre novas construções de estações de metrô, espaços públicos de grande circulação, etc.

Nesse contexto, uma cidade como São Paulo, tendo a sua região central dotada de ampla malha de transportes (rodoviária, ferroviária e metroviária), constituiu-se como um espaço de passagem e transbordo de milhares de cidadãos⁶⁷. Além do mais, a infraestrutura do centro é completa, contando com sistemas de energia, água, telefonia, etc. Vários órgãos do governo permanecem ali e outras repartições foram atraídas para o centro como estratégia de auxiliar na requalificação da região. Também é relevante a presença dos bancos, da bolsa de valores, das faculdades, das universidades, dos espaços culturais e do movimentado comércio popular (atacado e varejo), bastante diversificado nos sub-espços do centro e adjacências.

Esta vitalidade do centro tradicional é um atrativo para as classes populares, seja como trabalhador empregado, principalmente no segmento do comércio e serviços⁶⁸, ou

⁶⁷ Dois milhões de pessoas transitam diariamente pelo centro de São Paulo, onde se localiza a expressiva parte da memória e do patrimônio da maior cidade da América do Sul, de empregos, contar com uma farta rede de transporte coletivo e possuir uma moderna infraestrutura, etc.

⁶⁸ Segundo Sandroni (2004, p. 364), o setor de serviços corresponde (comércio, telecomunicações, serviços financeiros, seguros, turismo de negócios, etc.)

atuando como ambulantes, na ampla economia informal que recrudescera no decorrer da década de 90, agravada pela recessão e pelo desemprego na cidade. Entretanto, esse mercado informal tão dinâmico, deve-se justamente à existência de milhões de consumidores com rendimentos decrescentes, dispostos a comprar os produtos comercializados pelos ambulantes que, por sua vez, tiveram acesso, com a abertura comercial dos anos 90, à quantidade crescente de produtos, principalmente originários do sudeste asiático, a preços acessíveis, que inundaram o mercado interno brasileiro. Grandes quantidades dessas mercadorias eram disponibilizadas aos camelôs, por redes de distribuição instaladas no centro da cidade ou imediações, garantindo assim, o consumo das pessoas de baixa renda – período este, vinculado ao início do Plano Real.

3.6 Centro da Cidade: território da informalidade

Do ponto de vista histórico e geográfico, o centro tradicional da cidade sempre foi identificado por atividades análogas, com o cenário da informalidade, diante do expressivo contingente de trabalhadores ganhando a vida nas ruas, de modo extremamente precário, totalmente desvinculados dos arcabouços legais que regem o comércio legal e a própria legislação trabalhista e social no caso dos empregados.

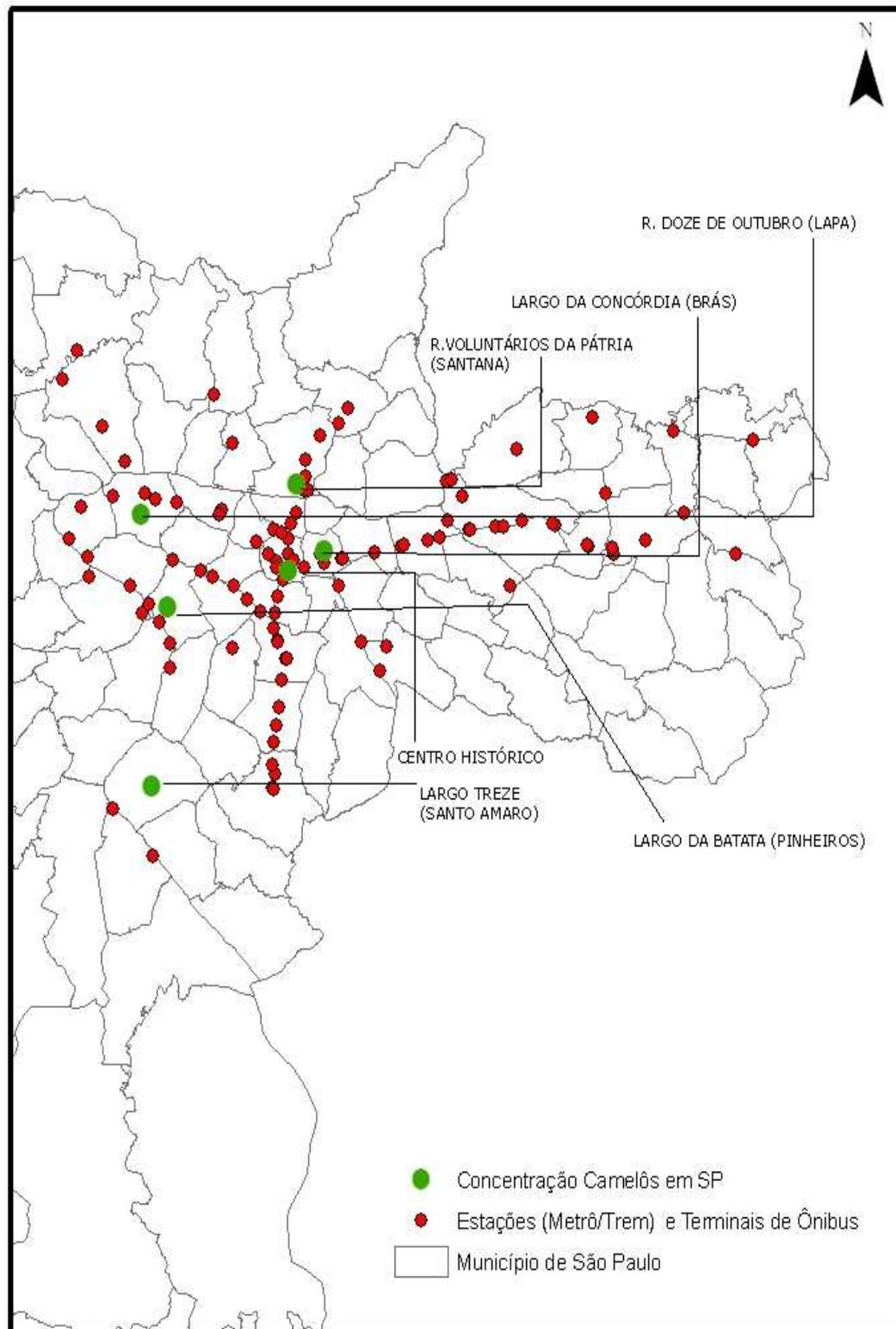
Além do centro histórico que sempre concentrou expressivo contingente de trabalhadores informais não podemos menosprezar outras regiões da cidade que também exercem forte influência com relação ao comércio informal de rua. Diante da expansão da mancha urbana da cidade concatenada com o florescimento de outras áreas comerciais vinculadas ao processo de novas centralidades, articuladas com o transporte coletivo metropolitano, por pressuposto são áreas com grande fluxo de transeuntes potenciais consumidores dos produtos populares.

Portanto, o mapa a seguir aponta outros territórios que transcendem o centro tradicional, e que por sua vez, são polos de aglutinação dos ambulantes, visto que o centro antigo está saturado e as perseguições das autoridades são mais implacáveis. Assim sendo, milhares de camelôs preferem trabalhar nos terminais de ônibus, estações ferroviárias ou do metrô. Isto não significa que não exista fiscalização para inibir o comércio ambulante já que os abusos de autoridade são constantes tais como: apreensão de mercadorias de forma arbitrária, violência, prisões e até o confronto entre camelôs e policiais.

De acordo com o mapa podemos identificar outros locais que polarizaram o comércio popular e passaram a atrair os ambulantes. Podemos destacar: o Largo da Batata em Pinheiros, o Largo Treze em Santo Amaro, o Largo da Concórdia no Brás, a Rua 12 de Outubro na Lapa, a Rua Voluntários da Pátria em Santana, entre outros locais que principalmente no decorrer da década de 90, tornaram-se receptáculo para o comércio informal e, mais do que isso, a garantia de alguma renda para os trabalhadores sem perspectivas de retornar para o setor organizado da economia.

O limite geográfico desta pesquisa situa-se no centro tradicional da cidade de São Paulo. Entretanto os camelôs compõem uma rede dinâmica que extrapolou os espaços que eram associados ao comércio informal. Podemos explicitar o caso da Av. Paulista onde é possível visualizar na paisagem o moderno representado pelo segmento financeiro, escritórios de profissionais liberais, sindicatos patronais, *shoppings*, espaços culturais e de entretenimento, edifícios inteligentes, etc. Porém, contrastando com esta imagem de progresso tecnológico, temos o arcaico manifestado por intermédio dos camelôs, pedintes, meninos de rua, meliantes, etc. Isto motivou o surgimento do movimento Paulista Viva que também já elegeu o inimigo daquele cartão postal: os ambulantes.

CONCENTRAÇÃO DOS CAMELÔS NA CIDADE DE SÃO PAULO



1: 280.000

0 3,75 7,5 15 Kilometers

Fonte:

- 1) Base Cartográfica do Município de São Paulo - Digibase.
- 2) Elaborado por Ricardo Agnelo de Souza, Nilo Lima e Renata Salles, 2009.

Vale ressaltar, resumidamente, e conceituar a noção de território,⁶⁹ pois será fundamental para subsidiar a argumentação sobre o trabalho informal e o dinamismo atrelado ao território em questão: o centro tradicional da cidade de São Paulo, e todos os conflitos subjacentes aos interesses difusos, com ênfase para as relações capital - trabalho.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes social e na relação capital trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Segundo Haesbaert, o território pode ser definido em três dimensões: política, cultural e econômica; entretanto, está em sintonia com a pesquisa, o aspecto econômico; grosso modo, será analisado o comércio informal no centro antigo e o seu reflexo perante as propostas de requalificação da área central.

Parece óbvio que as atividades intrínsecas à economia informal desenvolveram-se de forma robusta nas ruas, calçadas e praças do centro, por motivos bem definidos associados ao cotidiano, como a circulação de milhares de pessoas, pré-requisito para a elevada concentração dos camelôs.

Três aspectos são decisivos para o entendimento da ocupação do centro de São Paulo. O primeiro está relacionado aos fluxos de transporte individual. No centro este aspecto adquire contornos mais significativos em razão de viagens ser razoavelmente discrepantes em relação as demais macrozonas. O centro ainda possui dois terminais de ônibus com maior fluxo de passageiros no município de São Paulo, os terminais Pq. D. Pedro e Bandeira. A conjugação entre macro e microacessibilidade de transporte coletivo e individual faz das ruas do centro de São Paulo um grande terminal de transbordo a céu aberto que conecta fluxos de pedestres com os demais fluxos de transportes coletivos e individuais. (ITIKAWA, 2004, p. 345).

O transporte público no Brasil, em linhas gerais significa transporte direcionado para as camadas populares que dependem nos seus deslocamentos diários e pendulares desta modalidade de serviço público. Como o território central da cidade de São Paulo concentra milhares de trabalhadores, se tornou região na qual os principais ramais do metrô e dos trens da Companhia de Trens Metropolitanos (CPTM) “cruzam” o centro histórico. Levando em consideração os terminais de ônibus mais movimentados da cidade, como a maioria dos trabalhadores reside em locais distantes dos empregos e geralmente necessitam fazer as “transferências” entre os transportes para se deslocar. O centro é o espaço que ocorre com maior fluidez este processo.

Seja como for, trabalhar nas ruas nem sempre é uma opção. Em inúmeras situações, é

⁶⁹ Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, e deriva diretamente do vocábulo latino terra, e era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (no Digeste, do século VI, segundo Di Meo, 1998:47), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político – administrativa. Dí Méo comenta que o *jus terrendi* se confundia com o “direito de aterrorizar” (*terrifier*, em francês). (HAESBAERT, 2004, p. 43).

justamente a ausência de alternativas no mercado de trabalho, que encolheu no decorrer dos anos 90, no bojo da reestruturação produtiva e também das ridículas taxas de crescimento econômico que comprometeram a geração de empregos e renda para os trabalhadores, vítimas dos desarranjos socioeconômicos.

Atuar na informalidade significa, em última instância, estar vulnerável sob vários aspectos, principalmente o da insegurança, no que concerne à comercialização das mercadorias nas ruas; mesmo aqueles trabalhadores que conquistaram o Termo de Permissão e Uso (TPU) podem sofrer represálias das “autoridades”, investidas de práticas nebulosas, manifestadas por meio da corrupção, da truculência, da apreensão dos produtos de forma unilateral, cobrando propina para os camelôs não serem incomodados, ou seja, a máxima amplamente difundida na burocracia brasileira: criar dificuldades para vender facilidades. No caso da economia informal, diante da precariedade são factíveis os desdobramentos de atividades ilegais que cresceram na mesma proporção que os ambulantes nas ruas.

3.7 Conceituando setor informal e informalidade

Antes de caracterizar o setor informal na cidade de São Paulo, serão feitas algumas considerações no que tange ao setor informal e à informalidade. A metodologia consagrada para avaliar a precariedade no mundo do trabalho foi desenvolvida a partir dos anos 70, por intermédio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tais conceitos sobre informalidade e o setor informal foram universalizados tornando-se uma referência sólida para embasar as pesquisas sobre o segmento não organizado do mercado de trabalho.

O conceito “setor informal” foi proferido na Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela primeira vez, nos relatórios que versavam sobre dois países do continente africano Gana e Quênia, consubstanciados no âmbito do Programa Internacional de Emprego, em 1972. As principais conclusões vislumbradas nestes relatórios identificaram que a discrepância social naqueles países não era necessariamente o desemprego, mas a permanência de um elevadíssimo número de trabalhadores em situação de pobreza, ocupados em produzir bens e serviços em atividades que não eram reconhecidas, ou seja, não eram registrados, regulamentados ou protegidos pela legislação trabalhista e social dos respectivos países estudados.

Esse levantamento era parte do Programa Mundial de Emprego, uma iniciativa da OIT

pra ampliar a presença do capitalismo desenvolvido nos países periféricos. Como parte dessa estratégia, foi implementado no início dos anos 70 o Programa de Emprego para América Latina e Caribe (Prealc), sediado em Santiago (Chile). Com base nos estudos feitos no Quênia, o Prealc realizou levantamentos de campo em diversos países latino-americanos. Esse estudo considerava como setor informal os pequenos empreendimentos com até cinco empregados e as formas de trabalho autônomo urbanos. Os resultados desse levantamento consolidaram a noção de setor informal urbano, cujas características fundamentais eram a estratégia de sobrevivência das pessoas envolvidas e os baixos níveis de produtividade. (DEDECA, 2007 p. 20).

Em virtude disso, este segmento ficou conhecido nas pesquisas sobre ocupações informais, como “setor não estruturado”, “setor não organizado”, “setor não protegido”, dentre outras nomenclaturas. Portanto, é inexorável nas atividades econômicas dos países subdesenvolvidos, mesmo daqueles de industrialização tardia, a forte presença de trabalhadores atuando nas franjas do setor organizado, no qual se tornam visíveis os problemas estruturais, impossibilitando sua a incorporação, por meio do assalariamento e do arcabouço de proteção trabalhista.

É importante ressaltar que a noção de informalidade é distinta da denominação setor informal, embora tenha a mesma origem, justamente através dos estudos do Programa para Emprego da América Latina e Caribe (Prealc). A informalidade está associada à ausência de contribuição à previdência social; mais do que isso, outras contribuições também não são recolhidas, tais como o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Assim sendo, a consolidação das leis do trabalho (CLT) e a constituição são burladas. Esta total falta de observação e cumprimento do arcabouço legal de proteção social e trabalhista lança milhares de trabalhadores na informalidade, resultando na precariedade e em uma inserção pouco cidadã.

O setor informal é tipificado pelas pequenas empresas, dos mais diversos ramos de atividade, que não são legalizadas, das quais inúmeras são de ordem familiar, empregando os membros da família, amigos e vizinhos entre outros. Convém explicitar que, para não arcar com a carga tributária, muitas empresas atuam no setor informal viabilizando assim a sua existência no mercado. Seu desenvolvimento está vinculado ao desempenho de um papel complementar ao setor dinâmico do capitalismo nos países subdesenvolvidos, além da sua dependência do constante crescimento econômico, pois em épocas de crise, são as primeiras a encerrarem as atividades pela própria vulnerabilidade que caracteriza sua inserção no mercado.

É digno de nota, que mesmo os trabalhadores que pagam o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) como autônomos, exercendo a prestação de serviços operacionais ou atividades domésticas nas quais o patrão recolhe os encargos para a previdência social, são

associados no mesmo relatório que fundamenta as análises do (Prealc) nas pesquisas, como pertencentes ao setor informal da economia. Vale mencionar que no Brasil este segmento é constituído de milhares de trabalhadores, vide o exemplo das empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras, diaristas, passadeiras, entre outras, que formam um conjunto numeroso de prestadoras de serviço às famílias.

Mesmo quando é dada ênfase ao período de 1930 até 1980, compreendido como o “nacional desenvolvimentismo”, identificado com altas taxas de crescimento econômico, indicador fundamental para a geração de empregos assalariados formalizados, convém ressaltar que somente o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a taxas elevadas, por si, não garantiu a integração da maioria dos trabalhadores ao circuito capitalista organizado. Lamentavelmente milhares não foram incorporados, ficando às margens do “progresso”, tendo que solucionar a sua condição de desempregado de forma individual, sem o apoio de políticas públicas de intermediação, qualificação profissional ou proteção social para os proletários em condição vulnerável.

A mais profunda crise econômica da história do país teve início nos anos 80, e recrudescer na década de 90, manifestando-se por intermédio da reestruturação produtiva, racionalização dos custos das empresas, aumento da competitividade internacional, abertura econômica, além dos baixos índices de crescimento da economia e do Estado seguindo as orientações de ordem neoliberal. Teve-se como resultado das políticas econômicas ortodoxas a falência ou a incorporação de diversas empresas, levando em consideração as privatizações e desnacionalização de várias cadeias produtivas. Neste cenário, o desemprego aumentou batendo sucessivos recordes a cada pesquisa divulgada para desespero de milhões de pais de família e jovens em busca do primeiro emprego, já que nenhuma classe social ficou imune ao desemprego durante os anos 90.

Todavia, correlato ao desemprego de longa duração foi visualizado o esgarçamento no tecido social, pois no Brasil, tradicionalmente a inserção cidadã ocorre, em face do emprego de preferência formal no qual o trabalhador é contemplado com um guarda-chuva de benefícios sociais e outros concernentes aos acordos coletivos celebrados entre patrões e empregados, levando em consideração a política interna de algumas empresas que franqueiam inúmeros benefícios para os funcionários.

Desempregados e sem a perspectiva de regressar de forma rápida para ao mercado, milhares de trabalhadores decidiram atuar na informalidade, pois o desempregado brasileiro não pode permanecer muito tempo sem ter alguma renda, já que as políticas de proteção social são restritas, via de regra, resumindo-se ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e

a alguns meses do Seguro-Desemprego para os trabalhadores que possuíam a carteira profissional assinada. Diante desta conjuntura que aumenta a informalidade, com ênfase para o território central da cidade de São Paulo e outros espaços com grande fluxo de transeuntes muitos trabalhadores que não tiveram outra opção foram ganhar a vida nas ruas, onde se vende de tudo principalmente mercadorias advindas do sudeste asiático que inundaram o mercado brasileiro no decorrer da abertura econômica do país na década de 90.

Portanto, no final do século XX, verifica-se um quadro social, guardadas as devidas proporções e respeitando o momento histórico, semelhante à situação dos trabalhadores no início do século XX, com as ruas repletas de ambulantes, camelôs e marreteiros, demonstrando a heterogeneidade do nosso mercado de trabalho que é subordinado às dinâmicas macroeconômicas e não conseguiu proporcionar um contexto de equilíbrio e inserção digna para a maioria dos trabalhadores com conquistas sociais e trabalhistas universais.

O trabalho na cidade de São Paulo teve várias fases. No seu nascedouro, é importante expressar que há pouco mais de 100 (cem) anos a cidade era um importante entreposto para a comercialização dos escravos – e também referência de partida e chegada das bandeiras e entradas. Entretanto no período de desenvolvimento industrial, brasileiros e estrangeiros deslocavam-se para São Paulo. Desde então, a cidade tornou-se o principal polo industrial do país. Sempre foi expressivo o contingente de mão de obra não absorvida pelas atividades produtivas. No Brasil, ficar na condição de desempregado é um privilégio para poucos, diante das escassas políticas de proteção aos desempregados.

Qualquer semelhança com o passado não é mera coincidência, pois o círculo vicioso da informalidade que sempre esteve presente no mundo do trabalho brasileiro, não foi solucionado no passado. Sendo assim, os desarranjos estruturais do mercado de trabalho que é a porta de inserção na sociedade de consumo e dos direitos de cidadania se manifestam com maior intensidade. Contudo, nos momentos de crise, este cenário expõe de forma mais aguda os profundos contrastes intrínsecos às opções de desenvolvimento do país que não é homogêneo.

A partir das décadas de 80 e 90, com a pior conjuntura econômica da história, o Brasil ficou estagnado, sem conseguir crescimento econômico sustentado e a geração de empregos ficou comprometida, pois o Estado que durante os últimos trinta anos que antecederam a década de 1980, era o vetor do desenvolvimento do país, estava envolto com a crise de financiamento das atividades públicas, o endividamento externo e a democracia frágil, após anos de ditadura militar e sucessivos planos econômicos que malograram. Logo, as políticas

liberalizantes dos anos 90 não eram as mais adequadas para gerar oportunidades de emprego como havia ocorrido no passado na época em que vigorou o projeto nacional desenvolvimentista.

O Plano Real proporcionou um cenário de estabilidade monetária, inibindo a inflação e criando uma moeda forte, o que foi salutar. Porém, segundo seus mentores, era preciso que a sociedade optasse entre a estabilidade e o crescimento econômico. Foi neste momento de impasse, que o Brasil conheceu as maiores taxas de desemprego de todos os tempos que não poupou ninguém, até a classe média composta de trabalhadores mais instruídos, foi afrontada pela recessão e, por conseguinte, o desemprego. As políticas macroeconômicas do período priorizavam a sobrevalorização cambial, as elevadas taxas de juros e a abertura comercial, o que contribuiu para aquele cenário.

São Paulo, sempre vista com orgulho, pelos brasileiros e estrangeiros, como a terra das oportunidades de trabalho e a cidade que não pode parar, sendo a locomotiva de um país continental, também não resistiu à crise: fábricas fecharam ou saíram da Grande São Paulo, aproveitando-se da “guerra fiscal” e estabelecimentos comerciais foram desativados. A circunstância mais triste, na profunda recessão dos anos 90, ficou evidente nas poucas empresas que ainda contratavam. A esperança de milhares de trabalhadores ficava restrita às enormes filas para conseguir uma vaga por intermédio do Centro de Solidariedade (Central Força Sindical). Muitos eram chamados, porém poucos os escolhidos. Com a pequena oferta de oportunidades e diante da massa de trabalhadores desempregados, a situação ficou cada vez mais dramática para a classe trabalhadora.

São Paulo e seu cordão industrial foram as maiores vítimas da crise, que se tornou quase permanente em razão da exacerbação inflacionária, devida ao fracasso do Plano Cruzado, em 1986. O desemprego começou a se avolumar e a se tornar de longa duração, uma experiência inédita para uma geração acostumada com o “milagre econômico”. No fim da década de 1980, o saldo migratório para São Paulo havia diminuído tanto que se tornou negativo, ou seja, o número dos que abandonavam a capital passou a superar o dos que chegavam a ela.

Na década seguinte, a crise industrial foi aprofundada pela abertura do mercado interno às importações, iniciadas por Fernando Collor e continuada depois por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Este último, escancarou as portas do mercado com o intuito de conter a inflação por meio de uma avalanche de produtos industriais importados de baixo preço. O Plano Real atingiu o seu objetivo, em 1994, ao provocar drástica queda da inflação. A perda de margem de lucro obrigou muitas indústrias a fechar suas portas e as restantes a cortar custos sem piedade, o que significava principalmente demitir mão-de-obra. (SINGER, 2004, p. 223)

Para completar o cenário adverso, a cidade de São Paulo concentrou o maior número de miseráveis e de pessoas abaixo da linha da pobreza. Milhares de trabalhadores sobreviviam com baixa remuneração e com o fim do seguro desemprego, este conjunto expressivo de

trabalhadores viu definhar, definitivamente, seus poucos recursos financeiros.

O Estado não tinha políticas de longo alcance para gerar algum tipo de auxílio financeiro para os desempregados. Como se não bastasse, estes eram identificados por setores do governo como massa desqualificada que dificilmente conseguiria voltar ao mercado e deveriam se inscrever nos programas de requalificação profissional, ou retornar para os bancos escolares. Na visão liberal conservadora que predominou no país no decorrer da década de 90. Os empregos existiam para os trabalhadores que investissem na sua formação, ou seja, para os qualificados não existia desemprego, portanto a situação de desocupação era atribuída ao “despreparo” da mão de obra, jamais associado à inoperância do Estado e às suas políticas macroeconômicas. Mesmo diante da retórica das autoridades encasteladas em Brasília o desemprego não deu tréguas e a informalidade aumentou, sobretudo, nas metrópoles.

Motivo pelo qual os setores informais e a informalidade grassaram em São Paulo, aumentando a concorrência entre os trabalhadores para realizar qualquer atividade. Percebe-se então, como a principal cidade brasileira estava despreparada para administrar esta situação, pois não havia políticas sociais de âmbito local para atender às emergências relacionadas ao desemprego, sem esquecer obviamente, as responsabilidades atribuídas ao governo federal que fazia a gestão das políticas macroeconômicas (juros, câmbios, abertura da economia, etc.) que definem se o país vai gerar mais ou menos empregos.

Ademais, o governo municipal não conseguiu disciplinar o contingente de trabalhadores na economia informal de rua. Com o aumento das taxas mensais de desempregados, aumentavam também as pessoas sobrevivendo na economia informal, que, de atividade temporária, passou a ser permanente, perante as pouquíssimas possibilidades de retornar ao mercado formal de trabalho em curto prazo. Alias a única ação concreta dos governantes principalmente os prefeitos vinculados com os partidos tradicionais e conservadores eram o repúdio com referência ao trabalho informal que se tornou caso de polícia.

3.8 As propostas da Associação Viva o Centro com relação aos camelôs

Na concepção de revitalização do centro histórico da cidade de São Paulo, proposta pelos gestores da Associação Viva o Centro, não existe espaço para o desenvolvimento das atividades articuladas com a economia informal nos logradouros. Os motivos assim, na visão ideológica dos empresários congregados na Viva o Centro, apontavam que os camelôs representavam um problema. Segundo os empresários, eles invadem os espaços públicos para comercializar suas mercadorias, são contumazes sonegadores de impostos, envolvem-se com o contrabando, são receptores de produtos roubados, atraem para a região central meliantes, corrompem membros da administração pública e prejudicam, sobretudo, o comércio legalizado, além da violência contra o ambiente urbano.

Perante os percalços impostos pelo comércio informal de rua, seguramente na opinião da direção da Viva o Centro, o maior obstáculo para requalificar o degradado centro histórico está associado com a crescente presença dos camelôs. Os trabalhadores informais foram escolhidos como os inimigos da modernização do centro monumental, por meio desse elenco de fatores desabonadores. Do ponto de vista dos capitalistas, justificam-se as atitudes geralmente violentas do “rapa”, fiscalização geralmente truculenta da guarda municipal e da polícia militar que constantemente são convocados para “limpar a área”, invariavelmente entrando em confronto com os trabalhadores da economia informal. A revitalização, tão proferida pelos investidores interessados no centro, significa a higienização do território. Consideram que o principal grupo de resistência às transformações do centro, no âmbito da circulação e mobilidade nas ruas, são os ambulantes.

Para muitos empresários, urbanistas, arquitetos e paisagistas, o centro é a sala de visitas da cidade. Logo, deve parecer como um cartão postal, para ser agradável aos visitantes e hospitaleiro - condição elementar para uma cidade global do século XXI. A cidade de São Paulo deve apresentar-se como um modelo, pelo menos na sua área central, pois está em jogo a receptividade, principalmente no que diz respeito ao turismo de negócios que conquistou importante dimensão nos últimos anos. Tudo o que atrapalha de alguma forma o progresso da cidade, precisa ser removido ou escondido, como os trabalhadores informais que são legítimos representantes do antagonismo da beleza paisagística e mais do que isso, da fluidez e circulação da metrópole da era global.

A sua presença na cidade é recente, intensa e muitas vezes agressiva. Recentemente porque a sua multiplicação por todos os cantos da metrópole é fenômeno dos últimos dez anos, coincidindo com a longa recessão da economia brasileira. Agressiva por que

a cidade sofre com a sua presença indisciplinada e muitas vezes predatória. (O COMÉRCIO INFORMAL DE RUA E A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO, 1994, p. 6).

Não obstante, a presença da classe trabalhadora no centro da cidade está concatenada ao processo de urbanização de São Paulo. Aliás, durante décadas, predominou nas ruas, praças e becos da cidade, justamente o comércio ambulante, cristalizado pelos negros de ganho (escravos urbanos com relativa liberdade para exercer seus ofícios ou vender mercadorias nos logradouros, cuja renda auferida ao final da jornada deveria ser dividida com o seu senhor). Portanto o fenômeno da informalidade há muito está introduzido na paisagem da cidade. Obviamente no século XIX e primeiras décadas do século XX, não existia o conceito de informalidade para identificar o comércio nas ruas, pois este conceito reporta-se aos anos 60. Porém, a marcante presença desses trabalhadores na paisagem corresponde à própria história da cidade de São Paulo.

É importante frisar que o comportamento dos capitalistas de repulsa com referência ao comércio informal de rua não teve o seu início com a fundação da Associação Viva o Centro na primeira metade dos anos 90. Os argumentos para expulsar os trabalhadores das vias públicas, foram articulados nas primeiras décadas do século XX, por exemplo: as campanhas de higienização, os projetos urbanísticos, sem esquecer os conceitos de eugenia, em síntese um conjunto sistematizado de políticas para retirar as classes subordinadas do espaço central da cidade. Porém a retórica recorrente dos empresários na década de 90 é embasada no conceito de revitalização do espaço central e, para tal empreitada, é mais do que necessário eliminar o comércio ambulante da rua.

Um deles é a realização de uma lógica presente nas cidades capitalistas sob varias sínteses: a transformação urbana do outro centro elitizado, que sofreu, a partir das primeiras décadas do século, um processo de heterogeneização de funções e crescente deterioração, concomitante à intensificação de seu uso por parte das classes populares, constituídas principalmente pelos migrantes nacionais, vindos notadamente do Nordeste. (FRÚGOLI, 1995, p. 70).

Até então, na primeira metade do século XX, o centro era o espaço privilegiado da cidade, reservado para a elite, ou seja, representava em linhas gerais, o consumo e o lazer, manifestado pelo cinema e pelo teatro, dentre outras atividades culturais. Estavam nos arredores do centro os imóveis mais valorizados, as lojas mais elegantes, sempre com novidades importadas, sem deixar de lado os equipamentos públicos mais importantes, com absoluto destaque para as casas bancárias.

Todavia, a opção de “abandonar” o centro histórico, foi da classe abastada que privilegiou a aliança política com o poder público, favorecendo as prioridades elencadas pelo

capitalismo industrial e, posteriormente financeiro, perante intensa especulação imobiliária, sempre em conexão com os conceitos de fluxo e circulação de pessoas e mercadorias o que fomentou a desvinculação do centro antigo, pelas novas centralidades. Em síntese, aumentaram, sobretudo as taxas de rentabilidade do capital investido nas constantes reformas urbanas do difundido e conhecido “constrói, (re)constrói, abre avenida, faz túnel, aloja os trabalhadores em moradias precárias”, pois, a cidade de São Paulo é um enorme canteiro de obras intermináveis e não pode parar.

Naquele período, segunda metade do século XX, o centro tradicional já era dotado de ampla infraestrutura, como vias carroçáveis, áreas comerciais, residenciais, repartições públicas, espaços destinados ao lazer, etc. Com a saída abrupta da elite, o espaço começou a ficar ocioso, justamente no momento em que se constituem expressivos investimentos diretos na produção das indústrias de transformação, construção civil e prestação de serviços, contribuindo para atrair mão de obra imigrante, com ênfase para os nordestinos que chegavam à cidade de São Paulo, seduzidos pelas ofertas de emprego, que era uma realidade para os trabalhadores com baixa qualificação e escolaridade durante a consolidação do modelo nacional desenvolvimentista (1930 até 1980).

Porém, o mercado de trabalho não conseguiu formalizar todos os trabalhadores que chegavam à Grande São Paulo; logo milhares viram-se diante das inúmeras vicissitudes proporcionadas pela falta de oportunidades, o que era sonho de uma vida melhor tornava-se desilusão, como por exemplo, regressarem para a terra natal sem conquistar nada. Para muitos isto seria extremamente humilhante e grande contingente de trabalhadores partiu para o comércio informal de rua.

Sobre a relação entre os camelôs e o desemprego nos anos 90, a versão difundida pela Associação Viva o Centro afirmava, por meio das suas publicações, não existir vínculo, ou melhor, os camelôs faziam as suas escolhas de trabalhar nas ruas apesar das alternativas de trabalho ao alcance de todos que procurassem.

O comércio informal de rua é vulgarmente justificado como uma alternativa possível e menos cruel ao desemprego alimentado pela recessão econômica. Com efeito, pesquisado do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), de 1992, revela que 31% dos camelôs de São Paulo estão na atividade a menos de dois anos, o que corresponde ao agravamento recente da situação econômica. A maior parte 42%, provem da indústria, setor mais atingido pelas demissões. Mas é preciso considerar que uma parcela desse continente escolheu o comércio de rua não como sucedâneo possível ao emprego perdido, mas simplesmente para melhorar de vida. A mesma pesquisa informa que 81% dos entrevistados pretendem continuar como marreteiros, ao passo que 32% apenas trabalham como empregados para ganhar mais que na atual atividade. (O COMÉRCIO INFORMAL DE RUA E A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO, 1994, p. 8).

Nesses termos, ficou revelado na pesquisa o antagonismo, pois afirma que “42% dos camelôs provêm da indústria”, ou seja, o setor que sempre se caracterizou por gerar postos de trabalho qualificados e de melhor remuneração, quando comparado com o segmento de serviços. Há fortes indícios de que a profunda recessão dos anos 90 tenha lançado os trabalhadores desempregados, com dificuldades para conquistar um novo posto de emprego com carteira assinada, na economia informal; logo, não se trata de alternativa ou escolha, é justamente a falta de opções, cristalizada na luta cotidiana pela sobrevivência na grande cidade, em uma sociedade que marginaliza os desempregados, culpando-os pelo próprio infortúnio.

Ainda no que diz respeito à pesquisa, ao apontar que “81% dos entrevistados pretendem continuar como marreteiros” parece óbvio que os trabalhadores que labutam no comércio informal de rua, mesmo perante a insegurança e a vulnerabilidade do exercício das suas atividades, não trocariam a rua por um salário menor nas empresas, em nítida comparação com os rendimentos auferidos no trabalho informal ou autônomo, no qual fica explícita a preferência pela liberdade para trabalhar sem a pressão comumente orquestrada nas empresas tipicamente capitalistas, onde há excessivo rigor disciplinar, exigência de produção além das possibilidades físicas dos trabalhadores, o que gera por sua vez, doenças ocupacionais entre outros atributos despóticos que cerceiam a liberdade dos empregados.

A evolução do emprego formal – reconhecido como o melhor tipo de ocupação em termos de qualidade e remuneração – deve ser analisada em São Paulo, nos anos 90, por meio da criação e destruição dos postos de trabalho. Enquanto na década de 1980 a evolução média anual foi positiva, de 2,2%, nos anos 90 foi negativa de – 17,8%. No setor de comércio e serviços, o desempenho mostrou-se positivo, mas nos setores da construção civil, da indústria de transformação e da indústria de utilidade pública a evolução do emprego formal apresentou queda. (POCHMANN, 2001, p. 113).

O impacto da recessão econômica e a reestruturação produtiva além da mudança no perfil socioeconômico da cidade de São Paulo, através da desconcentração industrial e a expansão do setor de comércio e de serviços, impõe novas exigências e pré-requisitos para os trabalhadores ingressarem ou permanecerem no mercado de trabalho. O baixo nível de escolaridade e qualificação da mão de obra brasileira representa obstáculos para conseguir se empregar. Além disso, o maior número de postos de trabalho abertos no decorrer dos anos 90 esteve associado aos serviços de limpeza (asseio e conservação), vendedores, balconistas, seguranças, porteiros, zeladores, motoristas, operadores de telemarketing, sem esquecer a prestação de serviços para as famílias tais como: doméstica, babá, *personal trainer*, diaristas, dentre outras profissões que surgiram no segmento de serviços e que tradicionalmente proporcionam remuneração abaixo dos vencimentos pagos no setor secundário.

Em virtude das elevadas taxas de desemprego, as poucas vagas disponíveis significaram enorme concorrência entre os trabalhadores para conquistar o emprego formal, porém a excessiva demanda pelos empregos aumentou o poder de barganha dos empregadores que tinham a prerrogativa de contratar os trabalhadores mais qualificados para exercer determinadas funções que não exigiam muita qualificação, por serem profissões rotineiras nas empresas. Além de tomarem a iniciativa de propor juntamente com o governo federal medida que reduzissem os direitos dos trabalhadores, denominados “flexibilização das leis trabalhistas”, dentre outras iniciativas para reduzir os custos da folha de pagamento em uma conjuntura em que os assalariados formalizados estavam na defensiva, diante de milhares de desempregados ou subempregados disponíveis no mercado de trabalho que poderiam ser contratados pelos empresários no tradicional e precário sistema de rotatividade da mão de obra.

Posição na Ocupação	1990	1994	1998	1999
Assalariados em Empresas com até 5 empregados	5,6	6,1	6,4	6,4
Com carteira assinada	2,8	2,6	2,6	2,6
Sem carteira assinada	2,8	3,5	3,8	3,9
Ass. sem carteira assinada em empresas com mais de 5 empregados	5,1	6,8	8,1	8,4
Total de empregador c/até 5 empregados e dono de negócio familiar	4,1	5,4	5,5	5,4
Empregador de empresas com até 5 empregados	2,5	2,8	3,0	2,8
Dono de negócio familiar	1,6	2,7	2,5	2,6
Autônomos	14,2	15,8	17,7	17,9
Que trabalham para o público	8,7	8,6	9,9	9,6
Que trabalham para empresas	5,5	7,7	7,9	8,3
Empregados domésticos	6,1	7,4	8,6	9,1
Trabalhadores familiares	1,2	1,7	1,8	1,6
Subtotal	36,3	43,2	48,2	48,8
Ocupados não relacionados acima (1)	63,7	56,8	51,8	51,2
Ocupados Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 7- Distribuição dos ocupados que moram ou trabalham no Município de São Paulo segundo posição na ocupação da Região Metropolitana de São Paulo – 1990-1999 (%)
 Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

O baixo dinamismo econômico repercutiu nas relações de trabalho, pois o setor tipicamente capitalista não conseguiu ofertar vagas para os trabalhadores, muito pelo contrário, o quadro era desalentador. A cada nova pesquisa divulgada, principalmente pela Fundação SEADE em parceria com o DIEESE, os índices, no decorrer da década de 1990, ficaram sempre acima dos dois dígitos, motivo pelo qual, o quadro acima sinaliza a evolução

dos trabalhadores sem carteira assinada, dos autônomos, dos negócios familiares, a constante elevação do séquito de serviçais trabalhando exclusivamente para as famílias e o aumento significativo do exército de reserva e da própria exclusão social representado por aquelas pessoas que mesmo na hipótese da economia crescer, já não reuniam mais condições de se empregar.

Parece óbvio que o tradicional desaguadouro dos trabalhadores dispensados das indústrias de transformação e do setor primário, tinha no passado, como referência, o retorno no mercado de trabalho, geralmente tendo como porta de entrada o setor terciário (comércio e serviços). Porém, nos anos 90, essa avaliação não é válida, pois mesmo sendo o segmento que mais contratou no período, o saldo não foi suficiente para absorver os milhares de desempregados oriundos da indústria e até do setor primário. É digno de nota que o terciário também passou por uma revolução com a introdução das novas tecnologias poupadoras de mão de obra, o que proporcionou o enxugamento do quadro de funcionários e também intenso processo de precarização cristalizados em novas formas de contratação, terceirização, cooperativas, prestadores de serviços, temporários, etc.

No Brasil, o trabalhador assalariado não pode permanecer por longo período aguardando uma nova oportunidade de conseguir um emprego com carteira assinada pelo arrazoado motivo das políticas de proteção aos desempregados serem seletivas, restritivas e de curto prazo, grosso modo, sempre associadas com o núcleo de proletários protegidos pela legislação. Sendo assim, somente 50% da População Economicamente Ativa (PEA) têm acesso ao seguro desemprego, FGTS, aviso prévio, férias e 13º salário, entre outros benefícios além de conquistas que abrangem apenas os trabalhadores com carteira assinada. Outro dado importante é manifestado através da elevadíssima rotatividade da mão de obra, pois aproximadamente 44% dos trabalhadores são demitidos ou pedem demissão antes de completar o primeiro ano na empresa.

Com o intenso desassalariamento e desindustrialização, ficou evidente o aumento desmesurado da informalidade nas ruas da metrópole terciária: trabalhadores que outrora atuavam formalizados, não conseguiram retornar ao mercado; jovens não obtinham uma primeira oportunidade, pela falta de vagas ou experiência, e as empresas por sua vez, trabalhavam com metas de racionalizar os custos, fortemente manifestadas nas planilhas e no enxugamento do quadro de funcionários. O termômetro do desemprego não era cristalizado somente nas pesquisas de instituições renomadas como SEADE, IBGE e o próprio DIEESE. Nas ruas, praça e faróis da cidade de São Paulo, acompanhando os índices de desemprego, aumentava o comércio informal de rua, sendo, na maioria dos casos, formado por um

contingente de trabalhadores sem esperança de dias melhores, desnudando a total precariedade do mundo do trabalho na cidade mais rica do país, no qual o seu centro tradicional era o espaço mais cobiçado pela massa vítima do desemprego.

O crescimento recente das ocupações do setor informal no Brasil, em particular a RMSP, pode ser explicado pelas grandes mudanças estruturais e pela instabilidade macroeconômica que compeliram as empresas a um grande esforço de reestruturação e geraram expressivas mudanças no mercado de trabalho. As transformações estruturais dos anos 90 estão associadas à intensa abertura comercial e as mudanças na forma de atuação do Estado na economia. Tais transformações aumentaram a concorrência externa e induziram a indústria brasileira a um processo de reestruturação produtiva (terceirização, downsizing, etc.) Já o quadro macroeconômico de instabilidade está caracterizado predominantemente por sobrevalorização cambial, taxas de juros elevadíssimas, deterioração das finanças públicas e baixo crescimento econômico. (PAMPLONA, 2004, p. 318).

A exclusão social não representa uma novidade em São Paulo, cidade responsável pelo quinto orçamento público nacional – que até o início da década de 80, gerou constantes oportunidades de emprego e renda no setor secundário e terciário para os migrantes e imigrantes que escolhiam São Paulo para viver e, por conseguinte, trabalhar. Infelizmente 30% da sua população, mesmo nas fases de estuendo crescimento, durante o “milagre econômico” de 1968-1973, no decorrer da ditadura militar, em que houve superexploração da mão de obra, e os ganhos de produtividade ficaram concentrados através dos baixos salários e da restrição aos direitos da classe trabalhadora.

Ganhou notoriedade o livro: “São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza”, um estudo realizado pelo CEBRAP, encomendado pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. A pesquisa, em linhas gerais, destacou que as elevadas taxas de produtividade deixaram de ser distribuídas de forma universal para o conjunto da sociedade, no fim do malogrado “milagre econômico”. Sendo assim, a pesquisa sinalizou de forma esclarecedora que após o período de elevadas taxas de produtividade, as mesmas foram apropriadas pelos capitalistas. A classe que vivia do trabalho e era superexplorada encontrava-se em péssimas condições de vida, bastando observar os resultados socioeconômicos com ênfase no mercado de trabalho, educação, habitação, transporte, saúde e alimentação, para constatar que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu rapidamente durante o regime militar. Entretanto os trabalhadores do principal polo econômico do país, a Grande São Paulo, participaram da festa do crescimento como mão de obra mal remunerada e com direitos sociais limitados.

O achatamento dos salários e a supressão das poucas conquistas nos campos trabalhista e social faziam parte do conjunto de medidas adotadas pelos militares associados com os interesses dos capitalistas para aumentar as taxas de lucros, extraindo o máximo da

classe operária.

Nos anos 90, viveu-se a mais profunda crise econômica da história do Brasil. A cidade de São Paulo absorveu de forma peculiar a agenda de ações neoliberais no âmbito macroeconômico. Os impactos da desindustrialização e desassalariamento tiveram forte repercussão, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo DIEESE e a Fundação SEADE. No final dos anos 90, eram contabilizados 800 mil desempregados somente na cidade de São Paulo, não considerando os números da Região Metropolitana que também era desanimador.

No final da década de 90 a situação dos trabalhadores era dasalentadora, pois havia sido introduzido o arcabouço de políticas neoliberais,⁷⁰ e o governo federal naquela oportunidade seguia as orientações de bancos e agências de fomento internacionais, não havia interesse de construir um projeto autônomo, soberano e nacionalista de desenvolvimento como ocorreu no passado entre 1930-80, ocasião em que os setores produtivos e público geraram milhares de empregos e o país conseguiu desenvolver-se com destaque para o acelerado processo de industrialização e urbanização da sociedade.

Portanto as consequências das políticas liberais dos anos 90 foram catastróficas para o mundo do trabalho no Brasil. Em São Paulo especificamente, eram enormes as filas de desempregados em busca de uma oportunidade. As empresas de intermediação de trabalhadores possuíam em seus bancos de dados milhares de currículos, enquanto na porta das empresas predominava na placa de contratação o termo: “não há vagas”. Mais do que isso, segundo as pesquisas de emprego e desemprego realizadas no período pelo DIEESE aumentou, sobretudo o desemprego pelo desalento, mesmo dos trabalhadores que tinham mais ânimo para procurar uma colocação. Em síntese, perderam a esperança. Sem os empregos que garantem por pressuposto a inserção social digna, grassou na cidade de São Paulo a exclusão e aumentaram os índices de marginalidade principalmente entre os jovens que não conseguiam a primeira oportunidade no mercado, diante da crise.

É justamente neste contexto socioeconômico que a informalidade cresceu a olhos vistos com ênfase para a região central da cidade de São Paulo e outros espaços de grande fluxo de transeuntes. A situação que estava colocada era o que fazer para obter algum tipo de renda e garantir o sustento da família. A falta de expectativa e as desilusões com o mercado de trabalho que perdeu a capacidade de gerar novos empregos, sem dúvida empurrou para as ruas

⁷⁰ A visão neoliberal esvazia o debate do desenvolvimento nacional endógeno. A modernidade estaria na capacidade de se incluir, ainda que de forma subordinada, na economia globalizada. (THEODORO, 2004, p. 36).

centenas de milhares de trabalhadores que foram arriscar a “sorte” engrossando o já numeroso contingente de camelôs.

Com esta conjuntura desesperadora para os vendedores da força de trabalho na metrópole paulistana, ocorreu o constante aumento do setor informal. Quais eram as propostas da Associação Viva o Centro para o volumoso setor informal de rua, perante as elevadas taxas de desemprego?

Para atender, em primeiro lugar, ao interesse público, em sua acepção mais ampla, o comércio informal de rua de obrigatoriamente sair da rua, da praça, da calçada. Isso vale principalmente para o centro, local de grande concentração de pedestres onde o camelô incomoda e põem em risco a segurança das pessoas mais do que em outras partes da cidade. Naturalmente que o centro é o ponto preferido dos camelôs, mas, se o critério privilegiar o interesse público como estando acima dos interesses privados dos camelôs, ele terá de prevalecer. Não pode haver respeito ao interesse público se o espaço público é ocupado por atividades privadas onde o objeto primeiro é o lucro. (O COMÉRCIO INFORMAL DE RUA E A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO, 1994, p. 15 - 16).

O parágrafo acima demonstra que o ponto-de-vista predominante na associação Viva o Centro, com relação aos ambulantes no centro tradicional da cidade é a expulsão dos trabalhadores, por intermédio da Lei e da força, pois de acordo com as propostas de requalificação da região central, os ambulantes comprometem as transformações e a recuperação da paisagem. Em síntese, o trabalho informal de rua comprometia o amplo processo de revitalização da metrópole global que precisa dar uma resposta rápida aos capitalistas cuja preocupação com as questões sociais não passa de paliativo.

O encaminhamento da solução está na transformação do camelô em comerciante regularmente estabelecido, organizado em empreendimentos comerciais coletivos mais ou menos no estilo dos *shopping centers*, mas com estrutura simplificada e muito mais barata – os “*pop shopping*”. Estes seriam construídos através de uma parceria do poder público e da iniciativa privada. Cada região da cidade poderia ter o seu “*pop shopping*”. A sugestão é bastante simples, factível e ancorada na mesma lógica comercial dos *shoppings centers*. (O COMÉRCIO INFORMAL DE RUA E A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO, 1994, p. 16).

Esta iniciativa orquestrada pela Associação Viva o Centro, em parceria com o poder público, de concentrar os camelôs nos *pop centers* ou bolsões de comércio popular, não surtiu o efeito almejado, no que diz respeito ao plano de segregação dos trabalhadores informais em edifícios ociosos ou mesmo limitando as suas áreas de comercialização em algumas ruas ou praças previamente definidas pela administração pública municipal. Os ambulantes desenvolvem suas atividades nos espaços de maior circulação, pois precisam ficar em evidência para comercializar seus produtos, portanto, no caminho dos pedestres. Sendo assim qualquer política que os retire dos locais de grande fluxo, *a priori* está condenada ao fracasso.

Com referência ao Pop Center⁷¹, a título de ilustração, vale ressaltar a experiência no bairro do Brás, localizado próximo ao centro tradicional e que concentra um dinâmico comércio popular com vendas no atacado e varejo, além de uma forte e organizada presença dos camelôs. Nesta região foi desenvolvido um projeto piloto no final dos anos 90, o Pop Center do Brás, com a participação da Prefeitura, do Sindicato da Economia Informal e do Mart Brás (empresa responsável pela locação dos boxes para os camelôs).

Contudo, a iniciativa de alojar os ambulantes em espaços físicos fechados locando o espaço de comercialização, mostrou-se ineficaz, pois faltou o essencial: o fluxo de pessoas, os potenciais consumidores dos produtos dos camelôs. Em resumo, esta atividade comercial de rua é viabilizada através da circulação dos transeuntes entre as barracas dos trabalhadores informais, instaladas em locais estratégicos e, por conseguinte, garante a autossustentação do negócio nas ruas.

Poucos meses depois, o empreendimento estava parcialmente abandonando. A maioria dos estandes permanecia fechada; o que estavam em funcionamento dispunham para a venda as mesmas mercadorias que poderiam ser encontradas no bolsão do Largo da Concórdia ou em outras lojas próximas. Alguns estandes desocupados estavam sendo usados como guarda de mercadorias ou carrinhos. (GUERREIRO, 2000, p. 94).

Malogrou a ideia do Pop Center⁷², segundo a empresa responsável pela comercialização dos boxes, por falta de consumidores, além de a própria Prefeitura não haver cumprido a promessa de disponibilizar a infraestrutura no local. Para o Sindicato da Economia Informal, a ausência de empenho da Prefeitura, foi decisiva para o fracasso da constituição de simples camelôs em pequenos empresários legalizados, ou mesmo a formação de cooperativas dos trabalhadores informais que poderia ser uma alternativa viável na opinião dos trabalhadores.

Portanto segregar os camelôs não obteve resultado satisfatório, muito pelo contrário, causou mais indignação nos trabalhadores, pois a bancarrota do Pop Center do Brás, na concepção da empresa que administrava os boxes e também do Sindicato, deveu-se à falta de compromisso do poder público⁷³, que não assumiu a sua parte que era fundamental para atingir as metas positivas e alcançar o *status* de alternativa ao comércio informal de rua.

⁷¹ Com referência ao Pop Center do Brás, ver a dissertação de mestrado de Alexandre de Abreu Dallari Guerreiro - PUC/SP 2000.

⁷² O Pop Center foi inaugurado em 16 de Outubro de 1998. Porém um ano depois estava encerrando suas atividades.

⁷³ A função da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA era a regularização de estacionamentos de ônibus de excursão nas proximidades do Pop Center, a divulgação, e o remanejamento de linhas urbanas de transporte coletivo para próximo do local.

3.9 A legislação em questão: o informal legal e o ilegal

É conveniente frisar que o número de camelôs na cidade de São Paulo, mais precisamente no centro antigo, é uma incógnita. É visível a confusão das mensurações ao bel-prazer dos interessados envolvidos na peleja que disputam, envolvendo o trabalho informal na cidade de São Paulo. Para o Sindicato seriam 170 mil trabalhadores, enquanto a Secretaria das Administrações Regionais contabilizava 30 mil. Já os cadastrados, portadores do Termo de Permissão e Uso (TPU) não superavam 9.788.⁷⁴

Obviamente, para organizar as atividades desenvolvidas pelo comércio informal de rua, seria imprescindível, principalmente para os órgãos da Prefeitura, a identificação e a espacialização dos camelôs na cidade, com destaque para os locais de maior concentração da economia informal. O local preferido para exercer a informalidade, por vários motivos, é o centro cujo fluxo de pessoas, diariamente, aproxima-se dos dois milhões de cidadãos que, de um modo geral, movimentam o comércio informal.

Os camelôs cadastrados, portadores do Termo de Permissão de Uso (TPU) representavam na década de 90, no centro tradicional (distritos Sé e República), 892 camelôs autorizados pela prefeitura. Porém, o percentual de trabalhadores sem permissão superava seguramente os informais legalizados naquele espaço público.

Segundo a prefeitura de São Paulo, foram estimados em cerca de 10 mil a 15 mil os trabalhadores informais nos espaços públicos na subprefeitura da Sé, em 2006. Destes, apenas 1244 conseguiram o Termo de Permissão e Uso (TPU) no começo de 2003, número reduzido para 954 em 2006. Ou seja em torno de 90% estariam trabalhando clandestinamente [...].(A SITUAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL DE RUA NO CONTEXTO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO, 2007, p. 2).

O período circunscrito para esta pesquisa limita-se aos anos 90, porém, é importante ilustrar, com os dados acima mencionados e conforme os números mais atualizados, por intermédio do dossiê da organização Centro Vivo, que a maioria absoluta dos trabalhadores da economia informal não possui autorização para labutar nas vias públicas. Sendo assim, ficam em posição extremamente vulnerável perante os órgãos de repressão.

Em outras palavras, os camelôs são presas fáceis e prediletas dos agentes públicos inescrupulosos que não medem esforços para arrecadar propina dos trabalhadores, coagidos a contribuir com a “caixinha” dos fiscais que utilizam como álibi a velha máxima: “criar dificuldades para vender facilidades”. O ambulante não tem, aparentemente, saída honrosa

⁷⁴ Os números foram extraídos do documento final do *Workshop* “O comércio informal de rua e a requalificação do centro de São Paulo”, realizado em São Paulo em 19/05/94 com o patrocínio da Associação Viva o Centro.

perante esta situação: ou paga a propina, ou fica com os seus produtos confiscados pelo temido “rapa”; além disso, são proibidos de ocupar o espaço público. Diante dessa precariedade inúmeros camelôs pagam para trabalhar, mesmo indignados com as cobranças e ameaças dos que deveriam, no máximo, fiscalizar ou proteger a sociedade.

No final da década de 90, na gestão do prefeito Celso Pitta (1995-1999), o Ministério Público e uma Comissão Parlamentar realizaram uma ampla investigação que revelou uma poderosa “máfia das propinas”, arraigada no setor informal de rua, e que contava, naquela ocasião, com a presença de importantes membros dos poderes executivo e legislativo⁷⁵, além de servidores públicos de carreira. Ficou evidente que alguns líderes representantes dos trabalhadores tinham a atribuição de arrecadar as “mensalidades” dos colegas, e as repassavam aos chefes do amplo esquema de corrupção, articulado para lesar os trabalhadores do segmento informal.

A ambulante Aparecida Martins Santiago, presa em flagrante pela polícia prestou depoimento esclarecedor e decisivo. Confessou que era encarregada pela fiscalização de receber propina paga por cerca de 90 ambulantes. Toda a sexta-feira dirigia-se a um bar da Rua José Paulino, onde entregava o dinheiro a dois fiscais. “Eles falavam que repartiam o dinheiro com a equipe e que o resto ia para os grandões. Algumas vezes, ouvi falar que ia para o vereador Garib”, declarou. Segundo a ambulante, naquele mesmo bar compareceriam muitos outros ambulantes que tinham a mesma função que ela. “São Paulo toda paga propina”, desabafou. (CARDOSO, 2000, p. 112).

É público e notório que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da máfia das propinas ou máfia dos fiscais teve grande repercussão ao revelar, com riqueza de detalhes, o turbilhão manifestado pela corrupção que envolvia a então Administração Regional da Sé. É importante salientar que parcela considerável do “dinheiro sujo” era oriunda da extorsão contra os camelôs nas vias públicas.

Há denúncias de corrupção desde a gestão do prefeito Adhemar de Barros, nos idos anos 60, porém a CPI, no final da década de 90, foi determinante para evidenciar e dimensionar as artimanhas da arrecadação de propina que envolveu várias autoridades, de todos os escalões da administração municipal. As vítimas eram materializadas nos infortúnios dos trabalhadores que perderam seus postos de trabalho e sobreviviam nas ruas de forma vulnerável, sem conseguir regularizar sua situação, pois o trâmite do processo para obter, a título precário, o TPU, era tarefa difícil e dependia também de encontrar um “padrinho” com influência política para dar os encaminhamentos burocráticos.

Tem-se a impressão que estas dificuldades são propositais para os trabalhadores não

⁷⁵ Após a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre a “Máfia dos Fiscais” – o deputado Hanna Garib teve o seu mandato cassado. Eram necessários 48 votos dos parlamentares, entretanto Garib perdeu o mandato por 79 votos favoráveis, 8 votaram em branco e 2 nulos.

obterem o Termo de Permissão e Uso, provavelmente, evitando assim um número maior de camelôs nas ruas de forma legal, uma forma de disciplinar a atividade, limitando o número desses informais. Se a estratégia do poder público é essa, pode-se dizer que o seu efeito é nulo, pois os trabalhadores estão cientes das enormes dificuldades para conquistar o TPU; diante das exigências e das poucas vagas abertas, a maioria prefere arriscar-se como informal ilegal.

Há muito, o governo municipal busca formas para disciplinar a atividade. O Setor Informal Urbano da cidade de São Paulo através do Código de Posturas Municipais de 1886, já previa a autorização do poder público para comercializar nas ruas e praças da cidade. Desde então, todos os prefeitos elaboraram leis, decretos e normas, cujo objetivo tinha o caráter de disciplinar e organizar, e até mesmo excluir, em alguns casos, o volumoso comércio informal de rua. Dependendo da conjuntura socioeconômica do país, poderia até influenciar no seu recrudescimento ou na diminuição das taxas de informalidade e do desemprego propriamente dito.

Artigo/Ato/Lei/Decreto /Decreto-Lei/Portaria	Data de Promulgação	Principais Resoluções
Artigo 158 do Código de Posturas Municipais	06.10.1886	Institui a obrigatoriedade de obtenção de licença da Câmara Municipal e pagamento dos impostos para o exercício da atividade ambulante na cidade.
Lei nº 286	06.11.1896	Determina os valores dos impostos de Indústrias e Profissões. Seu Parágrafo 4º trata dos ambulantes.
Lei nº 292	27.11.1896	Estabelece o modo de fiscalizar o comércio ambulante: aqueles que não tiverem licença, ou que não tenham pago os impostos necessários, terão a mercadoria apreendida.
Ato nº 1.115	13.06.1936	Estabelece condições para licenciamento e renovação da licença; proíbe o comércio de relógios, medicamentos e explosivos. Permite “sinais audíveis, desde que não perturbem o sossego”.
Decreto – Lei nº 381	20.12.1946	Estabelece a necessidade de atestado de antecedentes da repartição policial para obtenção da licença.
Decreto nº 2.201	19.04.1953	Proíbe vendedores ambulantes na zona central do Município; na segunda e terceira zonas definidas por lei, autoriza somente o comércio de alimentos. Fixa critérios para prioridade das licenças.
Decreto nº 2.228	10.05.1953	Permite o trânsito de vendedores ambulantes em algumas ruas da região central desde que não estacionem

		ou vendam suas mercadorias.
Decreto nº 2.238	27.08.1953	Permite a venda de legumes e verduras na região central, no período da manhã, mas também proíbe o estacionamento dos vendedores.
Decreto nº 2.340	15.12.1953	Permite a comercialização de frutas nacionais em qualquer região da cidade (com exceção da zona central e praças), desde que adquiridas no Mercado Central.
Decreto nº 2.247	08.09.1953	Permite a permanência, na zona central, de vendedores de bilhetes de loteria, desde que aleijados ou inválidos.
Decreto nº 2.547	15.05.1954	Permite o estacionamento nas vias e logradouros públicos, de carrinhos destinados ao comércio de frutas, legumes e ovos em seis zonas de abastecimento.
Decreto nº 2.614	24.06.1954	Permite o estacionamento nas vias e logradouros públicos de carrinhos para a venda de sorvetes, refrescos e “outros produtos refrigerantes”.
Decreto nº 2.756	11.12.54	Autoriza, por vendedores licenciados, o comércio, durante um mês, de frutas secas em locais determinados.
Decreto nº 3.122	19.05.1956	Proíbe a fixação de ambulantes em qualquer ponto da cidade; determina que os preços dos produtos deverão ser obrigatoriamente menores do que o comércio estabelecido. Estabelece a cassação de licença de comerciantes condenados por crimes infames e com moléstias contagiosas.
Lei nº 5.201	29.05.1957	Proíbe a localização de vendedores ambulantes na região central, em frente às estações ferroviárias, rodoviárias e aeroportos.
Lei nº 5.325	02.09.1957	Exclui das vedações da Lei nº 5.201, os comerciantes de livro.
Lei nº 5.440	20.12.1957	Isenta de impostos, os comerciantes portadores de defeitos físicos de natureza grave, que deverão comprová-la por atestado. A eles, permite o estacionamento em pontos fixos, determinados pela Prefeitura.
Decreto nº 4.575	21.01.1960	Regulamenta e emissão da licença de vendedor ambulante de capacidade física reduzida: além do atestado médico, também atestado de pobreza e de bons antecedentes são exigidos.
Decreto nº 4.602	17.02.1960	Designa locais para a instalação de barracas ou bancas destinadas à venda de flores e plantas naturais em praças e nas ruas da cidade.

Decreto nº 4.696	29.04.1960	Considerando que em torno do assunto “vem sendo levantadas graves imputações” e seguindo a opinião da Comissão Especial de Inquérito instituída para apurar responsabilidades, suspende todo e qualquer licenciamento para comércio ambulante na cidade, excluindo os já admitidos.
Decreto nº 11.214	08.10.1974	Regulamenta o comércio ambulante, proibindo sua localização na região central e a comercialização de bebidas alcoólicas, joias e medicamentos. O atestado de pobreza continua a ser documento exigido para emissão de licença. Os ambulantes que utilizarem equipamentos de tração motora poderão contar com um auxiliar registrado.
Decreto nº 14.027	19.11.1976	Institui as ruas de pedestres e determina o remanejamento dos pontos de comércio ambulante.
Decreto nº 14.369	25.02.1977	Institui na região da Administração Regional da Sé, as áreas de atuação, destinadas a localizar os ambulantes portadores de defeitos físicos.
Decreto nº 19.474	14.02.1984	Permite o comércio ambulante por sexagenários e deficientes nas áreas de atuação e somente por deficientes físicos nas ruas de pedestres. Padroniza os equipamentos em dois tipos e dispensa a apresentação de atestados de pobreza para a concessão de licença.
Decreto nº 19.475	14.02.1984	Cria os bolsões de comércio com pontos fixos. Os locais e números de pontos em cada um ficam a cargo das Administrações Regionais. Padroniza os equipamentos em dois tipos e permite os comerciantes a terem empregados.
Decreto nº 21.994	10.03.1986	Proíbe o comércio ambulante na região central da cidade. Delega ao Conselho Municipal da Pessoa Deficiente a competência de estabelecer as áreas de atuação para sexagenários e deficientes que recebem uma autorização especial.
Decreto nº 23.222	18.12.1986	Proíbe a localização de vendedores ambulantes na zona da Administração Regional da Sé.
Decreto nº 27.619	04.01.1989	Categoriza os ambulantes conforme a sua condição física e pela forma de exercer sua atividade. Institui a criação, em cada Administração Regional, de uma Comissão Permanente do Ambulante.
Decreto nº 27.660	22.02.1989	Delega às administrações Regionais a competência para

		decidir os assuntos relativos ao comércio ambulante. Proíbe-o nas ruas Direita e São Bento.
Lei nº 11.039	23.10.1991	Disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos de São Paulo. Permite um empregado que auxilie o ambulante conforme sua condição física.
Decreto nº 33.398	14.07.1993	Regulamenta o comércio ambulante na cidade, instituindo critérios sobre pontos. Permite até dois auxiliares por ambulantes conforme a sua condição física.
Lei nº 11.405	09.09.1993	Proíbe o comércio ambulante próximo a hospitais, casas de saúde e prontos socorros.
Decreto nº 37.054	04.09.1997	Institui na região central da cidade, os bolsões de comércio ambulante e determina que a Secretaria das Administrações Regionais padronize seus equipamentos e determine a quantidade e disposição de pontos de cada um deles.
Decreto nº 37.143	04.11.1997	Implanta bolsões provisórios até que a Secretaria das Administrações Regionais apresente projeto definitivo.
Portaria 002/AR-Sé/98	11.02.1998	Divulga a relação dos bolsões a serem implantados e a quantidade de pontos fixos em cada um deles.
Decreto nº 37.328	16.02.1998	Delega competência ao Secretário das Administrações Regionais para celebrar Termos de Cooperação com iniciativa privada para doação, instalação e manutenção de equipamentos para os bolsões.
Portaria 860/SAR/GAB	03.05.1998	Apresenta os projetos de implantação dos bolsões e os equipamentos a serem utilizados.

Quadro 8 - Sobre a legislação municipal com referência ao comércio ambulante

Fonte: Guerreiro, A. "Pop Center do Brás de comerciantes nas ruas a estabelecidos no comércio popular", 2000, p. 44-46.

Obviamente, é necessário que exista uma legislação específica visando a legalização dos trabalhadores informais na cidade, desde que a mesma seja amplamente debatida, levando em consideração a opinião dos maiores interessados, no caso, os trabalhadores da economia informal urbana. Além disso, é necessária a participação do poder público nas esferas do executivo, legislativo e da própria justiça e fóruns democráticos com a participação de todos os atores sociais preocupados com a recuperação do território central da cidade, desde que não percam de vista as questões inerentes à cidadania e ao direito de todos trabalharem com dignidade.

A tarefa parece não ser fácil, pois em períodos em que predominam a tríade, baixo crescimento econômico, recessão e desemprego, há uma tendência inexorável do aumento do contingente informal nas ruas, diante das esparsas e limitadas políticas de proteção social, com relação aos trabalhadores mais vulneráveis. As respostas da sociedade, referentes à exclusão no Brasil, ainda são muito tímidas e cercadas de estereótipos historicamente construídos que se tornaram verdadeiros mitos e servem para rotular aquelas pessoas com dificuldade no mercado de trabalho com a vadiagem do passado ou os “inimpregavéis” da década de 1990, nas palavras do sociólogo que presidiu o país durante dois mandatos Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Portanto cabe uma pergunta: será a Lei suficiente para “colocar ordem na casa”? Desde 1886, o legislador realiza inúmeras tentativas para ordenar ou eliminar os camelôs das vias públicas, através do rigor da legislação. De um modo geral, todos os prefeitos tomaram a iniciativa de enviar à Câmara, algum projeto que versasse sobre a informalidade, além das proposituras advindas dos vereadores. Em síntese, o que não faltaram ao longo desses anos, foram Leis, Decretos e Portarias sobre o trabalho informal, com destaque para o centro da cidade, região mais propícia para o desenvolvimento da economia informal.

Seja como for, na luta pelo direito à cidadania, historicamente, a situação dos camelôs nunca foi fácil, muito pelo contrário, a repressão não se limitava à legislação. Era factível a ação das tropas da polícia, da guarda municipal e dos fiscais do “rapa” para limpar e retirar os ambulantes não portadores do termo de permissão e uso (TPU) cuja concessão é restrita. A maioria dos trabalhadores fica em situação de “irregularidade”, logo, são presas fáceis do sistema de corrupção que sempre vem à baila pela imprensa, contando com a participação de funcionários públicos inescrupulosos.

Afinal, quem de fato lucra com o comércio informal de rua que, na atual conjuntura, ganhou um grau de sofisticação associado com o processo de internacionalização da economia? Analisar quais são os meandros para as mercadorias, oriundas do Sudeste Asiático e das empresas ilegais que atuam no território nacional chegarem às mãos dos camelôs da Rua 25 de Março ou da Praça da República, envolvem uma ampla rede de importadores, distribuidores, depósitos e intermediários. Em suma, toda uma logística de abastecimento dos pontos de venda dos camelôs que movimenta milhões de reais.

Além do mais, segundo informações da própria polícia, a maioria dos produtos comercializados na economia informal de rua, tem procedência duvidosa, ou melhor, supõe-se que sejam oriundos de contrabandos, pirataria e cargas roubadas, dentre outras ilegalidades que são do conhecimento público. Sem delongas, estas modalidades de delitos só prosperam

com a participação dos agentes que recebem remuneração para impedir o contrabando, já que as mercadorias entram no país pelos portos e pela fronteira. Portanto, não é segredo que as “autoridades” fazem vista grossa, mediante alguma vantagem de ordem pessoal. Fica explícita, que sem a colaboração de pessoas infiltradas nos órgãos fiscalizadores do Estado, seria pouco provável a formação da rede de abastecimento que contribui significativamente com a diversificação de produtos disponibilizados para o mundo da informalidade nas ruas da cidade.

Diante destas circunstâncias, os alvos mais evidentes da repressão são os trabalhadores do comércio informal de rua, ora vistos com complacência pela população perante a grave crise de emprego da década de 90 e em outras ocasiões, são enxergados como empecilho para o livre fluxo e circulação dos transeuntes sempre apressados no centro da cidade e responsabilizados pelo caos urbano naquela região.

O que fazer para equilibrar os interesses tão díspares em uma cidade que deve contemplar a empresa transnacional do segmento financeiro com interesse na valorização e requalificação do centro da cidade? Os comerciantes legalizados argumentam que pagam os seus impostos e sofrem concorrência desleal dos camelôs. Estes, por sua vez, são trabalhadores em sua ampla maioria, sumariamente eliminados pela reestruturação produtiva e pelo baixo crescimento econômico; entretanto, também têm o direito de trabalhar para sobreviver na cidade global.

CAPÍTULO IV – A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO, INFORMALIDADE E OS SINDICATOS

4.1 A trajetória do movimento sindical a partir do novo sindicalismo e o surgimento da CUT e da Força Sindical

Neste capítulo será resgatado brevemente o florescimento do novo sindicalismo no final dos anos 70, pois é justamente através das ações encadeadas pelo sindicalismo combativo que foram determinadas a ideologia predominante, de maneira mais explícita no decorrer das décadas de 80 e 90 no movimento sindical, cristalizando um verdadeiro divisor de águas, pois de um lado estavam os sindicatos simpatizantes das propostas do grupo político que no início dos anos 80 fundaria a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A postura dessas lideranças era caracterizada pela combatividade na organização dos trabalhadores no chão das fábricas, questionavam com veemência a superexploração da mão de obra, além de criticar o modelo sindical corporativo, herança da ditadura do presidente Getúlio Vargas na década de 30, que caracterizava os sindicatos como órgãos de colaboração de classe atuando em sintonia com o Estado, sendo enquadrado por meio da legislação que restringia sua liberdade de atuação. Portanto, os sindicatos na sua maioria eram entidades cartoriais, dependentes do reconhecimento do Ministério do Trabalho. Mais que isso, do ponto de vista financeiro são atrelados aos impostos compulsórios, por exemplo: imposto sindical, taxa confederativa e taxa assistencial.

Esta ampla estrutura arquitetada pelo Estado na opinião dos sindicalistas combativos limitava, sobretudo os sindicatos mais atuantes, pois predominavam no conjunto do movimento sindical de então (anos 70 e 80) os dirigentes sindicais pelegos, sem compromisso com a classe trabalhadora e que se aliavam aos patrões e o Estado, grosso modo, abandonando o trabalho de base.

Por outro lado, para minorar a influência dos sindicatos combativos, os sindicalistas tradicionais passaram a se aglutinar para defender seus interesses, dentre eles, manterem-se nas estruturas do movimento sindical, posicionando-se de forma antagônica às práticas sindicais que surgiram com todo ímpeto na região do ABC e que tiveram bastante repercussão no sindicalismo brasileiro. Sendo assim, muitos sindicalistas acomodados nos aparelhos sindicais foram defenestrados pelos trabalhadores que se organizavam nas oposições sindicais.

Era justamente esta posição mais radical dos sindicalistas combativos que incomodava os setores mais arraigados na máquina sindical, além obviamente da intenção de fundar uma central dos trabalhadores para solidificar a hegemonia no seio do movimento sindical.

Todavia, para cercear o crescimento da CUT no decorrer dos anos 80, o contraponto era o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que havia contribuído de maneira significativa com o governo militar. Este sindicato era o mais importante e estratégico do Brasil, portanto sofreu a intervenção dos militares, e no período de redemocratização da sociedade brasileira as forças de oposição não conseguiram ganhar as eleições neste sindicato que continuou nas mãos de pessoas vinculadas aos empresários e com visão distinta da prática sindical “cutista”.

O sindicalismo de resultados teve início na gestão do Sr. Luis Antonio de Medeiros⁷⁶, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quando este ganhou as eleições em 1987. Esta vitória significou para o sindicalismo brasileiro a introdução do sindicalismo de resultados, semelhante ao sindicalismo praticado nos Estados Unidos, no qual há sempre uma convergência de interesses entre os empresários e a cúpula do sindicato que faz questão de negociar as reivindicações do dia-a-dia, enquanto as críticas e propostas para alterar ou suprimir o sistema capitalista são eliminadas da discussão.

Portanto o embrião da Força Sindical foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, através da influência principalmente do líder sindical Medeiros e também de Antonio Rogério Magri do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo que faziam o jogo dos empresários e do Estado, logo, tinham respaldo e espaços para criar obstáculos ao crescimento da CUT e dos sindicatos filiados que não eram cooptados pelos patrões no decorrer dos anos 80.

Os ânimos das duas principais centrais sindicais brasileiras, CUT e Força Sindical, estiveram bastante exaltados nos anos 80, pois a disputa que estava em jogo era obter a hegemonia do movimento sindical. Não se pode negar que estava em jogo o modelo político que o país adotaria após o fim do regime militar e os sindicatos exerceriam papel fundamental na transição e consolidação da democracia. Portanto a CUT sempre esteve próxima da esquerda, materializada principalmente no Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e, posteriormente a Força Sindical, apoiaram candidatos dos mais variados partidos, por exemplo: Fernando Collor de Mello, no segundo turno da eleição presidencial de 1989 na qual polarizou com o então candidato Lula, teve apoio do Sindicato dos Metalúrgicos que fez questão de emprestar um carro de som para que

⁷⁶ Ver o livro de Vitor Giannotti: “Medeiros visto de perto” da editora Brasil Urgente (1994) que relata a trajetória sindical deste líder sindical e os esquemas que foram articulados para que ele saísse vencedor das eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, bem como os esquemas com governo do presidente Collor e os empresários para fundar a Força Sindical.

este fizesse excursão nas principais empresas metalúrgicas da cidade de São Paulo.

Com a vitória de Collor a agenda de políticas neoliberais é introduzida no Brasil no início dos anos 90. Sendo assim, viabilizou-se a ideia de Medeiros que levou a proposta ao então presidente de formar uma Central Sindical que faria oposição à CUT. O presidente Collor gostou da proposta de Medeiros e escalou o seu tesoureiro Sr. Paulo César Farias, o PC Farias, para arrecadar dinheiro entre os empresários para viabilizar a Força Sindical. Esta teve como função primeira combater a CUT fazendo-lhe oposição: dividindo os sindicatos “cutistas” através da influência de Antonio Rogério Magri que se tornou ministro do trabalho e favoreceu abertamente as políticas contra os sindicatos filiados à CUT e difundindo a política neoliberal aos trabalhadores. Afinal, Medeiros contava com a simpatia da mídia e dos empresários para dialogar com a classe operária.

A crise econômica da década de 90 e a reestruturação produtiva geraram elevados índices de desemprego, fragilizando a ação do movimento sindical, principalmente as greves que simbolizavam o mais importante instrumento para colocar em xeque os empregadores. É importante salientar que em 1989 o Brasil foi o campeão mundial de horas paradas, motivadas pelas greves. Já no início da década de 90, os movimentos paredistas diminuíram acentuadamente com o aumento do desemprego.

Nesta conjuntura adversa, os sindicatos tiveram que mudar suas táticas e estratégias. Diante do baixo índice de crescimento econômico e das mudanças organizacionais nas empresas, os sindicatos passaram a defender a manutenção dos postos de trabalho, mesmo que para tanto, tivessem que aderir à flexibilização de direitos trabalhistas. Os discursos nas portas das fábricas já não entusiasmavam os trabalhadores que estavam receosos com as dispensas e as inúmeras dificuldades para voltar ao mercado de trabalho. Portanto os sindicatos ficaram na defensiva, negociando com a pauta imposta pelos empresários e o governo cujo objetivo era reduzir os direitos para manter os empregos, no melhor estilo das políticas neoliberais que estavam no auge.

Com o agravamento do desemprego, aumentou a vulnerabilidade da classe trabalhadora e, por pressuposto, o exercício de atividades precárias sem proteção. Em detrimento da falta de oportunidades no mercado formal, aumentou significativamente a informalidade. Quem deveria representar os trabalhadores na informalidade? A maioria dos sindicatos de trabalhadores estava mais ou menos vinculados à estrutura corporativa do Estado para garantir a base territorial ou os impostos compulsórios, alicerçados nos trabalhadores com carteira assinada dos quais é possível efetuar os descontos no contracheque.

Na cidade de São Paulo são formados vários sindicatos e associações de camelôs que

falam em nome da categoria, porém enfrentam inúmeras dificuldades, pois a solidariedade de classe que ocorre em outros segmentos de trabalhadores não é verificada entre os ambulantes. Estes, de forma individualizada, procuram resolver seus problemas. Além disso, não há identificação dos sindicatos como representantes dos trabalhadores.

Seja como for, como as centrais sindicais, CUT e Força Sindical, durante a década de 90 contextualizaram o trabalho informal que cresceu, sobretudo na cidade de São Paulo, diante da falta de expectativa com relação ao mercado de trabalho. Além do mais, a maioria dos trabalhadores da economia informal de rua era constituída de metalúrgicos, bancários, comerciários, químicos, professores, trabalhadores da construção civil, domésticas e motoristas, entre outros que no passado tinham carteira assinada e foram demitidos e que estavam associados aos sindicatos que eram vinculados às Centrais Sindicais.

Isto posto, será investigado como as Centrais encararam a crise de emprego na década de 90 e a representatividade dos trabalhadores informais que deixaram de possuir a carteira assinada. Porém são milhares de trabalhadores que labutam nas ruas em condições precárias, suscetíveis à arbitrariedade do poder público, à violência policial e que são constantemente apontados pelos empresários de vários ramos como empecilho para revitalização do centro da cidade. São acusados de venderem mercadorias de origem duvidosa, entre outros argumentos que visam simplesmente reduzir ou eliminar os trabalhadores das ruas.

4.2 Abre alas, novos personagens entram em cena e os trabalhadores ganham as ruas

No findar dos anos 70, os trabalhadores desafiaram o regime militar e paralisaram as atividades do polo industrial do ABC, o mais dinâmico parque fabril do Brasil, com grande concentração de empresas do setor automobilístico, razão pela qual milhares de empregos eram gerados naquela região. Porém os metalúrgicos decidiram se manifestar por aumentos salariais e melhores condições de trabalho, contribuindo assim para o processo de redemocratização do país e colocando os trabalhadores nas ruas reivindicando seus direitos, após anos de silêncio e medo instaurados pelo regime militar.

Em fins de 77 o quadro começou a se alterar favoravelmente para a classe operária. Não mais agüentando o ônus oriundo do arrocho salarial e aproveitando-se de uma denuncia do Banco Mundial, veio à tona o que praticamente se sabia. O governo tinha usurpado e manipulado através de nefastas formulas matemáticas significativa parcela real dos operários (especialmente em 1973, quando diminui em 30% o índice de

aumento salarial). Foi então que os trabalhadores iniciaram intenso processo de mobilização nas fábricas e nos sindicatos pela reposição salarial. Na verdade, a luta pela reposição salarial preparou todo o terreno para que, no início de 1978, os operários voltassem com toda a força e iniciassem as paralisações de maio, que atingissem centenas de milhares de trabalhadores metalúrgicos, inicialmente do ABC e depois estendendo-se para todo o Estado de São Paulo.(ANTUNES, 1980, p. 82-83).

O panorama era sombrio para os sindicatos, pois durante a vigência do regime militar as liberdades democráticas eram restritas e as mais influentes lideranças do movimento sindical tiveram seus direitos políticos cassados. Muitos foram para o exílio forçado, enquanto outros militavam na clandestinidade; era comum os militantes serem detidos e torturados nas dependências do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)⁷⁷ e os trabalhadores mais atuantes nas comissões de fábrica ou que participavam ativamente da vida sindical eram relacionados nas “listas negras”, das quais constava o perfil das lideranças que eram demitidas, encontrando inúmeras dificuldades para conseguir nova colocação.

A repressão era muito forte contra o proletariado que encontrava inúmeros obstáculos para canalizar as suas insatisfações com relação ao despotismo patronal e à truculência dos órgãos de repressão do governo que estavam comprometidos com os empresários e que promoviam o arrocho salarial, abolindo a negociação coletiva. Os aumentos salariais tornaram-se uma prerrogativa do Estado e as greves eram proibidas por intermédio da Lei 4.330, de junho de 1964. Neste período o governo, de forma unilateral, suprimiu o Estatuto da Estabilidade que garantia o emprego para os trabalhadores que completassem dez anos nas firmas. Como metalúrgicos das indústrias automobilísticas estavam prestes a conseguir o direito de estabilidade, os executivos destas multinacionais se articularam com o governo para flexibilizar a Lei, que foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, garantindo assim, ampla rotatividade da mão de obra e a constante troca dos trabalhadores com remuneração maior por outros com salário inferior, proporcionando ao patronato a possibilidade de substituir o quadro de funcionários de acordo com seus interesses, principalmente para diminuir os custos na folha de pagamento e desmobilizar as ações organizadas pelos trabalhadores.

Esta é a razão pela qual a análise do movimento sindical contemporâneo deve-se reportar ao novo sindicalismo, materializado na ousadia dos metalúrgicos do ABC, que desafiaram com inteligência, determinação e organização coletiva os empresários e os

⁷⁷ Para aprofundar as informações com referência às torturas que ocorreram durante a Ditadura Militar (1964-1985) o livro: “Brasil Nunca Mais” (1985), com prefácio de D. Paulo Evaristo Arns, traz o relato detalhado sobre os porões do regime militar e as torturas promovidas pelas autoridades, inclusive nas dependências do DEOPS.

militares. O movimento paredista teve início no chão das fábricas mobilizando centenas de milhares de operários do principal polo automobilístico do Brasil, na região do ABC, onde se encontrava a “aristocracia do proletariado”, extremamente concentrada e especializada, que contava na época com sindicatos bem preparados e que tiveram a habilidade de canalizar a insatisfação dos trabalhadores para dentro dos sindicatos.⁷⁸

As análises sociológicas sobre o sindicalismo brasileiro nos últimos vinte anos tem mostrado um movimento de crescimento institucional e político iniciado com a greve no ABC paulista no final dos anos 70, e confirmado no início dos anos 1980 com a criação das centrais sindicais, principalmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A conjuntura que esses processos se deram permitiu o desdobramento da ação sindical para além dos muros das fábricas, associando as reivindicações econômicas a questões políticas, participando do processo de redemocratização do país e produzindo um tipo de sindicalismo que procurou romper com o atrelamento ao Estado e enfatizou uma prática construída sobre a organização no local de trabalho. (SANTANA; RAMALHAO, 2004, p. 51).

Ficou evidente no decorrer das greves o nível de consciência política dos operários, pois suas manifestações caracterizavam um desafio público ao Regime Militar, questionando o Estado brasileiro que cresceu significativamente nos anos 70. Porém, não distribuiu os frutos do crescimento que continuavam concentrados nas mãos dos empresários. Os trabalhadores aproveitaram o ensejo para tecer profundas críticas contra a estrutura sindical, como por exemplo, o imposto sindical, a própria unicidade sindical e o poder normativo da justiça do trabalho. Em linhas gerais, os líderes sindicais combativos eram favoráveis à liberdade e à autonomia sindical, acabando assim com os vínculos diretos que por sua vez hierarquizavam os sindicatos de acordo com os interesses do Estado e dos empresários.

O movimento paredista dos metalúrgicos era visualizado como um farol para outros sindicatos e também movimentos sociais. A rigor, as greves extrapolaram os limites territoriais da região do ABC, logo se expandiram e ganharam dimensão em outras categorias profissionais, por exemplo, bancários, químicos, professores, petroleiros, entre outros que após anos de repressão decidiram manifestar-se, ocupando vários espaços públicos para demonstrar as suas insatisfações, portanto exigindo melhores salários, condições de trabalho, além do retorno da democracia.

⁷⁸ Mas contraditoriamente, a ditadura militar também criou as condições para que a classe operária aumentasse, através do crescimento econômico, além das políticas para atrair a população das regiões mais pobres do país, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro.

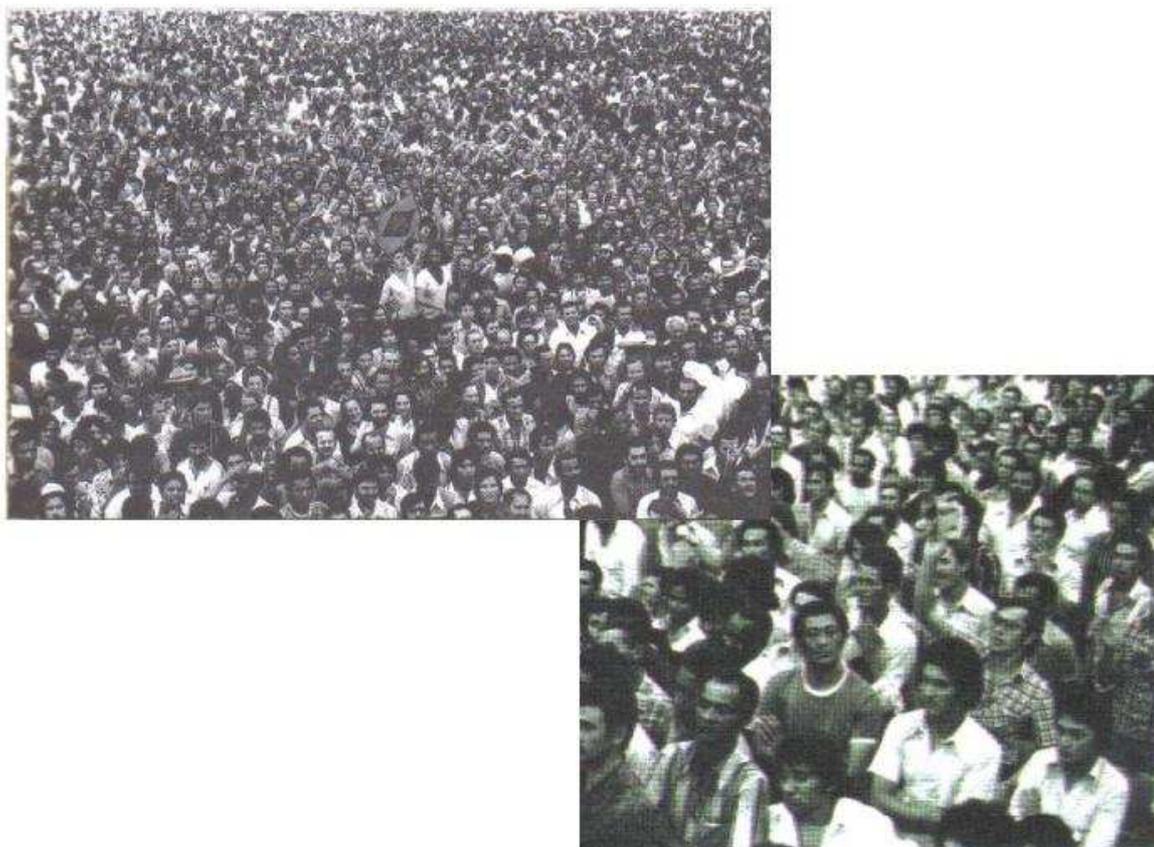


Figura 11 - A greve de 1979

Fonte: História e Luta, abr. 2004, p. 11.

A figura acima mostra o movimento paredista de 1979 que serviu como uma preparação para a greve do ano seguinte que envolveu outras categorias profissionais, porém a referência era os metalúrgicos do ABC liderados pelo sindicalista Lula. Os trabalhadores começavam a romper o cerco da ditadura militar que passou a ser desafiada nas ruas, praças, fábricas, universidades, ou seja, em todos os espaços ocorreram manifestações.

No final dos anos 70, havia um clima favorável para a redemocratização do país, pois nos bastidores eram factíveis as articulações entre as correntes políticas que trabalhavam no sentido de suprimir com o período de exceção, ou seja, somente as posturas burocráticas de figurões da política partidária não seriam suficientes para enfraquecer definitivamente o regime militar, sendo assim, as greves tiveram papel fundamental colocando os trabalhadores contra os empresários que haviam obtido lucros extraordinários com o aval do militares que arrocharam os salários da classe operária. Não se pode esquecer o movimento denominado “Diretas Já” que reivindicava o direito de voto direto para Presidente da República e a emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira que foi derrotada no Congresso, porém garantiu a presença de milhares de cidadãos nas praças das principais cidades brasileiras.

No ano de 1980, a economia brasileira é atingida por nova crise. Iniciando um processo recessivo, que estenderá até 1984. A inflação alcança nível até então inédito. De fevereiro de 1980 a janeiro de 1981, chega a 110%. Ao contrário da década anterior, o desemprego atinge grande contingente de trabalhadores. No período do chamado “milagre econômico”, entre 1971 e 1974, o mercado de trabalho cresceu 9,2% ao ano e, entre 1974 e 1978, 2,6% chegando a faltar mão-de-obra, o que ocasionou significativo aumento de horas extras e o funcionamento das empresas em até três turnos. Contrariando o ciclo de expansão dos cinco primeiros anos da década anterior, entre junho de 1980 e julho de 1981, o desemprego cresceu 24% só nos grandes centros, atingindo 1 milhão de trabalhadores. A isso soma-se verdadeira extorsão a nação, praticada pelo capital financeiro internacional por meio da dívida externa. Em 1981, só o pagamento dos juros absorveu 31% das exportações brasileiras, o equivalente ao trabalho de 50 milhões de pessoas durante seis meses. (COSTA, 1995, p. 52).

Por conta disso, merece atenção a conjuntura econômica recessiva do início da década de 80, cristalizando a crise política pós “milagre econômico” que gerou um cenário de insegurança para a classe que vive do trabalho. Com o significativo aumento do desemprego entre 1981 e 1983, e não foi só o desemprego que corroborou para aturdir os trabalhadores, e a alta inflacionária que diminuía o poder de compra dos já arrojados salários, verificou-se a crise econômica e a recessão, após décadas de constante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e geração de milhares de novas ocupações no meio urbano, principalmente na indústria de transformação. A crise era também institucional, tornando a conjuntura insustentável para os militares que estavam desgastados e perdiam o apoio popular que era associado com o crescimento da economia e com a mobilidade social.

O movimento sindical continuava organizado e combativo, pois havia acumulado força e capacidade de organização coletiva por meio das greves que eram disseminadas como rastilho de pólvora em todo o território nacional, garantindo visibilidade para os trabalhadores que insistiam na sua reorganização após anos de ostracismo vinculado ao período militar. Após reconquistar importantes sindicatos que estavam não mãos dos pelegos ou interventores, os próximos passos seriam no sentido de fundar a central sindical.

A I – CONCLAT reuniu 1091 entidades sindicais, 5036 delegados de todo o país e delegações de onze entidades internacionais. Foi um grande e importante acontecimento pós – 64, que congregou aproximadamente 25% das entidades sindicais existentes e, ironicamente, foi a primeira e última reunião unitária do movimento sindical. (COSTA, 1995, p. 55).

A I – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I-CONCLAT) realizada nos dias 21, 22 e 23 de Agosto de 1981, em Praia Grande, foi histórica por reunir no mesmo espaço de discussão ideologias e posturas tão díspares com referência aos próximos passos do sindicalismo brasileiro no momento da transição. É justamente neste complexo e diversificado encontro que ficaram evidentes as divergências mais nevrálgicas com relação à prática e concepção sindical.

É a partir da I – CONCLAT que se observou importante movimentação pró-fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta linha política embrionária da futura central reunia a vanguarda do sindicalismo brasileiro. As principais lideranças que contribuíram para organizar os trabalhadores surgiram no final dos anos 70 e defendiam abertamente a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a liberdade para os trabalhadores escolherem a melhor forma de se organizarem nos locais de trabalho, ou até mesmo formando oposição sindical, o fim imediato do imposto sindical, além de serem contrários à participação dos sindicatos mais “atrasados” na composição da futura direção da CUT.

Obviamente existiu muita resistência com relação à fundação da CUT, provocando profundas divergências no sindicalismo. Não se pode menosprezar que existiam sindicatos de categorias importantes atrelados aos interesses do governo ou até mesmo financiados com recursos financeiros do exterior, como por exemplo, o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, comandado pelo Sr. Antonio Rogério Magri (futuro ministro do trabalho do governo Collor) que recebia financiamento de sindicatos norte-americanos, através da AFL-CIO. No entanto é importante ressaltar que os ataques dos sindicalistas tradicionais contra a criação da CUT foram contundentes. Por exemplo, salientavam que era inoportuno fundar uma central, pois era ano da copa do mundo (1982) e de eleições para os cargos do executivo e legislativo, mais do que isso, o movimento pró-CUT, foi severamente acusado de “cupulista” e diziam que tinham a intenção de monopolizar o sindicalismo.

A posição firme contra a formação da CUT não era uma decisão restrita aos setores mais tradicionais do sindicalismo, mesmo sindicatos com tradição de luta na defesa dos trabalhadores não concordaram com a fundação da CUT, pois os autênticos grupos de lideranças sindicais combativas, defendiam veementemente a aplicação da Convenção 87⁷⁹ da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que por sua vez, abria a possibilidade da existência de mais de um sindicato por base territorial, quebrando o princípio da unidade sindical do qual os sindicatos vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B)⁸⁰ eram

⁷⁹ A Convenção 87 foi aprovada na 31ª sessão da Conferência Geral da OIT, realizada em São Francisco, EUA em julho de 1948, expressando o “consenso” sobre liberdade e autonomia sindical conseguido entre os representantes do governo, dos patrões e dos trabalhadores [...]. (COSTA, 1995, p. 76).

⁸⁰ Unidade Sindical – Reunia sindicalistas que seguiam a orientação do PCB, do PC do B e do MR-8. Além de ser contra a criação do PT, essa tendência insistia na necessidade de aliança com o PMDB e outros setores sociais, de modo a garantir a transição democrática, que considera fundamental. Entendia também a Unidade Sindical que a mobilização dos trabalhadores deveria ser efetuada com prudência necessária a fim de evitar o confronto com os militares, que pudessem retardar ou fazer retroceder a abertura democrática. A idéia de uma greve geral, defendida pelas correntes mais radicais, era rejeitada pelos sindicalistas que compunham essa tendência. (RODRIGUES, 1991, p. 27).

profundos defensores, portanto se aproximavam da posição histórica dos sindicalistas identificados como pelegos.

Nos dias 26, 27 e 28 de Agosto de 1983 foi realizado, em São Bernardo-SP, o I – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras com a participação de 912 entidades (sindicatos, associações, confederações, etc.). O principal objetivo era a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ficando assim definida a aprovação do seu estatuto e do amplo plano de lutas e a eleição da direção nacional entre outras deliberações.

[...] no rol das reivindicações aprovadas, constaram muitas reivindicações de natureza política mais ampla, massiva (sic), imediata e sob controle dos trabalhadores, a partir da demarcação do uso coletivo da terra; não pagamento da dívida externa, rejeição da privatização das estatais; eleições diretas para Presidência da República, etc. Na área especificamente sindical, foram aprovadas resoluções pelo direito irrestrito de greve, pela liberdade e autonomia sindical, pelo reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores, etc. (RODRIGUES, 1991, p. 34).

É indiscutível o crescimento e amadurecimento político da CUT, sendo sua presença decisiva nas lutas da classe trabalhadora nos anos 80, contribuindo substancialmente para a construção do movimento sindical durante o período de transição do regime militar para a redemocratização. Mesmo convivendo com sequelas da ditadura e da herança de Vargas, materializada principalmente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que garante direito individual, mas que restringe a organização coletiva dos operários, é importante mencionar o imposto sindical que deixa os dirigentes sindicais acomodados na estrutura com a arrecadação compulsória, domínio absoluto na base territorial, além da Justiça do Trabalho sempre disposta a conciliar os interesses do capital e do trabalho.

Diante das adversidades, a CUT avançou tornado-se respeitada, pois em todos os movimentos sociais no país era visível a participação dos sindicatos “cutistas”. Pelo simples motivo de irem além das questões imediatas na defesa corporativa dos interesses da categoria, era notável a luta pelas “Diretas Já”, pela reforma agrária, pela constituição cidadã, contra o desemprego e carestia, pelos direitos das mulheres, crianças, adolescentes e idosos, entre outros. Em face desta postura a CUT foi projetada para espaços que não eram ocupados pelos trabalhadores e por consequência esta participação corroborou para solidificar a democracia.

A CUT surgiu no cenário brasileiro amplamente respaldado pela combatividade que norteia a luta de classe e desde o seu nascedouro mantinha relações de solidariedade com os movimentos sociais, além de setores progressistas da Igreja Católica como a Teologia da Libertação e a Pastoral Operária e da Juventude. Neste contexto, os trabalhadores passaram a ter voz, exigindo direitos trabalhistas e também sociais que foram negados ou suprimidos durante a ditadura militar. Em alguns momentos, predominou o radicalismo dos trabalhadores

e também dos patrões que não concordavam em diminuir seus lucros.

A ausência de canais políticos-governamentais e institucional-empresariais de negociação tornava a greve o único instrumento disponível, apesar de seus riscos, para os dirigentes sindicais readquirirem status de representantes dos trabalhadores. Esse fato, somado a eficácia dos primeiros embates, levou a consolidação da greve como estratégia privilegiada de ação sindical a partir de 1979. (NORONHA, 1991, p. 105).

Os empresários e o governo estavam insatisfeitos com a quantidade de greves que repercutiam no meio operário em praticamente todos os segmentos, muitas vezes causando elevados prejuízos para os capitalistas e até mesmo enfraquecendo politicamente governantes que não estavam acostumados a negociar com os trabalhadores do setor público. A rigor a maioria absoluta das greves era capitaneado pela CUT, motivo pelo qual os empresários, as autoridades de governo e os analistas políticos, estigmatizaram a década de 80, com o termo “grevismo”, diretamente associado pelas autoridades de um modo geral com o plano de políticas partidárias de oposição através das pressões orquestradas pelos sindicatos contra o governo em detrimento das reivindicações trabalhistas.

Chama a atenção o período de grande efervescência materializado nos movimentos paredistas que representam o nível de organização dos trabalhadores que precisam mobilizar-se para conseguir acumular forças e negociar com os patrões e o próprio governo. Obviamente não existem conquistas ou avanços sem organização coletiva no histórico conflito capital e trabalho, além disso, é importante enfatizar que durante os anos 80, ocorreu um refluxo das greves na maioria dos países desenvolvidos, provavelmente relacionadas com a reestruturação produtiva e a recessão econômica, enquanto no Brasil as greves continuavam em alta com a classe operária mobilizada.⁸¹

É inegável a capacidade de organização de mobilização dos trabalhadores, principalmente por intermédio da CUT que era rotulada como radical, inflexível, intransigente na defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora, além de ser uma central socialista de acordo com o seu estatuto, e estar muito próxima ideologicamente do Partido dos Trabalhadores (PT). Com certeza não agradava aos capitalistas que precisavam construir uma alternativa para ofuscar a CUT que não tinha na ocasião concorrência no meio sindical para questioná-la.

⁸¹ Em 1978 foram deflagradas 118 greves e dez anos depois elas passaram a somar 2.188. O número de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greve) pulou de 1,8 milhão para 132 milhões. (NORONHA, 1991, p. 95).

PARALISAÇÕES E GREVES NO BRASIL – 1979/1996			
ANO	GREVES	GREVISTAS	TRABALHADORES/nº HORAS PARADAS
1979	430	3.241.500	Nd
1980	190	1.610.000	Nd
1981	150	Nd	Nd
1982	147	695.930	Nd
1983	330	3.187.130	Nd
1984	443	1.616.790	Nd
1985	664	6.194.494	384.360.046
1986	1.082	5.757.603	346.799.365
1987	1.101	9.015.583	821.368.574
1988	912	7.426.570	568.290.925
1989**	2.193**	16.597.435**	1.295786.612**
1990	1.952	9.084.676	770.777.988
1991	1.128	7.527.732	679.192.785
1992	623	2.819.416	140.726.352
1993	269	3.595.770	554.646.174
1994	234	2.654.430	134.257.609
1995	356	2.227.849	177.278.153
1996	349	2.534.460	175.862.016

Quadro 9 – Paralisações e greves no Brasil – 1979/1996

Fonte: DIEESE, In: CRUZ, 2000, p. 95.

Importa realçar o papel das greves no Brasil que tiveram ímpeto a partir da ascensão do novo sindicalismo no ABC paulista. As greves eram proibidas durante a Ditadura Militar. Com o processo de *Abertura: lenta, gradual e segura* iniciado pelos próprios militares, os movimentos sociais que estavam reprimidos pela violência e arbitrariedade floresceram com absoluto destaque para as greves. De acordo com o quadro elaborado pelo pesquisador Antônio Cruz, com base em dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as greves recrudesceram em períodos em que os trabalhadores estavam mais organizados nos sindicatos e também não podemos esquecer que a conjuntura política do Brasil favoreceu a mobilização no decorrer da década de 80.

Todavia, no decorrer da primeira metade dos anos 90, foi possível perceber que houve um arrefecimento das greves e uma mudança nas pautas de reivindicações junto aos empregadores, em um momento crítico para a economia brasileira, caracterizado pelas baixas taxas de crescimento econômico, reestruturação produtiva e desemprego. O cenário não favoreceu a mobilização dos trabalhadores que ficaram na defensiva e os sindicatos desnorteados negociando uma agenda imposta pelos empresários.

Neste contexto ocorreu um enfraquecimento do discurso mais arraigado ou para alguns mais radical na defesa dos interesses dos trabalhadores e, por sua vez, favoreceu a ação de sindicatos com estreitos e históricos vínculos com os patrões (os pelegos)⁸² e o próprio Estado que procuravam cooptar lideranças que defendessem um projeto fundamentado em um Pacto Social, tendo como propósito garantir a governabilidade do país e diminuir as tensões entre capital e trabalho. A CUT, na ocasião, refutava este tipo de acordo sem consultar as bases, realizado nos gabinetes em Brasília. Neste caso a estratégia da elite política e empresarial foi garantir amplos espaços para os aliados sindicalistas com o objetivo de isolar a CUT e por pressuposto os avanços políticos da esquerda na política cristalizada por meio do PT, PC do B, PSB, entre outros.

Seja como for, era necessário se contrapor aos sólidos avanços da Central Única dos Trabalhadores que estava legitimamente identificada com as lutas e a organização da classe obreira a partir do local de trabalho cristalizados nas greves, a maior expressão de articulação coletiva dos trabalhadores. Portanto a burguesia tinha urgência para diminuir a influência dos sindicatos “cutistas” junto aos trabalhadores. Sendo assim, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi peça importante, pois já havia servido de plataforma sindical da ditadura militar e voltava a ganhar repercussão, servindo agora aos empresários que necessitavam urgentemente de uma voz que desqualificasse a ação dos sindicatos combativos.

O cenário sindical brasileiro desde as primeiras greves no ABC e São Paulo, maio de 1978, viveu uma década de lutas, greves, ocupações, manifestações e protestos, como nunca tinha vivido. O país que era lanterninha no número de greves, durante os catorze anos mais duros da ditadura militar, passou em 1989 a ser o campeão mundial em número de greves. E a lideranças dessas lutas estava com a Central Única dos Trabalhadores, que nasceu como expressão dessas lutas e para aumentar a sua força e garra. A burguesia precisava de alguém que ocupasse o espaço da CUT. Alguém capaz de se contrapor ao ideário e a prática dessa Central incômoda, que tem estampada em suas bandeiras palavras provocadoras como classismo, independência de classe, democracia e socialismo. Precisava de alguém que levantasse a bandeira de defesa do capitalismo. Alguém que desbancasse o monopólio da CUT, que ocupasse pelo menos

⁸² Pelego: forma como é chamado aquele dirigente sindical que atua para amenizar as contradições entre patrões e empregados ou entre Estado e funcionários públicos, visando obter benefícios pessoais, fazer carreira e ganhar apoio político dos patrões e dos governos. Essa expressão é originada dos tempos do governo Vargas, que manipulou uma geração de sindicalista em seu favor. Gaúcho, Getúlio gostava de andar a cavalo. Por isso dizia-se que os sindicalistas faziam o papel de pelego. (MORISSAWA, 2001, p. 250).

parte do seu espaço. E esse alguém a burguesia encontrou em Medeiros. O homem certo, no lugar certo, na hora certa. (GIANNOTTI, 2002, p. 35).

Foi justamente com o aparecimento de Luis Antonio de Medeiros⁸³ ou Medeiros que se iniciou o esboço do “sindicalismo de resultados”⁸⁴, semelhante à prática recorrente dos sindicatos norte-americanos que realizavam acordos com o patronato sem levar em consideração as reais necessidades dos trabalhadores. Esta modalidade de pacto entre capital e trabalho parte do pressuposto de preservar e elevar os ganhos de produtividade dos capitalistas, sem uma contrapartida para os operários na socialização dos resultados obtidos pelos empresários e sem questionar os principais pilares que sustentam o sistema capitalista.

O principal ícone para difundir os conceitos do “sindicalismo de resultados” foi a eleição de Medeiros para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sem dúvida em um dos maiores e mais importantes sindicatos de trabalhadores da América Latina, pois a cidade de São Paulo até os anos 80, concentrava no seu território amplo complexo industrial com diversas metalúrgicas e milhares de operários. Do ponto de vista histórico não se pode desvincular a *performance* desse sindicato que abrigou durante o regime militar o interventor Joaquim dos Santos Andrade ou Joaquinção que transformou o sindicato no quartel general a serviço da ditadura e dos empresários.

Com a ascensão de Medeiros ao cargo máximo deste importante sindicato é possível identificar uma nova prática sindical que associa o peleguismo do passado, relacionado com o período do governo Vargas com um discurso moderno que agregava ideias neoliberais. Entretanto é importante notar que tudo se refere ao ano de 1987 quando a agenda liberal ganharia contornos definitivos no país com a eleição para presidente do Brasil de Fernando Collor de Melo que iniciou seu governo em 1990, por meio de políticas ortodoxas seguindo a cartilha liberal.

Logo após a sua eleição a presidente dos Metalúrgicos de São Paulo, Medeiros, em abril de 1987, em inúmeras entrevistas, começa a apresentar a sua visão de sindicalismo. Todos os grandes jornais, nos seus editoriais saúdam o que eles chamam de modernidade do discurso de Medeiros. Lucidez, modernidade, sensatez, visão ampla: esses são os principais elogios que a burguesia faz ao seu novo achado. Até que enfim surgiu quem defenda um sindicalismo apolítico, um sindicalismo que declara a favor do capitalismo, do lucro e da competitividade. A favor da flexibilidade nas relações entre capital e trabalho. Defende a abertura ao capital internacional e a privatização de empresas e serviços públicos; quanto menos Estado melhor. Esse

⁸³ A trajetória do sindicalista Medeiros é descrita minuciosamente no livro: “Medeiros visto de perto”, publicado em maio de 1994 por Vito Giannotti, editora Brasil Urgente.

⁸⁴ Toda essa dedicação de Medeiros em estar constantemente do lado do empresariado lembra a prática do sindicalismo americano ligado à corrente ideológica do sindicalismo de negócios (o que lá é conhecido como *business unionism*). O sindicalismo americano dessa matriz se caracteriza por uma relação de troca entre o empresariado e a burguesia sindical. Em troca desse empenho dos dirigentes sindicais no favorecimento de interesses patronais, estes têm garantido postos, poder e grana altíssima. (GIANNOTTI, 2002, p. 62).

ideário parece ser do velho patriarca do conservadorismo político, o deputado Roberto Campos. Parece mas não é. É exatamente a pregação da modernidade feita por Medeiros. (GIANNOTTI, 2002, p. 47).

Tendo em vista essas considerações, o “sindicalismo de resultados” teve duplo sentido, ou seja, atendeu às necessidades da burguesia, questionando de forma radical o posicionamento da CUT e indo além das divergências ideológicas no campo da política sindical. Era comum toda sorte de “denuncismo” que encontrava farto espaço nos meios de comunicação. A maioria das denúncias não tinha fundamentação e eram realizados com o claro objetivo atingir também o Partido dos Trabalhadores (PT) e as principais lideranças políticas da oposição que colocavam empecilhos aos projetos dos capitalistas. Outra posição do Sr. Medeiros que estava de pleno acordo com os princípios do patronato eram o discurso liberal e os ataques firmes contra a estrutura do Estado, antecipando o leque de políticas liberais adotadas pelos presidentes Collor e Fernando Henrique, respectivamente durante a década de 90.

Como se observa o embrião da futura Central Força Sindical foi semeado a partir de 1987 com a chegada do grupo político liderado por Medeiros ao poder no sindicato. É importante frisar que apesar do discurso apolítico, a milionária estrutura do Sindicato dos Metalúrgicos sempre esteve à disposição dos candidatos da direita, por exemplo, o apoio político ao então candidato Collor em 1989. Obviamente, esta aliança da cúpula do sindicato com os empresários e políticos afinados com os interesses de implantar a agenda liberal no Brasil foi importante para galvanizar mais poder e influência da corrente do sindicato de resultados. O bom relacionamento com o presidente Fernando Collor garantiu a nomeação para o Ministério do Trabalho do Sr. Antonio Rogério Magri do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo que ao lado de Medeiros eram os fieis escudeiros que prestaram extensa lista de serviços para a elite.

O impacto da presença do “sindicato de resultados” teve bastante repercussão, principalmente com o apoio da mídia, empresários e do próprio governo que construíram sólida aliança, com o propósito de se contrapor às políticas desenvolvidas pela CUT. Além do temor do PT chegar ao governo, portanto eram necessárias estratégias para isolar e desmoralizar a esquerda que não faziam as concessões que os empresários gostariam de ver sinalizadas.

A fundação da Força Sindical amalgamava os interesses do capital e do governo que precisava propalar para os trabalhadores as virtudes do projeto neoliberal, ou melhor, convencer a classe trabalhadora de que a única saída para o país voltar a crescer e gerar

empregos seria através das reformas liberais e a Força Sindical teria a nobre atribuição de intermediar a mensagem do governo, junto aos trabalhadores, afinal eram legítimos representantes da classe operária. Portanto Collor empenhou-se pessoalmente para conseguir os recursos financeiros para fundar a nova Central.

Depoimento colhido pela Polícia Federal, aos quais Veja teve acesso, mostra que tudo começou em 1990⁸⁵, quando Medeiros levou ao então presidente Fernando Collor a idéia de criar uma central sindical, azeitada por doações empresariais. Entusiasmado, Collor escalou seu tesoureiro, PC Farias, para tomar conta do negócio. Um dos empresários dispostos a ajudar, Aldo Lorenzetti, dono da fábrica de chuveiros, vinha sendo achacado por PC e refugou a presença do tesoureiro, Collor escalou um empresário ainda pouco conhecido. Luiz Estevão reuniu empresários graúdos, que passaram a contribuir, em média, com 300.000 dólares, pagos em parcelas de 50.000. As doações eram legais, feitas com contrato e recibo. Entre as empresas, estavam Souza Cruz, Alcoa, Rodhia, White Martins, Brasinca, Cataguases, Iochp e Ticket – além do grupo OK, de Luiz Estevão. (VEJA, 7 out. 2001, GIANNOTTI, op. cit., 2002, p. 158).

Com a disposição do governo Collor de abrir espaços políticos para a nova Central Sindical do colaborador Medeiros, os empresários desde o primeiro momento aderiram financiando o modelo sindical que de fato interessava aos capitalistas e assim poderiam firmar suas ideias liberais no ambiente de trabalho, graças à atuação de sindicatos comprometidos com os capitalistas e também com o governo. Portanto a Força surgiu com recursos do erário público e do caixa dos patrões.

Em 10 de março de 1991, foi fundada em São Paulo a Central Força Sindical, tendo como presidente Medeiros. Esta central representa a conjugação de esforços dos empresários e do próprio governo que necessitavam no início dos anos 90 de vozes que defendessem as políticas neoliberais e que estivessem em fina sintonia com a agenda de transformações de acordo com os compromissos assumidos pelo governo de modernização conservadora do Estado brasileiro. Os sindicalistas que compunham a direção da Força exclamavam nas entrevistas, nas assembleias na porta das fábricas, nos congressos dos sindicatos, em suma, em todos os espaços da sociedade sobre as reformas propostas pelo governo Collor, por exemplo, as privatizações, a reforma na previdência social, a flexibilização das leis trabalhistas e a palavra de ordem desta Central era modernidade. O Brasil não teria alternativa para equacionar os seus problemas estruturais que não fosse pelo viés dos liberais. Este discurso

⁸⁵ Foi na gestão do presidente Fernando Collor que a Força Sindical nasceu e teve o seu caixa reforçado, principalmente pelos empréstimos e financiamentos. Embora a imprensa noticiasse que o financiamento era destinado a uma escola sindical, na verdade, tratava-se da sede do sindicato, conhecido como palácio do trabalhador. É um prédio de dezessete andares, com uma área construída de 21 mil metros quadrados, onde existem salas de aula, mas na verdade é o palácio da Força Sindical. Este prédio começou a ser construído por Joaquinção em 1978. As obras ficaram paralisadas de 1981 até 1988. Inaugurado em novembro de 1992, teve seu custo total orçado em US\$ 6,5 milhões. (GIANNOTTI, 2002, p. 132).

conquistou mente e corações, pois tinha o amplo apoio e a divulgação da mídia e dos representantes dos trabalhadores comprometidos com causas nebulosas.

Percebe-se nesta leitura que a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical, principalmente na década de 80, tinham diferenças ideológicas profundas e os sindicatos e suas respectivas categorias tinham clareza para definir em qual central filiar-se. Diante das diferenças, elas eram bem definidas no cenário sindical e carregavam consigo toda carga dos embates históricos do sindicato combativo do ABC e a herança do sindicato pelego arraigado nas estruturas do Estado, propenso a fazer alianças com os capitalistas em troca de algumas vantagens.

É importante fazer o breve resgate da história das duas principais centrais sindicais brasileiras, pois as mesmas influenciaram decisivamente o movimento sindical brasileiro contemporâneo e não são obras do acaso. Surgiram no cenário brasileiro em momentos distintos e com objetivos bem delineados e a opinião majoritária nas centrais tem ampla repercussão no mundo do trabalho já que são formadoras de opinião, dialogam com o governo e com os empresários, são reconhecidas na sociedade e, portanto, possuem legitimidade para opinar sobre os mais diversos temas com ênfase para as questões sociais.

Por outro lado, a década de 90 manifestou-se como o período de forte recrudescimento do desemprego e aumento expressivo do trabalho precário. A base dos sindicatos oficiais é formada por trabalhadores com carteira assinada e, com o elevado índice de desemprego, diminuiu o poder de barganha dos sindicatos que passaram a ter como meta a defesa dos postos de trabalho. A manutenção dos empregos tornou-se uma obsessão, e nem poderia ser diferente, já que quem mantém os sindicatos do ponto de vista político e econômico são os trabalhadores formais com as suas contribuições, geralmente compulsórias e previstas na legislação.

Isto provocou uma mudança radical do sindicalismo que durante os anos 80 dialogava mais com a sociedade e era mais atuante. Em linhas gerais, os sindicatos tinham uma identidade definida e representavam as respectivas categorias, porém em todos os movimentos da sociedade civil organizada era visível a participação dos sindicatos empunhando a bandeira de luta dos trabalhadores. Os empresários ficavam acuados com a capacidade de organização coletiva da classe operária que mais fez greve no mundo no decorrer da década de 80 e a pauta de negociação era definida pelos trabalhadores. Enquanto isso, nos anos 90, as combinações da reestruturação produtivas com os baixos índices de crescimento econômico, lançaram milhares de trabalhadores no desemprego e na informalidade. Nesta conjuntura, as negociações trabalhistas eram orquestradas com a

primazia dos interesses dos patrões, portanto, avançou o discurso e a prática, liberal como a flexibilização dos direitos, o governo federal dava respaldo para reduzir os limitados direitos dos trabalhadores. Foi o pior dos mundos para os sindicatos e os trabalhadores dispensados, sem a capacidade de organização de outrora, ficavam esperando a próxima notícia sempre vinculada ao fechamento de postos de trabalho o que significou enorme insegurança para a classe que vive do trabalho.

Se os sindicatos do setor organizado ficaram vulneráveis, o que dizer dos sindicatos que defendiam os trabalhadores que labutavam no comércio informal de rua. Estes não possuíam a garantia de receita financeira compulsória, a base territorial não estava bem definida, a maioria da categoria estava na ilegalidade, eram vítimas de fiscais corruptos e da violência policial, além de serem apontados como obstáculos para a requalificação do centro histórico da cidade.

4.3 O trabalho informal de rua e a representação sindical

Nesta pesquisa foram entrevistados três presidentes de sindicatos que representam a economia informal na cidade de São Paulo: o **Sindicato dos Camelôs Independentes**, localizado no Brás, o **Sindicato dos Permissionários de São Paulo**, localizado no Centro e o do **Sindicato da Economia Informal**, situado no Brás. As três entidades sindicais nasceram nos anos 90, período de forte crescimento do trabalho informal de rua na cidade, devido à necessidade imperiosa dos camelôs se organizarem coletivamente para defender seus interesses, visto que a maioria dos trabalhadores informais teve contato com os sindicatos na época em que possuíam carteira profissional registrada e atuavam no setor organizado da economia.

A pesquisa nos sindicatos ocorreu através de entrevista com os presidentes das entidades que mais se destacam na luta e na organização dos informais. Existem outros sindicatos e associações que representam os camelôs, porém foram selecionados para a pesquisa somente os três sindicatos mencionados.

A primeira constatação foi caracterizada pela estrutura física dos prédios em que os sindicatos estão instalados. São simples, quando comparadas com a maioria dos sindicatos que representam os trabalhadores do segmento organizado da economia que contam com recursos do imposto sindical, taxa confederativa, taxa assistencial, mensalidade dos sócios, entre

outros. Os sindicatos dos informais sobrevivem com a contribuição dos sócios que é voluntária, afinal os camelôs não têm carteira assinada. Logo a estrutura física é pequena, apesar de a categoria ser numerosa. A política de assistencialismo verificada em outras categorias é bem restrita nos sindicatos informais, já que para assistir a categoria com médicos, laser, colônia de férias, curso, são necessários recursos e o caixa do sindicato não recebe os impostos obrigatórios.

O primeiro questionamento versou sobre o número de trabalhadores representados e a contribuição financeira dos sócios. Afonso Camelô, do Sindicato dos Camelôs Independentes, disse que representava 1.200 sócios, enquanto Josefa, do Sindicato dos Permissionários afirmou representar 8600 associados enquanto Menezes, do Sindicato da Economia Informal, falou que tinha entre 6 e 7 mil representados.

É importante ressaltar que o número de camelôs na cidade de São Paulo é significativo. Para uma categoria que cresceu principalmente motivada pelo desemprego e que em sua maioria ocupa o espaço público de forma irregular, os números são variáveis e nem os sindicatos conseguem fechar a conta, pois afirmam que de 35 a 70 mil trabalhadores atuam no comércio informal de rua, sendo que a maioria concentra-se na região do centro da cidade.

A segunda pergunta foi sobre quais seriam as principais dificuldades enfrentadas para defender os interesses da categoria. Na opinião do sindicalista Afonso: “A discriminação, descaso do governo que não vê os camelôs como problema social”. Enquanto Josefa do Sintesp apontou: “As dificuldades para arrecadar a contribuição dos trabalhadores com o número reduzido de funcionários do sindicato fica difícil cobrar a mensalidade dos sócios que são espalhados na cidade. Outro item que foi abordado por Josefa diz respeito à lei de uso da via pública: “Na legislação está prevista a comissão nos bairros com a participação de cinco membros dos ambulantes, cinco membros dos comerciantes, cinco representantes dos moradores e cinco representantes da prefeitura”. De acordo com ela: “Os camelôs ficam isolados e dificilmente conseguem sensibilizar as autoridades, os comerciantes e os moradores sobre o comércio informal”. Para Menezes: “Falta interesse político para resolver os problemas da economia informal.”

Os trabalhadores informais de rua, apesar de constituírem uma categoria numerosa, trabalham de forma individual. Por exemplo, cada um monta a sua barraca, são geralmente concorrentes na comercialização dos produtos; se forem ilegais, disputam espaço público para trabalhar, além de existir a rivalidade entre o informal com o Termo de Permissão e Uso (TPU) e o informal ilegal. O momento de maior solidariedade entre estes trabalhadores está associado com as ações policiais e com o famoso “rapa” que confisca as mercadorias,

provocando o corre-corre e fomentando o companheirismo da classe.

No terceiro questionamento foi perguntado sobre a possibilidade de construir uma pauta de interesse comum entre os sindicatos e associações que representam os camelôs na cidade. Afonso salientou: “A pauta de interesses é possível, a unificação não”. Josefa ponderou: “Que nas dificuldades os sindicatos caminham juntos, deixando as diferenças de lado”. Enquanto Menezes afirmou que: “Há interesses comuns entre os sindicatos, divididos é difícil, juntos a força é maior.”

Uma característica do movimento sindical brasileiro é representada justamente pelas divergências que, se por um lado contribuem para o fortalecimento do debate democrático, por outro se perde muito tempo fazendo conjecturas, em detrimento dos avanços materiais, pois o debate é bem-vindo, desde que acompanhado de ações práticas que envolvam a categoria e suas demandas. Os camelôs unificam a luta e a organização nos momentos em que os governantes colocam em xeque o direito de usar o espaço público e quando através da força policial, apreende as mercadorias de forma abusiva ou passa a suprimir os termos de permissão. Neste cenário adverso, os sindicatos e associações de camelôs passam a ser unir em torno de pautas comuns.

A quarta pergunta indaga os entrevistados sobre o perfil do trabalhador informal na década de 90, fazendo associação entre o crescimento da informalidade com a reestruturação produtiva e o baixo crescimento da economia. Josefa avalia: “Com a grande disponibilidade de mercadorias e a abertura comercial dos anos 90, atraiu os desempregados e também os trabalhadores que estavam com a carteira assinada para atuar com camelôs, ganhava mais nas ruas”. Menezes é contundente ao mencionar a reestruturação produtiva e na sua opinião: “Se os camelôs tivessem: emprego de carteira assinada, convênio médico, cesta básica, vale transporte, todos os benefícios, ele estaria na rua?”.

Afonso Camelôs destaca: “Os governantes lançam os camelôs na clandestinidade, reduziram os TPUs na cidade e sem a concessão os trabalhadores são coagidos a pagar propina”. Enquanto Josefa expressou: “Que o TPU depende de muita gente tem que ser herói, por exemplo, inúmeros documentos são exigidos passam por avaliação médica rigorosa, várias comissões para analisar o processo e a maioria após este desgaste não consegue a concessão”. Na avaliação de Menezes: “O TPU tem aspecto político revitalizar, melhorar a cidade, porém com o TPU, o trabalhador está legalizado, é difícil tirar, enquanto do ilegal é cobrada propina”.

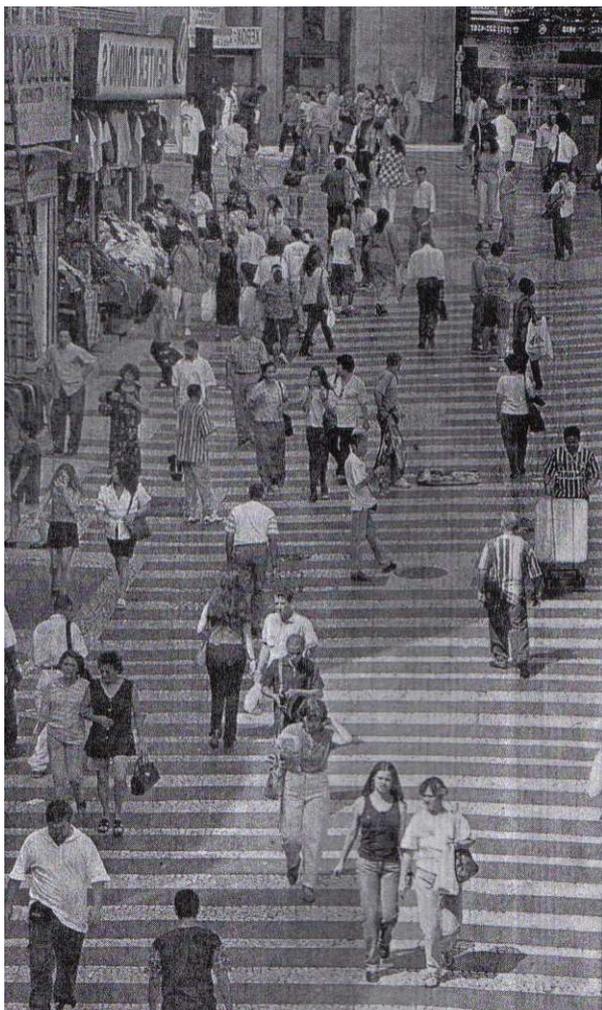


Figura 12 - População comemora “tranquilidade” no centro

Fonte: O Estado de S. Paulo, 27 ago. 1998.

Os sindicalistas foram indagados sobre os procedimentos da Associação Viva o Centro que não tem simpatia pelo trabalho informal e já manifestou inúmeras vezes o seu desejo de extirpar o comércio informal de rua do centro histórico da cidade, pois este é identificado como degradante para o espaço público que os capitalistas pretendem requalificar. Afonso Camelô radicalizou com relação às declarações da Viva o Centro: “A atitude da Viva o Centro é absurda discriminatória e perseguidora”. Para ele, os trabalhadores não têm a menor condição de enfrentar o Estado e os capitalistas, sendo os trabalhadores vítimas do sistema. Enquanto isso, Josefa aponta que a retirada dos camelôs de algumas ruas do centro contribuiu para o fechamento das lojas e para o aumento do desemprego. “Tiraram os ambulantes do Largo do Paissandu, da Praça do Correio e da Rua 24 de Maio e o comércio fixo entrou em decadência, porque eram os camelôs que atraíam os consumidores”. Na visão de Menezes: “A Associação Viva o Centro, na minha opinião, é um lugar de burgueses que só pensam neles”.

O questionamento sobre a filiação ou simpatia pelas centrais sindicais foi direcionado

para os três sindicalistas. É importante ressaltar que a maioria absoluta dos sindicatos filiados nas centrais são compostos por trabalhadores do segmento formal da economia, que possuem carteira profissional assinada e contribuem, via de regra, compulsoriamente para os sindicatos que pagam mensalidade para as centrais sindicais. No caso brasileiro, sabe-se que a carteira profissional assinada é o passaporte para a cidadania e os trabalhadores da economia informal, geralmente labutam por conta própria e também não contribuem para a Previdência Social. Diferente dos sindicatos do setor organizado, as entidades que representam os camelôs não recebem o imposto sindical e dependem das mensalidades voluntárias dos sócios.

Embora seja do conhecimento público que predominam algumas categorias profissionais no interior das centrais sindicais, por exemplo, na Central Única dos Trabalhadores (CUT) há predominância política e influência dos metalúrgicos, bancários, químicos, petroleiros e, recentemente dos funcionários públicos, enquanto na Força Sindical, a liderança dos metalúrgicos de São Paulo é incontestável com a participação de centenas de sindicatos do setor de comércio e serviços. Portanto o espaço para outras categorias é restrito, ainda mais quando se aborda a presença dos informais considerados como setor não organizado da economia.

Atualmente o Sindicato dos Camelôs Independentes é filiado na Força Sindical. Segundo Afonso Camelô: “As centrais poderiam fazer mais, como qualificar, avaliar”. Porém ele afirmou que no passado: “As centrais já deram uma certa assistência e, hoje existe um apoio amarelo”. Afonso ficou emocionado e citou que a luta dos camelôs é muito difícil e que alguns companheiros tombaram, foram assassinados. Foram os casos dos sindicalistas: Cícero, Gilberto e Reinaldo que se destacavam na defesa dos direitos dos trabalhadores, inclusive fazendo graves denúncias contra fiscais, policiais e políticos corruptos. O próprio Afonso foi alvejado por quatro tiros e ficou internado na Unidade de Terapia Intensivo (UTI) durante vários dias. Ele confirmou: “A tentativa de assassinato está comprovada, foi minha atuação no sindicato”.

Josefa do Sintesp argumentou: “Em 1995 procuramos a CUT, a categoria não se identificava com a prática da Força Sindical, porém não houve interesse da CUT na filiação (política interna) o Sindicato da Economia Informal já era filiado e a central não comportava dois sindicatos de trabalhadores informais, assim sendo, o Sintesp ficou independente durante um tempo, depois o Sindicato se filiou na Federação do Comércio, entidade patronal”. Josefa ainda afirmou que participou de poucas reuniões, mas não se sentiu bem por não dominar nenhum assunto dos empresários.

No caso do Sintesp, o sindicato filiou-se à Federação Patronal, pois não foi aceito na

CUT e na Força Sindical os trabalhadores não autorizaram. Resta saber como os patrões permitiram que um sindicato dos camelôs participasse nos fóruns do patronato, com postura totalmente antagônica aos trabalhadores informais.

O Sindicato da Economia Informal é o único na cidade de São Paulo, filiado na CUT. Na concepção de Menezes: “A Força Sindical não tem trabalho para apresentar, já a CUT garante espaço para o comércio informal de rua”. Inclusive a atual sede do Sindicato do qual Menezes é o presidente fica no prédio da CUT no Brás, pois durante o processo eleitoral do sindicato a antiga sede ficou com o ex-presidente que se apropriou do imóvel, deixando o sindicato desalojado. Neste sentido a CUT, por meio da sua direção, permitiu que o sindicato ficasse no Brás, sede da Central.

Verifica-se que a estrutura física dos sindicatos é humilde, sem a suntuosidade de centenas de sindicatos do setor organizado que constituíram uma ampla rede de assistencialismo, com clube, convênios, escolas e colônia de férias. Toda infraestrutura está alicerçada nos impostos compulsórios descontados do contracheque dos trabalhadores. A situação dos sindicatos da economia informal, do ponto de vista econômico, fica dependente dos sócios que pagam as mensalidades. Os sindicatos não têm sequer sede própria.

Percebe-se um certo desapontamento com referência à postura das centrais sindicais, que poderiam fazer mais pelos trabalhadores do segmento informal. Poderiam promover cursos de qualificação, pesquisas do perfil da categoria, pressionar junto com os sindicatos o poder público para regularizar os trabalhadores, fazer campanhas incentivando os informais a pagarem a Previdência Social, articular os camelôs com os projetos de economia solidária já desenvolvidos pelas centrais e garantir o espaço político interno para as líderes dos trabalhadores informais, etc.

Não se pode esquecer que a maioria dos trabalhadores que laboram na economia informal de rua, camelôs, ambulantes e marreteiros outrora, eram trabalhadores formalizados com carteira assinada que contribuíram para os sindicatos da categoria profissional e também para as duas centrais CUT e Força Sindical. Não somente pela colaboração financeira do passado, o envolvimento dos outros sindicatos nas questões inerentes à informalidade deve estar associado com a solidariedade da classe trabalhadora.

Formulou-se uma indagação para os sindicalistas que versava sobre o comportamento de três prefeitos: Luiza Erundina, Paulo Maluf e Celso Pitta que administraram a cidade de São Paulo nos anos 90. Que visão tinham dos trabalhadores informais e qual o diálogo estabelecido entre os sindicatos e a prefeitura.

De acordo com a opinião de Afonso Camelô, líder dos trabalhadores na região do

Brás: “O único prefeito que menos perseguiu os trabalhadores foi o Maluf”. Josefa do Sintesp criticou as gestões Maluf e Pitta: “Eles concentraram os camelôs através de decretos, em bolsões, verdadeiros currais. No bolsão da General Carneiro existiam 2.500 ambulantes que morreram abraçados, são muitos trabalhadores concorrendo entre si”. Para Menezes, a prefeita Luiza Erundina foi a melhor gestora para os informais: “Erundina é cem por cento, querida pelos camelôs e paga um preço caro até hoje. Na sua administração ela protegeu os trabalhadores informais”.

Tendo em vista essas considerações há divergências entre as principais lideranças dos camelôs com referência aos prefeitos que administraram a cidade de São Paulo na década de 90. Parece antagônico avaliar que Paulo Maluf deixava os camelôs trabalharem à vontade, pois este senhor tem estreitos vínculos com os patrões do comércio e as suas gestões são caracterizadas pelo uso recorrente das forças repressoras contra as manifestações dos trabalhadores.

Foi no governo de Celso Pitta, que se elegeu prefeito com o apadrinhamento político de Maluf, que tiveram estrondosa repercussão os escândalos da “Máfia dos Fiscais” e seus desdobramentos originaram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da máfia dos fiscais, comprovando após intensa investigação a participação de políticos, funcionários públicos e empresários na ampla rede de corrupção infiltrada na administração pública municipal. Convém explicitar que os camelôs eram as principais vítimas dos fiscais inescrupulosos que cobravam propina para deixá-los ocupar o espaço público e não confiscar as mercadorias.

Conforme expressou Menezes do sindicato da economia informal: “A prefeita Erundina empenhou-se para regularizar a situação dos camelôs, ela governou a cidade no período em que o país passava por forte recessão, não é segredo que esta mulher sempre pautou sua vida pública pelas questões sociais.”. Entretanto ao defender a economia informal, Erundina atraiu a ira dos lojistas legais e de parte da população que não compreendeu a sua atitude que visava minorar a grave crise social, evitando a perseguição e violência contra os informais.

Aproveitando a oportunidade para contextualizar a gestão do prefeito reeleito da cidade Gilberto Kassab que segundo reportagem do Jornal da Tarde de 28 de outubro de 2008: “Kassab revela plano secreto: o fim dos camelôs”. Pediu-se para os sindicalistas comentarem esta declaração do prefeito.

É importante mencionar que a administração do prefeito Kassab é uma unanimidade para os três sindicalistas entrevistados que a classificaram como péssima. Ele persegue os trabalhadores, por exemplo, cassou a licença (TPU) de centenas de camelôs que da noite para

o dia, engrossaram o expressivo contingente de trabalhadores informais ilegais. Por ordem do prefeito, os fiscais passaram a exigir nota fiscal dos produtos comercializados pelos ambulantes e os trabalhadores portadores de necessidade especiais que geralmente contratam alguém para ficar nas suas barracas, foram obrigados a cumprir a jornada em suas respectivas concessões. Outro fato lembrado pelos sindicalistas são as denúncias de corrupção constantemente feitas pelos sindicatos, não esquecendo também d\ a violência, principalmente da guarda municipal.



Figura 13 - Confronto na Mooca

Fonte: Jornal Agora São Paulo, 21 jun. 2007.

Por fim foi perguntado se os *shoppings* populares seriam uma solução para equacionar o comércio informal de rua. Esta proposta foi realizada nos anos 90, utilizando

galpões antigos que estavam ociosos e eram alugados por empresários ou pelo poder público que os sublocava para os ambulantes. A ideia central era tirar os camelôs das vias e proporcionar um espaço mais “agradável” para os trabalhadores e consumidores, com completa infraestrutura.

Todavia, a maioria das experiências foi mal sucedida e logo abandonada pelos camelôs que viam seus resultados despencarem com as vendas abaixo da média que alcançavam nas ruas. Um dos motivos do fracasso foi a localização dos *shoppings* populares, além da falta de interesse da prefeitura que muito prometeu e pouco fez nos governos Maluf e Pitta.

Sendo assim, Afonso Camelôs sentenciou: “Os *shoppings* populares ou *Pop Centers* não fracassaram, eles nunca existiram; é uma luta do sindicato, a redistribuição da categoria, inclusive com a criação dos *shoppings* populares, calçadas lineares, barracas padronizadas, legalização dos espaços de trabalho”. Josefa salientou: “Os *shoppings* populares é um desejo dos comerciantes de tornar os camelôs empresários e muitos trabalhadores não se adaptam fora das ruas”. Na opinião de Menezes: “O fracasso dos *shoppings* populares ocorreu por falta de interesse do poder público, eles colocam os camelôs onde não passa ninguém, aí o trabalhador prefere correr o risco e ficar nas ruas”.

4.4 A relação da CUT com o trabalho informal nos anos 90

O nosso propósito desde o início da pesquisa era entrevistar dirigentes das duas principais centrais sindicais do país: a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que são representativas pelo expressivo número de sindicatos filiados, representando milhares de trabalhadores em todos os segmentos da economia. Por conta disso, exercem grande influência política, contam com ex-militantes e sindicalistas que ocupam cargos no parlamento e no executivo. Sendo assim, tanto a CUT quanto a Força Sindical conquistaram sólidos espaços institucionais com a participação em fóruns, comitês, conselhos, ministérios, secretarias, além dos eventos em que as duas centrais são protagonistas, como por exemplo: as festas e shows realizados no dia do trabalhador⁸⁶, as agências de recolocação de trabalhadores

⁸⁶ A Força Sindical realiza Shows com cantores de renome nacional e sorteia carros e apartamentos provenientes de doações dos empresários, assim consegue atrair milhares de pessoas que estão interessadas nos artistas e nos sorteios. Nos últimos anos a CUT também realiza Shows, porém não faz sorteios de prêmios. Os

no mercado de trabalho, as marchas que geralmente são realizadas por questões nobres como o aumento do salário-mínimo, reforma agrária, reforma tributária, contra ou a favor de algumas reformas propostas pelo governo quando demandam a articulação dos atores sociais tais como: patrões, trabalhadores e o governo, entre outras.

Não foi por outro motivo que a nossa intenção era escutar e analisar no âmbito desta dissertação a visão das duas centrais sindicais sobre o trabalho informal de rua em São Paulo, a principal cidade brasileira, e quais eram as políticas desenvolvidas pelas centrais para organizar e encaminhar em comum acordo as reivindicações dos trabalhadores informais nos anos 90.

Infelizmente não foi possível entrevistar nenhuma liderança da Força Sindical. Entramos em contato telefônico e enviamos dezenas de e-mails. Chegamos a falar pessoalmente com o secretário-geral da Força, o Sr. Juruna. Entretanto, a entrevista não foi agendada. A pedido da secretaria de imprensa, enviamos por e-mail as perguntas e apesar da nossa insistência as mesmas não foram respondidas. Logo, a pesquisa ficou incompleta sem a posição desta conceituada central sindical que teve papel relevante nos debates ideológicos ou pragmáticos com a CUT e também disputava acirradamente a ampliação dos espaços no movimento sindical durante a década de 90. A nosso juízo, a Força poderia contribuir significativamente para organizar os trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Sem a entrevista não tivemos acesso a documentos que representam a visão da central por meio das resoluções dos congressos.

Por outro lado, representando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), tivemos a oportunidade de entrevistar⁸⁷ o ex-presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC por dois mandatos e atual deputado federal Vicente Paulo da Silva que fez questão por intermédio da sua assessoria parlamentar de agendar uma entrevista no escritório político em São Bernardo do Campo-SP.

A primeira pergunta para o ex-sindicalista foi relacionada à atuação da CUT junto aos trabalhadores da economia informal em São Paulo.

Vicentinho salientou que durante a sua gestão na década de 90, foi definida uma nova concepção sindical denominada “Sindicato Cidadão” no qual os sindicatos não deveriam ficar atrelados as questões econômicos e corporativas, era fundamental os companheiros das direções dos sindicatos se envolverem com outras políticas sociais, evitando que a CUT e os sindicato formassem “guetos”. Assim podemos citar algumas iniciativas como o Fórum

protestos são realizados pelos sindicatos e movimentos sociais que se assumem enquanto esquerda.
⁸⁷ Entrevista concedida na primeira quinzena de Março de 2009 em São Bernardo do Campo-SP.

Nacional de Lutas que reuniu a CUT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Central de Movimentos Populares (CMP), a União Nacional dos Estudantes (UNE), setores progressistas da igreja católica, era uma necessidade dos sindicatos se abrirem para outras questões que são importantes para o conjunto da sociedade, movimento pela melhoria da educação, saúde pública, combate ao racismo, meio ambiente, reforma agrária, moradia, etc.

Conforme comentou Vicentinho:

Quando eu era o presidente da CUT, a direção da central percebeu o avanço e o crescimento da informalidade que representa precarização. É uma situação delicada, mesmo assim a CUT apoiou a formação do Sindicato da Economia Informal⁸⁸, tivemos muitos problemas com a violência interna no sindicato, mesmo assim nós prestamos solidariedade para os companheiros, estivemos juntos.

A segunda pergunta abordou a mudança de postura da CUT, entre os anos 80 e 90. Na década de 80, a CUT era mais ligada aos movimentos sociais e estava mais próxima das demandas populares. Já na década de 90, a central agiu de forma institucional, negociando com o governo e também com os empresários questões que a central não admitia discutir na década de 80.

Para o ex-sindicalista:

Na primeira metade dos anos 80, o sindicato lutou para melhorar as condições de vida dos trabalhadores em um período muito difícil. Era a Ditadura Militar, não tínhamos liberdade para organizar os companheiros e reivindicar pelos nossos direitos. As greves no ABC foram importantes para impor o fim do Regime Militar. As assembleias do sindicato eram realizadas nos bairros, e quando o sindicato sofreu intervenção o companheiro Lula⁸⁹ e outros membros da diretoria foram presos. Foi a vez do sindicato receber o apoio das comunidades que arrecadou alimentos, participou ativamente dos movimentos convocados pelo sindicato.

Na década de 90, a pauta dos sindicatos era outra, a política neoliberal visava a flexibilização dos direitos. Aí os sindicatos tiveram que se organizar para impedir a retirada dos direitos e conquistas. Para evitar o isolamento propusemos o “Sindicato Cidadão”, a Agência de Desenvolvimento Solidário, a Rede Unitrabalho. Volto a frisar os sindicatos não poderiam virar “guetos”. Era um risco muito grande somente focar a pauta salarial das categorias.

O terceiro questionamento versou sobre as polêmicas propostas de revitalização do centro e a expulsão dos camelôs do centro histórico da cidade. Qual era a opinião da CUT?

Vicentinho expressou que se lembrava muito bem da posição truculenta dos empresários que queriam expulsar os trabalhadores. Fez questão de mencionar a posição do

⁸⁸ No ano 2000, quando João Felício era o presidente da CUT, foi lançada uma ampla pesquisa denominada: “Mapa do Trabalho Informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo”.

⁸⁹ Luis Inácio Lula da Silva foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a década de 1970. Ele foi o principal líder das greves no final dos anos 70 e início da década de 80, posteriormente fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi deputado constituinte, e três vezes derrotado nas eleições para presidente da República, porém em 2002 foi consagrado nas urnas presidente do país e reeleito em 2006.

Sindicato dos Bancários de São Paulo através da concepção do sindicalismo cidadão desenvolveu um belo trabalho chamado Projeto Travessia. Naquela ocasião, o presidente dos bancários era o companheiro Gilmar Carneiro. Este projeto trabalha com os menores abandonados, crianças sem nenhuma expectativa que ficam no centro de São Paulo. Agora expulsar os trabalhadores não tem nenhum cabimento, é uma política preconceituosa, quando o cidadão não tem emprego se torna um estorvo, *incomodadores*.

Vicentinho disse: “Foi na gestão da Marta⁹⁰ que eu ajudei a fundar o sindicato dos sofredores de rua com a participação dos trabalhadores que recolhem o material reciclável, o presidente Lula, prestigia sempre o almoço de Natal destes trabalhadores.”

A quarta indagação referiu-se à possível posição da CUT no processo de revitalização do centro tradicional de São Paulo.

Vicentinho foi categórico ao expressar que a CUT não é tutora de outros movimentos sociais, a central propõe políticas, articula-se com outras entidades que tem afinidades com as lutas do povo e dos trabalhadores em geral. Até os sindicatos filiados à CUT, têm a liberdade de se posicionar. Podem ou não seguir as orientações democraticamente votadas nos congressos, encontros. Ele disse que como a CUT é uma central democrática plural, existem as tendências, disputas entre as correntes e não é fácil praticar a democracia.

Na quinta pergunta aproveitamos a crítica de um dirigente dos camelôs que verbalizou: “No passado as centrais sindicais eram mais presentes, atualmente eles (as centrais) dão um apoio amarelo”. Pedimos a opinião do ex-presidente da CUT sobre esta afirmação.

Vicentinho disse respeitar as críticas, apesar de não saber em que momento e o que motivou esta impressão do sindicalista. Também discursou enaltecendo o papel das centrais sindicais no Brasil e no Canadá, que são os únicos países em que as centrais mantêm estreita relação com os movimentos sociais. Nos outros países que conheço cada um cuida dos seus interesses, enquanto categoria, classe e no caso do Brasil o movimento sindical ampliou a sua ação em outros campos e isso foi positivo. Hoje os sindicatos estão mais sensíveis a outros problemas que afetam a vida dos trabalhadores.

Diante dos desdobramentos da entrevista, a última pergunta foi sobre a atuação parlamentar do deputado Vicente Paulo da Silva e as propostas que tramitam no congresso nacional para melhorar as condições de vida dos trabalhadores mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

⁹⁰ Marta Suplicy ex-prefeita da cidade de São Paulo, entre os anos 2000-2004.

O deputado foi enfático ao falar dos programas sociais do governo federal como a Bolsa Família e o Fome Zero, o crescimento da geração de empregos formais proporcionados pelo bom desempenho econômico, o apoio do Ministério do Trabalho por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social para formar cooperativas de trabalhadores, fornecer microcrédito, apoio do governo para a agricultura familiar, a redução de impostos em setores importantes que empregam muitos trabalhadores, etc.

O deputado Vicentinho⁹¹ ressaltou que o presidente Lula vetou a emenda 3 que com certeza iria aumentar a informalidade e a precarização. Se fosse sancionada entraria em vigor esta emenda como Lei e muitos trabalhadores assalariados que são pessoas físicas se tornariam pessoas jurídicas e teriam que pagar a Previdência Social, não tendo direito a férias, décimo terceiro, e muitos outros direitos. Aí sim que a informalidade iria aumentar. Os empresários estavam interessadíssimos em que esta emenda fosse aprovada e, através da bancada patronal, fizeram pressão no Congresso. A imprensa ficou de plantão, esta emenda não favorecia os trabalhadores.

Vicentinho declarou que:

Eu tenho um projeto que já passou por todas as comissões cabíveis no Congresso para reduzir os impostos das empresas que contratem os trabalhadores com carteira assinada, incentivando a formalização. O lado patronal tem uma visão maniqueísta, querem precarizar as condições de trabalho. É comum dizerem que pagando todos os impostos quebram as empresas, falando do Custo Brasil, argumentam que os impostos são elevados, são muitas taxas e obrigações e se não sonegarem acabam quebrando. Para os empresários quanto menos pagar salários, impostos e encargos, maior é o lucro.

Todavia, percebemos na entrevista o elenco de realizações que Vicentinho protagonizou, enquanto dirigente da CUT. De fato se reorganizou para enfrentar os novos tempos, principalmente a agenda de políticas neoliberais, a mudança do perfil dos trabalhadores e uma postura diferente dos sindicatos que deveriam reivindicar menos e serem mais propositivos. Do ponto de vista institucional a CUT foi ocupando espaços em que não concordava em participar na década de 80. Nos anos 90 a Central sentou para discutir com o governo, por exemplo, a reforma da Previdência Social, a reestruturação produtiva com os capitalistas, etc. Vicentinho era o presidente da CUT nesta época e participou efetivamente destas transformações na Central que ganhou mais visibilidade na mídia. Hábil e inteligente ele fazia questão de opinar, polemizar, criticar e fazer por intermédio da CUT forte oposição

⁹¹ O deputado Vicentinho e a sua assessoria parlamentar foram gentis e elegantes ao conceder a entrevista. Porém, devemos salientar que Vicentinho tem o dom da comunicação, é carismático, sempre bem humorado, além de contar com um raciocínio muito rápido. Outra característica dele é o leque expressivo de histórias e trocadilhos que ilustram a sua passagem pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC e também na CUT, atualmente atua discretamente no Congresso Nacional compõe a base governista que sustenta politicamente o governo Lula. Vicentinho foi reeleito deputado federal pelo PT.

às políticas do governo Fernando Henrique Cardoso.⁹² Isto contribuiu para a projeção da figura de Vicentinho em âmbito nacional. Sobre os mais variados assuntos ele era requisitado para opinar e fez isto com extrema competência.

Em outras palavras o que nos interessa é a economia informal de rua na cidade de São Paulo na década de 90, e as políticas cutistas para este setor da economia que reúne milhares de trabalhadores e vários interesses. De acordo com a entrevista concedida, durante os dois mandatos de Vicentinho à frente da CUT, podemos verificar que as ações de aproximação com os sindicatos dos camelôs foram muito tímidas. Segundo o ex-sindicalista foi na sua gestão que fundaram o Sindicato da Economia Informal. Entretanto, fundar sindicato de ambulantes não significa tarefa árdua, pois estas entidades não tiram o cobiçado imposto sindical ou fragmentam a base territorial de sindicatos já constituídos⁹³. Os sindicatos oficiais contam com a carta sindical e, portanto, tem o monopólio da arrecadação e a base territorial. Dezenas de sindicatos e associações dos trabalhadores ambulantes se formaram nos anos 90 sem necessariamente ocorrer contestações judiciais, entre os ambulantes. O grande embate é político, de concepção na defesa dos interesses da categoria.

Por outro lado, tampouco, visualizamos orientações por intermédio das Plenárias e Congressos da CUT nos anos 90 que fizessem menção aos trabalhadores da economia informal. Esta situação configura a baixa representatividade dos informais nas instâncias da Central e, mais do que isso, a direção da CUT não estava no mínimo sensibilizada com o crescimento dos trabalhadores que materializavam a precariedade do mundo do trabalho nas ruas da cidade de São Paulo, inclusive bem próximo da sede nacional da CUT no bairro do Brás, tradicional reduto dos ambulantes e do comércio popular.

Paradoxalmente, os trabalhadores informais não foram “percebidos” pela principal e mais combativa central sindical brasileira na década de 90, na gestão de Vicentinho que foi o principal protagonista e incentivador do “Sindicato Cidadão”. O que verificamos é a total ausência de solidariedade e apoio material como infraestrutura, sustentação política para o fortalecimento dos camelôs que lidam na sua labuta com o público em lugares com expressivo

⁹² Eminent sociólogo da Universidade de São Paulo (USP) durante o Regime Militar (1968-85) lecionou nas mais renomadas Universidades da América e da Europa. De volta ao Brasil ocupou cargos públicos importantes como Senador da República, Ministro de Estado, até ser eleito Presidente da República em 1994 e reeleito em 1998.

⁹³ De acordo com o Ministério do Trabalho existem no Brasil, aproximadamente 18 mil sindicatos a maioria de trabalhadores. É importante frisar a acirrada luta para formar novas entidades geralmente fragmentando sindicatos de categorias já existentes. Esta situação é um dos motivos da violência que ocorre no meio sindical. Não podemos esquecer que milhares de sindicatos são cartoriais, ou seja, têm a função de bater o carimbo e a garantia por Lei de arrecadar o imposto sindical dos trabalhadores de uma região o que configura monopólio da representação.

fluxo. Eles estão sempre na mídia e todos os prefeitos da cidade de São Paulo, sancionaram leis e decretos para “regulamentar” a atividade ambulante. Ou seja, esse conjunto de trabalhadores não é invisível. A maioria da população sabe de cor e salteado onde estão os bolsões que concentram os camelôs na cidade.

Para finalizar, a década de 90 foi um desastre para os trabalhadores, pois o desemprego disparou, causando desassossego para os pais de família que não encontravam meios para sustentar suas proles através de um emprego com carteira assinada. A situação não era diferente para os jovens decepcionados com a falta de oportunidades. O desaguadouro para uma parcela dos trabalhadores que não enveredou para o mundo do crime foi a economia informal.

Neste momento crucial para os trabalhadores, as centrais e os sindicatos voltam-se para os interesses corporativos das suas respectivas categoriais profissionais, defendendo com unhas e dentes os empregos que ainda eram preservados e em algumas situações contribuindo para flexibilizar conquistas históricas, reduzindo a quantidade de cláusulas das convenções coletivas, realizando acordos e parcerias questionáveis com os empresários. Afinal os impostos compulsórios e a fundamentação dos discursos sindicais precisam de uma base material cristalizada nos trabalhadores com carteira assinada, mesmo que estes não representem a maioria da classe trabalhadora. Além disso, estão cada dia mais afastados dos sindicatos cuja retórica deixou de ser envolvente como era no passado, pois a força dos sindicatos é coletiva. Esta solidariedade está cada dia mais comprometida com o avanço inexorável do individualismo que ganha dimensão com a era neoliberal⁹⁴.

Podemos afirmar que a CUT não tinha projetos políticos para os trabalhos informais e tudo que foi realizado nas palavras do seu dirigente não correspondeu minimamente à demanda histórica e imediata dos trabalhadores mais vulneráveis. É óbvio que não queremos responsabilizar as Centrais e os sindicatos pelas péssimas condições deste conjunto de trabalhadores. Mas não resta dúvida que poderiam ter ampliado o debate e os encaminhamentos com as entidades sindicais que representam os informais e careciam de apoio mais consistente do movimento sindical organizado e, principalmente das centrais sindicais que possuem peso nos debates e fomentam a reflexão sobre os mais variados temas.

⁹⁴ Ver o livro: “A janela estilhaçada: A crise do discurso do novo sindicalismo” de Antônio Cruz.

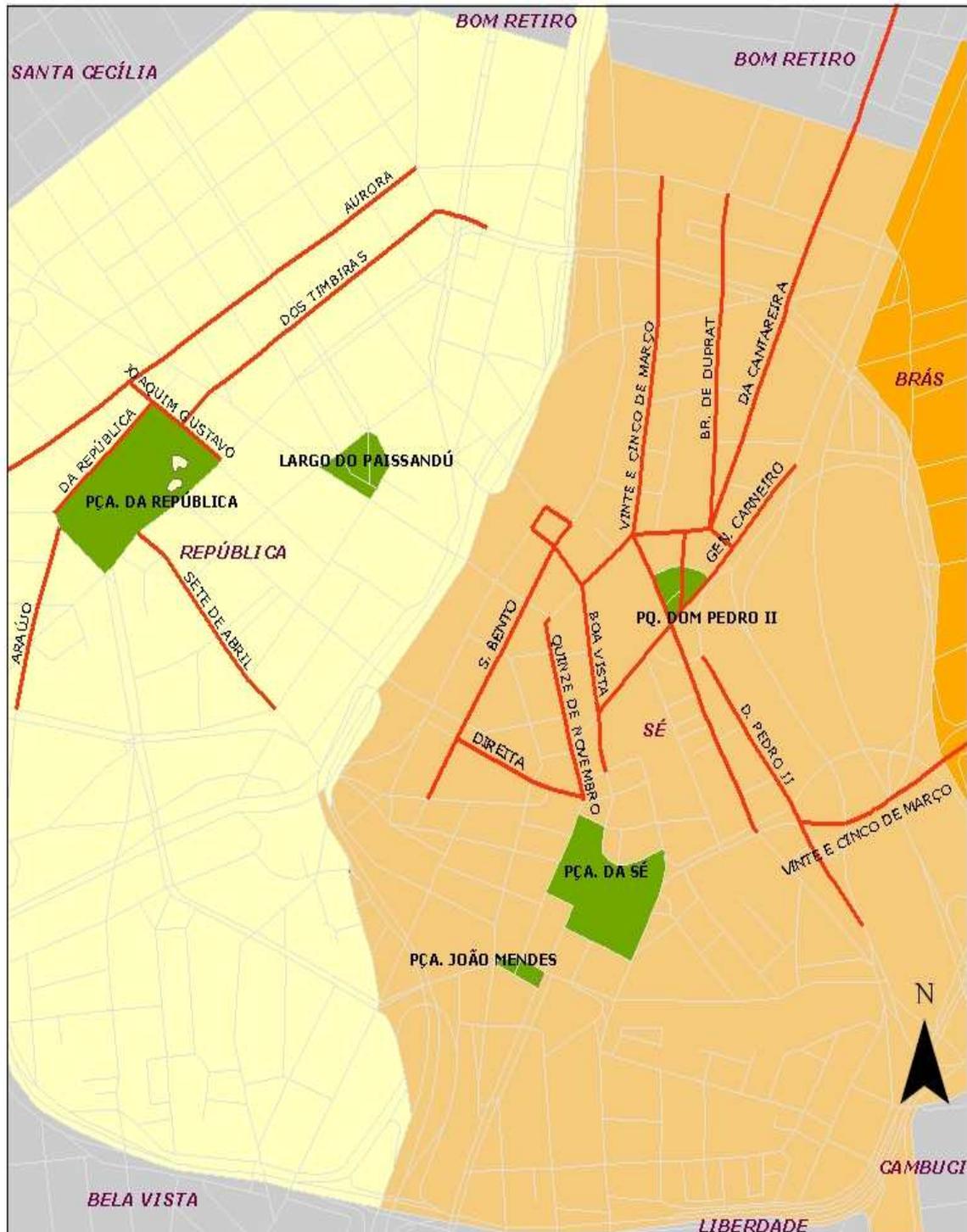
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a informalidade representa as atuais tendências de precarização do uso e da remuneração da força de trabalho, associada com a modernidade da reestruturação produtiva capitalista. Nesta conjuntura, inclui-se a ampliação da desregulamentação neoliberal dos direitos sociais e trabalhistas em meio ao avanço da revolução tecnológica.

Nosso objetivo não foi estigmatizar os camelôs como vítimas. Apenas constatamos que este conjunto de trabalhadores labora sem as garantias mínimas de cidadania, pois a maioria não é reconhecida de forma legal, pelo simples motivo de não deter o Termo de Permissão e Uso (TPU) para ocupar o espaço público. Uma parcela ínfima dos informais contribui para a Previdência Social. Mais do que isso, praticamente todos os prefeitos que assumiram a gestão da cidade de São Paulo nos últimos cem anos enviaram propostas para o poder legislativo tratando das questões inerentes ao trabalho ambulante na cidade. Porém poucos foram os prefeitos que tentaram organizar e legitimar o trabalho informal de rua na cidade.

O mapa: Comércio Informal de Rua nos Anos 90, espacializa o território ocupado pelo comércio ambulante, justamente nesta região em que houve maior concentração de milhares de camelôs, comercializando inúmeras mercadorias, como por exemplo, alimentos: cachorro quente, churrasco grego, algodão doce, pipoca, milho verde, amendoim, cocada, pé de moleque, trufa, bolos, frutas, suco, água, picolé, sorvete, cerveja, refrigerante, etc; cd; pilhas; caneta e lapiseira; perfumes falsificados baratos; ferramentas como: martelo, marreta, metro, prego, furadeira, maquina, etc; brinquedos; cotonete; pente; escova; roupas: camisa, camiseta de time de futebol, jaquetas, calças, bermudas, cintos (a maior parte de origem duvidosa); revistas; agendas; antenas para televisão; tênis de marcas famosas *made in China*: Nike, Mizuno, Puma, Adidas, entre outros produtos.

Comércio Informal de Rua nos Anos 90



- | | |
|---|--|
|  Comércio Informal de Rua anos 90 (Ruas) |  Distrito Sé |
|  Comércio Informal de Rua anos 90 (Praças) |  Distrito Brás |
|  Distrito República |  Demais Distritos |

1: 10.800

0 0,125 0,25 0,5 Kilometers



Fonte:

- 1) Base Cartográfica do Município de São Paulo - Digibase.
- 2) Elaborado por: Ricardo Agnelo de Souza, Nilo Lima e Renata Salles, 2009.

A economia brasileira dos anos 90 na cidade de São Paulo foi o cenário perfeito para o crescimento do comércio informal de rua com destaque para o centro histórico. Podemos contextualizar, apontando por meio das baixíssimas taxas de crescimento econômico durante as décadas de 1980 e 1990. A queda abrupta nos ganhos de produtividade foram fatais para a geração de empregos formais, justamente neste período, com destaque para os anos 90 em que é introduzida a agenda de políticas neoliberais, além das metamorfoses que aconteceram no âmbito empresarial na gestão das empresas apoiadas nas novas tecnologias da era informacional.

A mudança do perfil socioeconômico da cidade de São Paulo que foi verificada a partir da segunda metade dos anos 70 tornou-se mais complexo e intenso nos anos 90, pois a cidade que gerava milhares de empregos no setor industrial por várias décadas, passou a perder musculatura no segmento, com o processo de descentralização do parque industrial brasileiro, motivado pelos altos custos de manter fábricas na cidade, a elevada valorização dos terrenos, congestionamentos quilométricos, sindicatos combativos e trabalhadores mais conscientes que exigiam melhores salários, sem esquecer da guerra fiscal que incentivou centenas de empresas a saírem de São Paulo. Obviamente que estas transformações tiveram forte impacto nos empregos e a crise foi mais aguda em São Paulo onde os trabalhadores que perderam seus postos de trabalho migraram em grande número para o comércio informal de rua, com ênfase para o centro tradicional da cidade.

Configurado esse quadro temos instrumentos para comparar através dos mapas: O Comércio Informal de Rua nos Anos 90, e A Localização dos Negros de Ganho no Centro de São Paulo, mapa localizado na página 94 que se reporta à difícil situação daqueles trabalhadores no final do século XIX e início do século XX. Importa ressaltar que os negros após a abolição tiveram a companhia e a concorrência dos imigrantes que não foram integrados à lavoura cafeeira. Portanto, os espaços ocupados pelos camelôs no findar do século XX, guardadas as devidas proporções é semelhante à territorialidade dos negros sem calçados que laboravam como carregadores, lavadeiras do Carmo, quituteiras, parteiras, ervanários, benzedeadas, negras do tabuleiro entre outras denominações.

Nesta perspectiva o passado e o presente pouco se alteraram com respeito ao mercado de trabalho na cidade de São Paulo que mesmo com a sua pujança econômica foi incapaz de absorver a maioria dos trabalhadores com empregos dignos, prevalecendo as seguintes características: empregos de baixa remuneração, restritos direitos trabalhistas, desemprego em patamares elevados, que culminam na informalidade. Esta situação favorece os empresários que podem aumentar a taxa de produtividade pagando menos aos trabalhadores que não

conseguem se organizar para reivindicar os seus direitos, diante do expressivo contingente de trabalhadores desempregados ou na informalidade que acabam constituindo um exército de reserva estratégico para o patronato.

No que diz respeito ao centro histórico da cidade de São Paulo, o mesmo foi alvo de diversas mudanças no século XX para atender os ciclos econômicos que a cidade protagonizou. Sendo assim, o centro tradicional era a referência histórica e de funcionalidade para a economia cafeeira e também para o processo de substituição das importações constituindo-se no principal reduto industrial do Brasil. Entretanto, a partir do Governo Militar (1964-1985), com o aprofundamento da internacionalização da economia, foi decisivo para surgir outras centralidades na cidade. Neste momento ganha dimensão e repercussão a Avenida Paulista com edifícios mais modernos, planejados para receber investimentos tecnológicos, além da acessibilidade por meio dos deslocamentos com automóvel particular.

O centro velho foi sendo esvaziado com a saída de importantes empresas, escritórios, órgãos públicos, para outras áreas da cidade, com destaque para o quadrante sudoeste da cidade.. É importante salientar que milhares de migrantes eram atraídos para São Paulo para ocupar o espaço deixado pela elite que foi residir e consumir em outras áreas da cidade e como nem todos eram empregados nas atividades formais, muitos inventaram o seu próprio trabalho no centro tornando-se ambulantes. O comércio popular de um modo geral cresceu substancialmente no centro antigo. Assim, temos um outro perfil de uso e ocupação do centro.

No início da década de 90, floresceu a Associação Viva o Centro que congrega empresários e executivos de várias empresas que têm investimentos no centro da cidade com destaque para o segmento financeiro. O principal objetivo da Viva o Centro é a revitalização do centro histórico, tendo como parâmetro as iniciativas de revitalização de outras cidades importantes que recuperaram seus respectivos centros degradados e que, após a revitalização, tornaram-se áreas prósperas para o comércio, turismo, lazer e educação. Em suma, o centro passa a ser um cartão de visitas. Todavia, em São Paulo tradicionalmente os camelôs comercializam no centro histórico e foram apontados pelos empresários da Viva o Centro como os inimigos da revitalização, pois ocupam de maneira desregrada as vias públicas, vendendo produtos de origem duvidosa e causando um verdadeiro caos urbano. Assim sendo, o comércio informal deveria ser eliminado do centro.

Por fim, procuramos nos desdobramentos da pesquisa analisar os procedimentos dos sindicatos que representam os trabalhadores que laboram na economia informal de rua e, também a posição política das centrais sindicais, com destaque para a CUT, no que diz respeito ao comércio informal de rua na cidade de São Paulo na década de 1990. Convém

realçar que a maioria dos sindicatos e associações de camelôs surgiram a partir dos anos 90, período em que aumentou de forma visível o trabalho informal. Os sindicatos atuam com poucos recursos financeiros, pois não existe receita compulsória por meio de taxas e impostos cobrados dos trabalhadores. Os ambulantes formam uma “categoria” muito individualista e fragmentada, portanto, não é tarefa das mais fáceis articular os interesses coletivos, a rivalidade entre os ambulantes fica acirrada na disputa pelos escassos “pontos” ou espaço para montar a barraca. Além disso, existem os camelôs legalizados com o Termo de Permissão e Uso (TPU). Este grupo representa a minoria, enquanto a maioria dos ambulantes não é portador do documento. Assim sendo, são informais ocupando o espaço público de forma ilegal, sujeitos às cobranças de propina, apreensão das mercadorias, violência física por parte das autoridades, proibição de trabalhar, etc.

Como organizar este expressivo conjunto de trabalhadores com interesses antagônicos convivendo no mesmo espaço? É possível fazer política sindical sem recursos financeiros para fomentar as ações em defesa dos representados? Seria possível constituir uma pauta única entre os sindicatos para reivindicar os direitos dos camelôs? Como intervir nas políticas públicas manifestando os interesses dos ambulantes como atores sociais importantes para a cidade? Pautar na agenda de todas as centrais sindicais a posição do comércio informal de rua seria importante?

São perguntas que precisam ser respondidas pelos cidadãos que têm a responsabilidade de dirigir os sindicatos e associações que representam o trabalho informal de rua na cidade de São Paulo, visto que o comércio informal que era temporário, passageiro, está se tornando permanente, pois mesmo com o crescimento econômico não é possível contemplar todos os informais com empregos de carteira assinada. Temos que respeitar os interesses individuais de milhares de camelôs que não almejam voltar para a formalidade.

Podemos afirmar de maneira peremptória que durante os anos 90, diante do crescimento absurdo do trabalho informal ou informalidade, as centrais sindicais não tinham políticas definidas ou, se fizeram algum tipo de intervenção, esta ficou nos escaninhos do poder sindical em diálogos reservados que não culminaram em ações concretas que articulassem as centrais e os sindicatos dos ambulantes. Obviamente que estudamos com mais detalhes a central sindical com mais tradição democrática a CUT, sendo que a Força Sindical não foi receptiva aos nossos apelos.

Ao analisarmos as resoluções dos congressos nacionais da CUT, denominados CONCUR no decorrer dos anos 90, o comércio informal é ignorado, despercebido e ocultado. É público e notório que vamos encontrar centenas de vezes termos como a precariedade,

sinônimo de: trabalho desumano, trabalho escravo, trabalho infantil, desemprego e subemprego. Portanto os desavisados poderão induzir que o trabalho informal está contemplado nas categorias acima elencadas, porém o comércio informal de rua necessita de ações específicas e não pode ser generalizado e reduzido à precariedade e colocado nos mesmos patamares de outras situações vulneráveis a que a classe trabalhadora é submetida.

Escamotear o trabalho informal ou informalidade durante a década de 90, em que as taxas de desemprego se elevaram a patamares inimagináveis e milhares de ex-metalúrgicos, bancários, comerciários, químicos, condutores, professores, trabalhadores de construção civil entre outros profissionais tiveram que “se virar” como podiam para garantir o sustento de suas famílias sem perspectiva de conseguir outro emprego formal. Perante este cenário desalentador para milhares de trabalhadores, onde estavam as centrais sindicais?

No que diz respeito ao trabalho informal na cidade de São Paulo ele é secular. Por pressuposto em outras capitais do Brasil não deve ser diferente. Podemos salientar que o comércio ambulante é a face mais visível do informal, nos principais logradouros públicos lá estão os camelôs, ambulantes, marreteiros e mascates que montam suas barracas ou comercializam de porta em porta. Estes conjuntos enormes de trabalhadores em situação vulnerável não podem ou não deveriam passar despercebidos nas ações da mais combativa central sindical brasileira. De acordo com as palavras de Vicentinho, a CUT não é tutora dos sindicatos e dos movimentos sociais. Porém deveria ser solidária com os trabalhadores informais que um dia sustentaram principalmente de forma econômica os sindicatos oficiais e as centrais com os impostos compulsórios. Ou podemos definir que o compromisso de classe é um velho jargão ideológico?

Para não dizer que não falei de flores, no 9º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), realizado no Palácio de Convenções do Anhembi em São Paulo entre os dias 05 a 09 de junho de 2006, foi definido como EIXO 4: Fortalecimento da Estrutura e Organização da CUT, a informalidade teve espaço nos debates promovidos no CONCUT, com o título – “Informalidade: organização e políticas de formalização das relações do trabalho”. Ficou definido naquela oportunidade que a CUT, canalizaria suas ações na direção do trabalho informal por meio:

O enfrentamento dos problemas e a busca da formalização do mercado de trabalho exigem uma série de medidas. Neste sentido, a Central Única dos Trabalhadores deve desenvolver no próximo período uma estratégia que envolva:

- a) desenvolvimento de estudos sobre o trabalho informal, tendo em vista obter um diagnóstico mais preciso da situação desses trabalhadores(as) no mercado de trabalho brasileiro;

- b) realização de diagnóstico sobre as experiências desenvolvidas pelo movimento sindical e por outros atores, bem como de políticas públicas exitosas nas três esferas de governo;
- c) definição de formas de integração desses trabalhadores(as) na estrutura da Central, considerando as especificidades de cada uma das ocupações;
- d) elaboração de propostas no campo jurídico e das políticas públicas (trabalhista, orçamentária, previdenciária, etc.) que ampliem a formalização e garantam a proteção social a todos os trabalhadores(as).

(Resoluções 9º CONCURT, 2006, p. 51)

Seja como for, mesmo que de maneira tardia, observamos que a CUT avança no sentido do estabelecimento de um diálogo mais democrático ao reconhecer que o trabalho informal tem gerado sérios problemas sociais e econômicos para a classe trabalhadora que atua às margens da legalidade, comprometendo a cidadania que está vinculada aos direitos garantidos por intermédio da carteira profissional assinada. E também limita diversas políticas públicas que estão ancoradas na arrecadação dos impostos vinculados à folha de pagamento, como por exemplo, a Previdência Social, a construção de moradia popular, etc.

Oxalá os progressos vislumbrados no último Congresso Nacional da CUT, sejam uma tendência das centrais sindicais de pautarem suas ações e priorizarem na agenda os trabalhadores marginalizados na economia informal. Lutar pelo crescimento econômico com distribuição de renda e geração de empregos dignos deve ser prioridade absoluta. No entanto, se a *performance* da economia não for suficiente para proporcionar os empregos necessários, é primordial que o movimento sindical estabeleça pactos de solidariedade com os trabalhadores da economia informal, fortalecendo as suas reivindicações enquanto categoria que deve ter deveres e direitos reconhecidos, principalmente no meio sindical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. A. São Paulo: Uma cidade global. In: FANI, A.; CARRERAS, C.(Org.) **Urbanização e Mundialização estudos sobre a metrópole.**São Paulo: Contexto, 2005.

AMITRANTO, C. R. A região metropolitana e a área central da cidade de São Paulo nos anos 90: estagnação ou adaptação? In: **Caminhos para o centro** (coord. Álvaro A. Comim e Nadia Somek) São Paulo: Emurb, 2004.

BARBOZA, A.F. & MORETTO, A. **Políticas de emprego e proteção social.** São Paulo: Abert, 1998.

BARBOZA, A.F. Gênese e fim do capitalismo brasileiro. In: **Observatório Social** em Revista n.10: São Paulo, 2006.

BRESCIANI, M.S.M. L. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza.** 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CACCIAMALI, M.C., **Globalização e processo de informalidade.** Economia e Sociedade, n.14, Campinas: Instituto de Economia Unicamp, 2000.

CAMARGO, C.P.F. et al. **São Paulo 1975 crescimento e pobreza.** São Paulo: Loyola, 1975.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** 4.ed. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

CARDOSO, A.M. **Sindicato Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CATELLI JR., R. **Do café à indústria.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

COSTA, S. **Tendências e Centrais Sindicais.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

CRUZ, A. **A Janela Estilhaçada: A crise do discurso do novo sindicalismo.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

CUT. **Emprego e Renda nossa luta nosso desafio.** Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, abr. 2004.

DEDECCA, C.S., **O setor informal e informalidade no Brasil**. Revista Ciência Hoje, v.39, São Paulo: SBPC, 2007.

_____. Reestruturação produtiva e tendências do emprego. In: OLIVEIRA, M.A.(Org.). **Economia & Trabalho** (textos básicos). Campinas: Unicamp, 1998.

_____. O Trabalho na Metrópole. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **História Econômica da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004.

D'ANGELO, H. **Camelô Trabalho Informal e Sobrevivência**. Tese de Doutorado PUC-SP, 2000.

DIEESE, **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2001.

ELIAS, R. Braços para fazer um país. In: **Revista nossa história**. ano 2, n. 24 out. 2005.

FARIAS, J. B. Ganhando as Ruas. In: **Revista Nossa História**. ano 2, n. 24 out. 2005.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FRENCH, J. **Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FRÚGOLI JR., H. **Espaço público e Interação Social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. **Centralidade em São Paulo trajetórias, conflitos e negociação na metrópole**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIANNOTTI, V. **Medeiros visto de perto**. São Paulo: Brasil Urgente, 1994.

GUERREIRO, A. A. D. **“Pop Center do Brás – de comerciantes nas ruas a estabelecidos no comércio popular”** Dissertação de Mestrado. Serviço Social. PUC-SP. São Paulo, 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

ITIKAWA, L. Geometria da clandestinidade: O trabalho informal no centro de São Paulo. In: **Caminhos para o centro**. (coord. Álvaro A. Comim e Nadia Somek) São Paulo: Emurb, 2004.

JACINTO, R. **O Branqueamento do Trabalho**. São Paulo: Nefertiti, 2008.

JAKOBESSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKE, O. (Org.). **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem**: A origem do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KUCINSKI, B. A mídia de FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O Desmonte da Nação**: Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

LAPA, J. R. A. **A economia cafeeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LAZZARESCHI, N. **Trabalho ou emprego?** São Paulo: Paulus, 2007.

LEMO, C. Terra, Taipa, Tijolo e Especulação. In: PILAGALLO, O. (Org.). **São Paulo, 450 anos**: História e Crônicas da cidade na Folha. São Paulo: Publifolha, 2003.

MATTOSO, J. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O Desmonte da Nação**: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F.A. Capitalismos Tardio e Sociedade Moderna. In: **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, J. N. **Cenas da abolição**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MONBEIG, P. O Crescimento da Cidade de São Paulo. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **A História Econômica da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004.

MORISSAWA, M. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAKANO, K.; CAMPOS, C. M.; ROLNIK, R. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: **Caminhos para o centro**. (coord. Álvaro A. Comim e Nadia Somekh). São Paulo: Emurb, 2004.

NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 1996.

OLIVEIRA, M. A. O que há de novo (e de velho) sobre a precarização do trabalho no Brasil. In: **Revista: Debate e Reflexão**. n. 5. São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, C.A.B., Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M.A. (Org.). **Economia & Trabalho** (textos básicos). Campinas: Unicamp, 1998.

OLIVEIRA, C.A.B.; WILNÊS, H. Determinantes da Pobreza no Brasil um roteiro de Estudo In: **Revista da Fundação SEADE, São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 1990.

PASTORE, J. **A agonia do emprego**. São Paulo: LTR, 1997.

PESSANHA, A. S. Em no nome do progresso. In: **Revista Nossa História**. ano 2, n. 24 out. 2005.

PETTA, N. L.; DELFINI, L. **Para entender o anarquismo**. São Paulo: Moderna, 2004.

POCHMANN, M. **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. SANTOS, AL. O custo do trabalho no Brasil e a competitividade internacional. In: MATTOSO, J.E.L.; OLIVEIRA, C.A.B. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. O papel do Sindicalismo na Construção de um Brasil democrático e integrado. In: **Revista Debate & Reflexão** n.5. São Paulo, 1998.

_____. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e no Brasil. In: OLIVEIRA, M.A.(Org.). **Economia & Trabalho** Campinas: Unicamp, 1998.

PRADO, A. Globalização e desemprego nos anos 90. In: _____. **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico**. (artigos dos pesquisadores). São Paulo: DIEESE, 1999.

PRADO JR., C. **A cidade de São Paulo**. São Paulo. Brasiliense, 1998.

QUADROS, W. J. A reestruturação das empresas e o emprego da classe média. In: MATTOSO, J.E.; OLIVEIRA, C.A.B. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. **Sociologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Resoluções do 9º CONCURTO: **Trabalho e Democracia: emprego, renda e direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras**. São Paulo: CUT, 2006.

Resoluções da CONCLAT e dos CONGRESSOS e PLENÁRIAS da CUT de 1983-2003.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROLNIK, R. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2003.

SANDRONI, P. A dinâmica imobiliária da cidade de São Paulo: esvaziamento, desvalorização e recuperação da região central. In: **Caminhos para o centro** (coord. Álvaro A. Comim e Nadia Somek). São Paulo: Emurb, 2004.

SANTOS, A.L. Encargos Sociais e custo do trabalho no Brasil. In: MATTOSO, J.E.L.; OLIVEIRA, C.A.B. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

SANTOS, H. **A busca de um caminho para o Brasil: A trilha do círculo vicioso**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SANTOS, J.F.C. **Nem tudo era italiano São Paulo e pobreza (1890-1915)**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

SCARLATO, F. C. Busca do centro o reencontro com a cidade. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. (Org.). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Os últimos 40 dos 450 anos de São Paulo. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.) **História Econômica da Cidade de São Paulo**: São Paulo: Globo, 2004.

SOUZA, H. “Como matar uma estatal” In: **Em defesa do interesse nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SPOSITO, E. S. **Redes e Cidades**. São Paulo: editora da Unesp, 2008.

SZMRECSÁNYI, I. Q. F. A Macrometrópole Paulistana: 1950-2004. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.) **História Econômica da Cidade de São Paulo**: São Paulo: Globo, 2004.

THEODORO, M. A questão do desenvolvimento – uma releitura. In: ARROCHELLAS, M.H.; RAMALHO, J. (Org.). **Desenvolvimento Subsistência e Trabalho Informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

VILLAÇA, F. J. M. **Sistematização Crítica da Obra sobre Espaço Urbano**. São Paulo: FAU – USP (Livre Docência), 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)